

Media & Jornalismo



Imprensa da Universidade de Coimbra | Coimbra University Press

N.º 35 Vol. 19, N.º 2 - 2019

OS MÉDIA NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO THE *MEDIA* IN CONTEMPORARY PORTUGAL

ORGANIZAÇÃO EDITORIAL
CLÁUDIA HENRIQUES, PEDRO MARQUES GOMES,
SÍLVIA MARQUES TORRES

(Página deixada propositadamente em branco)

Media&Jornalismo

revista do centro de investigação media e jornalismo

OS MÉDIA NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO: DA DITADURA À DEMOCRACIA **THE MEDIA IN CONTEMPORARY PORTUGAL: FROM DICTATORSHIP TO DEMOCRACY**

ORGANIZAÇÃO EDITORIAL
**CLÁUDIA HENRIQUES, PEDRO MARQUES GOMES,
SÍLVIA MARQUES TORRES**

Nº 35, Vol. 19, Nº 2 – 2019

CIMJ Centro de Investigação Media e Jornalismo

FICHA EDITORIAL

MEDIA&JORNALISMO

UMA REVISTA DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO MEDIA E JORNALISMO

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade Nova de Lisboa

Edifício I&D, Gabinete 3.20

Av. de Berna, 26 C • 1069-061 Lisboa • Portugal

T.: (+ 351) 21 790 83 00 • E.: cicdigitalpolofcsh@gmail.com • W.: cicdigitalpolo.fcsh.unl.pt

N.º 35, VOL.º 19, N.º 2 – 2019

Título: Os Média no Portugal Contemporâneo

Diretores: Carla Baptista, Francisco Rui Cádima, Marisa Torres da Silva

Gestão da Revista Media & Jornalismo: Patrícia Contreiras

Organização: Cláudia Henriques, Pedro Marques Gomes, Sílvia Marques Torres

Fotografia da Capa: by Free-Photos via Pixabay

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Morada: Rua da Ilha, 1, 3000-214 Coimbra, Portugal

Telefone: 239 247 170

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Capa e Paginação: Mickael Silva

Periodicidade: Semestral

ISSN: 1645-5681

ISSN digital: 2183-5462

DOI: https://doi.org/10.14195/2183-5462_35

Depósito Legal: 186314/02

Nº de Registo ERC: 124296

Impressão: Artipol

Morada: Zona Industrial de Mourisca do Vouga, Apartado 3051, 3754-901 Águeda

Telefone: 234 644 435

Email: info@artipol.net

URL: <http://www.artipol.net/>

Revista online disponível em URL: <http://impactum-journals.uc.pt/mj/issue/archive>

e <http://www.icnova.fcsh.unl.pt/revista-media-jornalismo/>

@2019 Imprensa da Universidade de Coimbra

Todos os direitos reservados

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto Refª: UID/CCI/04667/2019

Índice/Index

In Memoriam - Professor Nelson Traquina (1948- 2019)	5
1. Apresentação	7
2. O corte revolucionário nos <i>media</i> e o “efeito de atraso” nas teorias da comunicação The revolutionary break in media and the “delay effect” on communication theories <i>Mário Mesquita</i>	15
3. A ação política da Delegação do Porto do Secretariado Nacional de Informação: as relações com a imprensa e a radiodifusão portuguesas The political activity of the Porto Delegation of the National Information Bureau: the relationship with the city’s press and broadcasting <i>Carla Ribeiro</i>	23
4. Gravação de telefonemas de censores – uma questão política no marcelismo Recordings of censors’phone calls – a political issue of Marcelism <i>Joaquim Cardoso Gomes</i>	37
5. Lobistas, assessores de imprensa e relações públicas norte-americanos que serviram o Estado Novo (1942-1974) US lobbyists, press officers, and public relations who served the Portuguese New State (1942-1974) <i>Vasco Ribeiro</i>	51
6. Do Chefe Incontestado ao Chefe Panóptico: Representações Fotográficas de Salazar do <i>Notícias Ilustrado</i> ao <i>Século Ilustrado</i> From the Unchallenged to the Panoptic Leader: Photographic Representations of Salazar, from <i>Notícias Ilustrado</i> to <i>Século Ilustrado</i> <i>Eduardo Cintra Torres e Filomena Serra</i>	67
7. Imprensa portuguesa no fim do Estado Novo: consumo e contextos Portuguese press at the end of the New State: consumption and contexts <i>Suzana Cavaco</i>	85
8. A cobertura do 25 de Abril de 1974 no <i>Corriere della Sera</i>, <i>La Stampa</i> e <i>Il Messaggero</i>: um estudo de caso The 25 April 1974 news coverage at <i>Corriere della Sera</i> , <i>La Stampa</i> and <i>Il Messaggero</i> : a case study <i>Marco Gomes</i>	101
9. “Recomeçar a construção do socialismo”: o jornal <i>A Luta</i> na revolução de Abril “Restarting the construction of socialism”: <i>A Luta</i> in the April revolution <i>Pedro Marques Gomes</i>	117

10. O Conselho da Revolução e a imprensa (1976-1982) The Council of the Revolution and the press (1976-1982) <i>David Castaño</i>	133
11. A evolução da imprensa sobre cinema em Portugal: Da ditadura aos primeiros anos da democracia The evolution of Portuguese cinema press: From dictatorship to the first years of democracy <i>Jaime Lourenço e Maria João Centeno</i>	149
12. As inundações de Lisboa de 1967 como acontecimento mediático no Rádio Clube Português The Lisbon floods of 1967 as a media event at Rádio Clube Português <i>Cláudia Henriques</i>	165
13. As primeiras experiências de radiodifusão local em Portugal (1977-1984) First local radio experiences in Portugal (1977-1984) <i>Luís Bonixe</i>	183
14. Da invisibilidade de Salazar à presencialidade de Caetano: sobre os media, a televisão e a ditadura em Portugal From Salazar's invisibility to Caetano's presence: on the media, television and dictatorship in Portugal <i>Francisco Rui Cádima</i>	197
15. O Telejornal da RTP mostrou o Maio de 68 e escondeu a Crise Académica de 69. Porquê? The public television, RTP showed "May 68" in France and hid the "academic crisis of 1969". Why? <i>Jacinto Godinho</i>	211
16. A estratégia de informação de Marcello Caetano, o último governante do Estado Novo The information strategy of Marcello Caetano, the last ruler of Estado Novo <i>Ana Cabrera</i>	223
17. A invenção da televisão revolucionária – a RTP durante o PREC (1974-1975) The invention of the revolutionary television – the RTP during the PREC (1974-1975) <i>Carla Baptista</i>	237
18. Romper com o passado: a Revolução nos Média (Portugal, 1974-1975) Breaking with the past: the Revolution in the Media (Portugal, 1974-1975) <i>Maria Inácia Rezola</i>	249
Recensões	
1. O Mundo na Era da Globalização e Sociologia , de Anthony Giddens <i>Francisco Rui Cádima</i>	265

In Memoriam

Professor Nelson Traquina (1948-2019)

Esta não é ainda a homenagem que queremos fazer à memória do Professor Nelson Traquina. Estávamos a finalizar a edição nº 35 da *Media&Jornalismo* quando fomos surpreendidos pela inesperada notícia da sua morte, numa altura em que nos preparávamos para o revermos em Lisboa. Mas, sendo esta uma edição sobre um tema que também o apaixonou – a história e a conceptualização do jornalismo enquanto campo de estudo de reflexão – da iniciativa de um centro devedor de outro que fundou – o CIMJ, em 1997, com algumas das pessoas que hoje integram o ICNOVA e que foram seus companheiros, alunos e amigos, – não podíamos deixar de assinalar de forma comovida o seu desaparecimento, na revista que criou em 2002, pioneira em Portugal na divulgação de investigação sobre os media, o jornalismo e a sociedade.

Não temos qualquer dúvida de que a sua memória irá perdurar, enquanto professor dedicado, investigador de referência e homem generoso e afetuoso que ajudou tantos de nós a iniciar e desenvolver a sua carreira académica. Foi também com grande comoção que lemos em quase todos os jornais portugueses o seu obituário, escrito por jornalistas que foram seus alunos e lhe devem também a inspiração para um caminho profissional que ele só concebia de forma íntegra, apaixonada e, ao mesmo tempo, profundamente respeitadora do jornalismo enquanto profissão e exercício político de resistência e luta.

Nelson Traquina é a maior referência da área dos estudos jornalísticos em Portugal – a ele lhe devemos os elementos para uma teoria da notícia que nos ajudam a compreender porque é que as notícias e a “tribo jornalística” são como são. Todos nos lembramos da forma exuberante como descrevia esta tribo de indígenas, perdidos no grande mar da comunicação moderna, armados dos seus óculos e dos seus *gadgets*, perspicazes para alguns e obtusos para outros. Mas o que Nelson Traquina nos ensinou a pensar foi que a forma como os jornalistas enquadram, narram, relatam as histórias constitui em si um enorme património de sedimentos simbólicos que fundam o jornalismo enquanto discurso criador de sentidos e percepções coletivas.

De entre os imensos contributos que deu ao campo dos media – desde a emblemática pesquisa empírica sobre 30 anos de noticiabilidade da Sida em Portugal até à reflexão teórica sobre o jornalismo cívico norte-americano (em parceria com Mário Mesquita), passando pela teoria do agendamento – e tentando fazer o exercício de escolher apenas um, selecionamos a concetualização das várias teorias da notícia. Esta sistematização das lentes teóricas através das quais podemos olhar para o jornalismo é absolutamente original e singular, e não se encontra em mais nenhuma obra de referência no campo dos estudos jornalísticos. Permite-nos perceber as origens, os pressupostos e as ramificações dos caminhos abertos pelas abordagens teóricas que tão bem sedimentou na sua categorização: teoria do espelho, teoria do *gatekeeper*, teoria organizacional, teorias de ação política e teorias construtivistas (nas quais se encontram a versão estruturalista de Stuart Hall e a versão interacionista de Schlesinger, Gans, Tuchman, Molotch e Lester ou Gurevitch e Blumer).

Nelson Traquina era Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da NOVA FCSH, onde lecionou desde o início dos anos 80 e obteve a cá-

tedra em 1997. Foi correspondente em Portugal da agência noticiosa United Press International (UPI), tendo chegado ao país no rescaldo da revolução de abril, depois de um percurso académico formado nos Estados Unidos (licenciatura em Política Internacional no Assumption College e mestrado em Política Internacional na Universidade de Denver) e em França (diploma em Comunicação Social e Política na Universidade de Paris I e doutoramento em Sociologia na Universidade de Paris V). Os seus alunos, portugueses e brasileiros, serão sempre gratos pela iniciação em leituras de autores seminais na área das ciências da comunicação, na sua maioria desconhecidos na altura em que Nelson Traquina começou a organizar coletâneas desses textos e a discuti-los nos seminários de Teoria da Notícia no, então designado, mestrado em Comunicação Social da Universidade Nova de Lisboa. A antologia *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias* (1993) tornou-se um clássico, apresentando autores fundamentais da área, tendo muitos deles vindo à NOVA FCSH participar em seminários e conferências organizados pelo professor Nelson Traquina. Destacamos em particular as várias edições do seminário Media, Jornalismo e Democracia e que trouxe pela primeira vez a uma universidade portuguesa académicos como Michael Schudson, Peter Golding, Thomas Patterson, David Buckingham, Doris Graber, James Stayner, Jean Chabaly, Kees Brants, Lance Bennett, Pertti Alasuutari, ou os textos publicados nesta revista de pessoas como Elihu Katz, Daniel Dayan, Barbie Zelizer, Roger Silverstone e outros.

“O que é o jornalismo? Eis uma questão que provoca outras questões, muitas questões”, diz Traquina no parágrafo final da introdução ao seu já clássico livro *O que é o Jornalismo* (2002, 1ª edição, Quimera). A maior homenagem que lhe podemos prestar é acreditamos no “poder” do jornalismo e continuarmos corajosamente a colocar perguntas para as respostas societais urgentes, como Nelson Traquina sempre fez ao longo da vida.

A Direção da M&J

Apresentação

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_0

Cláudia Henriques

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho

Pedro Marques Gomes

Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa

Instituto de História Contemporânea da NOVA FCSH

Sílvia Marques Torres

Instituto de Comunicação da NOVA - ICNOVA

Num ensaio, a que chamou “Crise, incerteza e jornalismo”, Barbie Zelizer, refletindo sobre algumas das características e desafios do jornalismo atual, não deixa de convocar o passado, lembrando que certos discursos e previsões catastrofistas sobre o “futuro” de alguns meios de comunicação social estão longe de constituir uma novidade. “Pontos temporais anteriores revelam maiores semelhanças com as circunstâncias atuais do que se poderia esperar”, escreve a académica, acrescentando: “todos eles se apoiavam em descrições semelhantes de incerteza e precariedade, partilhavam um sentido de urgência e eram impelidos pela mesma necessidade de resolução”. Ou seja, ainda que em contextos distintos, que importa aprofundar, “o mesmo discurso promove uma divisão entre os novos *media* e os *media* tradicionais” (2018, p. 102).

Esta reflexão, feita por Zelizer no presente, mas olhando para o passado, remete precisamente para o que motivou a organização deste número da revista *Media & Jornalismo* dedicado aos “*media* no Portugal Contemporâneo”. A ideia de que, segundo uma perspetiva histórica, o estudo dos *media* permite-nos, através dos seus conteúdos, leituras da sociedade e dos contextos, mas também, entre outras possibilidades, uma melhor compreensão da complexa teia de relações entre os meios de comunicação social e campos como o político, económico, cultural, tecnológico, entre outros. Como observa Jean-Noel Jeanneney, a história dos *media* compreende “uma área muito vasta”, pois “reúne todas as áreas da investigação e diz respeito à maioria das atividades humanas, públicas e privadas” (1996, p. 5).

Em Portugal, a história dos *media* tem vindo a despertar cada vez mais interesse entre os investigadores. Depois de um longo período em que foi, de algum modo, ignorada (o pioneiro da história da imprensa em Portugal, José Tengarrinha, não deixa de o constatar nos seus trabalhos), nas últimas duas décadas assistiu-se a um considerável desenvolvimento de estudos sobre o passado dos *media* nacionais, cruzando várias disciplinas científicas e ângulos de abordagem distintos. Neste contexto, o Portugal Contemporâneo ganha particular destaque nas investigações que têm sido realizadas.

Partindo da premissa de Asa Briggs e Peter Burke, de levar a “história para o interior dos estudos *media*, e os *media* para dentro da história” (2006, p. 10), foi organi-

zado, o Congresso “Os *Media* no Portugal Contemporâneo: da ditadura à democracia”, que decorreu nos dias 18 e 19 de outubro de 2018, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com o apoio do Instituto de Comunicação da Nova (ICNOVA) e do Instituto de História Contemporânea (IHC). Os textos que se publicam neste número tiveram como ponto de partida comunicações apresentadas nesse encontro sobre o papel dos meios de comunicação social no longo período da ditadura portuguesa e nos primeiros anos da democracia.

A edição da revista *Media & Jornalismo* que agora apresentamos encontra-se organizada em cinco temáticas centrais, estruturantes do panorama mediático português durante mais de cinquenta anos. Em primeiro lugar, as dinâmicas vividas na imprensa, rádio a televisão ao longo deste vasto intervalo temporal, que vai do Estado Novo ao pós-25 de Abril de 1974. Por outro lado, a montante, a máquina de propaganda e o aparelho censório do Estado Novo, que, se por um lado, determinaram e condicionaram as práticas e rotinas dos *media* e dos seus profissionais nos consulados de Salazar e Caetano, por outro, ajudam a explicar a forma como os *media* reivindicaram e afirmaram a sua ação no contexto pós-revolucionário.

Abrimos este número da revista com o texto da conferência inaugural de Mário Mesquita – figura incontornável dos estudos dos *media* e do jornalismo, e pioneiro na história dos *media* do pós 25 de Abril de 1974 –, que propõe, a partir do conceito de “efeito de atraso” de Eric Neveu, a hipótese de a estratégia utilizada relativamente aos *media*, no período revolucionário, ter como base teorias da comunicação cuja “invalidez científica” já havia sido declarada. Refletindo sobre esta questão, Mário Mesquita sublinha que “o uso da comunicação social pelas forças revolucionárias, em 1974-75, saldou-se por um efeito de boomerang”, precisamente porque “a tentativa do monolitismo” acabou por se voltar “contra quem o tentou implantar.”

Carla Ribeiro, investigadora do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CITCEM), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, reflete sobre o principal organismo de propaganda e de enquadramento político-ideológico dos *media* e das atividades culturais durante o Estado Novo, o Secretariado Nacional de Informação (SNI). O estudo de caso centrado na Delegação do SNI do Porto mostra como a sua atuação política junto da imprensa e da rádio portuenses se revelou fundamental para a construção retórica do regime.

Através do estudo de Vasco Ribeiro, também investigador do CITCEM, em torno de lobistas e assessores norte-americanos que estiveram ao serviço do Estado Novo, vemos como os regimes de Salazar e Caetano souberam aplicar, para além da tradicional propaganda política, as modernas regras da comunicação estratégica na promoção do país, do regime político e dos seus dirigentes junto da opinião pública. Por sua vez, Joaquim Cardoso Gomes, do ICNOVA, analisa a máquina censória do Estado Novo e o seu pessoal político através de gravações dos telefonemas dos censores feitos nos meses que precederam o 25 de Abril de 1974 e no próprio dia da Revolução.

No campo da imprensa, Eduardo Cintra Torres, da Universidade Católica Portuguesa, e Filomena Serra, do Instituto de História de Arte da NOVA FCSH, analisam a retórica das imagens de Salazar no *Século Ilustrado*, entre 1938 e 1945. Nesta publicação, e neste período temporal, a imagem do líder incontestado dá lugar à de “um líder panóptico que vê e manda sem precisar de ser visto”.

A proposta de Jaime Lourenço, doutorando no ISCTE-IUL, e de Maria João Centeno, investigadora do ICNOVA, pressupõe o levantamento e análise de conteúdo de publicações sobre cinema ao longo de quarenta anos (entre as décadas de 1950 e 1980), assim como uma revisão da literatura acerca da imprensa que se dedicou ao cinema em Portugal. Através deste estudo, que cronologicamente parte do Estado Novo e chega aos anos da democracia, é possível compreender a evolução e o desenvolvimento do que os autores consideram ser um subgénero do jornalismo cultural.

A investigadora Suzana Cavaco, do CITCEM, explora os desafios, no âmbito da economia dos *media*, que se colocam à imprensa portuguesa nos finais do Estado Novo. Apesar de alguns progressos, a imprensa continua, nas vésperas do 25 de Abril, mergulhada num atraso económico e social considerável face à Europa Ocidental e América do Norte.

Marco Gomes, investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra, optou por estudar a cobertura jornalística do imediato pós-25 de Abril de 1974, realizada por três jornais italianos. Destaca-se, desde logo, a relevância atribuída pela imprensa italiana ao que ia acontecendo em Portugal, mas também o grau de envolvimento dos jornalistas nos acontecimentos, que o autor contextualiza e interpreta. O estudo do nascimento de um novo jornal, em pleno “Verão quente” de 1975 é a proposta do artigo assinado por Pedro Marques Gomes, investigador do IHC. Analisando as circunstâncias da criação d’*A Luta* e as suas características, o autor destaca as ligações e a sintonia, a nível político-ideológico, do periódico ao Partido Socialista, assim como a sua inegável posição de defensor da legalidade democrática como rumo para o futuro do país.

De seguida, David Castaño, investigador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), aborda a nem sempre pacífica relação entre o Conselho da Revolução e a imprensa, que se traduziu, por exemplo, na instauração de vários processos a jornais e jornalistas, entre 1976 e 1982.

No campo dos estudos da rádio, Cláudia Henriques, doutoranda da Universidade do Minho, analisa as inundações de 1967 em Lisboa enquanto acontecimento mediático que recebeu uma atenção privilegiada do Rádio Clube Português, no quadro das transformações que o jornalismo radiofónico estava então a viver. Luís Bonixe, investigador do ICNOVA, reflete sobre a rádio no período pós-revolucionário. No final da década de 1970, a emergência de discursos e práticas em torno da valorização e da legalização das rádios locais em Portugal, fruto da democracia e da liberdade de expressão entretanto conquistadas, torna-se uma realidade que “contaminará” a década seguinte.

Os estudos sobre a história da televisão estão presentes em vários artigos. Francisco Rui Cádima, coordenador e investigador do ICNOVA, analisa os contrastes entre a televisão de Salazar e a de Marcello Caetano, em linha com as diferenças existentes no plano pessoal e nos objetivos políticos de cada um, realçando os denominadores comuns: uma regular subexposição, a censura e a perseguição aos rostos e vozes dissonantes, e o “não direito à imagem de um povo”. Por sua vez, Jacinto Godinho, investigador do ICNOVA, estuda os telejornais da televisão pública portuguesa em dois casos relacionados com agitação estudantil – o Maio de 68, em França, e a Crise Académica de 1969, em Coimbra –, procurando perceber o que levou a RTP a realizar uma ampla cobertura do acontecimento internacional e a ignorar completamente o que se passou, um ano depois, em Portugal.

Ana Cabrera, investigadora do IHC, analisa a estratégia de informação de Marcello Caetano, quando este assume a Presidência do Conselho de Ministros, em 1968. Entre outros aspetos salientados pela autora, esta estratégia alicerçava-se em acontecimentos que "assegurassem", a Caetano, "uma boa visibilidade na imprensa".

Carla Baptista, investigadora do ICNOVA, debruça-se sobre o processo revolucionário português, analisando os programas informativos não diários da RTP. De acordo com a autora, os conteúdos transmitidos nesses programas "permitem caracterizar o processo de «invenção da televisão revolucionária»", designadamente como agente não só de transmissão de informação, mas também de formação do povo.

Finalmente, Maria Inácia Rezola, investigadora do IHC, reflete, numa perspetiva ampla, acerca do papel dos *media* na revolução portuguesa, deixando assente a ideia de que se pretendia, efetivamente, "romper com o passado". Tal é demonstrado através da identificação das alterações que vão ocorrendo no interior das próprias empresas jornalísticas, nas relações laborais e na tensão que marcou as relações entre *media* e poder neste período, entre outros aspetos salientados pela autora.

Em suma, estamos perante um leque diversificado de textos – quanto a objetos de estudo, ângulos de abordagem ou pressupostos metodológicos – que nos permite olhar para a nossa história recente através do estudo de um dos seus aspetos "mais vivos e expressivos", como bem observa Tengarrinha (1989, p. 263), e que, pretende, assim, ser mais um contributo para uma melhor compreensão do Portugal Contemporâneo.

Cabe-nos, por fim, agradecer a todos os autores que colaboraram neste número, assim como aos participantes no congresso realizado em outubro de 2018. Aos leitores, desejamos boas leituras!

Os textos publicados neste número da *Media & Jornalismo* seguem as regras do acordo ortográfico escolhido por cada autor.

Referências biográficas

Briggs, A. & Burke, P. (2006). *Uma História Social da Mídia: De Gutenberg à Internet*.

Rio de Janeiro: Zahar.

Jeanneney, J. N. (1996). *Uma História da Comunicação Social*. Lisboa: Terramar.

Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

Zelizer, B. (2018). Crise, incerteza e jornalismo. *Electra*, 4, 89-106.

Notas biográficas

Cláudia Henriques é doutoranda do Programa de Doutoramento FCT em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade, com bolsa de doutoramento da FCT. Mestre em Jornalismo pela NOVA FCSH. Investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

ORCID ID: 0000-0002-6548-2886

Email: claudia.henriques@sapo.pt

Morada: Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

Pedro Marques Gomes é doutorado em História Contemporânea pela NOVA FCSH, investigador do Instituto de História Contemporânea da NOVA FCSH e Professor na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa.

ORCID ID: 0000-0002-3189-3388.

Email: pedromarquesgomes@gmail.com

Morada: Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social, Campus de Benfica do IPL, 1549-014 Lisboa, Portugal; Universidade Nova de Lisboa, Instituto de História Contemporânea, Av. de Berna 26, 1050-099 Lisboa, Portugal

Sílvia Marques Torres é doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. É investigadora do Instituto de Comunicação da NOVA – ICNOVA.

ORCID ID: 0000-0001-5965-7048

Email: silviammtorres@gmail.com

Morada: Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Comunicação da NOVA, Av. de Berna, 26-C - Lisboa 069-061, Portugal

(Página deixada propositadamente em branco)

Artigos | Articles

(Página deixada propositadamente em branco)

O corte revolucionário nos *media* e o “efeito de atraso” nas teorias da comunicação

The revolutionary break in media and the “delay effect” on communication theories

El corte revolucionario en los media y el "efecto de retraso" en las teorías de la comunicación

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_1

Mário Mesquita

Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Resumo

A autonomização do campo jornalístico em Portugal teve no período de 1974-1975 um marco importante, com a abolição da censura estatal. Interpretam-se as estratégias relativas aos media e ao campo jornalístico na perspectiva das teorias da comunicação e do conceito designado por “efeito de atraso” (Neveu).

Palavras-chave

media portuguesas; corte revolucionário; ideologia; jornalistas; 1974-1975

Abstract

The autonomy of the journalistic field in Portugal was in the period from 1974-1975 an important milestone, with the abolition of state censorship. In this article, the strategies towards the media and the journalistic field are interpreted through the media theories and the concept called “delay effect” (Neveu).

Keywords

Portuguese media; revolutionary break; ideology; journalists; 1974-1975

Resumen

La autonomía del campo periodístico en Portugal en 1974-1975 tuvo un hito importante, con la abolición de la censura estatal. Las estrategias relacionadas con los medios y el campo periodístico se interpretan desde la perspectiva de las teorías de la comunicación y el concepto llamado “efecto de retraso” (Neveu).

Palabras clave

medios portugueses; corte revolucionario; ideología; periodistas; 1974-1975

Em comunicação apresentada ao Conselho da Europa, em 1995, sobre os *media* nas transições democráticas europeias¹, delineei uma proposta de periodização, em três fases, dos primeiros vinte anos da Revolução Portuguesa, no domínio da Comunicação Social. A primeira fase tem como palavra-chave *Ideologias* (1974-76) e como perfil profissional o de um *jornalista-militante*. A segunda fase, remete para a palavra *Instituições* (1976-1985) e o retrato dominante seria o *jornalista porta-voz*. O terceiro período, poderia definir-se pela palavras-chave *mercado e tecnologia* (1987-1995) e por um perfil dominante de *jornalista negociador* com as fontes e pesquisador de boas histórias. Este quadro histórico é certamente simplificado e, se for tomado ao pé da letra, redutor, mas ajuda a introduzir o tema, centrando-me apenas no período seguinte à Revolução de 25 de Abril.

De entre os atos libertadores dos revolucionários de 1974, conta-se a abolição da censura prévia. A liberdade de expressão assumia excecional valor, num país que conheceu, ao longo da sua história, toda a espécie de censuras estatais, religiosas e económicas. As medidas imediatas dos revolucionários de Abril em relação à Comunicação Social consistiram, por um lado, na ocupação dos principais meios audiovisuais e, por outro, na abolição imediata da censura e exame prévio.

Se a rádio e a televisão foram militarmente ocupadas, outro tanto não sucedeu à Imprensa escrita, que, com raras exceções, se solidarizou, por sua livre iniciativa, com o propósito dos revolucionários. Sob o regime de Salazar e Caetano, o exame prévio processava-se através de provas tipográficas remetidas às comissões de censura existentes em Lisboa, no Porto e nas capitais de distrito. Ora, no dia 25 de Abril - refere o relatório do Conselho de Imprensa — “quando ainda não se confirmara a vitória do movimento militar, a maioria dos jornais não enviou provas à censura” (Conselho de Imprensa, 1979, p. 1).

O escritor José Cardoso Pires descreveu, com saborosa ironia, esse último alento de perenidade censória:

Na manhã do 25 de Abril, estava Lisboa em revolução, voavam os cravos, corriam os tiros e, a dois passos do Quartel do Carmo onde Caetano se encontrava encurralado com o sumo-inquisidor Moreira Baptista, os censores do fascismo continuavam às secretárias, embalados numa rotina de meio século”. A dada altura levantaram a cabeça, medindo as horas, e todos à uma desataram a telefonar para os jornais. Reclamavam as provas dos textos das edições da tarde. Estavam de tal modo viciados de autoridade, tão enraizados nos cadeirões sombrios — vivendo neles, larvando papel, reproduzindo-se — que se julgavam instituição natural, função pública. Prolongáveis para lá do fascismo que se estava a extinguir (Pires, 1977, p. 244)

A força subversiva da palavra escrita esteve na génese da Revolução portuguesa. Escritores, jornalistas e muitos outros cidadãos participaram nas lutas contra o

¹ Palestra intitulada “Le rôle des médias dans la consolidation de la démocratie - Réflexions sur l'expérience portugaise”, proferida em Estrasburgo, na mesa-redonda sobre “O papel dos media livres na consolidação da democracia na Europa”, organizada pelo Conselho da Europa, no âmbito das comemorações do 20º Aniversário da adesão de Portugal, a 24 de Setembro de 1996, com a participação de Álvaro Guerra (embaixador de Portugal), Malcolm Dean, Branislav Milosevic, André Pautard, Alexei Venedictov e Peter Zwick.

salazarismo. Através de meios legais, semi-legais ou clandestinos, bateram-se pela liberdade de expressão contra a censura prévia e a polícia política. Alguns jornais e jornalistas, programas de rádio e até de televisão dos anos 60 e 70 – com especial destaque para os vespertinos de Lisboa e do semanário *Expresso* – contribuíram para a mudança de regime e para a criação do clima favorável à Revolução de 25 de Abril.

Abolida a censura, os *media* passaram a viver em regime de liberdade de expressão. Os solenes dispositivos institucionais e mediáticos herdados do antigo regime mudaram de orientação. Novos conteúdos tomaram de assalto as velhas formas. As imagens a preto e branco da RTP difundiam pelo país atos de posse e manifestações de rua, solenes discursos e debates políticos, comícios partidários e reivindicações de comissões de trabalhadores e moradores. As emissões de rádio emitiam mensagens revolucionárias.

Da euforia da libertação e da possibilidade de escrever sem que a sombra do lápis de um censor se projetasse na folha branca de papel passou-se, quase sem transição, a um combate permanente pelo controlo dos *media*. O aparelho de comunicação ligado ao salazarismo não conseguiu prolongar a ‘velha ordem’, embora certas correntes militares e políticas, relevantes até à queda do Presidente Spínola, desejassem manter, sob o manto protetor de uma solução federativa, o controlo militar e político sobre as colónias e, para executar esse projeto, precisavam de condicionar os *media*.

As Forças Armadas tentaram regular os *media* com a criação de Comissões Ad Hoc, que vieram a extinguir-se em 1976, a primeira à direita (até Setembro de 1974) e a segunda à esquerda². Se a última justificação da censura, ao tempo de Marcelo Caetano, foi a prossecução de operações militares em Angola, Moçambique e Guiné, os primeiros atos de repressão à Imprensa, após o 25 de Abril, relacionavam-se também com a guerra de África. Nos textos sancionados pela primeira Comissão Ad Hoc, estava em causa indiretamente, a forma de conduzir a descolonização. A força negocial portuguesa perante os movimentos de libertação dependia da eficácia militar nas colónias. O projeto federalista de Spínola passava pela coesão das Forças Armadas. E, se não excluía o cessar-fogo em África, pressupunha a presença militar em termos operativos.

O fundamento das multas aplicadas pela primeira Comissão Ad Hoc relacionou-se, sempre, com a questão da disciplina militar e com o problema colonial. Em princípios de Agosto, os membros da primeira Comissão Ad Hoc demitiram-se, por não terem sido ouvidos acerca da suspensão aplicada, sem qualquer fundamento legal, pelo Presidente da República, general Spínola, a três vespertinos de Lisboa – *República* (um dia), *A Capital* (dois dias) e *Diário de Lisboa* (dois dias). Motivo invocado: a publicação da notícia de uma manifestação da extrema-esquerda (MRPP). Esta decisão provocou, aliás, um movimento de repúdio: a 2 de Agosto não se publicaram jornais em Lisboa. Perante a ameaça de paralisações na Rádio e na Televisão, as suspensões foram levantadas. Terminou deste modo a primeira fase da acção da Comissão Ad Hoc.

Novas censuras emergiram do seio da Revolução, ao sabor de grupos de pressão políticos e militares, prejudicando o pluralismo interno e externo. Visava-se, nuns casos preparar a revolução, noutros conquistar o eleitorado. Diferentes concepções dos *media* e do jornalismo conduziram a afrontamentos dolorosos. Companheiros na luta contra a censura salazarista encontravam-se, agora, em trincheiras que se combatiam de forma implacável. Ao longo dos anos de 1974 e 1975, a comunicação

² Sobre estas Comissões Ad Hoc, veja-se Mesquita (1988).

social foi, simultaneamente, o lugar de afirmação do poder em construção e de luta pela definição do futuro sistema político, económico e social. Algumas forças políticas julgaram que seria possível legitimarem-se através do controlo dos *media* e da ligação às bases populares, dispensando — ou secundarizando — os mecanismos da democracia representativa (Seaton & Pimlott, 1983, p. 113).

Durante uma visita a Portugal, no ano de 1975, acompanhado pelo seu amigo jornalista Serge July, o filósofo e escritor Jean-Paul Sartre disse que a Imprensa portuguesa, fosse de esquerda ou de direita, “não explica(va) nada”³. Colava comunicados emanados dos centros de decisão militares ou partidários. Reportava declarações produzidas em comícios. O Conselho de Imprensa, magistratura de influência independente do Governo, recorreu a palavras e expressões como “monolitismo” e “tom propagandístico” (Conselho de Imprensa, 1979, pp. 43-44) para caracterizar o discurso jornalístico dessa época.

Na imprensa, na rádio e na televisão imperavam os paradigmas de *agit-prop* característicos do início do século XX que postulavam a sobrevalorização do poder persuasivo dos *media*. Essas representações e modelos de atuação eram inspirados, nuns casos, em “fontes ideológicas ou partidárias” de tendência marxista, noutros em experiências de “ação psicológica” ensaiadas pelas forças armadas portuguesas na guerra colonial. Emanavam de determinados sectores da instituição militar e de partidos políticos.

A reivindicação de controlo operário sobre o conteúdo de jornais, liderada pelos trabalhadores gráficos, relevantes atores políticos neste período, esteve no centro de vários conflitos em empresas jornalísticas. Situações dramáticas de luta pela posse de órgãos de Comunicação Social, como os casos *República* e Renascença, desencadearam manifestações de rua e, no primeiro episódio, levaram à queda de um dos governos provisórios (Julho de 1975, IV Governo Provisório). A televisão e a rádio foram objeto de polémicas quase permanentes. A Assembleia Constituinte no Verão de 1975 foi quase reduzida ao silêncio, como demonstram os arquivos da RTP, que não possuem imagens desse rico e conflituoso tempo de debate, porque os jornalistas não estiveram lá.

Apesar de todos os incidentes ocorridos, o círculo das “novas censuras” nunca se fechou completamente sobre si próprio. Ainda que de uma forma imperfeita e irregular, refletindo os andamentos do processo político, os *media* contribuíram para a criação de um novo espaço público. Os discursos dos comunistas e da esquerda revolucionária, mesmo quando divergiam entre si, poderiam significar para a maior parte dos consumidores dos *media*, nada treinados a decifrar nuances políticas, uma mesma retórica de propaganda. Contudo, não eram atitudes e posições homogêneas. Para citar exemplos, alguma extrema-esquerda trotskista tomou posições diferenciadas no caso *República*. No *Diário Popular* existiu um interessante pacto de não agressão entre uma parte dos jornalistas simbolizada na fórmula “jornalista não saneia jornalista”, que se traduzia numa atitude que permitiu o convívio na redação de jornalistas de várias tendências.

O jornalismo desse tempo desempenhou um papel de pedagogia cívica, estabelecendo pontes entre os leitores, radiouvintes e telespectadores e o novo e complexo poder político-militar ou através da divulgação das regras indispensáveis à preparação dos primeiros atos eleitorais. Conferiu visibilidade aos novos órgãos governativos,

³ Declarações proferidas, na Casa da Imprensa, a 5 de Abril de 1975, reproduzidas em *A Capital e Expresso*.

aos partidos políticos, aos sindicatos, às personagens civis e militares que ajudaram a instaurar o novo regime. Apesar da agitação revolucionária que se manifestava nas ruas e nos quartéis, organizaram-se teledebates entre líderes políticos, merecendo destaque, pela sua excecional dramaticidade, o debate entre Mário Soares e Álvaro Cunhal, que teve lugar na RTP, a 6 de Novembro de 1975. A orientação dos *media* oscilava ao sabor das conjunturas e dos equilíbrios, no país e no interior de cada empresa, entre a lógica propagandística e a lógica do pluralismo.

A orientação dos *media* de 1974-75 resultou da convergência de governos, partidos, políticos, militares, jornalistas e tipógrafos, sindicatos e comissões de trabalhadores. Os especialistas em ação psicológica nas guerras coloniais tentaram transferir para a Metrópole as técnicas de condicionamento, através dos *media*, assimiladas com vista à aplicação no contexto das guerrilhas.

O discurso dos *media* não visava explicar ou argumentar, mas agitar e mobilizar. O comentário, a análise, a explicação não eram os métodos habituais. Recorria-se, de preferência, a processos como o tom oratório e triunfalista, a repetição dos chavões doutrinários, o silenciamento de acontecimentos relevantes, a transformação de rumores em notícias...

O círculo não chegou, porém, a fechar-se. O controlo dos comunistas e da extrema-esquerda nunca se estendeu à Comunicação Social no seu todo, embora, a certa altura, se exercesse com grande intensidade na TV e na Rádio, nos jornais de Lisboa (e menos nos do Porto). A direita mantinha influência relevante na Imprensa regional, onde predominava a influência da Igreja. Muitos desses jornais foram sancionados pela segunda Comissão Ad Hoc.

No ano de 1975 novos jornais privados emergiram, na área liberal conservadora, social-democrata ou socialista. O investigador Pedro Marques Gomes examina o surgimento dos diários *Jornal Novo* e *A Luta* e dos semanários *O Jornal* e *Tempo*: “Os quatro jornais surgidos em 1975 — sustenta Pedro Marques Gomes — (...) com características que os diferenciavam uns dos outros e outras que os aproximavam, (...) cada um à sua maneira, procuraram afirmar-se enquanto projetos jornalísticos alternativos e, em alguns aspetos, inovadores e ousados” (Gomes, 2018, p. 353).

À exceção de *A Luta* e do *Jornal Novo*, reforçou-se e consolidou-se o papel específico dos semanários, que se iniciara na época marcelista, com a fundação do *Expresso*. O caos reinante na Imprensa diária propiciou a implantação dos novos jornais. Era, aliás, mais fácil dotar de coesão, homogeneidade e competência equipas redatoriais reduzidas, criadas a partir do zero, do que reformar velhas redações com heranças pesadas.

Esses novos jornais procuravam ir mais longe do que a colagem, apoiada em títulos declarativos, dos comunicados governamentais, partidários e militares, que faziam ainda escola na grande maioria dos diários. Nem todo o jornalismo semanário mereceu aplausos sob o ponto de vista ético e deontológico, embora em graus e estilos diferentes consoante os órgãos em causa. Como principais aspetos negativos avultam: certo relaxamento nos critérios de verificação das fontes e o predomínio da imaginação prospetiva em análises que, sob a invocação da ciência política, confundiam desejos dos articulistas com previsões razoáveis.

Refiram-se ainda as secções “confidenciais” que surgiram na Imprensa semanária, com noticiário alusivo à vida social, política e literária. Sem escrúpulos de invadir a privacidade dos cidadãos, este tipo de jornalismo foi usado para, com base em insinuações

e meias-verdades, fazer e desfazer reputações, ao sabor de interesses e conveniências. Esta orientação, pouco escrupulosa, revelou-se eficaz no plano político. Talvez tão decisiva como o jornalismo dos golpes de Estado inventados e das grandes parangonas ideológicas praticado pelos adeptos de Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho.

A tentação do monolitismo esteve sempre associada ao desconhecimento dos limites de poder dos *mass media*. Com efeito, a utilização da Comunicação Social num processo de transformação política e social pressupõe que se tenha em atenção os mecanismos de autodefesa da sociedade perante quaisquer agressões às suas crenças e convicções mais arraigadas.

Em 1974-75, a Imprensa, onde predominavam o PCP e a extrema-esquerda revolucionária, atuou como se desconhecesse que o poder dos *media* noticiosos não é ilimitado. Abalada a credibilidade global do sistema de Comunicação Social, logo a sua eficácia, em termos de persuasão, disso se ressentiu.

As grandes campanhas desencadeadas pelo poder revolucionário saldaram-se em resultados decepcionantes. Mantiveram um certo grau de incerteza psicológica no país, geraram grandes manifestações de rua em Lisboa e no Porto, animaram ações localizadas em fábricas, quartéis ou na rua, mas, no plano nacional, o efeito persuasivo não se verificou. O feitiço voltou-se contra o feiticeiro.

As eleições constituintes efetuadas a 25 de Abril de 1975 representaram um duplo insucesso para a esquerda comunista e revolucionária. Apesar da sua preponderância na informação, o PCP e a extrema-esquerda revolucionária foram nitidamente derrotados nas eleições em benefício das correntes defensoras da democracia representativa (PS - 38 por cento; PPD - 26 por cento; PCP - 12,5 por cento). O apelo ao “voto em branco”, defendido por certa esquerda militar e civil, como equivalente ao apoio ao MFA, também não surtiu efeito considerável. A percentagem de votos brancos e nulos não ultrapassou os 6,94 por cento.

O uso da Comunicação Social pelas forças revolucionárias, em 1974-75, saldou-se por um efeito de *boomerang*. A tentação do monolitismo não compensou. Pelo contrário, voltou-se contra quem o tentou implantar. O alarme produzido pelas imagens da Revolução — nas ruas, nas fábricas, nos campos e, sobretudo, nos quartéis — não poderia deixar de ser desastroso na perspectiva dos revolucionários. Entre outros casos merecedores de análise, releve-se o diálogo entre os militares envolvidos no golpe de 11 de Março de 1975, Dinis de Almeida (MFA gonçalvista) com Mensurado (spinoлиста), mediado pelo jornalista Adelino Gomes.

A 25 de Novembro de 1975, a maior parte dos portugueses assistiu à transição abrupta de alocução revolucionária que o capitão Durão Clemente proferia na TV pelo genérico do filme “O Homem do Dinner’s Club”, com Danny Kaye. A cena, com o seu misto de dramatismo e humor, ficou na memória de muitos telespectadores. Era, apesar de tudo, um final moderado, a condizer com uma Revolução que Miguel Torga qualificou, no seu diário, de “mais psicológica do que sociológica” (Torga, 1977, p. 113).

O conceito de “efeito de atraso” proposto por alguma sociologia dos *media* — cite-se Eric Neveu (2001) — aponta para a possibilidade de que certas teorias da comunicação tenham influência na sociedade já após ter sido declarada a sua invalidade científica.

A teoria da propaganda ou dos “efeitos totais”, construída no contexto histórico do período de “entre as duas guerras” e dos modelos behavioristas adotados em estudos sobre os regimes totalitários, permaneceram com influência na definição de

estratégias de comunicação voluntaristas emanadas de governos, partidos políticos, instituições militares e outras. Para recorrer à formulação de Neveu, são “teorias recicladas em instrumentos quotidianos de percepção dos *media*” (Neveu, 2001, p. 82).

Essa crença no poder absoluto dos *media* e dos jornalistas foi questionada desde as investigações pioneiras de Elihu Katz e Paul Lazarsfeld – com destaque para o estudo *Personal Influence* (1955), lugar de cruzamento entre a psicologia de massas, herança do princípio do século XX (Tarde, Park) e a psicologia interpessoal.

As análises de campanhas eleitorais revelam desde há muito que a predominância nos *media* não equivale automaticamente a vitória nas urnas (Cayrol, 1973). Na França de 1924, o “cartel das esquerdas” venceu eleições, apesar da maior parte dos jornais ser adversa a essa aliança. Em 1936, a Frente Popular venceu as eleições apesar da hostilidade de 80 por cento da imprensa.

Na Grã-Bretanha, existe o exemplo mundialmente célebre da derrota eleitoral dos conservadores em 1945. Vencedor da Guerra e apoiado pela maior parte da imprensa, Churchill perdeu as eleições para os trabalhistas. Nos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt venceu as eleições de 1944 com a hostilidade de 78 por cento da tiragem total da imprensa.

Destes dados da história dos *media* não se pode concluir que a influência dos *media* foi irrelevante, mas que deve ser interpretada num quadro político, sociológico e histórico. Conforme sublinha Mauro Wolf, “há uma espécie de carácter cíclico na existência e no retorno de alguns ‘climas de opinião’ (e respectivas tendências de pesquisa) sobre o tema da capacidade que os *mass media* possuem para influenciar o público” (Wolf, 1994, p. 54). As investigações de Lazarsfeld e da sua equipa no pós Guerra demonstram que os efeitos dos *media* “são atenuados por processos selectivos de atenção, de percepção e de memória”, os quais, por sua vez, dependem de variáveis como a idade, a história familiar, a tendência política dos destinatários das mensagens. Este paradigma rompeu com a “representação do impacto dos *media* como total, imediato e sem mediação”, defendendo que a respetiva “influência é um processo que leva tempo e que a conversa sobreviveu nas sociedades modernas...” (Katz, 1989, p. 87).

O poder dos *media* foi progressivamente revalorizado, a partir do último quartel do século passado, mas numa perspetiva mais complexa do que os modelos lineares da comunicação da primeira metade do século XX. “O ponto principal da questão – explica Manuel Castells – é que os *media* (...) tornaram-se no espaço privilegiado da política. Não que toda a política possa ser reduzida a imagens, sons ou manipulações simbólicas, mas sem os *media* não é possível adquirir ou exercer o poder. Deste modo, acabam por entrar no jogo, embora não da mesma forma ou com o mesmo propósito” (Castells, 1989, p. 379)⁴.

A experiência portuguesa antes e depois do “corte revolucionário” de 1974-75 é um marco relevante na história das teorias da comunicação social. É o que faz notar Jean Seaton, atual historiadora oficial da BBC (Seaton & Curran, 1985, p. 269). Nas décadas de 60 e 70, apesar da censura se ter mantido, a atitude de alguma imprensa foi essencial para estabelecer uma “cultura de oposição ao regime autoritário”, que possibilitou o sucesso da Revolução do 25 de Abril de 1974, mas a “mudança dramática na direção política dos *media*, entre a primeira e a segunda eleições democráticas, não teve efeito no comportamento dos eleitores”. Num estudo em coautoria com Ben Pimlott, Seaton defendeu que a ação dos *media* durante o período

⁴ Sublinhado meu.

do revolucionário de 1975 teve fraco poder persuasivo: “No Verão de 1975, o controle pró-comunista dos *media* foi vasto, mas (...) esse domínio não produziu o efeito de converter o povo, mas o de espalhar a desconfiança. O poder persuasivo dos *media* era muito limitado” (Seaton & Pimlott, 1983, p. 113).

A ilusão dos *media* como eficazes mentores da revolução, construída com base em teorias guardadas no sótão, ficou desfeita.

Referências bibliográficas

- Castells, M. (2007). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A Sociedade em Rede* (V. I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cayrol, R. (1973). *La Presse écrite et audiovisuelle*. Paris: PUF.
- Conselho de Imprensa (1979). *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a julho de 1975)*. Relatório do Conselho de Imprensa.
- Curran, J. & Seaton, J. (1985). *Power without Responsibility*. London: Methuen.
- Gomes, P. M. (2018). *Jornais, Jornalistas e Poder: A imprensa que nasce na Revolução e as lutas políticas de 1975*. (Tese de Doutoramento em História Contemporânea. Texto policopiado. NOVA-FCSH, Portugal).
- Katz, E. (1989). La Recherche en Communication depuis Lazarsfeld. *Hermès*, 4, 77-91.
- Mesquita, M. (1988). Estratégias liberais e dirigistas na comunicação social de 1974-1975 da comissão *ad hoc* à Lei de Imprensa. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 8, 85-113.
- Neveu, E. (2001). *Sociologie du Journalisme*. Paris: La Découverte.
- Pires, J. C. (1977). *E agora, José?* Lisboa: Morais Editora.
- Seaton, J. & Pimlott, B. (1983). The Portuguese media in transition. In Maxwell, K. (Ed.), *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*. Connecticut: Greenwood Press.
- Torga, M. (1977). *Diário XII*. Coimbra: Edição do Autor.
- Wolf, M. (1994). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença.

Nota biográfica

Mário Mesquita é Professor de Jornalismo na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa e na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. É atualmente Vice-presidente da Entidade Reguladora da Comunicação Social.

Email: mariomotamesquita@gmail.com

Morada: Campus de Benfica do IPL, 1549-014 Lisboa, Portugal

Agradecimento

Agradeço à Comissão Científica e à Comissão Organizadora do Congresso “Os Media no Portugal Contemporâneo - Da ditadura à democracia”, nas pessoas dos investigadores Pedro Marques Gomes, Cláudia Henriques e Sílvia Torres, o convite para apresentar esta comunicação

Artigo por convite | Article by invitation

A ação política da Delegação do Porto do Secretariado Nacional de Informação: as relações com a imprensa e a radiodifusão portuenses

The political activity of the Porto Delegation of the National Information Bureau: the relationship with the city's press and broadcasting

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_2

Carla Ribeiro

Instituto Politécnico do Porto, Escola Superior de Educação

Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Universidade do Porto

Resumo

O Secretariado de Propaganda Nacional, a partir de 1944 Secretariado Nacional de Informação, foi o primeiro dos novos organismos criados pelo Estado Novo, fundado em setembro de 1933. Pensado e criado num clima de estruturação e consolidação do novo regime, dependente da Presidência do Conselho, assumiu uma orientação claramente política, enquanto organismo de propaganda e informação. No âmbito da sua ação, o Secretariado mobilizou todo o leque das atividades culturais – artes plásticas, artes performativas, cinema, teatro, literatura – mas também os meios de comunicação – a imprensa e a radiodifusão. Em março de 1945, criava-se no Porto uma Delegação do Secretariado. Todavia, tradicionalmente o Porto não era uma cidade ‘da Situação’ mas de resistência ao regime. No presente artigo propõe-se uma primeira leitura da ação desta Delegação, sobre a qual pouco se sabe e nada parece ter sido escrito. Em particular, aborda-se a atuação política da Delegação no campo da imprensa e da radiodifusão privada portuenses, e como essas relações se conectaram com a sua função primordial de construção retórica do Estado Novo.

Palavras-chave

Secretariado Nacional de Informação; delegação do Porto; radiodifusão; imprensa; Porto

Abstract

The National Bureau of Propaganda, from 1944 on National Information Bureau, was the first of the new organisms created by the New State (Estado Novo), founded as early as September 1933. Created in a time of structuring and consolidation of the new regime, dependent on the Presidency of the Council, the Bureau assumed a clearly political role, as a propaganda and information organization. Within the framework of its action, the Bureau mobilized all cultural activities – fine arts, performing arts, cinema, theater, literature – but also the media, namely press and broadcasting. In March 1945, a Delegation of the Bureau was established in the city of Porto. How-

ever, this was traditionally a city of resistance regarding the authoritarian regime of the New State. This article proposes a first understanding of the action of the Porto Delegation, about which little is known. In particular, the Delegation's policy in the fields of press and private broadcasting in Porto is discussed, and how these actions have connected with the primary function of the Bureau regarding the rhetorical construction of the New State regime.

Keywords

National Information Bureau; Porto delegation; broadcasting; press; Porto

Introdução

A história dos organismos e instituições do Estado Novo tem vindo a fazer-se nestes anos de democracia por investigadores de diversas áreas e proveniências. Destacam-se apenas alguns desses trabalhos: Irene Flunser Pimentel trouxe à luz do dia a história das Organizações Femininas e da PIDE, Joaquim Vieira, Manuel Ribeiro Rodrigues ou Lopes Arriaga escreveram sobre a Mocidade Portuguesa, Luís Nuno Rodrigues centrou a dissertação de mestrado na Legião Portuguesa, José Carlos Valente deu a conhecer a história da Fundação para a Alegria no Trabalho e Nelson Ribeiro a da Emissora Nacional.

Todavia, o Secretariado de Propaganda Nacional, a partir de 1944 Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, e depois de 1968 Secretaria de Estado da Informação e Turismo, continua em larga medida por estudar. Relevante organismo do Estado Novo, considerado como “o mais importante *interface* do salazarismo” (Ó, 1999, p. 54), o Secretariado apresentou-se como a “plataforma centralizadora da política cultural oficial” (Melo, 2001, p. 18), procurando consolidar a ideia de Nação, estruturando uma identidade e memória coletivas de acordo com a ideologia do regime. Diretamente vinculado à Presidência do Conselho – a Salazar portanto –, o Secretariado foi o primeiro dos novos organismos criados pelo Estado Novo, fundado logo em setembro de 1933.

Podem referenciar-se como estudos que abordam o Secretariado a obra de Jorge Ramos do Ó (1999), onde o autor, embora tendo a figura de António Ferro (o primeiro diretor deste organismo) como pano de fundo, procurou abordar a prática, a estrutura e os discursos culturais de diversas instituições e iniciativas do Estado Novo, entre as quais o Secretariado; o livro de Daniel Melo (2001), decorrente da sua dissertação de mestrado, que tem como tema a perspetiva oficial sobre a cultura popular durante o Estado Novo, no período que vai de 1933 a 1958, abrangendo o Secretariado mas não se limitando a este organismo, ou o estudo comparativo de Heloisa Paulo (1994), relativo à intervenção propagandística dos regimes ditatoriais português e brasileiro, através dos seus organismos institucionais, respetivamente o Secretariado e o Departamento de Imprensa e Propaganda.

Temáticas mais específicas, sobre a produção cultural deste órgão, encontram-se abordadas em trabalhos fora da área da História, como a dissertação de mestrado de Ema Pires (2003) e a tese de doutoramento de Vera Marques Alves (2013), ambas já editadas. A primeira analisa, num discurso cruzado entre a História e a Antropologia, as narrativas turísticas e os discursos de propaganda presentes na política

de António Ferro, de 1933 a 1949, numa construção, pela propaganda turística, de um Portugal para consumo interno e externo. Já a tese de doutoramento de Vera Alves analisa a política folclorista do Secretariado tendo como principal referência as teorias desenvolvidas pela Antropologia e outras ciências sociais em torno dos usos nacionalistas da cultura popular e da etnografia. Por fim, de referir a recentemente publicada tese de doutoramento de José Guilherme Victorino (2018), que aborda a revista *Panorama*, editada pelo Secretariado a partir de 1941.

Torna-se claro que a atual produção científica em torno do Secretariado não inclui uma análise sistemática do organismo que abranja a totalidade da sua existência – os estudos mencionados referem-se, quase em exclusivo, ao período inicial, entre 1933 e 1949, centrando-se maioritariamente na figura do seu primeiro diretor. Ora, se esta dificuldade em obter um olhar panorâmico sobre o Secretariado é evidente, é igualmente válida para estudos de pormenor sobre o órgão: organização interna, funcionários, orçamentos, iniciativas, tudo parece por fazer.

Procurando contribuir para colmatar este vazio historiográfico, este artigo apresenta um estudo sobre a única delegação do Secretariado, localizada no Porto, centrando-se na sua relação com os órgãos de comunicação social da cidade. Pretende-se dar resposta a algumas questões de investigação: Qual a organização da Delegação do Secretariado no Porto? Qual a sua relação com os meios de comunicação portuenses (imprensa e radiodifusão privadas)? Qual o peso político desta atuação e como tal se conectou com a função primordial do organismo, de construção retórica do regime?

Em termos metodológicos, numa prática que se pretende de micro-história, optou-se pelo estudo de caso, utilizando-se técnicas de tipo qualitativo, cruzando a análise de conteúdo com a análise do discurso. Na investigação aqui apresentada, e dada a exiguidade de conhecimentos específicos sobre o assunto, como mencionado já, optou-se sobretudo pela utilização de fontes documentais originais do fundo do Secretariado depositado na Torre do Tombo, especificamente os relatórios emanados da Delegação do Porto, da década de 1950¹. Constituem uma prolífica fonte de informação, relatando fatos, discutindo e pronunciando-se sobre a realidade da cidade do Porto e do Norte do país, proporcionando um notável enquadramento da situação que se vivia então e do pensamento oficial em torno da mesma.

O Secretariado Nacional de Informação e a criação da Delegação no Porto

Logo em 1933, num clima de estruturação e consolidação do Estado Novo, são estabelecidos os dois alicerces institucionais da política de informação do novo regime: a Direção Geral dos Serviços de Censura, tutelada pelo Ministério do Interior até 1944, e o Secretariado de Propaganda Nacional, na dependência direta da Presidência do Conselho.

Aos Serviços de Censura cabia, de acordo com a Constituição, “impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social”, defendendo-a “de todos os factores

¹ De destacar que, no fundo do Secretariado existente na Torre do Tombo, existem relatórios da Delegação desde a sua fundação até cerca de final da década de 1950. Os restantes, dos anos de 1960 em diante, permanecem por localizar.

que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum” (1933, pp. 228-229). Ao Secretariado, conforme indicado no seu documento fundador, o Decreto-lei nº 23054, competia a função de “integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a Nação” (1933, p. 1675). Cumpria-se assim, de formas diferentes, uma mesma função: a produção de um mundo simbólico, de um discurso único capaz de arregimentar as massas. Um “cerco ideológico” (Barros, 2005, p. 235) portanto, materializado pelos Serviços de Censura e pelo Secretariado.

Neste sentido, enquanto organismo de propaganda, que coordenava toda a informação relativa à ação dos diferentes ministérios, o Secretariado estava dividido em duas secções, uma interna, para regular as relações da imprensa local com os poderes do Estado, divulgar a doutrina, combater a penetração no país de ideias perturbadoras e dissolventes da unidade nacional, e outra externa, na colaboração com os organismos portugueses no estrangeiro, elucidando a opinião internacional e promovendo exposições nos grandes centros. Um organismo cujos interlocutores privilegiados eram escritores e jornalistas, diplomatas e agências estrangeiras de informação.

Para desenvolver estas linhas de ação, o Secretariado mobilizou todo o leque das atividades culturais – artes plásticas, artes performativas, cinema, teatro, literatura – e dos meios de comunicação, nomeadamente a imprensa e a radiodifusão.

Em 1943, em plena convulsão mundial, o então diretor do organismo, António Ferro, escritor, jornalista e *bon-vivant*², dirige a Salazar um memorando sobre a “inquietação dos portugueses”, listando como causas para esta situação “a incompreensão do regime corporativo [...], a crise e burocratização da mística [...], a falta de uma imprensa continuamente orientada” e, eventualmente ainda mais importante, a “deficiência de meios legais da propaganda e falta de coordenação com os serviços públicos que a podem tornar eficiente”³.

Da análise do memorando de 1943, é notória uma grande preocupação em controlar a imagem do regime internamente. Como solução para a situação descrita, Ferro apresenta um conjunto de 25 medidas políticas, que abrangiam numerosas áreas de atuação. Destaca-se a exigência de uma maior intervenção e poder no controlo da imprensa e dos espetáculos culturais, reclamando Ferro a tutela destas áreas para o organismo que dirigia. Este assume-se, portanto, como o documento que operou a metamorfose do Secretariado numa outra organização, concretizada em 1944. O novo órgão, embora não divergisse muito do antigo Secretariado quanto à sua função de propaganda, politicamente assumia de forma clara uma faceta mais repressiva e coerciva, passando a assegurar, como pedido no memorando de 1943, o controlo sobre a informação e a

² António Ferro (1895-1956) foi escritor (fez parte da primeira geração de modernistas portugueses), jornalista (escreveu para os jornais *O Século*, *Diário de Notícias* e *Diário de Lisboa*) e diplomata. Assumiu de 1933 a 1949 a direção do Secretariado, organismo que se constituiu como a génese de um Ministério da Cultura. Neste seu percurso, Ferro revelou-se uma peça-chave na legitimação das políticas e práticas culturais do regime, subordinadas ao interesse supremo da Nação, através da sua *Política do Espírito*. Esta foi uma política de fomento cultural que procurou instaurar um novo paradigma estético, de criação de uma arte nacionalista. Pode mesmo dizer-se que a *Política do Espírito* de Ferro concretizou um duplo objetivo: a esteatização da política e a politização da arte (Barreto, 2011). De 1949 a 1956, data da sua morte, Ferro foi ministro de Portugal, primeiro em Berna e depois em Roma.

³ ANTT/AOS, PC-12E, caixa 66 (1943). *Algumas causas, aparentes ou reais, da inquietação de certos portugueses no momento actual*, pp. 1-2.

imprensa, com as seguintes funções: o registo e licença para jornalistas e agências noticiosas, a superintendência da radiodifusão e a execução das antigas atribuições da Inspeção Geral dos Espetáculos (o que lhe permitia centralizar a fiscalização e o fornecimento de registos, licenças e vistos para toda e qualquer manifestação artística ou casa de espetáculo aberta ao público; na prática, permitir ou proibir a realização de espetáculos), além do controlo, crucial, das funções relativas à censura, que atuava sobre toda a produção cultural nacional, e estava até aí na dependência do Ministério do Interior. Este novo Secretariado era agora um efetivo órgão de controlo político, que fiscalizava, superintendia, centralizava e vigiava a vida cultural e artística do país.

Neste novo contexto, foi criada em março de 1945 uma Delegação do Secretariado no Porto, a segunda cidade do país, parte integrante de uma estratégia de expansão da área de influência do governo, pela multiplicação dos órgãos burocráticos. A sua função era clara: ser “a projeção na capital do Norte do organismo central”⁴.

Mas o projeto de uma delegação no Porto vinha de 1934: segundo dados recolhidos no fundo do Secretariado na Torre do Tombo, em março desse ano Artur Maciel⁵, então chefe dos Serviços Internos do Secretariado (mais tarde Serviços de Informação e Imprensa), teria efetuado uma viagem ao Norte do país, incluindo nesse périplo cidades como Braga e Viana do Castelo, tendo como um dos seus encargos encontrar na cidade do Porto um espaço que pudesse servir como delegação do Secretariado. Teria então equipado duas salas alugadas na Avenida dos Aliados, de forma que “a instalação ainda que modesta, se tornasse tão decente quanto necessário para a dependência que fique a representar, no Porto, a Presidência do Conselho”⁶. Sobre o que terá acontecido a esta Secção não reza a história ou, neste caso, os arquivos do Secretariado.

Estabelecida em edifício situado na Praça D. João I (o prédio onde estava a Delegação, no nº 25 da Praça, pertencia à empresa Maurício Macedo & C^a, importadores), a Delegação do Porto foi dirigida por António Maria Pinheiro Torres até à sua morte, em 1966, sendo então substituído por Manuel Seabra.

Seguindo a organização da sede, em Lisboa, encontrava-se dividida em quatro repartições: 1ª Repartição: Serviços Centrais (Secretaria, Tesouraria e Contabilidade); 2ª Repartição: Serviços de Informação (Imprensa, Rádio); 3ª Repartição: Cultura Popular e 4ª Repartição: Serviços de Turismo, Secção Técnica e da Agência de Informações.

Da análise dos relatórios de Pinheiro Torres, percebe-se a extrema centralização exercida pelo regime na orgânica interna dos diversos serviços e repartições da Delegação, na sua relação com a sede. Administrativamente, todos os relatórios respeitantes à atividade das repartições da Delegação eram sempre dirigidos ao Secretário Nacional, o que terá levado em 1954 a que o Delegado do Porto se dirigisse ao então

⁴ ANTT/SNI, caixa 4311 (1945). *Projecto de orçamento para o ano económico de 1946*, p. 9.

⁵ Artur Maciel (1900-1977) foi escritor e jornalista: colaborou com periódicos como *A Época* (1925-1927) e *A Voz* (1927-1937), chegando a chefe de redação do jornal *Noite* em 1939. Foi sócio fundador da Associação da Crítica Dramática e Musical (1929) e do Sindicato Nacional dos Jornalistas (1934), do qual foi presidente de direção em 1937. Foi chefe dos Serviços Internos e dos Serviços de Informação e Imprensa do SPN entre 1933 e 1937. Pertenceu aos quadros da Emissora Nacional entre 1952 e 1954, onde foi responsável pelos serviços noticiosos da estação. Foi-lhe atribuído, em 1948, 1959 e 1972, o Prémio Nacional de Jornalismo Afonso de Bragança, pelas suas reportagens (Moreira, 2012, p. 45).

⁶ ANTT/AOS, PC-12A, caixa 658 (1934). *Relatório para Sua Ex^a. o Presidente do Conselho, sobre a viagem ao Porto, Braga, Viana do Castelo e Coimbra pelo Chefe dos Serviços Internos*, p. 5.

diretor do Secretariado, José Manuel da Costa, na tentativa de o fazer compreender a importância de ter diretamente subordinados a si todos os funcionários da Delegação. Tal era especialmente grave no que à elaboração dos orçamentos e contas dizia respeito, uma vez que estes estavam totalmente dependentes da comunicação exercida entre o delegado da 1ª Repartição e o chefe da 1ª Repartição da sede do Secretariado, o que significava que Pinheiro Torres não seria ouvido na elaboração do orçamento geral da Delegação, tomando dele conhecimento já pronto.

A cidade do Porto – bastião da oposição ao regime

Tradicionalmente, o Porto não era uma cidade ‘da Situação’ mas de resistência ao regime. No mencionado relatório de viagem de Artur Maciel, afirmava então este funcionário do Secretariado que “a organização comunista [...] é evidente e conta com elementos activos”⁷. Na década de 1950, a situação mantinha-se. Do relatório de novembro de 1954, elaborado pelo chefe da Delegação do Secretariado, Pinheiro Torres, percebe-se a assunção das dificuldades:

O Porto, pela circunstância de se encontrar longe do poder central e mercê da personalidade dos seus habitantes, é um meio difícil. Essencialmente liberal, dificilmente aceita coarctem o que julga ser seus direitos. Ferozmente bairrista, é naturalmente tendente à independência. É católico, mas com tendências anti-clericais. É conservador, portanto, mas individualista⁸.

Isto significava, na ótica do Delegado do Porto, que “estas qualidades e defeitos, habilmente explorados, constituem terreno propício à oposição, que actua em todos os meios e por todas as formas”⁹. Para o Secretariado, era evidente a existência no Porto de

um escol oposicionista-comunista existencialista, sub-realista – que penetra em todos os meios e, por intermédio dos jornais e agremiações [...] expõem e exibem as suas ideias, habilmente camufladas em conferências, exposições, filmes, músicas e teatro [...], tendo sempre guardada no ‘Ateneu Comercial’ e ‘Clube dos Fenianos’, cujos corpos directivos são, nitidamente da esquerda¹⁰.

Era, portanto, face a esta leitura do panorama da vida intelectual e cultural da cidade que a Delegação do Secretariado se posicionava, procurando, através de uma “bem orientada acção”, uma contraofensiva, opondo para tal “as nossas ideias, precisamente pelos mesmos meios, durante todo o ano”¹¹.

⁷ ANTT/AOS, PC-12A, caixa 658 (1934). *Relatório para Sua Ex^a. o Presidente do Conselho, sobre a viagem ao Porto, Braga, Viana do Castelo e Coimbra pelo Chefe dos Serviços Internos*, p. 6.

⁸ ANTT/SNI, caixa 3026 (1954). *Relatório apresentado em 5 de Novembro de 1954*, p. 7.

⁹ ANTT/SNI, caixa 3026 (1954). *Relatório apresentado em 5 de Novembro de 1954*, p. 7.

¹⁰ ANTT/SNI, caixa 3026 (1954). *Relatório apresentado em 5 de Novembro de 1954*, p. 14.

¹¹ ANTT/SNI, caixa 3026 (1954). *Relatório apresentado em 5 de Novembro de 1954*, p. 14.

A ação da Delegação: as relações com a imprensa

Como se viu, a Delegação do Porto contava com uma repartição inteiramente dedicada aos serviços de informação, denotativa da importância conferida aos meios de comunicação, em particular a imprensa, como mecanismos indispensáveis de consolidação do ideário nacionalista.

Se na fase inicial do Estado Novo, a relação do poder político com a imprensa escrita tinha como objetivo fundamental a construção de uma opinião favorável ao regime, a partir de 1950, “num período em que eram visíveis as suas dificuldades crescentes perante as ameaças internas e externas” (Tengarrinha 2006, p. 178), a preocupação central tornou-se impedir a disseminação de informação adversa sobre o regime, que se mostrava

cada vez mais defensivo e inseguro, colocando-se numa atitude predominantemente negativa no seu relacionamento com a informação e evidenciando, pois, limitações crescentes na sua capacidade de alcançar o objetivo central que antes se propusera de formar um bloco de opinião nacional (Tengarrinha, 2006, p. 182).

Pode, pois, dizer-se que à imprensa caberia, por adesão ou, se necessário, por coerção, o papel de unificar e tornar visível o modelo político do Estado Novo.

Todavia, embora essenciais ao desempenho das suas funções, as relações da Delegação do Secretariado com a imprensa portuguesa não foram fáceis no período em análise. No relatório do Delegado de 1954, este escrevia, obviamente preocupado, que “a oposição tem uma grande penetração [nos] jornais, quer nos próprios corpos redatoriais, quer nos colaboradores”, considerando “de lamentar que a censura deixe passar tanto veneno!”¹². Em novo relatório de 1956, Pinheiro Torres continuava a dar importância “à penetração dos chamados oposicionistas nos jornais matutinos do Porto”, caracterizando as páginas literárias desses jornais como “de doutrina avançada, para não dizer comunizantes”¹³.

Apesar de na Constituição de 1933 a imprensa surgir como um instrumento do Estado, exercendo uma função de reconhecido caráter público – ou de interesse nacional, na linguagem do artigo 23º – a realidade demonstrava uma clara resistência, nos jornais do Porto, em aceder aos pedidos da Delegação do Secretariado.

Esta era uma tendência que vinha sendo reportada desde 1934: no relatório da viagem de Artur Maciel, este escrevia, a propósito do jornal *O Primeiro de Janeiro*:

É o Primeiro de Janeiro, diário do Norte que deve possuir maior facilidade de penetração. Tem a simpatia do público pelo seu aspecto gráfico e por ser o jornal que [...] apresenta maior interesse jornalístico. Hoje, como V. Ex^a. não ignora, põe essas qualidades contra a Situação. A Censura tem-no modificado bastante o que não quer dizer que haja

¹² ANTT/SNI, caixa 3026 (1954). *Relatório apresentado em 5 de Novembro de 1954*, pp.7-8.

¹³ ANTT/SNI, caixa 3026 (1956). *Relatório do chefe da Delegação do Porto ao Secretário Nacional*, p. 33.

sabido inutilizar por completo a sua acção, desenvolvida, sagazmente, por meio de todas as suas secções¹⁴.

Com efeito, *O Primeiro de Janeiro* nunca abandonou a sua orientação política, de jornal liberal e republicano, orientação que manteve mesmo quando foi castigado com uma suspensão durante a Ditadura Militar e que persistiu, enquanto “projecto informativo independente de pressões partidárias” (Lima, 2011, p. 34), durante o Estado Novo, mantendo sempre um distanciamento ideológico marcado face ao regime.

Quanto ao outro dos grandes diários da região, o *Jornal de Notícias*, escrevia o mesmo funcionário do Secretariado:

A sua preocupação máxima, se não exclusiva, é a tiragem. Para a manter, procura viver de bem com Deus e com o Diabo. [...] Reserva, a favor do Governo, transcrições que não tenham acentuada significação política [e] dá margem bastante ampla à reportagem de acontecimentos relativa à actividade política do Estado Novo. Em homenagem ao sector adverso, teima em sustentar as notas venenosas das duas secções de Lisboa: ‘Notas de Lisboa’ de Paulo Frére e ‘Notícias políticas’ de Alfredo Marques¹⁵.

Realmente, o *JN* era, dos três grandes diários da cidade, o mais comercial, com um preço que o retirava do grupo dos jornais caros das elites, assumindo uma “linha noticiosa e popular que constituiu a sua imagem de marca” (Lima, 2011, p. 47), interessado em fidelizar um público alargado. Todavia, é de realçar que o diário pontuou desde sempre pela defesa intransigente dos interesses portuenses, ganhando desta forma a confiança dos seus leitores.

Estas considerações de Maciel iam ao encontro de dois relatórios, elaborados em 1934 e 1935 pelo Secretariado, sobre o estado da imprensa na província, decorrente das “dificuldades crescentes das delegações distritais da censura e dos governadores civis perante o avolumar das posições críticas e da controvérsia política dos jornais” (Tengarrinha, 2006, p. 185); quanto ao distrito do Porto, os relatórios identificavam uma relevante imprensa política onde predominava a anti-situacionista. Em 1941, o funcionário superior do Secretariado Tavares d’Almeida, em relatório sobre a imprensa regional, admitia que a colaboração com os jornais diários da cidade do Porto era insatisfatória, referindo que estes evitavam a publicação das informações oficiais enviadas e só relutantemente obedeciam aos pedidos feitos pelo Secretariado. A situação perdurava em 1943, evidenciada no relatório mensal sobre a imprensa diária de Lisboa e do Porto: “Continua a ser impossível afirmar que os jornais se sintam integrados e correspondam com eficácia aos deveres de verdadeiros órgãos orientadores da opinião pública que deviam ser” (Tengarrinha, 2006, p. 195). No ano de criação da Delegação do Secretariado no Porto, face às eleições para a Assembleia Nacional, o Secretariado faz novo balanço das posições dos jornais continen-

¹⁴ ANTT/AOS, PC-12A, caixa 658 (1934). *Relatório para Sua Ex^a. o Presidente do Conselho, sobre a viagem ao Porto, Braga, Viana do Castelo e Coimbra pelo Chefe dos Serviços Internos*, p. 9.

¹⁵ ANTT/AOS, PC-12A, caixa 658 (1934). *Relatório para Sua Ex^a. o Presidente do Conselho, sobre a viagem ao Porto, Braga, Viana do Castelo e Coimbra pelo Chefe dos Serviços Internos*, p. 8.

tais e insulares; as conclusões são francamente desfavoráveis, tendo o número de jornais hostis ao Estado Novo subido de 4 para 33, em particular nos distritos de Lisboa, Aveiro, Coimbra e Porto, o que parecia revelar a incapacidade do regime em captar esta imprensa.

Face a uma oposição, mais ou menos aberta, como manter a imprensa portuense sob controlo? A Delegação do Porto recorreu maioritariamente a duas fórmulas: a repressão direta, exercendo as suas prerrogativas no que à censura dizia respeito¹⁶, e o aliciamento, no sentido de uma adesão consentida destes meios de comunicação ao regime.

Focando em particular as estratégias de ‘sedução’ utilizadas pela Delegação do Porto, destaca-se desde logo a promoção ativa de um bom relacionamento com os jornalistas, de camaradagem mesmo, de forma à Delegação “tornar-se indispensável aos jornais, facilitando-lhes a sua missão pela intensificação do serviço a fornecer-lhes”¹⁷. Neste sentido, a Delegação concedia subsídios, naquilo que pode ser descrito como “um grande e persistente esforço [...], tentando atrair jornais ‘neutros’ ou moderadamente críticos” (Tengarrinha, 2006, p. 183).

Um outro caminho seguido foi o do financiamento indireto ao aparecimento de novos jornais, simpatizantes ou situacionistas¹⁸. Daí terá resultado a criação do *Diário do Norte*, jornal que se constituiu como um baluarte do Secretariado, bitolando o procedimento da demais imprensa para com o organismo, assumindo-se como um diário da cidade e da Nação. Sobre o periódico, escrevia o Delegado do Porto:

Nunca me enganei [...] ao pugnar pela criação desse jornal, da sua influência benéfica sobre os outros, [que] veio exercer grande influência no meio jornalístico portuense, em benefício da causa nacionalista, forçando os seus colegas matutinos a adoptar um clima diferente e a pautarem-se, em muitos aspetos, pela sua orientação¹⁹.

O chefe da Delegação tinha mais ideias para o jornal, defendendo uma política de reforço da atratividade do mesmo relativamente ao público portuense, para que “cada vez melhor e mais eficazmente possa exercer a sua benéfica acção”, em particular através da criação no diário de uma página literária “de grande envergadura, onde colaborem os melhores valores nossos, para suplantar a dos outros jornais e,

¹⁶ A imprensa, de acordo com o estipulado no Decreto-lei n.º 26589, de 14 de maio de 1936, estava exposta a variadas medidas cautelares. Assim, era apreciada a idoneidade moral dos diretores dos jornais, que deveriam ser pessoas do agrado do regime, e a sua nomeação, embora proposta pelas empresas, deveria ser homologada pelos serviços do ministério da tutela. Outra restrição dizia respeito ao fato de, quando um novo título era lançado, se tornar necessária uma autorização e uma caução. A este propósito, Arons e Cardoso lembram que a caução, sendo menos grave que a autorização, levava, porém, à solidarização da Imprensa com os potenciais financeiros (citado por Cabrera, 2008, p. 32).

¹⁷ ANTT/SNI, caixa 3026 (1954). *Relatório apresentado em 5 de Novembro de 1954*, pp. 8-9.

¹⁸ Entende-se por jornais simpatizantes aqueles que, embora divulgassem a obra do regime, não justificavam os seus princípios políticos e sociais limitando-se a relatar os factos; por situacionistas os que sustentavam a propaganda dos princípios do Estado Novo, defendendo ativamente a ‘situação’ (Barros, 2005, p. 271).

¹⁹ ANTT/SNI, caixa 3026 (1954). *Relatório apresentado em 5 de Novembro de 1954*, p. 8.

assim, torná-la preferida [...] da gente nova"²⁰. Miragem? Nos diários portuenses como o *Jornal de Notícias*, o *Comércio do Porto* ou o *Primeiro de Janeiro* pontificavam nomes como João Gaspar Simões, José Régio ou Jaime Cortesão, conhecidos pelo seu anti-situacionismo. A competição com estes seria mesmo possível? Esse era, indubitavelmente, o desejo do Delegado do Secretariado no Porto.

Em última análise, o que mais condicionou a ação da Delegação relativamente à imprensa portuense foi a dotação financeira: entre 1947 e 1953, as verbas da Delegação baixaram quase 50%, com cortes maciços que nuns casos reduziram e, noutros, levaram ao desaparecimento de várias rubricas da Delegação, "com prejuízo da sua função e dos altos fins a que tem em vista"²¹.

Das rubricas eliminadas destaca-se a "Colaboração", a partir da qual se efetuava a penetração política nos jornais de província, assumida pela Delegação como escola prática de nacionalismo. Outra das secções que mais se ressentiu com a escassez progressiva de verbas foi o Gabinete de Imprensa, que deixou de fornecer reportagens de fora da cidade, em detrimento da influência exercida a este nível. Esta situação justificava os pedidos que, da Delegação do Porto, chegavam ao Secretário Nacional, de maiores facilidades (leia-se facilidades financeiras) de ação, de forma a que se pudesse "manter junto da Imprensa uma posição que custou a conquistar e precisa de maior valorização"²².

A ação da Delegação: as relações com a radiodifusão

Num país onde, em 1950, cerca de 50% da população era analfabeta torna-se clara a importância conferida pelo regime de Oliveira Salazar aos modernos meios de comunicação (Barros, 2005), em particular a rádio, enquanto instrumentos de formação e informação, de operacionalização, reprodução e disseminação da linguagem e da ideologia do regime. Neste sentido, quer a Emissora Nacional, a rádio estatal, quer os postos particulares de radiodifusão eram controlados por representantes permanentes do governo, estando sujeitos à censura prévia os textos dos noticiários, a programação diária e, inclusive, os convidados das emissões (Tengarrinha, 2006).

No Porto, e no que concerne à radiodifusão, no final da II Guerra Mundial, as pequenas estações associadas estavam financeiramente exauridas (Santos, 2014). Dependendo sobretudo das quotas dos sócios e de pequenos mecenas, a sua vida financeira era precária. Embora já desde 1946 a publicidade fosse tolerada em algumas estações de rádio, nomeadamente o Rádio Clube Português e a Rádio Renascença, só foi devidamente regulada no final de 1948, com os restantes postos de radiodifusão a obterem autorização para programas radiopublicitários, garantindo dessa forma algum desafogo económico. Mas esta autorização funcionou como moeda de troca para o seu silenciamento relativamente às atividades da oposição política, em

²⁰ ANTT/SNI, caixa 3026 (1956). *Relatório do chefe da Delegação do Porto ao Secretário Nacional*, p. 34.

²¹ ANTT/SNI, caixa 3026 (1954). *Relatório apresentado em 5 de Novembro de 1954*, pp. 5-6.

²² ANTT/SNI, caixa 2985 (1951). *Relatório do Delegado da 3ª Repartição da Delegação do Porto ao chefe da 3ª Repartição do SNI*, p. 1.

particular o não apoio à candidatura presidencial, de oposição ao regime, de Norton de Matos (Santos, 2014). E, com efeito, em relatório do chefe da Delegação datado de 1954, este referia que se tratava de “um meio difícil, porque os detentores dos Postos, na sua generalidade, têm má orientação política”²³.

Desta forma, a relação da Delegação com os postos de rádio particulares do Porto concretizou-se em torno de dois vetores.

Por um lado, através da ação da censura, como mencionado já, tendo a Delegação uma relação estreita com os fiscais do governo adstritos às estações, normalmente indivíduos que desempenhavam funções profissionais em estruturas do governo, identificados com os valores ideológicos do regime. Para Rogério Santos, o Secretariado, via Delegação, “mantinha um controlo apertado e ditava instruções de matriz ideológica” (2014, p. 275) a estes representantes do governo. Assim, e como mero exemplo, pode destacar-se o papel central que, quer os Serviços de Censura, quer a Delegação do Secretariado desempenharam no desaparecimento da portuense Rádio Clube Lusitânia, descrita num ofício da Delegação do Porto de junho de 1946 como encontrando-se a difundir “programas absolutamente comunistas, cobertos com a capa de críticas literárias e artísticas feitas por estudantes” (citado por Victorino, 2013, p. 141). Em consequência, o referido posto viu a sua licença apreendida e foi encerrado em 1948.

Por outro lado, a Delegação ia igualmente conseguindo os seus objetivos, orientando a radiodifusão particular do Porto “no sentido das nossas doutrinas”²⁴, ao impor um modelo de programação obrigatória, outra das contrapartidas pela publicidade autorizada a partir de 1949 (Santos, 2014). Assim, o Secretariado criou peças de teatro radiofónico, palestras e uma revista diária de imprensa, lidas pelos seus locutores nos pequenos emissores privados, depois de seleccionados em concurso pelo próprio Secretariado, sendo estes programas transmitidos em horários que o organismo estatal entendia seriam os mais apropriados.

No caso do Porto, a Delegação exerceu uma forte ação de colaboração cultural com os postos de radiodifusão, mediante programas da autoria de colaboradores regulares de várias das iniciativas do Secretariado: *Páginas da História*, de Pedro Homem de Melo; *Páginas Literárias, Autores Portugueses e Registo de Actualidades*, de António Abel Pinto Machado; *Lâmpada de Aladino e Norte* (provérbios, contos, lendas e romances populares); *Dois dedos de conversa* (sobre turismo), de Manuela Couto Viana, que partilhava ainda um teatro radiofónico com Humberto Magalhães e, por fim, dois programas da inteira responsabilidade da Delegação, *Viagens na minha Terra* e *Postais Radiofónicos do Porto*.

O Secretariado estava bem ciente das fragilidades financeiras das rádios privadas. E procurou tirar partido disso com um sistema de financiamento indireto que lhe garantiria o alinhamento das diferentes estações. Pelo menos, assim se esperava. Desta forma procurava exercer “uma mais eficaz influência”, já que os postos “aceitam tudo o que lhes oferecermos” e, em troca, “poderemos exigir deles o que também quisermos”²⁵. Neste sentido se pode entender o destaque dado pela radiodi-

²³ ANTT/SNI, caixa 3026 (1954). *Relatório apresentado em 5 de Novembro de 1954*, p. 10.

²⁴ ANTT/SNI, caixa 3026 (1954). *Relatório apresentado em 5 de Novembro de 1954*, p. 10.

²⁵ ANTT/SNI, caixa 3026 (1954). *Relatório apresentado em 5 de Novembro de 1954*, p. 11.

fusão portuense às Revistas de Imprensa e Notas de Abertura elaboradas pela Delegação, elementos de doutrinação político que eram lidos pelos postos na abertura da sua programação diária. Tal não impediu totalmente, contudo, o aparecimento de atitudes de clara rebeldia, como foi o caso da situação descrita num dos ofícios da Delegação, de fevereiro de 1946, onde se reportava que a assembleia do Grémio dos Comerciantes da Rádio tinha declarado que a leitura da Revista de Imprensa, elaborada pelo Secretariado, fazia os postos perderem tempo útil de emissão, pretendendo ser indemnizados por esse prejuízo (citado por Victorino, 2013, p. 141).

Será este tipo de situações a justificar, muito provavelmente, a instalação na Delegação de estúdios próprios de rádio, por volta de 1949. Esta decisão terá permitido uma ação radiofónica mais eficiente e menos dispendiosa, garantindo à Delegação vantagens de natureza económica, cruciais, como se viu já, num período em que os orçamentos iam diminuindo substancialmente. De tal forma que, no mencionado relatório de 1954, Pinheiro Torres pedia um aumento nas dotações futuras na rubrica dedicada às relações com a radiodifusão particular do Porto. Outro dos benefícios percebidos era, na ótica da Delegação, o fato de estas emissões próprias de rádio constituírem um “estímulo edificante aos portos particulares”²⁶, funcionando, portanto, como modelo a seguir.

Considerações finais

Esta breve incursão pela Delegação do Secretariado Nacional de Informação na cidade do Porto procurou lançar alguma luz sobre aspetos menos conhecidos do órgão nacional de propagação, em particular a sua relação com os meios de comunicação da imprensa e da rádio portuenses.

É essencial a compreensão do papel primordial assumido por este organismo na construção retórica do Estado Novo: a nível censório e repressivo, protegendo a ditadura face a campanhas propagandísticas contrárias e eliminando quaisquer formas de expressão que se pudessem opor à leitura unilinear da realidade por ela veiculada; no campo propagandístico, no sentido da construção de consensos, pela difusão dos princípios ideológicos sobre os quais assentava o salazarismo e na mobilização e integração das populações, rurais e urbanas, em torno de uma ideia de Nação desenhada pelo regime. Para tal, revelava-se indispensável exercer um controlo férreo e persistente sobre todos os aspetos da vida nacional, seguindo a divisa do regime, como resumida por António Ferro: “Não pode haver liberdade contra a verdade, não pode haver liberdade contra o interesse comum” (1938, p. 224).

A documentação primária analisada revelou de forma clara as dificuldades com que a Delegação do Porto se deparou na execução do papel a que se propunha.

Em primeiro lugar, era visível uma disparidade nos meios de atuação entre a sede e a delegação no Porto, em grande parte devido a restrições orçamentais, a que se aludiu neste artigo. Apesar da aparente robustez dos primeiros anos, a verdade é que a Delegação sempre esteve sujeita a limitações financeiras, subordinada a projetos de carácter nacional considerados prioritários pelo Secretariado. A situação deteriorou-se grande-

²⁶ ANTT/SNI, caixa 2985 (1951). *Relatório do Delegado da 3ª Repartição da Delegação do Porto ao chefe da 3ª Repartição do SNI*, p. 4.

mente com a saída de António Ferro do cargo de diretor do organismo²⁷. Nos relatórios a que se vem fazendo referência, chega a manifestar-se uma nítida exasperação. Mais do que uma vez, o Delegado do Secretariado no Porto escrevia sobre a “inveja de Lisboa pelo muito que lhe é distribuída a ela e pelo pouco com que se reparte por ele [Porto]”²⁸.

Em segundo lugar, torna-se evidente a escassa autonomia da Delegação, com um controlo de atividades muitíssimo centralizado na capital. Afetava quer as questões puramente administrativas da Delegação, quer algumas das suas competências e serviços, inicialmente atribuídos ao Porto e posteriormente assumidos pela sede em Lisboa. Relativamente ao que aqui foi analisado, um dos exemplos mais flagrantes foi o caso da deslocalização para Lisboa dos serviços de colaboração à imprensa do Norte do país.

Mas, sobretudo, evidencia-se o próprio carácter da cidade do Porto, e a resistência política por ela oferecida ao regime, como desde cedo o reconheceu o Delegado do Secretariado. Relembrem-se os exemplos apontados anteriormente em relação à radiodifusão e à imprensa portuenses. Tal justificará o que se podia ler em decalque de ofício da Delegação, datado de novembro de 1946, com o Delegado a informar o Secretário Nacional que “cada vez se sente mais que se vão desprendendo de nós, que perdemos acção sobre eles, pois agem como lhes apetece e até já com certa hostilidade contra nós” (citado por Victorino, 2013, p. 141).

Por fim: é certo que estes relatórios, ainda que abundantes em considerações sobre o funcionamento da instituição, não são suficientes para abarcar toda a dimensão da ação da Delegação do Secretariado Nacional de Informação no Porto. Contudo, abrem pistas muito ricas, que neste estudo se procurou seguir. Se iniciam o caminho para futuras investigações, deixam-nos, para já, ideias muito fortes sobre a criação da imagem de Portugal por um regime que, por diversas circunstâncias, não a soube ou não a pode concretizar na sua plenitude. Talvez porque esse labor dependesse muito de uma figura forte, como António Ferro, e não se tenha conseguido concluir a tarefa depois do seu afastamento do Secretariado.

Referências bibliográficas

- Alves, V. M. (2013). *Arte Popular e Nação no Estado Novo: A Política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- ANTT/AOS, PC-12A, caixa 658 (1934). *Relatório para Sua Ex^a. o Presidente do Conselho, sobre a viagem ao Porto, Braga, Viana do Castelo e Coimbra pelo Chefe dos Serviços Internos*.
- ANTT/AOS, PC-12E, caixa 66 (1943). *Algumas causas, aparentes ou reais, da inquietação de certos portugueses no momento actual*.
- ANTT/SNI, caixa 4311 (1945). *Projecto de orçamento para o ano económico de 1946*.
- ANTT/SNI, caixa 2985 (1951). *Relatório do Delegado da 3^a Repartição da Delegação do Porto ao chefe da 3^a Repartição do SNI*.
- ANTT/SNI, caixa 3026 (1954). *Relatório apresentado em 5 de Novembro de 1954*.

²⁷ Cf., para mais informações: Ribeiro, C. (2014). *Imagens e Representações de Portugal. António Ferro e a Elaboração Identitária da Nação*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

²⁸ ANTT/SNI, caixa 3026 (1956). *Relatório do chefe da Delegação do Porto ao Secretário Nacional*, p. 40.

- ANTT/SNI, caixa 3026 (1956). *Relatório do chefe da Delegação do Porto ao Secretário Nacional*. Barreto, J. (2011). António Ferro: Modernism and Politics. In S. Dix & J. Pizarro (Ed.), *Portuguese Modernisms: Multiple Perspectives on Literature and the Visual Arts* (pp.135-154). London: Legenda.
- Barros, J. L. (2005). O Cerco Ideológico do Estado Novo à Imprensa de «Província». *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, 5(6), 265-300.
- Cabrera, A. (2008). A censura ao teatro no período marcelista. *Media & Jornalismo*, 12, 27-58.
- Decreto n.º 22241/1933, de 22 de fevereiro. *Diário do Governo n.º 43 – I Série*. Presidência do Ministério.
- Decreto-lei nº 23054/1933 de 25 de setembro. *Diário do Governo, nº 218 – I Série*. Presidência do Conselho.
- Ferro, A. (1938). *Homens e Multidões*. Lisboa: Bertrand.
- Lima, H. (2011). *A Imprensa Portuguesa e os desafios da Modernização*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Melo, D. (2001). *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Moreira, P. R. (2012). *Cantando espalharei por toda a parte: programação, produção musical e o aportunamento da música ligeira na Emissora Nacional de Radiodifusão (1934/1949)*. (Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal).
- Ó, J. R. (1999). *Os anos de Ferro – o dispositivo cultural durante a "Política de Espírito" (1933-1949): ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Paulo, H. (1994). *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Minerva.
- Pires, E. C. (2003). *O Baile do Turismo: turismo e propaganda no Estado Novo*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Ribeiro, C. (2014). *Imagens e Representações de Portugal. António Ferro e a Elaboração Identitária da Nação*. (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal).
- Santos, R. (2014). *A rádio em Portugal. 'Sempre no ar, sempre consigo' (1941-1968)*. Lisboa: Edições Colibri.
- Tengarrinha, J. (2006). *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Edições Minerva.
- Victorino, J.G. (2013). Propaganda e controlo mediático no primeiro salazarismo. A complementaridade de actuação entre o SPN e o aparelho censório. *Media & Jornalismo*, 12(1), 135-148.
- Victorino, J.G. (2018). *Propaganda e Turismo no Estado Novo. António Ferro e a revista Panorama 1941-1949*. Lisboa: Alêtheia Editores.

Nota biográfica

Carla Ribeiro é doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é Professora Adjunta na Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto e investigadora do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

ORCID ID: 0000-0002-4068-3403

Email: carlaribeiro@ese.ipp.pt

Morada: Instituto Politécnico do Porto, Escola Superior de Educação, R. Dr. Roberto Frias 602, 4200-465 Porto, Portugal

*Submetido: 2018.12.26

*Aceite: 2019.08.07

Gravação de telefonemas de censores – uma questão política no marcelismo

Recordings of censors' phone calls – a political issue of Marcelism

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_3

Joaquim Cardoso Gomes

ICNOVA

Resumo

Descobertas alguns dias após a revolução de 25 de abril na Comissão de Censura do Porto/Exame Prévio, as gravações de telefonemas de censores de imprensa foram dadas a conhecer apenas por um jornal diário, *República*, que as considerou “preciosas gravações”, um documento único nas ditaduras ibéricas, mas mantiveram-se praticamente desconhecidas até serem colocadas *on line* em 2017 pelo Arquivo da RTP.

Neste artigo analisa-se o conteúdo das gravações, identificando o momento da sua produção, entre fevereiro e abril de 1974, bem como os intervenientes nas comissões de censura em Lisboa e Porto. Acompanhamos os vários momentos do registo sonoro desde a rotina do funcionamento da censura no mês de fevereiro de 1974, ao sobressalto provocado pela Revolução no dia 25 de abril em que a gravação ilustra por forma impressionante as últimas horas de um aparelho da censura velho de quatro décadas.

Focando o funcionamento da Comissão de Censura do Porto e o seu pessoal político situa-se a decisão de instalação de gravadores nas comissões do Porto (1970) e Coimbra (1971), na necessidade de controlar a comunicação entre a censura e os jornais, e a comunicação interna entre comissões, nas três cidades em que eram publicados os principais diários do país.

O registo magnético surge assim no marcelismo como mecanismo adicional de controlo num momento em que o velho modelo de censura prévia tinha dificuldade em dar resposta aos novos desafios da imprensa. No caso do Porto o posicionamento político dos três jornais históricos face ao regime caracterizou-se, sobretudo no pós-guerra, por um distanciamento que, desde a década de 60 levou a um escrutínio mais rigoroso por parte da censura. São igualmente apreciados os problemas internos da Comissão do Porto, as diferenças de critérios entre as comissões de Lisboa e do Porto e o risco de deslizamentos na leitura de provas sobretudo em áreas sensíveis para o regime como era a guerra colonial.

Palavras-chave

Estado Novo; marcelismo; censura prévia; gravações; imprensa

Abstract

Discovered a few days after the revolution of April 25 in the Oporto Censorship Commission/Prior Examination, recordings of phone calls from press censors were made known only by a daily newspaper, *República*, which considered them “precious

recordings”, a single document in the Iberian dictatorships, however they remained practically unknown until they were put *online* by RTP Archive in 2017.

In this article the content of the recordings is analysed, identifying the moment of its production between February and April of 1974, as well as the intervenients in the censorship commissions in Lisbon and Oporto. We followed the various moments of the tape recording since the routine of the censorship operation in February 1974 to the start of the Revolution on April 25, in which the recording impressively illustrates the last hours of a four decades old censorship apparatus.

Focusing on the work of the Censorship Commission of Oporto and its political staff is the decision to install tape recorders in the Oporto (1970) and Coimbra (1971) Commissions, the need to control communication between the censorship and the newspapers, and communication between commissions in the three cities where the country's main dailies were published.

Magnetic recording thus appears in Marcelism as an additional mechanism of control at a time when the old model of prior censorship had difficulty responding to the new challenges of the press. In the case of Oporto the political position of the three historical newspapers in relation to the regime was characterised, especially in the post-war period, by a distance which, since the 1960's, has led to a more rigorous scrutiny by censorship. The internal problems of the Oporto Commission, the differences in criteria between Lisbon and Oporto Commissions, and the risk of slips in the reading of galley proofs, especially in areas sensitive to the regime such as the colonial war, are also appreciated.

Keywords

New State; marcelism; prior censorship, recordings, press

Um dia de tréguas. Os jornais ainda hoje podem ter opinião. Mas de amanhã em diante têm que pensar pela cabeça dos outros. A pena do jornalista ficará, assim, reduzida a esse objeto inofensivo de escrever à rasa. Não nos pergunte o leitor o que pensamos de certa atitude ou de certa medida governamental – porque não temos o direito de pensar. O jornal mais bem informado daqui para o futuro, será o *Diário do Governo*.

Diário de Lisboa, 23 de junho de 1926

Introdução

Até aos anos 1990 a abordagem da censura à imprensa resultou quer da intervenção política da oposição à ditadura salazarista-marcelista (Rego, 1969; Carvalho & Cardoso, 1971; Carvalho, 1973), quer dos trabalhos de natureza jornalística, de denúncia do aparelho da censura ou empenhados na recolha de testemunhos dos profissionais que viveram sob o espectro do “lápiz azul” (Príncipe, 1979; Franco, 1993; Azevedo, 1999; Forte, 2000). Uma nova fase marcada pela produção historiográfica académica incidiu não só sobre a condição de jornalista (Sobreira, 2003; Correia & Baptista, 2007, 2010) e a história da imprensa no Estado Novo (Cabrera, 2005; Tengarrinha, 2006, entre outros) como sobre o próprio aparelho da censura à imprensa com recurso a fontes arquivísticas, em primeiro lugar, o arquivo da Direção dos Serviços de Censura, o arquivo Oliveira

Salazar e os arquivos militares, situação decorrente da componente exclusivamente militar do pessoal político da censura à imprensa até 1957 (Gomes, 2006, 2013, 2017).

Este estudo complementa a investigação sobre o exercício da censura à imprensa e o seu pessoal político, desde a Ditadura Militar ao consulado marcelista, designadamente a composição das comissões de censura de Lisboa e do Porto sem o que não teria sido possível apreender o *modus operandi* da máquina censória e de alguns dos seus próceres nos meses que precederam o estertor do regime em abril de 1974 e no próprio dia da Revolução, momento particularmente relevante nas gravações dos telefonemas de censores.

Criada pela Ditadura Militar em junho de 1926 com uma primeira comissão em Lisboa, rapidamente o aparelho censório se estendeu a todo o país, numa base castrense, descentralizada, que só com o triunfo do Estado Novo adquiriu, a partir de 1933, com a reestruturação do aparelho pedida por Salazar ao major Álvaro Salvação Barreto, a estrutura que se manteria inalterável até ao 25 de abril: uma direção geral superintendendo três comissões de Lisboa, Porto e Coimbra, com um conjunto variável de delegações na província de natureza quase sempre distrital.

Tratando-se de um documento sonoro único com registo da atividade censória procedeu-se, inicialmente, à revisão das fontes da imprensa diária nas cidades onde funcionava a estrutura intermédia do aparelho de censura, isto é, as comissões de Lisboa, Porto e Coimbra.

A informação veiculada pela imprensa, em articulação com o curso das operações militares em Lisboa e Porto cujo relato se encontra disponível desde 2017, revelou-se decisiva para a compreensão das atitudes da direção da censura na jornada de 25 de abril. Para o período anterior à Revolução, na rotina das comunicações telefónicas entre censores, a análise fina da imprensa foi fundamental para a identificação da data da sua produção, entre finais de fevereiro de 1974 e as vésperas do 25 de abril. Se os testemunhos de jornalistas sobre a comissão de censura do Porto se revelam escassos quando comparados com os de Lisboa, em contrapartida, a documentação arquivística fornece elementos sobre a evolução do pessoal político, as instalações e o relacionamento com os jornais do Porto, quer os três diários históricos quer a imprensa semanal, nomeadamente a católica, permitindo-nos obter a confirmação sobre o início das gravações no Porto e em Coimbra bem como o contexto político que as determinou.

1. 25 de abril e o fim da censura à imprensa

Na manhã de 25 de abril de 1974, Mário Bento, presidente da Comissão Central de Exame Prévio, designação esdrúxula com que Marcelo Caetano procurara encobrir a velhíssima instituição, chegara ao seu *part-time* matutino, pelas nove horas. Pouco depois telefonava para o vespertino *República*, questionando o atraso nas provas que os censores do turno da manhã já deveriam ter começado a rever. Alertado pelo censor-chefe para as “graves consequências” de colocar na rua o jornal sem o crivo censório Raul Rego não desmobilizou e, antes do meio dia, o *República* era o primeiro jornal a sair ostentando na capa: “Este jornal não foi visado por qualquer comissão de censura”. *A Capital*¹,

¹ Cf. Esteves, E. (2018). *1968-1969 A Voz de uma Geração “A Capital” Memórias de um Tempo*, Lisboa: Âncora Editora, p. 26.

quase em simultâneo, colocou na rua uma edição à revelia do seu diretor e da censura. Pouco antes, pelas onze horas, a censura fizera nova investida telefónica, por Bento Garcia Domingues,² subdiretor, invocando a sua qualidade de inspetor da Polícia Judiciária, perplexo com a “irresponsabilidade” pelo não envio de provas (Foyos, 2014, pp. 39-40).

Nas suas *Confidências* ao *Expresso*, Mário Bento recorda o dia 25 de abril como de “trabalho normal” concedendo ter saído “mais tarde do que era habitual, pelas 14 ou 15 horas”, mas não regressou à rua da Misericórdia, preferindo ir para o segundo emprego como diretor do Centro de Observação Anexo ao Tribunal de Menores de Lisboa.³

Ao começo da tarde quando no *Diário Popular* se estranhou a não devolução das provas enviadas para censura a redação soube que “na censura, só estavam um oficial e um porteiro (todos os outros funcionários haviam debandado) e este dizia que as provas estavam muito demoradas.” Só então o chefe de redação, Fernando Teixeira, “defensor acérrimo do Estado Novo e censor interno” (Rosa, 2017, pp.138-139), deixou de enviar provas quando o estafeta confirmou: “Ó Sr. Dr., já não está lá ninguém”.⁴

O edifício da censura, em Lisboa, encontra-se a pouca distância do epicentro da revolução, no Quartel do Carmo, onde se acoita Caetano. Por volta das 15h30 é disparada uma rajada contra as janelas do quartel da GNR que ecoará por todo o Chiado.

Entretanto, no Porto, ainda se vivem momentos de calma, com movimentação de tropas, mas sem qualquer intervenção popular. As operações militares do MFA sofreram dificuldades no Norte, não só porque algumas unidades não cumpriram as missões que lhe foram atribuídas, como as ações de sabotagem da rede de telecomunicações e cortes de linhas telefónicas pelos Grupos Especiais da Legião Portuguesa deixaram a população do norte do país “em completa ignorância do que se estava a passar no País”, situação só ultrapassada pelas 17 horas (Fonseca, 2017, pp.231-232). A população do Porto que se tinha mantido alheia ao movimento começou a concentrar-se nos Aliados pelas 18 horas vitoreando as tropas.

À mesma hora, Caetano rendia-se no Carmo, e só então, os censores da Invicta, crentes de que desta vez não seria a quartelada espúria do “16 de março”, abandonaram as instalações deixando o recado para a vendedeira de que podia suspender a entrega dos jornais de Lisboa mas continuar com os do Porto.⁵

Em Coimbra, o *Diário de Coimbra*, mais alinhado com a política do Estado Novo desde a ameaça de supressão de 1945, só no dia 26 noticia o Movimento das Forças

² Bento Garcia Domingues quando ascendeu a inspetor de primeira classe da Polícia Judiciária (1972) já desempenhava funções na Censura como subdiretor, desde 1970. O coronel Armando Páscoa ao abandonar a censura sublinhou o “superior reconhecimento e inesquecível gratidão pelo exaustivo trabalho do Subdiretor”. ANTT - SNI/DSC, Cx. 414, Ordem de serviço nº 2 de 31.3.1973.

³ *Expresso* nº 1919, de 8.8.2009, *Revista Única*, “Confidências de Mário Bento – o último diretor da Censura”, entrevista de José Pedro Castanheira.

⁴ Jacinto Baptista, extratos das “Páginas de um diário” do livro *Caminhos para uma revolução*, Bertrand, 1975, in *Jornalismo & Jornalistas* nº 57, p. 37 e o testemunho de Acácio Barradas, In Fernando Correia e Carla Baptista (2010). *Memórias Vivas do Jornalismo*. Lisboa: Editorial Caminho, p. 73.

⁵ *Jornal de Notícias*, 27 de abril de 1974, p.9, “Censura e ANP de portas fechadas” e Suplemento da edição de 25 de abril de 1994, “20 anos de Liberdade”, do *Jornal de Notícias*, testemunho do capitão Delgado da Fonseca, pp.38-39.

Armadas e a mudança de regime. Segundo Jorge Castilho⁶, a ocupação da comissão de censura naquela cidade foi um ato pacífico e meramente simbólico, que não mereceu qualquer referência na imprensa. Contou com a participação de alguns jornalistas e militares, em data posterior a 27 de abril, sem necessidade de arrombar a porta por os censores terem procedido previamente à entrega das chaves.

Os relatos da imprensa coincidem no facto do assalto às instalações da censura em Lisboa ter acontecido na sequência da concentração popular que encheu a rua da Misericórdia, depois da rendição da PIDE/DGS pelas 9H30 do dia 26 de abril.

Segundo o *Diário Popular*, “a imensa mole humana” dirigiu-se para o edifício da censura onde “alguns populares, acompanhados por militares, subiram ao segundo andar de cujas janelas começaram a lançar à rua os arquivos e papéis que encontraram à mão, mobiliário e até máquinas de escrever.”⁷ O capitão Salgueiro Maia pediu à população para que os arquivos fossem conservados dado o seu “valor histórico inestimável” tendo alguns sido entregues ao dr. Raul Rego, diretor do *República*, que os confiou aos militares assim evitando maior depredação dos «preciosos arquivos da “comissão”».⁸

Foi o vespertino *República* que na sua edição de 4 de maio de 1974 deu conta das “Preciosas gravações” encontradas por jornalistas na censura do Porto” quando, na véspera, um grupo de jornalistas e escritores ocuparam as instalações na praça D. João I.

A imprensa do Porto noticiou a ocupação, sem mencionar a descoberta das gravações e só *O Primeiro de Janeiro* pôs em destaque a “forma disciplinada” do ato, enquanto o *Jornal de Notícias* noticia o sucedido no Porto como “um grupo de jornalistas” ter ido “ontem *cuspir* nas instalações da Comissão de Censura ultimamente designada Exame Prévio”.

2. As gravações de telefonemas da censura

Conhecida a sua existência desde 1974, as gravações só em 1978 deram entrada nos arquivos da RTP sem qualquer documentação escrita associada. Embora ocasionalmente fossem utilizados excertos para programas radiofónicos e, em 2014, tivesse sido produzida pela Antena 1 uma peça na série *Sons de Abril*,⁹ só em 9 de maio de 2017 é que a totalidade da gravação foi publicitada nos Arquivos da RTP.

O material colocado *on line* pela RTP, o único¹⁰ com registo de censores da Direção dos Serviços de Censura/ Exame Prévio tem a duração de 1h 3’ 41’’ e está ca-

⁶ Devo ao antigo jornalista do *Diário de Coimbra*, Jorge Castilho, as informações sobre os acontecimentos em Coimbra.

⁷ *O Século*, 27 de abril de 1974, p.6.

⁸ *República*, dia 26 de abril de 1974, 2ª edição, p. 15, “A censura saqueada por populares.”

⁹ Com o título implausível, *Inspetores da PIDE mostram como funciona a censura*, a peça de Helena Matos utiliza um excerto deste “som histórico”, que não localiza no tempo, caindo no anacronismo de que tudo se reporta à véspera do 25 de abril ou ao próprio dia. Controversa é ainda a afirmação de que os jornais do Porto eram menos censurados que os de Lisboa por as redações estarem distantes da capital, porque “isto [a censura] pelo telefone é um pouco mais complicado...”.

¹⁰ Existe uma gravação de 1965 no Arquivo RTP entre um “censor”, António Caetano da Luz Carvalho, diretor dos serviços de informação do SNI (também vogal da Comissão de Exame e Classificação dos Espetáculos, mas não foi nessa qualidade que interveio junto da rádio) e José do Nascimento, do Rádio Clube Português, por causa de uma reportagem sobre o assassinato do general Humberto Delgado.

cf. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/telefonema-para-a-censura/>

talogado como ficheiro AHCD1599_01, o qual resulta da junção de duas bobinas anteriormente numeradas como AH10715 e AH10716, ocorrendo a junção de ambas aos 31'28'' na presente gravação.¹¹

O Arquivo da RTP estimou que o registo se reporta ao período “entre 20 e 25 de abril de 1974”, mas uma análise minuciosa a partir do confronto das notícias e jornais mencionados na gravação permite detetar onze blocos, numa sequência cronológica que não corresponde à opção de colocar em primeiro lugar a bobine AH10715. De facto, nesta primeira bobina, dos oito segmentos, cinco são do dia 25 de abril (bloco II e bloco IV a VII), o registo dos blocos I e III reporta-se a poucos dias antes do 25 de abril e só o bloco VIII foi gravado no final do mês de fevereiro de 1974 (Tabela 1). Já a bobina AH10716, em segundo plano na sequência, é toda ela preenchida com as gravações mais antigas, da última semana de fevereiro de 1974.

FICHEIRO AHCD1599_01	BLOCOS (duração)	TEMPOS GRAVAÇÃO	PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA	CENSORES
Bobina AH10715	Bloco I (2'07'')	0 – 02'07''	<i>Diário de Lisboa</i> , 20 abril e 22 abril; <i>A Capital</i> , 24 abril 1974	Lisboa: ? Porto: Coronel Pires (?)
	Bloco II (1'03'')	2'07''-3'10''	25 abril 1974, manhã	Lisboa: dr. Mário Bento Porto: dr. A. Ornelas
	Bloco III (2'25'')	3'10'' - 5'35''	<i>Diário de Lisboa</i> , 24 abril 1974 <i>A Capital</i> , 24.4.1974	Não identificados
	Bloco IV (2'28'')	5'51'' - 8'37''	25 abril 1974, c. 13 horas	Lisboa: dr. Mário Bento Porto: dr. Relvas
	Bloco V (13'')	8'38'' - 8'51''	25 abril 1974	Lisboa: dr. Mário Bento? Porto: capitão Correia de Barros?
	Bloco VI (7'59'')	8'51''-16'50''	25 abril 1974, c. 14 horas	Lisboa: dr. Mário Bento; Porto: dr. Relvas
Junção de bobinas aos 0:31'28''	Bloco VII (1'35'')	17'01''-18'36''	25 abril 1974, às 15 horas	Lisboa: capitão Martins; Porto: cap. Correia de Barros
	Bloco VIII (13'07'')	18'42'' -31'49''	<i>Capital</i> , 22 fevereiro 1974 <i>Diário de Lisboa</i> , 22.2.1974	Não identificados
Bobina AH10716	Bloco IX (19'31'')	31'50'' - 50'19''	<i>República</i> , 23.2.74; <i>Diário de Lisboa</i> , 25.2.1974 <i>Voz Portucalense</i> , 2.3. 1974	Lisboa: ? Porto: cor. Roma Torres (?)
	Bloco X (2'16'')	50'20'' - 52'36''	24.2.1974 (?)	Lisboa: coronel Orlando Oliveira; Porto: dr. A. Ornelas
	Bloco XI (10'59'')	52'42''- 1h 3'41''	<i>República</i> , 25 fevereiro de 1974 <i>Voz Portucalense</i> , 23.2.74 <i>Jornal de Notícias</i> , 26.2.1974	Lisboa: capitão Isidro Martins (?) Porto: coronel Roma Torres

Tabela 1 - Sinopse das gravações de telefonemas da censura

Fonte: elaboração própria com base no ficheiro AHCD1599_01 dos Arquivos da RTP

¹¹ <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/gravacao-de-telefonemas-dos-servicos-dacensura/#sthash.0I95INFZ.dpbs>

Na economia geral do ficheiro a parte respeitante ao dia da Revolução – bobina AH10715 – ocupa apenas 20% do total mas fornece uma imagem sonora particularmente interessante das comunicações entre Lisboa e Porto, ao longo do dia, culminando numa chamada telefónica às 15 horas quando a direção da censura já tinha abandonado as instalações. Nela o capitão Correia de Barros dá conta do clima vivido na comissão do Porto: “Nós aqui não sabemos nada, há umas coisas de emissoras francesas, a artilharia está ocupada, o CICA também, o Quartel-General também (...) há calma mas mais nada, estamos a aguardar...”. Fica a promessa de novo contacto com Lisboa por volta das cinco da tarde.

A gravação evidencia não só a ignorância da comissão do Porto sobre a evolução das operações militares como a incapacidade de Lisboa em dar instruções, pela dificuldade nas comunicações telefónicas e, sobretudo, pela paralisia em que o aparelho repressivo mergulhou com o desencadear do golpe militar. Quando o diretor Mário Bento, visivelmente perturbado, é confrontado com a notícia da ocupação do Terreiro do Paço a sua reação imediata é mandar cortar tudo, desde o avanço das tropas do MFA, à singular ordem para cortar “Rádio Clube Português – A Voz das Forças Armadas” e todas as fotografias que a imprensa tinha começado a publicar à revelia do “lápis azul”. Acumulam-se as provas que alguns jornais teimam em mandar à censura e a única recomendação do diretor é “reter” a informação como se fosse possível barrar o curso dos acontecimentos. “Num segundo, aquele opressivo regime ditatorial, passara de uma autoconfiança ilimitada – que lhe era dada por meio século de poder –, a um estado de total desorientação e paralisia, provocado pela ação decidida de uma centena e meia dos seus capitães...”.¹² (Luz, 2017, p.145)

Se estes registos documentam, no plano sonoro, o sobressalto do 25 de abril, já os restantes, da bobina AH10716, são um expressivo documento da rotina do aparelho censório. Reportando-se ao final do mês de fevereiro de 1974, os blocos VIII, X e XI, ilustram o duplo papel das chamadas telefónicas entre comissões: por um lado, as “intervenções”, como explica o censor, «o que se corta», por outro, o controle imediato do já publicado (“cumpriram/não cumpriram”) na imprensa da capital como orientação para a Comissão do Porto que, em caso de dúvida, deve seguir a censura ao *Diário de Lisboa*, diretiva anteriormente documentada quando perante uma situação de “divergência de critérios” entre Lisboa e a censura do Porto, o diretor Neves Martinha lembrou “a vantagem de efetuar-se sempre a censura dos jornais do Porto, pelos textos dos vespertinos de Lisboa aí chegados”.¹³

Num período marcado por forte agitação laboral, a preocupação da censura centra-se em torno das reuniões sindicais, reivindicações salariais, movimentos grevistas, – “Bem, o que não se pode é fazer relações [sic] a greves!” –, com destaque para a luta dos metalúrgicos em Vieira de Leiria,¹⁴ os preços dos com-

¹² Cf. Luz, A. R. (2017). *O meu 25 de abril*, in C. A. Contreiras (Coord.), *Operação “Viragem Histórica” – 25 de Abril de 1974*, Lisboa: Edições Colibri e Associação 25 de Abril, p.145.

¹³ ANTT-SNI/DSC, Cx. 600, proc. 334, ofício de 16.7.1965, cadastro do *Comércio do Porto*

¹⁴ Os trabalhadores da Fábrica de Limas Tomé Feteira, em Vieira de Leiria, iniciaram uma greve de braços caídos no dia 5 de fevereiro de 1974 exigindo aumento de salários de 25% ficando fora dos portões nas horas de trabalho. *Avante!* nº 463, Série VI, (março 1974), p. 3.

bustíveis, as manifestações contra a guerra colonial e de propaganda da jornada do 1º de maio, em Lisboa a 21 de fevereiro, na Cova da Piedade a 23 de abril, a repressão da luta estudantil.

Neste registo destaca-se ainda a vigilância apertada ao semanário *Voz Portucalense*, órgão da diocese do Porto, que vê sistematicamente grande parte da sua produção jornalística retalhada pela censura,¹⁵ numa altura em que o “Clero Progressista e Católicos Dissidentes” eram classificados como parte do “INIMIGO” em diretiva do Ministério da Defesa Nacional.¹⁶

Por outro lado, as contradições dentro do regime, pela ação de sectores ultranacionalistas, encontram expressão no livro *Nós nunca seremos a geração da traição*, com material do I Congresso dos Combatentes do Ultramar, realizado no Porto. O jornalista de *A Época*, José Manuel Pintasilgo, é citado nos telefonemas como estando a desenvolver esforços junto da direção da censura para ultrapassar a proibição do livro, o que aconteceu em março.¹⁷

Tratando-se dum registo com claras sobreposições e cortes, uma pequena amostra duma atividade prolongada, é de assinalar a natureza da linguagem desbragada que censores do Porto utilizam nas conversas com Lisboa que, por alguma forma, corrobora a postura hostil para com os chefes de redação e que perdurou na memória de profissionais do Porto: “Limpou-se tudo aquilo de que voltam a falar...”, “... Então tenho que fazer outra poda maior ali naquele...”; “Pronto! Deste *Voz Portucalense* estamos entendidos. Está quase tudo cortado! Era melhor era cortá-lo todo, carago! (risos)”; “... preços da gasolina. Até aí vai tudo abaixo!”; “...os jornais começam a seringar-nos...”, a última frase já na manhã de 25 de abril.

3. Comissão de Censura do Porto

A relação entre a censura e os jornalistas foi sempre, por natureza, conflitual. Salazar que superintendia a máquina censória, chegou a admitir que “a Censura molesta um pouco os jornais”, problema que o regime subordinou ao princípio reiterado de que ao Estado competia impedir a “perversão da opinião pública”.¹⁸ Nas “Normas de serviço interno – recomendação” (1956), o diretor-adjunto discorre sobre hierarquia e disciplina no aparelho censório defendendo “o estabelecimento de relações cordiais com os proprietários, diretores, editores e redatores e a maior urbanidade no tratamen-

¹⁵ ANTT-SNI/, DSC, Cx. 736, proc. 430, *Voz Portucalense*. No número 18 de 4 de maio de 1974 o jornal regista: “De 3 de janeiro de 1970 a 27 de abril de 1974, publicámos 225 números de a *Voz Portucalense* sujeitos, sem exceção, aos espartilhos, arbitrariedades e discriminação da Censura – Exame Prévio. Este é o primeiro número sem censura”.

¹⁶ Diretiva Nacional de Ação Psicológica para 1973 do Ministério da Defesa Nacional. In Contreiras, A.M.(Coord.) *Operação “Viragem Histórica” – 25 de Abril de 1974*, Lisboa: Edições Colibri e Associação 25 de Abril, p. 35.

¹⁷ PPI - Gabinete de Informação Sistemática. (1974). *Nós nunca seremos a geração da traição*. Lisboa.

¹⁸ Cf. *Diário de Lisboa*, 1 de julho de 1958, discurso de Salazar perante as Comissões Distritais da União Nacional em 30 de junho.

to com as pessoas”, advertindo que “um tratamento menos cortês, um simples levantar de voz, uma resposta brusca, todo o procedimento imperativo, é de evitar (...)”.¹⁹

Os testemunhos dos jornalistas do Porto revelam, quase sempre, uma experiência diferente das orientações propaladas pelo diretor-adjunto. Pinto Garcia, sem citar nomes, resume a relação com os censores como “de não cordialidade”. Para Manuel Ramos, também do *Jornal de Notícias*, o telefone era a “arma” predileta dos censores: “Telefonavam à 1 ou 2 da manhã, obrigavam-nos a alterar páginas a caminho da rotativa. Era desesperante.”²⁰ Manuel Ramos recorda ainda o capitão José Eduardo Correia de Barros: “irascível, fascista, um homem de direita” e o alferes Ponce de Castro, censor profissional de 1936 a 1970: “um homem (...) horrível. Dava uns berros e nós acautelávamo-nos.”²¹

Costa Carvalho relembra como os censores começavam a conversa: “Ora bem, vamos às instruçõeszinhas para hoje!”²² e sobre os homens do “lápiz encarnado”, usado na comissão do Porto: o “Dr. Ornelas era de uma educação esmerada, falas mansas e não impositivas”, o tenente Almeida Teixeira, um “arrieiro”, leia-se, grosseirão. Por fim, Manuel António Pina, caracteriza o coronel Roma Torres como “um homem comum, um homem do regime (...) pouco tolerante, reservado e do ponto de vista intelectual muito fechado”.²³

Noutro plano, dentro do aparelho, o formalismo na relação entre censores espelha um tom reverente entre os censores do Porto, drs. Ornelas e Relvas e o diretor, tratado por “Vosselência”, no dia da Revolução.

Dirigida por militares no ativo até à década de 50, a comissão do Porto vai ter à sua frente em 1955 um antigo militar, licenciado em Direito, Agostinho Seguro Pereira, altura em que conhece uma grave perturbação que ditou a sua exoneração em 9 de maio de 1959, no meio de acusações invulgares no aparelho da censura. O alferes Ponce de Castro, presidente interino, descreve Seguro Pereira como “energúmeno”, com uma gestão “atrabiliária, indecente, ridícula e profissionalmente incompetentíssima”.

Por algum tempo o coronel Arnaldo Fontes retoma a direção da comissão e, desde 1960, como vice-presidente interino e depois presidente, um civil, o dr. Alexandre Pestana de Ornelas. Nos últimos anos da ditadura a comissão do Porto foi constituída por 6 a 7 censores, quase sempre oficiais do exército na reserva ou reformados, denotando um processo de *desmilitarização* mais lento que em Lisboa e com problemas que não terão sido plenamente superados, a julgar pela deslocação para o Porto, entre 1967 e 1968 de um “comissário político”, o major piloto-aviador Fernando Tártaro.

As gravações de telefonemas remetem-nos ainda para dois novos nomes na comissão do Porto: o coronel Pires (?) e o dr. Relvas²⁴ cujo registo parece credenciá-lo como o novo presidente. Em contrapartida, sabemos que o tenente Almeida Teixeira foi expulso

¹⁹ ANTT-SNI/DSC, Cx. 799, “Normas de Serviço Interno – Recomendação”, Boletim nº 7/56 de 2 de fevereiro de 1956, pelo coronel David dos Santos.

²⁰ *Jornal de Notícias*, 25 de abril de 1994, p. 19, “Censores atacavam pelo telefone”.

²¹ Isabel Forte (2000). *A censura de Salazar no Jornal de Notícias Da actuação da Comissão de Censura do Porto no Jornal de Notícias*, Coimbra: MinervaCoimbra, p. 125.

²² Idem, p. 148.

²³ Público, 27 de abril de 2005, “Coronéis armados de lápis azuis.”

²⁴ A prova com cortes do semanário *Voz Portucalense* de 9.10.1973 apresenta uma assinatura do dr. Relvas em visto de recurso. ANTT-SNI/DSC, Cx. 253.

em fevereiro de 1974²⁵ “por se considerar particularmente grave a falta cometida” segundo o diretor em 9.2.1974, relacionada com a divulgação do documento *Imperativo de Consciência* em que o colonialismo português em Moçambique era questionado pelos Missionários Combonianos, proscritos da colónia em março e abril de 1974.²⁶

Encarregado pelo Governo marcelista de promover um inquérito²⁷ ao funcionamento da censura no Continente, o diretor, tenente Nazaré, descreve-a como “uma estrutura velha de mais de 30 anos”, “obsoleta”, sujeita a “constantes deslizes”. De facto, desde a reorganização de 1933 com a criação da *estrutura intermédia*, as comissões, sediadas na capital, no Porto e Coimbra, as mudanças ocorridas no aparelho da censura situaram-se essencialmente na centralização do serviço e na renovação do pessoal político. (Gomes, 2013, pp. 97-100).

Caetano manteve a censura, recriando-a em 1972 como Comissão Central de Exame Prévio e reforçou a liderança da máquina censória com o coronel Armando Páscoa, apostando na sua racionalização e eficiência – é dele o desígnio de “um controlo perfeito dos jornais que se publicam no País”²⁸ -, ao mesmo tempo que se assistia a um processo de concentração de empresas jornalísticas por grupos económicos onde se estimulava a autocensura e mecanismos de censura interna. (Cabrera, 2006, p. 259).

Depois da derradeira transferência dos serviços de censura em Lisboa, (1969), será a vez de Coimbra (1970) e do Porto, em julho de 1971, para um moderno edifício na praça D. João I, face à degradação do espaço na rua de Santa Catarina, episódio associado à instalação do equipamento de gravação no Porto.

Desde há tempos que estamos a utilizar, por empréstimo, um gravador a que se adapta um dispositivo que permite captar as conversas telefónicas e que as reproduz no final da conversação. A utilidade de tal aparelho não necessita de encómos bastando citar que quando as recomendações são extensas ou quando há necessidade de transmitir artigos, locais ou notícias sujeitas a certas limitações, o emprego do aparelho confirma a transmissão resolvendo qualquer dúvida entendimento. Assim se V. Ex.^a entender que merece provimento este meu pedido, aí o deixo formulado para ser atendido no orçamento para o próximo ano. O custo do gravador é de cerca de 3000\$00 (Três mil escudos).²⁹

²⁵ ANTT-SNI/DSC, Cx. 564, *Comissão do Porto*. O ofício de 9.2.1974 do presidente da Comissão Central confirma a comunicação telefónica de acordo com a qual são dispensados a partir de hoje os serviços do leitor em causa por se considerar particularmente grave a falta cometida”. Nas transcrições dos telefonemas da Comissão de Exame Prévio do Porto, o último registo do tenente Teixeira data das 23H45 de 5.2.1974. Cf. César Príncipe (1979) *Os Segredos da Censura*. Lisboa: Editorial Caminho, p. 21.

²⁶ As relações entre o regime e a Igreja conheceram períodos de maior tensão durante o pontificado de Paulo VI devido à deslocação do papa Paulo VI a Bombaim em 1964 e a audiência em 1970 aos líderes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas. Cf. Santos, P. B. (2016). *A Segunda Separação A Política Religiosa do Estado Novo (1933-1974)*, Coimbra: Almedina, p.477 e pp.481-482.

²⁷ Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo (1980). *A política de informação no regime fascista*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, vol. I, pp.226-232.

²⁸ ANTT – SNI/DSC, Cx. 798, Circular nº 326 de 10 de maio de 1971.

²⁹ ANTT- SNI /DSC, Cx. 564, Ofício nº 40/70 de 19 de outubro de 1970 da Comissão do Porto para o Diretor dos Serviços de Censura.

O coronel Páscoa visitou esta comissão, em outubro de 1970, com o Diretor Geral da Informação e, por certo, não só ficou decidido o problema logístico como a adoção da nova tecnologia, aparentemente, por iniciativa do presidente da comissão do Porto.

Dos canais de comunicação da censura com a imprensa, documentação escrita como ofícios ou circulares enviados por via postal, a utilização do telex das agências noticiosas, os próprios cortes dos granéis, na judiciosa consideração do diretor-adjunto David dos Santos,³⁰ o telefone desempenhava um papel primordial razão pela qual os jornais de grande circulação tinham uma ligação direta às comissões de censura.

No caso dos matutinos do Porto os telefonemas regulares decorriam a partir das 20 horas e prolongavam-se pela madrugada até ao fecho dos jornais pelas 3 da manhã. Todos os contactos eram anotados no *Livro de registos de Comunicações* com as horas, nome do censor que transmitiu e nome do chefe de redação que a recebeu.

Em circunstâncias extraordinárias, quando uma entidade oficial pretendia que a censura controlasse a informação em torno de qualquer incidente, o procedimento era idêntico, no *Registo de pedidos* com formulário próprio e despacho do diretor da censura.³¹

No caso da comunicação entre as comissões de Lisboa e Porto, habitualmente às 22H30 e 01H00 da manhã,³² o diretor Martinha determinou em 1964 que “de futuro, as “diretivas” transmitidas telefonicamente, [deveriam] ser sempre conferidas e controladas, tal constando dos respetivos registos.”³³ No mesmo ano registou-se uma extensão de contactos telefónicos diários com as delegações de Beja e Évora onde também se publicavam jornais diários.³⁴ Já no consulado marcelista, em 1969, uma proposta para alargar as comunicações telefónicas diárias a todas as delegações não terá sido posta em prática devido à contenção de despesas.

Se a gravação de chamadas no Porto data de meados de 1970, em Coimbra deve ter sido implementada a partir de 1971 incluindo, em qualquer dos casos, a gravação dos contactos com a imprensa diária. No relatório do coronel Páscoa de junho de 1971 diz-se expressamente:

Dadas as constantes contradições em que por vezes alguns jornais vinham a cair ao ser-lhes imputada determinada falta e ainda para que não possa haver qualquer dúvida sobre instruções telefónicas transmitidas pela Direção destes Serviços ao fazer-se durante a noite o balanço de “cortes” e ao serem dadas quaisquer indicações eventuais, atribuiu a Direção destes Serviços às Comissões de Porto e Coimbra, um gravador que regista as conversações havidas. Assim que toda a conversa havida entre o oficial de serviço da Comissão de Coimbra e o jornal “DIÁRIO DE COIMBRA” se acha gravado totalmente, de que esta Direção tem uma cópia, à disposição da Secretaria de Estado.³⁵

³⁰ ANTT-SNI/DSC, Cx. 796, Ofício nº 110/39 de 18.1.1957.

³¹ ANTT-SNI/DSC, Cx. 564, “Registo de Pedidos” de 8.8.1964.

³² ANTT-SNI/DSC, Cx. 796, Ordem de serviço nº 2 de 9.12.1968.

³³ ANTT-SNI/DSC, Cx. 564, Ofício de 20.8.1964 para a Comissão do Porto com conhecimento ao Grupo noturno de Lisboa.

³⁴ ANTT – SNI/DSC, Cx. 791, Ordem de serviço nº 3 de 15.2.1964.

³⁵ ANTT-SNI/DSC, Cx. 795, Relatório de 2.6.1971, “Comissão de Censura de Coimbra Relatório de Averiguações (Publicação no ‘DIÁRIO DE COIMBRA’ do discurso do General Comandante da 2ª Região Militar)”.

4. Conclusão

A documentação de 1970 /1971 fornece elementos relevantes quanto à origem e intuito das gravações, quer as internas, quer as dos contatos com os jornais, um documento sonoro único no contexto das ditaduras ibéricas,³⁶ mas não podemos concluir existir uma razão unívoca para a implementação das gravações da comunicação telefónica.

No Porto, os três grandes diários mantiveram, sobretudo no pós-guerra, um distanciamento, quando não oposição tolerada face ao regime, acompanhando uma maior indisciplina no envio de provas à censura induzida pela promessa de abertura de Marcelo Caetano. Se o *Primeiro de Janeiro* era historicamente considerado de “oposição ao Estado Novo”,³⁷ no início da década de 60, a intensificação da censura, com a direção de Quesada Pastor³⁸ em 1959, em plena crise do regime, colocou os outros dois jornais, o *Comércio do Porto*,³⁹ e o *Jornal de Notícias*,⁴⁰ com progressiva influência (Sousa, 1988 p. 283), sob escrutínio cada vez mais rigoroso da censura.

A instabilidade no pessoal político do Porto e a recorrente diferença de critérios entre a censura de Lisboa e a do Porto, por vezes ultrapassada pelas facilidades concedidas ao *Diário Popular*⁴¹ foram igualmente fatores que aumentavam o risco de deslizamentos na leitura de provas, dando lugar a situações de melindre que se pretendia evitar a todo o custo, sobretudo as relacionadas com a guerra colonial, assunto tabu para o regime. O caso do *Diário de Coimbra* que publicou inadvertidamente em 1971, o discurso do general Reimão Nogueira,⁴² demitido de comandante da Região Militar de Coimbra, ilustra esta preocupação, com antecedentes, nomeadamente em 1963, na publicação pelo *Comércio do Porto*, do discurso desalinhado do general Luís Augusto Ferreira Martins, em 30 de abril.⁴³ Embora existisse desde a década de 50 um “Serviço de Controle”, chefiado agora pelo coronel Francisco Cardoso Salgado, o registo magnético tornou-se um mecanismo adicional de fiscalização quando o velho modelo de censura prévia tinha dificuldade em “dar resposta às solicitações da imprensa face ao esgotamento do regime político” (Gomes, 2013, p. 99) .

³⁶ Agradeço a informação ao professor Jaume Guillamet, da Universidade Pompeu Fabra.

³⁷ ANTT-SNI/DSC, *O Primeiro de Janeiro*, Cx. 538, proc. 394 e Cx. 732 (cadastro).

³⁸ J. F. Quesada Pastor, com longo historial na censura à imprensa e na censura aos espetáculos, era o chefe de gabinete de Marcelo Caetano em 1974.

³⁹ ANTT-SNI/DSC, *Comércio do Porto*, Cx. 600, proc. 334 (cadastro).

⁴⁰ ANTT-SNI/DSC, *Jornal de Notícias*, Cx. 334, Cx. 549 e Cx. 584 (processos disciplinares).

⁴¹ ANTT-SNI/DSC, *Comércio do Porto*, Cx. 600, proc. 334. Em 28.1.1968 diz o subdiretor do *Comércio do Porto*: “Adivinhamos que o assunto não tenha sido submetido a censura prévia, como aliás parece ser frequente naquele jornal, pois não raro, aquando da comunicação telefónica ou instruções do Serviço de Censura, nos é recomendado: ‘Apesar de sair no *Diário Popular*, não pode publicar-se...’”. Uma explicação adicional para a diferença de critérios decorre da situação do *Diário Popular* enviar para o Norte, por comboio, uma primeira edição que “incluía muitas vezes textos que não tinham ainda o ‘visto’ da Censura, mas que depois ela vinha a cortar e aos quais, portanto, os leitores da capital já não tinham acesso”. Cf. Fernando Correia & Carla Baptista, (2011, p. 174).

⁴² A aura desta demissão levou a que fosse nomeado comandante da Região Militar de Lisboa pela Junta de Salvação Nacional cargo que só manteve até à substituição, em 13 de julho de 1974, por Otelo Saraiva de Carvalho como comandante-adjunto do COPCON, o que foi visto como uma derrota da ala militar spinolista. Cf. Jaime Nogueira Pinto (1977) *Portugal Os Anos do Fim*, II Vol., Lisboa: Sociedade de Publicações Economia & Finanças, p. 189

⁴³ ANTT-SNI/DSC, *Comércio do Porto*, Cx. 509, Processos disciplinares, 334.

As gravações de telefonemas ocorrem, assim, no quadro contraditório da “continuidade” marcelista, com uma fugaz descompressão, logo seguida dum adensar do controlo dos *media*, quer pela censura quer pela manipulação da comunicação, tornada indispensável para manter uma legitimidade ilusória do regime que o ato eleitoral de 1969 não lograra obter.

Referências bibliográficas

- Azevedo, C. (1999). *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Baptista, J. (2014). Páginas de um diário. *Jornalismo & Jornalistas*, 57, 36-37.
- Cabrera, A. (2006). *Marcello Caetano: poder e imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Carvalho, A. A. de & Cardoso, A. M. (1971). *Da Liberdade de Imprensa*. Lisboa: Meridiano.
- Carvalho, A. A. de (1999). *A Censura à Imprensa na Época Marcelista* (2ª edição). Coimbra: Minerva. (1ª edição, 1973, *A Censura e as Leis de Imprensa*)
- Carvalho, J.C. (2015). Retirado de <http://www.iscia.edu.pt/artigo/1962-o-ano-da-«rua-31-de-santo-antónio»>.
- Castanheira, J.P. (2009). Confidências de Mário Bento – o último diretor da Censura. *Expresso* nº 1919, *Revista Única* de 8.8.2009.
- Cavaco, S. (2012). *Mercado media em Portugal no período marcelista. Os media no cruzamento de interesses políticos e negócios privados*. Lisboa: Edições Colibri.
- Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo (1980). *A política de informação no regime fascista* (Vol. I, 2ª ed.). Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Correia, F. & Baptista, C. (2007). *Jornalistas: do ofício à profissão*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Correia, F. & Baptista, C. (2010). *Memórias Vivas do Jornalismo*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Correia, F. & Baptista, C. (2011). O papel modernizador dos jornais *Diário Ilustrado*, *Diário Popular*, *Diário de Lisboa* e *A Capital* durante a década de 60 do século XX. In A. Cabreira (Org.), *Jornais, Jornalistas e Jornalismo (Séculos XIX e XX)* (pp.151-204). Lisboa: Livros Horizonte.
- Esteves, E. (2018). *1968-1969 A Voz de uma Geração “A Capital” Memórias de um Tempo*. Lisboa: Âncora Editora.
- Fonseca, A.D. (2017). Relatório de Operações das Forças do Centro de Operações Especiais – Lamego. In C. A. Contreiras (Coord.), *Operação “Viragem Histórica” – 25 de Abril de 1974*. Lisboa: Edições Colibri e Associação 25 de Abril.
- Forte, I. (2000). *A censura de Salazar no Jornal de Notícias*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Foyos, P. (2014). Faltavam dez minutos para as nove da manhã... *Jornalismo & Jornalistas*, 57, 38-40.
- Franco, G. (1993). *A censura à imprensa (1820-1974)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Gomes, J.C. (2006). *Os Militares e a Censura A Censura na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Gomes, J. C. (2006 b). Álvaro Salvação Barreto: oficial e censor do salazarismo. *Media & Jornalismo*, 9, 57-88.
- Gomes, J. C. (2013). Os censores do 25 de abril: o pessoal político da censura à imprensa. *Media & Jornalismo*, 23, 77-103.
- Gomes, J. C. (2017). A censura no Estado Novo: o caso da imprensa de província (1936-1945). In J. L. Garcia, T. Alves & Y. Léonard (Coords.), *Salazar, o Estado Novo e os Media* (pp.69-100). Lisboa: Edições 70.

- Luz, A. R. (2017). O meu 25 de abril. In C. A. Contreiras (Coord.), *Operação "Viragem Histórica" – 25 de Abril de 1974*. Lisboa: Edições Colibri e Associação 25 de Abril.
- Martins, P. (2018). *O bairro dos jornais*. Lisboa: Quetzal.
- PPI - Gabinete de Informação Sistemática (1974). *Nós nunca seremos a geração da traição*, Lisboa.
- Príncipe, C. (1979). *Os Segredos da Censura*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Rego, R. (1969). *Horizontes fechados. Páginas de Política*. Lisboa: Edição de Autor.
- Rosa, G. P. (2017). *O inspector da PIDE que morreu duas vezes*. Lisboa: Planeta.
- Rosas, F. & Oliveira, P. A. (2004). *A transição falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Santos, P.B. (2016). *A Segunda Separação A Política Religiosa do Estado Novo (1933-1974)*. Coimbra: Almedina.
- Sobreira, R. M. (2003). *Os jornalistas portugueses 1933-1974. Uma profissão em construção*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tengarrinha, J. (2006). *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Nota biográfica

Joaquim Cardoso Gomes é colaborador do Instituto de Comunicação da NOVA - ICNOVA
Morada: Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Comunicação da NOVA, Av. de Berna,
26-C - Lisboa 069-061, Portugal

*Submetido: 2018.11.14

*Aceite: 2019.07.23

Lobistas, assessores de imprensa e relações-públicas norte-americanos que serviram o Estado Novo (1942-1974)

US lobbyists, press officers, and public relations who served the Portuguese New State (1942-1974)

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_4

Vasco Ribeiro
Universidade do Porto, Faculdade de Letras

Resumo

Em 1938, o Congresso norte-americano aprovou a Lei de Registo de Agentes Estrangeiros (Osgood, 2002, p. 245), vulgarmente denominada FARA [*Foreign Agents Registration Act*], que obrigava todas as empresas e agentes nos EUA que trabalhassem para governos ou empresas estrangeiras a entregarem uma declaração anual relativa à sua atividade ao Departamento de Justiça. Foi através destes registos que pudemos verificar que, para além da Casa de Portugal de Nova Iorque, o regime português registou, entre 1938 e 1974, um conjunto de cinco entidades/indivíduos que prestaram serviços de comunicação, articulados com o Secretariado Nacional de Informação (SNI) e o escol do Estado Novo, com o objetivo de tentar moldar a opinião pública norte-americana. Propomos, assim, um estudo longitudinal diacrónico, no qual tentaremos descrever e interpretar a atuação destes agentes propagandistas na promoção da imagem do país, do regime e dos seus mais altos dirigentes – Salazar e, posteriormente, Marcello Caetano.

Palavras-chave

Estado Novo; propaganda; relações públicas; Salazar; Marcello Caetano

Abstract

In 1938, the US Congress created the Foreign Agent Registration Act (Osgood, 2002, p. 245), commonly known as FARA, which obliged all US companies and agents working for foreign governments or foreign companies to submit an annual statement of their activity to the Department of Justice. It was through these records that we could verify that, in addition to the New York House of Portugal, the Portuguese regime registered, between 1938 and 1974, a set of five corporations/individuals that provided promotion services, articulated with the Portuguese propaganda bureau and the elite of New satate, with the aim of trying to shape the American public opinion. We therefore propose a longitudinal diachronic study, where we will try to describe and interpret the actions of these propagandist agents in promoting the image of the country, the regime and its highest leaders - Salazar and Marcello Caetano.

Keywords

Portuguese New State; propaganda; public relations; Salazar; Marcello Caetano

Introdução

“Maestros da melodia noticiosa” (Walker, 1934, p. 134) foi a forma como Stanley Walker descreveu os propagandistas, lobistas e *press agents* que serviam interesses estrangeiros nos EUA e que, segundo este jornalista, eram parte integrante da máquina de notícias nova-iorquina. Também George Seldes (1938), em *Lords of the Press*, aponta o dedo à propaganda estrangeira que era servida à opinião pública norte-americana e à imprensa corrupta que publicava conteúdos pagos. Dá o exemplo de uma peça pretensamente jornalística publicada no *Chicago Tribune*, propriedade de *colonel* Robert R. McCormick, em que o título promovia o então ditador cubano Fulgencio Batista de forma desmedida, e rotula o caso como o “capítulo mais miserável da história do jornalismo moderno americano” (Seldes, 1938, p. 191). Ainda segundo Seldes, este é apenas um exemplo já que “Mussolini e a Itália fazem o mesmo tipo de promoção [...], bem como os portugueses e outros ditadores fascistas” (Seldes, 1938, p. 197). Na mesma linha, o jornalista e diretor da *School of Journalism* da *University of Washington*, Vernon McKenzie, publica *Through Turbulent Years* (1938), livro em que alerta para a instrumentalização da imprensa por parte de propagandistas fascistas, que manipulam os cidadãos americanos, e apela à autocensura dos repórteres na seleção de factos referentes a nações estrangeiras (McKenzie, 1938, p. 250).

Perante a iminência de outra guerra mundial, a “América suspeita que a propaganda estrangeira seja suficientemente provocatória e, em 1938, o Congresso aprova a Lei de Registo de Agentes Estrangeiros [FARA]” (Osgood, 2002, p. 245), obrigando todos os propagandistas norte-americanos ou estrangeiros a reportarem a sua atividade ao Congresso. Mesmo assim, nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial foram tornados públicos vários escândalos relacionados com estes agentes de propaganda, sendo o caso do agente ao serviço do Japão Ralph Townsend o mais conhecido. Townsend havia sido diretor do magazine pró-nazi nova-iorquino *Scribner's Commentator*, bem como porta-voz do America First Committee¹ e chegou a ser preso por ter trabalhado como *publicist* do Japão. É descrito como “o maior propagandista antijudeu da Costa Oeste” (Krems, 1941, p. 19), que costumava “disseminar propaganda antisemita, antinegros e anticomunista” (Kahn, 1942, p. 11), e merece primeiro plano no emblemático livro *Under Cover*, de John Roy Carlson (1943), aparecendo associado a uma elite fascista que *plantava* notícias nos jornais do (aqui já referido) grupo de Robert R. McCormick – proprietário dos títulos *New York Daily News*, *Washington Times Herald*, *Daily News* e *Chicago Tribune* – e distribuía ainda livros na The American Review Bookshop, uma livraria assumidamente nacionalista, fascista e católica de Seward Collins, editor da *The American Review* e da *The Bookman*. Uma livraria onde facilmente se encontrava “material anticomunista e descrições simpáticas de países anticomunistas, como da Itália, Alemanha, Espanha, Portugal, Japão e de outros movimentos nacionalistas estrangeiros” (Carlson, 1943, p. 197).

¹ O America First Committee foi um grupo de pressão criado para evitar a entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial. Surgiu em setembro de 1940 e foi dissolvido a 10 de dezembro de 1941, ou seja, quatro dias após o ataque japonês de Pearl Harbor. Caracterizava-se por ser uma organização antisemita e anticomunista (Cole, 1953).

1. Max O'Rell Truit, o lobista ao serviço de Portugal

Ora, foi através destes registos do FARA que pudemos verificar que o regime português tinha registado ao seu serviço, desde 1942, **Max O'Rell Truit** como *foreign agent*. Max O'Rell Truit era um dos “advogados lobistas mais bem pagos de Washington” (Shannon, 1950, p. 21), sobrinho do então vice-presidente dos EUA Alben Barkley², e tinha na sua carteira de clientes outros três ditadores: o *generalíssimo* Franco, de Espanha; o general Rafael Leónidas Trujillo, da República Dominicana; e o coronel Pedro Pablo Ramírez, da Argentina (Draper, 1951). A ligação com o governo português, entre 1942 e 1949, era a título individual e Truit recebia os honorários através da Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama, de Lisboa, enquanto para Espanha e a República Dominicana os honorários chegavam através da sua sociedade: a Cummings, Stanley, Truit & Cross. Documentos arquivados na Torre do Tombo evidenciam a intervenção deste lobista em *dossiers*³ como o Plano Marshall ou como facilitador do contacto com Cordell Hull⁴. Sabe-se, também, que Truit surge na imprensa norte-americana amiúde alinhado com movimentos fascistas e como um dos executantes “do mais entusiástico *lobby* que operava nos Estados Unidos” (Crawford, 1939, p. 107).

Entre 1946 e 1949, Max O'Rell Truit ainda se encontra registado ao serviço do governo português — sem nunca ter tido contacto com o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) ou com o SNI, mas antes com o Ministério dos Negócios Estrangeiros português — e, entretanto, surge uma nova empresa de advogados: a **Croimelin, Townsend, Camaller & Kirkland, Inc.** Desconhecem-se as razões da contratação desta empresa que aparece, de facto, registada como prestadora de serviços legais [*legal services*] e não como agente de propaganda ou *lobbying*.

2. A deterioração da imagem de Portugal após o fim da Segunda Grande Guerra

Quando o mundo recebeu a notícia de que Hitler se tinha suicidado num *bunker* em Berlim, Salazar, por intermédio de Teixeira de Sampaio, seu muito próximo amigo e então secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, decreta dois dias de luto nacional e bandeiras a meia haste em todos os edifícios públicos. Chega mesmo a ser realizada uma missa na igreja alemã de Lisboa onde, segundo narra o *The New York Times*, tamanha era a multidão que ocorreu à cerimónia que tiveram de ser usados altifalantes para alcançar aqueles que não conseguiam entrar na igreja. O capelão encarregue da missa falou de Hitler como “um mártir e um cavaleiro que lutou contra o avanço do sangue bolchevique” (*The New York Times*, 1945, p. 5).

Por todo o mundo ouvem-se ecos do inusitado pesar lusitano. Muitos foram os artigos de opinião que atacaram, como nunca antes, Portugal e o seu ditador. O *Los Angeles Times* descreve Salazar como “uma miniatura de Franco e um outro ditador

² Entre 1949 e 1953 foi vice-presidente dos EUA, sob a administração de Truman.

³ Ver AOS/CO/NE-2B2.

⁴ Entre 1933 e 1944 foi Secretário de Estado dos EUA, durante a administração Roosevelt, e teve um papel ativo nas negociações de cedência da base das Lajes, nos Açores.

fascista” (Flatau, 1945, p. 6), que gere o país “através de duas décadas de imoralidade internacional” (Flatau, 1945, p. 6). O *The Washington Post*, através de um editorial intitulado “Moral Myopia”, ataca a falsa neutralidade de Portugal e da Irlanda (que também decretou luto nacional), pois havia sido “ditada pela conveniência” (*The Washington Post*, 1945, p. 6) de tentar “escapar ao pagamento do preço pelo qual outros povos adquiriam a liberdade e a sua imunidade” (*The Washington Post*, 1945). Este mesmo artigo termina referindo que os dois países, ao prestarem honras fúnebres ao Führer, “sentenciaram a sua própria condenação aos olhos de todas as pessoas livres” (*The Washington Post*, 1945).

Mas este episódio é só uma pequena ponta dos muitos embaraços internacionais do Estado Novo. Em 1946, o pedido de entrada na ONU é chumbado pelo bloco soviético (*The New York Times*, 1946b); no mesmo ano, a falta de liberdade de expressão e de pensamento é denunciada pelo Movimento de Unidade Democrática (MUD) (*The Washington Post*, 1946, p. 2); surgem os primeiros sinais do Estado Indiano querer anexar os territórios portugueses de Goa, Damão e Diu (*The New York Times*, 1946a); as greves da primavera de 1947 ganham dimensão na imprensa internacional (*New York Herald Tribune*, 1947, p. 14; *The Sun*, 1947, p. 13); e muitos outros acontecimentos políticos admitidos na obra de Franco Nogueira (Nogueira, 1980) e já amplamente estudados por diversos autores (e.g. Oliveira, 1989; Rosas, 1994; Telo, 1996). Mas a forma como a opinião pública norte-americana via Portugal, nos anos imediatos ao término da II Guerra Mundial, está bem espelhada num texto da reputada repórter de guerra nova-iorquina Rosette Hargrove (1947, p. 30) ao apontar os portugueses como um povo pobre, sem liberdade e que não consegue manifestar o seu descontentamento porque a “imprensa portuguesa não se atreve a elevar a voz contra o regime de Salazar, sem o medo de ser silenciada para sempre”.

E mesmo apesar das negociações com os Açores⁵ terem corrido bem para o regime, o próprio embaixador português em Washington, Pedro Theotónio Pereira⁶, lamenta que tenha prevalecido “em Lisboa a tal incapacidade de obter efeitos e fomos literalmente comidos”⁷. Na mesma missiva enviada a Salazar, a 8 de março de 1948, lamenta a falta de visibilidade das ações políticas portuguesas na imprensa internacional e arrasa a “excessiva tendência para o elogio”⁸ dos conteúdos distribuídos pelo SNI de António Ferro. E são longos os queixumes de Pedro Theotónio Pereira em relação ao homem-forte da *política do espírito*, mas é mais frequente a preocupação em relação à má imagem que Portugal tinha na opinião pública norte-americana:

Somos pouco ou nada conhecidos e é mesmo raro que se ocupem da nossa vida. Quanto o fazem, fazem-no naturalmente com a ciência dos despachos das agências [noticiosas] e com os preconceitos e as superstições verbalís-

⁵ Recorde-se que durante a primeira metade de 1947 decorreram negociações relativas à ocupação das Lajes por parte dos EUA para fins militares.

⁶ Embaixador de Portugal em Madrid (1940), Rio de Janeiro (1945-47), Washington (1947-50) e ainda ministro da Presidência (1958-61). Era uma das figuras centrais do Estado Novo, uma das mais próximas de Salazar, e foi também ministro do Comércio, Indústria e Agricultura (1936/37) e o último ministro da Presidência do regime (1958-61).

⁷ Torre do Tombo/Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Pessoal – 18, capilha 2, fl 140 a 146.

⁸ Torre do Tombo/Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Pessoal – 18, capilha 2, fl 146.

ticas deste meio. Não é de repente que se consegue aqui algum progresso e para tentar seria mesmo necessário um esforço sério em muitos campos. [...] Pela compra de materiais estratégicos, ainda se pode obter alguma compensação.⁹

Ora, foi a necessidade de melhorar a imagem de Portugal e do seu ditador que ditou a contratação da primeira agência de relações públicas a trabalhar para o regime português, mesmo quando esta atividade ainda não era mundialmente conhecida. Assim, em 1951, é contratada a **George Peabody and Associates, Inc.**, uma *public relations company* que tinha sede na avenida que concentrava, na altura, as mais importantes empresas de publicidade e relações públicas de Nova Iorque — a *Madison Avenue*. Tal como está descrito num trabalho anterior do presente autor (Ribeiro, 2018), durante onze anos o Estado português pagou a esta empresa cerca de 4900 dólares mensais para promover a imagem do país, do regime e do ditador através de uma extensa e sofisticada atividade propagandística que passou pelas seguintes ações: desenvolvimento de suportes turísticos; edição de livros e guias de viagem; campanhas de promoção de produtos nacionais no *Macy's*; contratação de um decorador para criar o *Portuguese Bazar*; promoção e apoio ao lançamento do primeiro disco de Amália Rodrigues nos EUA — *Fado and flamenco favorites* (1954); disseminação estratégica da música *April in Portugal*; apoio à produção do filme *The Miracle of our Lady of Fatima* (1952); inserção de encartes e suplementos panegíricos no *The New York Times*; organização de visitas de imprensa e de fotojornalistas a Portugal — com relevo para Henry Cartier-Bresson; e, principalmente, a indução de centenas de notícias positivas nos principais jornais, revistas, rádios e canais de televisão norte-americanos.

Os resultados obtidos pela George Peabody and Associates foram surpreendentes e há documentos que apontam para um crescimento de turistas americanos de 6.490 (em 1947) para 30.700 (em 1955). O próprio escritor e chefe dos Serviços de Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) Joaquim Paço D'Arcos, num relatório¹⁰ que envia a Salazar sobre a deslocação que realiza aos EUA e onde tem a oportunidade de escrever a obra *A Floresta de Cimento: Claridade e Sombras dos EUA* (1953), recomenda ao ditador que, apesar dos resultados da Peabody, não “se deva gastar grandes somas nessa propaganda enquanto não houver em Lisboa um hotel que possa albergar número bastante elevado de hóspedes”¹¹. Ainda segundo este escritor e alto funcionário do MNE, com a entrada de tantos turistas atraídos pelas campanhas de promoção, o país precisava de cadeias de hotéis como os Hilton e, até, de um especial cuidado para o perigo económico, de saúde pública e de ordem política da consequente “penetração da Coca-Cola em Portugal”.

Apesar dos resultados obtidos, em particular durante a década de 1950, a empresa começa a perder influência e, mesmo com as investidas do principal funcionário do SNI que geria a relação com a *public relations* norte-americana, Jorge Felner da Costa, o agudizar do conflito armado em Angola e a iminente ocupação pela União Indiana dos territórios na Índia forçam o regime a procurar uma nova agência de re-

⁹ TT/AOS/Correspondência Diplomática – 18, fls 234 e 237. De 22 de fevereiro de 1948 (lida a 7 de março de 1949).

¹⁰ TT/SNI, cx. 2189, fl. 1.

¹¹ TT/SNI, cx. 2189, fl. 2.

lações públicas com um perfil mais político e uma efetiva ação de *lobbying*, terminando com a contratação dos serviços desta empresa em 1962.

3. Selvage & Lee: a guerra de ultramar e a necessidade de reforçar a comunicação pública

No momento em que Theotónio Pereira regressa a Washington como embaixador, depois de ter tido as mesmas funções em Londres (entre 1953 e 1958), e de ter sido ministro da Presidência (1958-1961), uma nova empresa de comunicação é contratada (em 1961). Em causa estava o aumento das notícias negativas sobre Portugal relativas ao conflito que rebentara em Angola, à iminente “perda” de Goa, Damão e Diu para a União Indiana e à incapacidade de Portugal conseguir fazer passar a sua posição para a opinião pública americana. A empresa era a **Selvage & Lee, Inc.**¹² e o cliente uma entidade-embuste criada para ocultar as investidas políticas do governo português no estrangeiro — a Associação Portuguesa das Empresas do Ultramar¹³. Aparentemente com uma estrutura maior do que a agência anterior, a Selvage & Lee tinha uma missão assumidamente mais política e de *lobbying*. Os *senior partners* Kenneth T. Downs e Samuel Bledsoe eram os responsáveis pela conta a partir dos escritórios de Washington, e Michael Teague era o *pivot* nos escritórios que a agência abria em Lisboa. A estratégia assentava em capitalizar apoios à política ultramarina portuguesa junto dos circuitos mais conservadores dos EUA, tendo sempre como alvo a comunidade católica, a imprensa e o Congresso.

Assim, a Selvage & Lee orquestrou, em maio de 1961, a criação do Portuguese-American Committee on Foreign Affairs com vista à defesa dos interesses nacionais, através do *third party endorsement*¹⁴, e contrata, como rosto e dinamizador da operação, um advogado luso-americano a residir em Boston — Martin T. Camacho. Este consegue, logo nos primeiros meses, ser recebido pelo presidente Kennedy, estabelece relações com três senadores e vários membros da Câmara dos Representantes, organiza conferências de imprensa com o intuito de colar os independentistas angolanos aos comunistas e multiplica-se na distribuição de milhares de folhetos pró-colonialismo português. A Selvage & Lee levou uma alta patente do exército norte-americano a visitar Luanda; convidou um grupo de 58 editores e proprietários

¹² A Selvage & Lee era propriedade de James Selvage (*chairman*), Morris M. Lee (vice-presidente) e James Cope (director-geral) e foi criada em 1938. James Selvage colaborou na propaganda do *New Deal* (1933-37) e foi dos mais reputados nomes da história das relações públicas, fazendo parte do seletto grupo de sábios da propaganda, *The Wiseman*, que contava com Edward Bernays, John W. Hill, T. J. Ross ou Paul Garrett, entre outros. Um dos mais importantes livros de lobi dos EUA — *The Lobbyists*, de James Deakin (1966) — logo nas primeiras páginas da *Introdução* realça esta empresa e o cliente português. Na década de 1970, a sociedade evoluiu para Manning, Selvage & Lee e hoje é, nada mais, do que a maior empresa de relações públicas do mundo — a Publicis Group.

¹³ Tinha sede em Lisboa e era encabeçada por Alexandre Pinto Basto. No Arquivo Oliveira Salazar da Torre do Tombo sobeja correspondência sobre assuntos de relações públicas, *lobbying* e publicidade. Segundo Luís Nuno Rodrigues (2002) esta entidade era conhecida como “O Grupo”.

¹⁴ Conhecida tática de relações públicas que passa por fazer promoção indireta, por via de *embaixadores* que promovam e elogiem uma marca, produtos, serviços ou entidades.

de semanários e pequenos diários a visitar Angola e Moçambique; potenciou visitas com imprensa cirurgicamente convidada¹⁵; publicou conteúdos pagos na revista *Reader's Digest* e nos jornais do grupo de Robert M. McCormick, nomeadamente no *Chicago Tribune* e no *Herald Tribune*.

No fim de 1963 exibem um relatório de avaliação¹⁶ com mais de três mil recortes de imprensa de artigos e editoriais sobre Portugal; a publicação de 20 livros, folhetos e documentos apoloéticos¹⁷; e algumas conquistas políticas junto das administrações Kennedy¹⁸ e Johnson. Anexam um simpático artigo da *Fortune*, de janeiro de 1964, intitulado "The Portuguese Way in Africa", da autoria do jornalista britânico e católico Hugh Kay, que escreverá (aparentemente a convite), ligeiramente mais tarde, a volumosa e panegírica obra *Salazar and Modern Portugal* (1970).

As ações dos primeiros dois anos obtiveram *good will* para Portugal, mas em janeiro de 1963, fruto da pressão de organizações de defesa dos direitos da população negra¹⁹, toda esta sibilina estratégia é revelada e a Selvage & Lee começa a ser investigada²⁰ no âmbito de uma pesada Comissão de Inquérito do Congresso dos EUA, presidida pelo então senador William Fulbright. Sob suspeita estava Martin Camacho, por usar o Congresso para distribuir propaganda política junto de associações religiosas, de financiar jornalistas e de atacar e difamar senadores democratas. Acresce que Camacho admitira receber 400 dólares semanais, através da Selvage & Lee, por todos estes serviços. O Fulbright Committee provocou um impacto mediático negativo nunca visto para Portugal e ficou claro que por trás das cortinas esteve sempre o regime português e, com especial destaque, o embaixador Theotónio Pereira. Pois fica-se a saber que a Selvage & Lee trabalhara para o Governo português — num tabuleiro operativo que envolvia SNI, MNE, Salazar e até o banqueiro Ricardo Espírito Santo Silva (Committee on Foreign Relations, 1963, p. 834 e 840) — contra o pagamento de meio milhão de dólares²¹. Para se ter uma noção dos estragos causados

¹⁵ Entre os jornalistas preferidos encontravam-se três colonistas do *Herald Tribune*, Joseph Alsop, Marguerite Higgins e Roscoe Drummond; e os jornalistas Edward Folliard (*Post*), Charles J. V. Murphy (*Fortune* e *Time*), Con Ecklund (*Milwaukee Journal*), Watler Trohan (*Chicago Tribune*), Bob McCormick (*NBC*), Scotty Reston (*The New York Times*), David Sentner (*Hearst Papers Group*) e Paul Ward (*Baltimore Sun* e *Los Angeles Times*). Ver Kenneth T. Downs, Committee on Foreign Relations, 1963, p. 842,

¹⁶ Ofício enviado por Kenneth T. Downs a Alexandre Pinto Basto a 28/12/1963. Arquivo Histórico-Diplomático, capilha 1908, folha 3.

¹⁷ São exemplo disso: "Angola, a Challenge and Opportunity", "Portugal, Africa and UN", "Portugal and the United Nations", "The Double Standard of American Negro Leaders" e "Communists and Afro-Asian Extremists in UN renew Efforts to Destroy Portugal in Africa".

¹⁸ Apesar de J. F. Kennedy ter sido assassinado a 22 de novembro desse ano, a relação mantém-se com a administração de Lyndon Johnson.

¹⁹ Entre as quais salientamos a National association for Advancement of Colored People, o American Committee on Africa, o Committee on Racial Equality e a Urban League.

²⁰ Kenneth T. Downs recorda, mais tarde, este processo como um "calvário enervante [...] de vários dias, nos escritórios de Nova Iorque e Washington, onde foram examinadas e microfilmadas ao mais íntimo detalhe todas as contas, papéis, correspondência...". (Arquivo Histórico-Diplomático, capilha 1908, folha 3, carta enviada por Kenneth T. Downs a Alexandre Pinto Basto, a 28/12/1963.)

²¹ Na declaração obrigatória de 'foreign agent' junto do Departamento de Justiça só tinham declarado 90.000 dólares, mas a comissão de inquérito prova que auferiram pela operação 534.000 dólares.

junto da opinião pública norte-americana, aqui ficam alguns títulos que o trabalho da comissão de inquérito provocou: “Portugal paid publicity firm to woo public” (*The Washington Post*, 1963b), “Lobbying activities for Portugal” (*The Washington Post*, 1963a), “Portugal lobbyist use congressman’s office” (*Los Angeles Times*, 1963) ou “Senators hear of lobby for Portuguese interests” (*The New York Times*, 1963). O escândalo precipita o afastamento desta empresa no fim de 1963.

Importa ressaltar que este escândalo, bem como alguma da atividade política desta empresa, já foi descrito por um conjunto de investigadores portugueses que estudaram as relações diplomáticas com EUA, tais como José Freire Antunes (1991), António José Telo (1996), Luís Nuno Rodrigues (2002) e Bernardo Futscher Pereira (2017).

4. Downs & Roosevelt: a última cartada no lobbying

Por entremeio da proximidade que criou junto de governantes portugueses e de dirigentes do SNI, o principal protagonista da Selvage & Lee, Kenneth T. Downs, desvincula-se da sua antiga empresa e cria com o neto do antigo presidente Theodore Roosevelt, Kermit (Kim) Roosevelt, uma *public relations council* chamada Downs & Roosevelt que assinava com o enigmático lema: “Time & life building”. Começa a trabalhar para o Governo português a partir de novembro de 1963²² por intermédio da sibilina APEU, ainda no período final do salazarismo, e presta serviço através do Ministério de Ultramar, já com Marcello Caetano como Presidente do Conselho.

Estrategicamente, a Downs & Roosevelt não fugia muito ao modelo de atuação da agência antecessora, até porque os gestores da conta com o regime português eram os mesmos: Kenneth T. Downs e Michael Teague. Há muita literatura internacional que ataca esta empresa, em particular o sócio Roosevelt pelo seu passado como agente da CIA (e.g. Blum, 2003; Wilford, 2013), e também por ter outros dois grandes e controversos clientes: o governo do Irão e a empresa aeroespacial Northrop Corporation.

Em 1965, no relatório de avaliação²³ da Downs & Roosevelt enviado ao cliente português, abundam as ações de *lobbying* em várias frentes da máquina de estado norte-americana, assim como os múltiplos ataques aos “comunistas” e aos ativistas africanos. No plano da assessoria de imprensa exibem-se pontuais *press visits*, tais como: “a visita acompanhada a Angola e Moçambique de Lynn Heinzerling”²⁴, da Associated Press e detentor de um Pulitzer; “uma excelente história de Berkeley Rice para a *Newsweek*”²⁵; “duas excelentes histórias”²⁶ de Robert Estabrook para o *The*

²² Não fazem o registo obrigatório por via do Foreign Agent Registration Act no Departamento de Justiça no ano de 1963, mas os documentos no Arquivo Histórico-Diplomático demonstram que iniciam funções nesse ano.

²³ Arquivo Histórico-Diplomático/MU/GM/GNP/RNP/0082/01832, Volume 1908, ofício de 23 de julho de 1965, pp. 1 a 8.

²⁴ Arquivo Histórico-Diplomático/MU/GM/GNP/RNP/0082/01832, Volume 1908, ofício de 23 de julho de 1965, p. 2.

²⁵ Arquivo Histórico-Diplomático/MU/GM/GNP/RNP/0082/01832, Volume 1908, ofício de 23 de julho de 1965, p. 3.

²⁶ Arquivo Histórico-Diplomático/MU/GM/GNP/RNP/0082/01832, Volume 1908, ofício de 23 de julho de 1965.

Washington Post; “um elegante artigo sobre a África portuguesa”²⁷ de Austin Coates para a *Optima Magazine*; e acompanham o destaque de 50 páginas (patrocinadas) da *National Geographic*, publicada no número de outubro de 1965, que puxava à capa o título: “Portugal at the Crossroads”²⁸. Ainda acompanharam a produção de uma reportagem para a NBC, transmitida a 19 de julho de 1965, intitulada “Mozambique revolutionaries”, mas que não correu como o previsto, pois foi “mais simpática com o movimento terrorista”²⁹. Lançaram e potenciaram na imprensa nova-iorquina o livro *The Fabric of Terror*, da autoria de Bernardo Teixeira (1965), assessor de imprensa da Embaixada de Portugal (integrado a título individual³⁰) e também colaborador da Downs & Roosevelt; procuraram lançar um novo livro de Pieter Lessing³¹; promoveram a publicação de um novo livro de Richard Pattee sobre os portugueses em África³²; e melhoraram e fizeram a revisão da edição em inglês de *As Nações Unidas e Portugal* (1962) do então ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira.

O trabalho da Downs & Roosevelt concentrou-se, essencialmente, na governação de Marcello Caetano, e os seus serviços para o regime continuaram a constar dos registos do Departamento de Estado dos EUA até ao ano da Revolução de Abril (1974). Não conseguimos encontrar qualquer documento referente aos honorários desta empresa, pois, como já referimos, eram pagos pela APEU.

Por último, uma nota com particular curiosidade: o colaborador que trabalhava a partir de Portugal, Michael Teague, continuou ligado a empresas de *trade* que prestaram serviços semelhantes para entidades públicas no pós-25 de Abril: organizou uma exposição fotográfica para a Fundação Calouste Gulbenkian, colaborou com a Expo 98 e com a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e foi autor de vários livros de fotografia sobre Portugal (e.g. M. Teague, 1988; Russell-Wood & Teague, 1997; M. C. Teague, 1997).

5. Heyward Associates: o regresso às relações públicas

Desde o fim da colaboração com a George Peabody and Associates que a promoção turística nos EUA tinha sido praticamente abandonada. Talvez por isso, o SNI decide recorrer, em 1963, a Evelyn J. Heyward, uma antiga gestora de conta da George Peabody and Associates que tinha fundado a sua própria empresa — a **Heyward**

²⁷ Arquivo Histórico-Diplomático/MU/GM/GNP/RNP/0082/01832, Volume 1908, ofício de 23 de julho de 1965.

²⁸ *National Geographic*, vol. 128, n.º 4, outubro 1965.

²⁹ Arquivo Histórico-Diplomático/MU/GM/GNP/RNP/0082/01832, volume 1908, ofício de 23 de julho de 1965, p. 5.

³⁰ Surge no FARA, entre 1963 e 1970, como assessor de imprensa da Embaixada Portuguesa em Washington. Desconhece-se a atividade desenvolvida, mas o livro deste assessor de imprensa é praticamente desconhecido e reveste-se de um extremo interesse para quem estuda a guerra colonial.

³¹ Autor sul-africano que publicou *África's Red Harvest* (1962) e *Only the Hyenas Laugh* (1964).

³² Recorde-se que Richard Pattee, da Laval University, no Québec (Canadá), já contava com uma obra publicada sobre o mesmo tema que, na edição portuguesa, se intitula *Portugal na África Contemporânea* (1959).

Associates, Inc. Esta relações-públicas segue a linha estratégica da sua antiga escola e entrega-se à assessoria de imprensa de assuntos não-políticos, à publicação de guias e livros apologeticos e à organização de eventos junto de companhias aéreas, grandes superfícies comerciais e marcas de roupa.

No relatório enviado ao SNI, referente ao ano de 1969, conseguimos perceber que o *modus operandi* da Heyward Associates passava por, a partir dos escritórios de Nova Iorque, disseminar dezenas de *press releases* sobre Portugal, enviar fotografias por iniciativa e distribuir centenas de *slides* do país idílico. Sobressaem as peças jornalísticas sobre o Algarve que conseguiram induzir na *Mademoiselle Magazine* (fevereiro de 1968) e na *Cosmopolitan* (janeiro de 1968); sobre a Madeira na *Modern Bride* (edição primavera); sobre a cozinha portuguesa na *Gourmet* (data desconhecida) e sobre vinho português na *Town & Country* (data desconhecida). Patrocinaram a publicação de *Great Shops of Europe* (1969) e *Great Hotels and Resorts of Europe* (1972), de Jerome Klein; *Foods of the World*, da coleção das revistas *Time* e *Life*; *Invitation to Portugal* (1969) de Late Mary e Jean Kempner Thorne; *Henry the Navigator – Prince of Portugal* (1969), de Jean Anderson; e *All Manner of Food* (1970), de Michael Field, entre outros. Organizaram, por vários pontos dos EUA, aulas e sessões dos académicos Jonathan Hagar e James Metcalf. Nos projetos especiais merece atenção o catálogo de roupa da coleção de “Fall and Winter” da marca French Boot Shop, em que os manequins são integralmente fotografados nas paisagens algarvias; e de terem conseguido que a companhia aérea TWA enviasse, como *souvenir* de Natal, 2500 galos de Barcelos em miniatura para as agências de turismo, acompanhado de um texto que promovia a cultura popular portuguesa.

Mais uma vez, não dispomos de todos os valores referentes a estes serviços, mas conseguimos apurar que nos anos de 1966, 1967 e 1968 auferiram 50 mil dólares anuais, mais despesas com projetos especiais³³. Mas, em 1969, Ramiro Valadão, numa carta enviada a César Moreira Baptista, com data de 23 de janeiro de 1969, alega que os 62 mil dólares são insuficientes para uma firma “que tem demonstrado trabalhar com muita eficiência e zelo nos sectores da ação que lhe estão confinadas”³⁴ e pede um aumento de verba. Numa carta de 6 de fevereiro de 1969, Evelyn J. Heyward agradece a César Moreira Baptista os 82 mil dólares anuais e pede que 2 mil sejam pagos através dos escritórios em Lisboa³⁵. Por isso, podemos perceber que esta empresa começou a receber cerca de 100 mil dólares por ano pelo seu trabalho de relações públicas para o Estado português. Curiosamente esta empresa continuou a trabalhar para Portugal muito para lá da Revolução de Abril de 74, pois existem registos da Heyward Associates no Foreign Agents Representation Act até 1995.

A terminar esta exposição, salvaguarda-se que há mais dois indivíduos e duas empresas identificadas no FARA no período em análise (1938-1974) que decidimos não destacar, pois não atuaram a nível da comunicação. O primeiro destes nomes é **Carlos Cudell Goetz**³⁶, que estava inscrito, entre 1942 e 1949, no Departamento

³³ TT/SNI, cx 1199, sem número de folha.

³⁴ TT/SNI, cx 1199, sem número de folha.

³⁵ TT/SNI, cx 1199, sem número de folha.

³⁶ Sabe-se que se trata do conhecido produtor de filmes que trabalhava, inclusive, para o SNI na produção de filmes do regime e que estava estabelecido nas cidades do Porto e de Lisboa

de Defesa como agente de compras [*purchasing agent*] e não como agente de propaganda. O outro é **Edward J. Hart** e surge, ocasionalmente, no ano de 1959 como lobista ao serviço do general cubano Fulgencio Batista³⁷ e de Portugal. No entanto, nunca foi encontrada qualquer fonte, para além do FARA de 1959, que refira que este político do Partido Democrata trabalhou para Portugal. Também surge a **J. B. Rundle, Inc.**, que se autointitula como uma *advertising company*, mas que prestou serviços de assessoria de imprensa [*press officer*] ao Estado português através do Posto de Turismo de Portugal em Nova Iorque, entre 1964 e 1967. Por isso, não será despropositado avançar que esta agência compensava a promoção turística durante a contratação da Downs & Roosevelt. Depois surge a **Verner, Lipfert & Bernhard, Inc.**, entre 1965 e 1967 — ora descrita como *lobbist*, ora como *legal services* — mas sempre ao serviço da TAP. Nomes que carecem de aprofundada investigação em futuros trabalhos, mas que julgamos não terem dado um assinalável contributo para o fortalecimento da imagem de Portugal junto da opinião pública norte-americana.

Discussão

Comunicou-se o país turístico para branquear o país político. Usou-se a beleza da Madeira e do Algarve para esconder a perseguição, a tortura e a deportação de opositores políticos. Serviu-se da devoção a Nossa Senhora de Fátima e da voz de Amália Rodrigues para encobrir a fome e a miséria de um povo. Projetou-se o Casino do Estoril, o golfe e o “ditador professor” para relativizar a censura, as altas taxas de analfabetismo e uma política cultural de acesso oligarca. Porém, nada que as outras nações não fizessem, nada que não se continue a fazer.

Mas, mais do que com Marcello Caetano, não deixa de ser surpreendente que Salazar tenha ficado rendido à promessa das relações públicas como meio de alcançar luz favorável na opinião pública e que tenha desembolsado milhões de dólares para a promoção do regime. Não deixa de ser igualmente revelador que, após a saída de António Ferro do SNI em 1950, os seus sucessores — José Manuel da Costa, Eduardo Brazão e César Moreira Baptista — tenham atenuado os conteúdos panegíricos e hiperbólicos na promoção internacional do regime e tenham enveredado pela estratégia e pelas ferramentas das relações públicas.

A ditadura esforçou-se, de facto, para se alinhar com as regras de comunicação do mundo livre e com os princípios da “moderna” comunicação estratégica, ao invés de se limitar a aplicar a secular propaganda de forma primária e de inspiração artística. E, mesmo não tendo sido estudado o impacto das múltiplas campanhas e ações de promoção aqui enumeradas, podemos defender que houve uma efetiva e profusa projeção do Portugal turístico, assim como se verificou uma mudança no

como vendedor de máquinas de precisão para a engenharia e a aviação, tendo estado envolvido na preparação da travessia aérea de Gago Coutinho e Sacadura Cabral (Correa, 1969). Neste período também aparece como curador do Metropolitan Museum de Nova Iorque (Metropolitan Museum of Art, 1942, p. 167; Metropolitan Museum of Art, 1943, p. 62), assim com autor de registo de patentes de química, sonoplastia e aeronáutica.

³⁷ Importa referir que neste ano já tinha sido deposto e que neste mesmo ano, 1959, visita Portugal, tendo vindo residir para o Estoril em 1962.

paradigma comunicacional do SNI com a saída de António Ferro. Aliás, quando o seu efetivo substituto (José Manuel da Costa) tomou posse deixou bem assente que não tinha “disposição própria para exagerar os factos normais da existência”³⁸ e que “a chamada *Política do Espírito* só podia séria e radicalmente fazer-se com êxito, no trabalho silencioso, lento, perseverante e fecundo da renovação da mentalidade”³⁹.

Mesmo assim, com a contratação das empresas representadas na imagem 1, não se registou o mesmo sucesso na projeção do Portugal político.

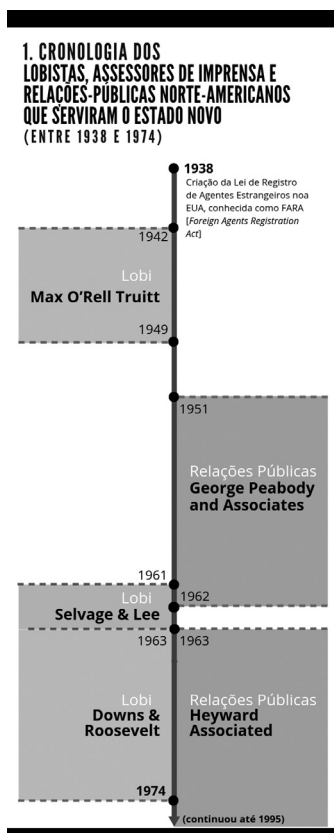


Imagem 1. Cronologia dos lobistas, assessores de imprensa e relações-públicas norte-americanos que serviram o Estado Novo (entre 1938 e 1974)

Essencialmente, não se conseguiu esconder a agonia da ditadura porque moldar a opinião pública em ambiente democrático era, já em meados do século XX, um processo complexo, meândrico, dispendioso e, à luz das relações públicas, o seu sucesso carecia de fundamentos positivos, éticos e humanos. Por sua vez, a mentalidade dos altos quadros do Estado Novo ainda era definida pela bitola da propaganda primária,

³⁸ *Notícias de Portugal*, 3 de março de 1951, ano IV, nº 200, p. 2.

³⁹ *Notícias de Portugal*, 3 de março de 1951, ano IV, nº 200, p. 2.

que, como se sabe, apresenta resultados rápidos quanto maior for a ignorância, o faciosismo e, principalmente, o medo. Dito de outra forma: a propaganda nas ditaduras – ou a ação do “Ministério da Verdade” como lhe chama George Orwell na obra *Nineteen Eighty-Four*, só assume real eficácia quando há intervenção do “Ministério da Polícia”.

Ficam por compreender os efeitos e as influências que a contratação destas agências e profissionais do “novo mundo” tiveram na propaganda interna do Estado Novo, mas percebe-se que há toda uma propaganda antes e depois de 1950, data da saída de António Ferro e do início da contratação dos serviços destas agências de comunicação. Recorde-se que é notória, também, a omnipresença ramificada do proprietário católico de jornais Robert R. McCormick ao longo de todo o período analisado e em todas as agências e lobistas contratados. Um protagonista da história do jornalismo norte-americano que carece de ser estudado em futuros trabalhos.

Referências bibliográficas

- Anderson, J. (1969). *Henry the Navigator – Prince of Portugal*. Philadelphia: The Westminster Press.
- Antunes, J. F. (1991). *Kennedy e Salazar: O Leão e a Raposa*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Blum, W. (2003). *Killing Hope: US Military and CIA Interventions Since World War II*. New York: Zed Books.
- Carlson, J.R. (1943). *Under cover. My four years in the nazi underworld of America - The amazing revelation of how Axis agents and our enemies within are now plotting to destroy the United States*. New York: E. P. Dutton & Co.
- Cole, W. S. (1953). *America first - The battle against intervention 1940-1941*. New York: The University of Wisconsin Press.
- Committee on Foreign Relations. (1963). *Activities of nondiplomatic representatives of foreign principals in United States*. Washington: U.S Government Printing Office.
- Correa, P. (1969). *Gago Coutinho: Percursos da navegação aérea*. Porto: Portucalense Editora.
- Crawford, K. G. (1939). *The Pressure Boys – The inside story of lobbying in America*. New York: Julian Messner, Inc.
- D’Arcos, J. P. (1953). *A floresta de cimento – Claridade e sombras dos Estados Unidos*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Draper, T. (1951, 11 de dezembro). Trujillo’s Dynasty – How the dictator keeps the Caribbean area stormy. *The Reporter*, pp.17-21.
- Ferro, A. (1948). *Catorze Anos de Política do Espírito*. Lisboa: Edição do SPN.
- Field, M. (1970). *All manner of food*. New York: Alfred A. Knopf.
- Flatau, K. L. (1945, 16 de junho). Is Portugal fascist? *Los Angeles Times*, p. 4.
- Hargrove, R. (1947, 3 de abril). Lisbon is city of contrasts. *The Austin Statesman*, p. 30.
- Kahn, A.E. (1942, 8 de dezembro). The enemy within. *NM Magazine*, pp.11-12.
- Kay, H. (1970). *Salazar and modern Portugal*. New York: Hawthorn Books.
- Kempner, M.J. (1969). *Invitation to Portugal*. New York: Atheneum.
- Klein, J.E. (1972). *Great Hotels and Resorts of Europe*. New York: Lehigh.
- Klein, J. E., & Reader, N. (1969). *Great shops of Europe*. New York: National Retail Merchants Association.
- Krems, N. (1941, 19 de abril). Anti-semite on Town Hall Air. *Social Justice*.

- Lessing, P. (1962). *Africa's red harvest. An account of communism in Africa*. New York: The John Day Company.
- Lessing, P. (1964). *Only hyenas laugh – The new Africa*. London: Michael Joseph.
- Los Angeles Times. (1963, 25 de julho). Portugal lobbyist use congressman's office. *Los Angeles Times*, p. 6.
- McKenzie, V. (1938). *Through Turbulent Years*. New York: National Travel Club.
- Metropolitan Museum of Art. (1942). The Museum. *The Bulletin of the Metropolitan Museum of Art*, 37.
- Metropolitan Museum of Art. (1943). *Annual report of the trustees* (Vol. 72-76). New York: Metropolitan Museum of Art.
- Moreira, A. (1958). *A jurisdição interna e o problema do voto na ONU (Documentos)*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- Moreira, A. (1961). *Política Ultramarina*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- New York Herald Tribune. (1947, 16 de abril). Lisbon Transports 'radicals'. *New York Herald Tribune*, p. 14.
- Nogueira, F. (1962). *As Nações Unidas e Portugal (Estudo)*. Lisboa: Ática.
- Nogueira, F. (1980). *Salazar IV - O Ataque (1945-1958)* (Vol. IV). Porto: Livraria Civilização.
- Oliveira, C. (1989). Oliveira Salazar e a política externa portuguesa: 1932/1968. In F. Rosas, J. Ramos do Ó & C. Oliveira (Eds.), *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Osgood, K.A. (2002). Propaganda. In A. DeConde, R. Dean Burns & F. Logevall (Eds.), *Encyclopedia of American foreign policy* (Vol. 3). Washington D.C.: Charles Scribner's Sons.
- Pattee, R. (1959). *Portugal na África contemporânea*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Pereira, B. F. (2017). *Crepúsculo do Colonialismo. A diplomacia do Estado Novo (1949-1961)*. Lisboa: D. Quixote.
- Ribeiro, V. (2018). A empresa de relações públicas norte-americana contratada por Salazar (1951-1962) – A estreia da ditadura no modelo assimétrico bidireccional. *Media & Jornalismo*, 13(33), 155-169.
- Rodrigues, L.N. (2002). *Salazar-Kennedy: A crise de uma aliança*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Rosas, F. (1994). O Estado Novo (1926-1974). In José Mattoso (Ed.), *História de Portugal* (Vol. VII). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Russell-Wood, A. J. R., & Teague, M. (1997). *Portugal and the sea: a world embraced*. Lisboa: Portuguese Pavilion Expo'98; Assírio & Alvim.
- Seldes, G. (1938). *Lords of the Press*. New York: Julian Messner, Inc.
- Shannon, W. (1950, 20 de junho). The Franco lobby. *The Reporter*, pp.19-23.
- Silberman, C. (1967). *Crise em preto e branco*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Teague, M. (1988). *In the wake of the Portuguese navigators*. Lisboa: Carcanet; Fundação Calouste Gulbenkian.
- Teague, M. (Compilação). (1997). *Abade José Correia da Serra: documentos do seu arquivo: 1751-1795*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Teixeira, B. (1965). *The fabric of terror*. New York: The Devin-Adair Company.
- Telo, A.J. (1996). *Portugal e a Nato: o reencontro da tradição atlântica*. Lisboa: Edições Cosmos.
- The New York Times. (1945, 7 de maio). Hitler memorial held. German Cleric in Lisbon Extols Him for His Guidance. *The New York Times*, p. 5.
- The New York Times. (1946a, 12 de agosto). Indians criticize Portugal. *The New York Times*, p. 2.
- The New York Times. (1946b, 14 de agosto). Three oppose Portugal's bid to enter U.N. *The New York Times*, p. 5.

The New York Times. (1963, 23 de julho). Senators hear of lobby for Portuguese interests. *New York Times*, p. 9.

The Sun. (1947, 13 de abril). Lisbon's Strikes Spreading. *The Sun*, p. 13.

The Washington Post. (1945, 5 de maio). Moral myopia. *The Washington Post*, p. 6.

The Washington Post. (1946, 1 de dezembro). Salazar rule in Portugal is criticized. *The Washington Post*, p. 2.

The Washington Post. (1963a, 7 de maio). Lobbying activities for Portugal. *The Washington Post*, p. 8.

The Washington Post. (1963b, 24 de julho). Portugal paid publicity firm to woo public. *The Washington Post*, p. 4.

Ultramar, Agência Geral do. (19-). *Goa — Inde Portuguese*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

Walker, S. (1934). *City Editor*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Wilford, H. (2013). *America's Great Game: The CIA's Secret Arabists and the Shaping of the Modern Middle East*. London: Hachette.

Nota biográfica

Vasco Ribeiro é doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho e Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Leciona ainda na Porto Business School. Investigador do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

Ciência Vitae: E816-962F-6FDO

Email: vribeiro@letras.up.pt

Morada: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Via Panorâmica Edgar Cardoso, 4150-564 Porto, Portugal

*Submetido: 2019.01.15

*Aceite: 2019.07.21

(Página deixada propositadamente em branco)

**Do Chefe Incontestado ao Chefe Panóptico:
Representações Fotográficas de Salazar do *Notícias
Ilustrado* ao *Século Ilustrado***

**From the Unchallenged to the Panoptic Leader:
Photographic Representations of Salazar, from *Notícias
Ilustrado* to *Século Ilustrado***

**Del Jefe Indiscutible al Jefe Panóptico:
Representaciones fotográficas de Salazar de *Notícias
Ilustrado* a *Século Ilustrado***

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_5

Eduardo Cintra Torres

Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas
Centro de Estudos de Comunicação e Cultura

Filomena Serra

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de História da Arte da NOVA FCSH

Resumo

Este artigo analisa as representações fotográficas de Oliveira Salazar no *Século Ilustrado*, desde a sua fundação em 1938 por Leitão de Barros até ao final da Segunda Guerra Mundial, tomando como ponto de partida um anterior estudo sobre a construção da imagem do “Chefe” no *Notícias Ilustrado* (1928-1935). Adoptámos para o *Século Ilustrado* uma metodologia semelhante à desse trabalho. Depois do levantamento de todas as imagens fotográficas do ditador até 1945, submetemos as mais significativas capas, contracapas e reportagens a uma análise semiótica que procurou verificar a sintonia das representações com as circunstâncias políticas do regime e do seu líder. Simultaneamente, tentámos interpretar, através da fotografia impressa e das decisões gráficas das duas revistas, o processo de promoção e propaganda de Salazar, bem como a sua passagem de “Chefe consagrado” no *Notícias Ilustrado*, a “Chefe panóptico” no *Século Ilustrado*, e como esta identificação coincidiu na revista com a que se desenrolava no espaço público.

Palavras-chave

fotografia impressa; censura; imprensa; Salazar; Salazarismo

Abstract

This article aims to analyze the photographic images of Oliveira Salazar in *Século Ilustrado*, from its foundation in 1938 by Leitão de Barros, until the end of the 2nd World

War. As a starting point, we took a previous essay on the construction of the leader's image in *Notícias Ilustrado* (1928-1935) and a similar methodology was adopted. In the research process, all photographic images referring to the dictator Salazar until 1945 were surveyed, submitting the most important – covers, back covers and photo – to a semiotic analysis that sought to verify the adequacy of the dictator's representations to the political circumstances of his regime. At the same time, we tried to interpret through printed photography and in graphic decisions of the two magazines Salazar's promotion and how his propaganda will change from dictator and "unchallenged Leader" of government into a "Panoptic Leader". The representation of Salazar in the *Século Ilustrado* magazine coincides with the one that takes place in the public space.

Keywords

printed photography; censorship; press; Salazar; Salazarism

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar las imágenes fotográficas de Oliveira Salazar en *Século Ilustrado*, desde su fundación en 1938 por Leitão de Barros, hasta el final de la Segunda Guerra Mundial. En el proceso de investigación, se realizó una encuesta de todas las imágenes fotográficas en portadas, contraportadas e fotoreportajes que se refieren al dictador hasta 1945. Como punto de partida, se tomó un estudio previo sobre la construcción de la imagen del "Jefe" en la revista *Notícias Ilustrado* (1928-1935) y se adoptó una metodología similar, sometiendo las más significativas a un análisis semiótico, buscando verificar la sintonía de las representaciones del dictador con las circunstancias políticas del régimen. Al mismo tiempo, intentamos interpretar a través de la fotografía impresa las decisiones técnicas y gráficas de las dos revistas, la promoción de Salazar y de su propaganda, y el cambio de "Jefe consagrado" a "Jefe Panóptico", coincidiendo esta identificación en la revista con la que tiene lugar en el espacio público.

Palabras clave

fotografía impresa; censura; prensa; Salazar; Salazarismo

Introdução

No início do século XX, as imagens fotográficas passaram a ocupar um lugar destacado nas revistas, a par dos textos. Nas variadas formas criativas que estas então experimentavam, a fotografia impressa reforçava o potencial artístico, mas também político, das intervenções multimodais entre imagem e texto. Como meios de comunicação de massas, os conteúdos dessas revistas abordavam actualidades variadas (teatro, cinema, arquitectura, vida urbana, concursos de fotografia, passando pela moda ou anúncios), numa variedade de géneros que implicava discursos não especializados ou não-científicos.

Este artigo pretende repensar as revistas no campo especificamente político através da fotografia impressa de propaganda. A visibilidade, circulação e recepção

dessas revistas e das suas imagens tornaram-nas actores sociais em interacção com outros actores do sistema social (Borrat, 1989, p. 67). A distância temporal na análise destes objectos efémeros permite olhá-las em termos mais amplos do que um simples meio de comunicação de massas, confrontando-os como índices de outro lugar e de outro tempo, tanto pelo seu conteúdo como pela materialidade da própria publicação (Mendelson, 2008, pp. 12-13). Os estudos culturais, entretanto, permitem-nos analisar as revistas, não só como objectos jornalísticos ou literários, mas também como objectos culturais e visuais (Latham e Scholes, 2006). São os casos das duas revistas: o *Notícias Ilustrado* e o *Século Ilustrado* (a partir daqui *NI* e *SI*), ambas dirigidas pelo cineasta e encenador Leitão de Barros. A primeira constituiu anterior objecto de análise no que diz respeito às fotografias de propaganda da imagem de Salazar ali publicadas (Serra e Torres, 2017, pp. 201-233). Apresentamos essa investigação sucintamente para avançarmos depois para a análise do *SI*.

O *NI* foi uma edição semanal do *Diário de Notícias*. Revista nacionalista, iniciou uma visualidade ideológica comprometida com o regime de Salazar, cujos momentos políticos de ascensão de ministro das Finanças a ditador acompanhou fotograficamente. Da hipótese de “Chefe”, em 1928-1929, surgem em 1929-1931 as foto-reportagens de Salazar como “Chefe em construção” e, de 1932 a 1935, as do “Chefe” confirmado ou incontestado. Independentemente desta periodização convencional, constata-se o culto da personalidade de Salazar, com referências constantes e exaltação, entre outras, das suas qualidades intelectuais e de financeiro.

As inovações gráficas e fotográficas seguiram a propaganda da sua imagem, revelando a necessidade de acrescentar à retórica da palavra a retórica da imagem. A montagem e a fotomontagem, de origem soviética, conhecidas de Leitão de Barros, através das suas estadas na Alemanha, foram utilizadas, não só na propaganda de Salazar, mas com o dar a ver o país. Afirmando-se uma revista “moderna”, “modernista”, “europeia” e “civilizada”, nela foram experimentadas inovações gráficas, proporcionadas pela introdução da tecnologia da rotogravura, que permitia maiores edições, melhores imagens e inovadoras experiências entre texto e imagem (Pinto, 2015; Serra & Torres, 2017). Neste caso, encontra-se uma grande atenção dada à fotografia, aos aspectos da montagem fotográfica, da foto-reportagem e até à autoria dos foto-repórteres. Simultaneamente aprofundava-se a vertente ideológica e ensaiavam-se novas caixas de títulos, *letterings*, legendas, reenquadramentos, montagens, distorções de escala, composições dinâmicas, pontos-de-vista surpreendentes com picados e contrapicados. Esta exploração seria experimentada sobretudo nas capas, como nenhuma outra revista em Portugal ensaiara até aí.

Será, nesse período, que tanto Leitão de Barros como António Ferro, recorrendo ao arquivo do *NI*, constroem um dos objectos mais marcantes de experimentação visual do período senão do século XX em Portugal, no qual assentam todas as necessidades da propaganda do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) no poder da fotografia. Trata-se do foto-livro *Portugal 1934*, igualmente com direcção artística de Leitão de Barros. Esse foto-livro do SPN conotava um país em “construção” (Echagüe, 2019), em imagens de propaganda do país e de Salazar como “Chefe confirmado”. Se muitas imagens do arquivo fotográfico do *NI* integraram o *Portugal 1934*, muitas imagens do *SI* integrarão depois o foto-livro *Portugal 1940*, anunciado no *SI* (n.º 200, de 01.11.1941) (Revez, 2012).

Contudo, como veremos, a censura prévia instituída em 1933, impediria a renovação imagética. Salazar preenchia cada vez mais as páginas do *NI* e a fotomontagem mais dinâmica e experimental de bordos ou molduras visíveis cederia lugar à fotografia ilustrativa e a uma foto-colagem de tipo pictórico (Serra & Torres, 2017, pp. 202-205). Em 1935, a censura ditará o fecho do *NI* e os destinos do *SI*.

1. A suspensão do *Notícias Ilustrado*: a concorrência e a censura prévia

Em 6 de Outubro de 1935, o *NI* (nº 383, 06.10.1935) informava que passaria “por uma remodelação de formato, de aspecto e de índole jornalística”, obrigando à sua “suspensão temporária”, a fim de montar “todos os serviços e oficinas que a nova orientação exige”. O balanço dos seus 382 números sublinhava o “esforço despendido para registar, semana a semana, a vida nacional”, numa publicação que se considerava única no género em Portugal. A imprensa, acrescentava, tinha de evoluir e de se “adaptar à desenfreada e desleal concorrência do jornal estrangeiro entre nós [...] dentro dos recursos de expansão de que dispomos”. Prometendo-se uma nova série em Janeiro de 1936, anunciava-se um *NI* “completamente remodelado, em formato duplo do actual, todo feito em heliogravura e tratando além dos assuntos de alta reportagem internacional, temas de desporto, de cinema, de aventuras, de teatro e de magazine, sempre com grande desenvolvimento” (Pinto, 2015, p. 172). Contudo, o novo *NI* nunca chegou a sair. Leitão de Barros confrontou-se com a queda das vendas, a concorrência e a pouca publicidade concedida pelo *Diário de Notícias*,¹ em situação de desigualdade com outras publicações. Três dias depois, a 9 de Outubro, Leitão de Barros, em carta a Salazar, assinada por ele e por Caetano da Veiga Beirão, administrador da Empresa Nacional de Publicidade, indicava a censura prévia como razão para a suspensão:

Desde sábado o nosso país não tem um único jornal que registe, pela gravura, a sua vida corrente. Julgamos de nosso dever vir expor a V. Exa. respeitosamente, as razões que nos obrigam a lançar na miséria mais de uma centena de pessoas, que tantas são as famílias dos operários que, por essa decisão, ficaram sem o sustento assegurado. E julgamos nosso dever esta carta, porque V. Exa. tendo criado os serviços de Censura à Imprensa, orienta e encaminha, no sentido de superior aproveitamento todos os valores e todas as actividades cuja acção é a de estar em contacto com a opinião pública (Barros & Beirão, 4.10.1935, espólio Leitão de Barros; Pinto, 2015, pp. 172-174).

O director do *NI*, não só destaca os serviços de “valorização e estímulo à acção nacionalista” e da larga propaganda que os jornais de que fora director tinham realizado em prol da ditadura, como salienta que sempre pusera “em realce o que está mau” para “chamar à atenção pública dos dirigentes, no sentido de melhorar

¹ Rascunho de carta dactilografada de Leitão de Barros, de 4.10.1935, com menção de assinatura assinada também por Caetano da Veiga Beirão, dirigida à direcção da Empresa Nacional de Publicidade. Espólio da Família de Leitão de Barros, a quem se agradece.

o existente”. E terminava responsabilizando a censura: o aparecimento da “concorrência alarmante do jornal gráfico espanhol, tratando assuntos e temas, publicando aspectos e quadros proibidos expressamente pela Censura Portuguesa”, como o “crime, a revolução, a fotografia galante, a reportagem ‘à sensation’, o humorismo social, a crítica histórica”, “tudo assuntos que a Censura Portuguesa implacavelmente persegue”. Em seis meses triplicara “a importação do jornal espanhol de actualidades”, vendendo-se 80 mil exemplares em Portugal, numa “língua que a totalidade dos portugueses entende completamente” e “a um preço baixíssimo que a sua grande tiragem em Espanha lhes permite.” Barros perguntava então “se pode e deve consentir-se que permaneçam tais circunstâncias”, repetindo que a imprensa espanhola tratava “todos os temas que a Censura Portuguesa expressamente proíbe ao jornal português” (*ibidem*).

A responsabilização da censura prévia pela suspensão do *NI*, que se dedicara a promover e a fazer a propaganda de Salazar, parecendo paradoxal, mostra o poder repressivo do regime que a partir de 1933 reestrutura a máquina censória, na Constituição e em legislação própria (Dec. Lei n.º22469, de 11 de Abril), restringindo, entre outras, as liberdades individuais e de imprensa.

Encerrado o *NI*, só três anos mais tarde pôde Leitão de Barros encabeçar uma publicação semelhante. Em 1 de Janeiro de 1938 é o director artístico do *SI*, assim chamado por pertencer ao matutino lisboeta *O Século*, principal concorrente do *Diário de Notícias*. A aparência gráfica da revista assemelhava-se à que se anunciara para o novo *NI*. Alguns colaboradores eram os mesmos.

2. Contextos: Salazar, Salazarismo e as Guerras

Criados os instrumentos jurídico-políticos que permitirão criar as bases do seu regime autoritário e fascizante contra actos subversivos – a Censura Prévia, a Polícia Política de Vigilância e Defesa do Estado (29 de Agosto de 1933), o Estatuto do Trabalho Nacional (23 de Setembro de 1933) e o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) em 25 de Setembro de 1933 –, Salazar neutralizava os partidos republicanos à esquerda e as forças políticas à direita.

Entretanto, a partir de 1936, Salazar enfrentou o desafio de manter a neutralidade portuguesa enquanto apoiava a revolta dos nacionalistas de Franco. A Guerra Civil espanhola levou Salazar a assumir a pasta dos Negócios Estrangeiros em 1936 e a activar a mobilização da extrema-direita e a fascização táctica do regime. Quando eclodiu a II Guerra Mundial, Salazar ocupava, além da Presidência do Conselho de Ministros, as pastas das Finanças, Guerra e Negócios Estrangeiros. A política externa visou manter a neutralidade a todo o custo, para que o regime e o império colonial resistissem.

Salazar orientava e perscrutava toda a acção governamental e administrativa, obrigando-o a jornadas de trabalho de 15 horas (*SI*, nº21, 21.05.1938). O ritmo intenso repercutia-se na sua saúde e mantinha-o afastado por longos períodos da vida pública e, em especial, depois de 1941, das manifestações multitudinárias de que se alheava por natureza e por opção política (Castanheira *et al*, 2018; Nogueira, 1978). Tendo em Óscar Carmona um aliado, Salazar deixava ao presidente da República a

representação do Estado nas viagens a territórios ultramarinos e em eventos protocolares e multitudinários (Nogueira, 1978; Pereira, 2015).

O regime apresentava-se com duas cabeças, unidas, sendo uma a que pensava e agia e a outra a que representava a primeira e ratificava as suas decisões. Também por isso, a presença contínua de Salazar no espaço público tornava-se menos necessária. Quando Ferro, em entrevista de 1938, o criticou por não “olhar carinhosamente aos que não cessam de aclamá-lo”, estando “quase sempre ausente” respondeu que sentia “o desejo quase irresistível de falar ao povo”, mas uma voz interior dizia-lhe “Não fales!” (Ferro, 1982, pp. 255-307). Por temperamento e escolha política, Salazar resistia à multidão.

Neste contexto, ao contrário do *NI*, o *SI* podia prescindir do acompanhamento sistemático de Salazar e do regime nas suas capas e contracapas. Consolidados o Estado Novo e a liderança de Salazar, assiste-se à progressiva despolitização da revista, excepto em momentos-chave de confirmação do Estado Novo. A política, agora, era “essa política *sem política*”, como Salazar a definira em 1934 (Salazar, 1961, p. 317).

3. A mudança de paradigma nas representações fotográficas de Salazar

Quais foram e como se deram a ver as representações fotográficas de Salazar no *SI*? Como se distinguiram das que antes se publicaram no *NI*? Para responder a estas interrogações procedemos ao levantamento sistemático da presença de Salazar no *SI*, entre o início da publicação em 1938 e 1945 – coincidindo este momento com o final da 2ª Guerra Mundial e a uma nova etapa no regime salazarista. A análise concentrou-se nas capas, dado o seu impacto e a forte relação que criam com um público mais alargado; mas recorreremos também a representações de Salazar em contracapas e no interior da revista para reforçar o sentido da interpretação. Procurámos realizar uma análise de “textos compósitos ou *multimodais*”, centrada na relação entre o texto verbal e a imagem fotográfica (Kress e van Leeuwen, 2006, p.177), de modo a alcançar os significados transmitidos pelas mensagens e o contexto da sua produção e recepção (Bignell, 2002; Chandler, 2002; van Leeuwen, 2008; van Leeuwen e Jewitt, 2008).

A análise semiótica considerou as três “metafunções” da linguagem alargadas por Kress e van Leeuwen (2006, pp. 41-43) a todos os modos semióticos, incluindo os visuais: a metafunção ideacional, que oferece escolhas na representação de relações internas das imagens, traduzidas em vectores – por exemplo, de algo em direcção a algo; a metafunção interpessoal, que procura avaliar a relação entre o produtor, o observador e o objecto representado na imagem; e a metafunção textual, na complexa relação entre diferentes *textos* verbais e icónicos na imagem.

Em termos formais, o *SI* continuou o espírito do *NI*, nos conteúdos; sobretudo, no interesse continuado pelos problemas da indústria cinematográfica, sendo uma revista mais cultural e de info-entretenimento, com menos reportagens fotográficas próprias. Isso mesmo transparece logo nas primeiras capas do *SI*. A do nº1 (1.01.1938) mostra o rosto de Elsa Rumina, no filme *Canção da Terra*, de Brum do Canto, uma imagem ideal, agradável, passiva e serena. Já a segunda capa (8.01.1938), “!Se ha salvado la Virgen!”, dirige-se ao público feminino e católico: uma imagem da Virgem

salva numa batalha em Espanha é levada aos ombros pelo exército franquista. Nas capas seguintes regressa o tema da mulher portuguesa, com “Portuguesas 1938...”, e estrelas de teatro “Quem prefere? Mirita [Casimiro] ou Beatriz Costa?”. A capa do nº5 centra-se na Mocidade Portuguesa e a do número nº 6, de 5.02.1938, propagandeia a aliança luso-britânica e a marinha inglesa, vendo-se do lado esquerdo, em fotomontagem, uma grande bandeira do Reino Unido. Só na capa do nº 9 aparece uma figura política, o Presidente da República inaugurando uma exposição automóvel com o embaixador inglês e um empresário.

Salazar aparece pela primeira vez na capa do nº 12, em 19.03.1938, em que o *SI* prossegue a propaganda fotográfica de Salazar praticada no *NI*. A capa apresenta-o a fazer “a saudação romana” pela “primeira vez”, numa “grande reunião de legionários” (*SI*, nº 12, 19.03.1938). Este “documento histórico” ficaria como um momento-chave na iconografia de Salazar, embora a sua aproximação aos ultras fosse circunstancial. A imagem de capa, ao alto, centra-se na sua figura, apesar da presença a seu lado do presidente da Junta Central da Legião. O enquadramento acentua Salazar e o braço erguido como vector essencial da imagem. Do outro lado, os estandartes criam o equilíbrio na imagem transmitindo estabilidade, segurança e poder, este acentuado pelas duas espadas em primeiro plano, que enquadram o busto de Salazar. A mão esquerda no bolso não diminui a pose, antes acrescenta a presença de força do líder, se recordarmos o uso das mãos nas ancas de Mussolini nas suas aparições públicas. A interpretação preferencial desejada é confirmada pelo citado texto verbal na capa (Figura 1).



Figura 1 – “Um documento histórico – O Sr. Dr. Oliveira Salazar preside a uma grande reunião de legionários”

Fonte: *SI*, nº12, 19.03.1938, capa

Um mês e meio depois, Salazar volta a fazer capa do *SI*, desta vez para se comemorar o décimo aniversário (1928-38) do início do seu poder de facto e *de jure* no regime. A imagem é a montagem de duas fotografias, a primeira de Lazarus e a segunda de Silva Nogueira, de que se eliminaram os recortes. A primeira, no canto superior esquerdo, com Salazar virado para o lado direito, assim sugerindo um início, fora utilizada várias vezes pelo *NI*, pelo que se pode considerar constitutiva da imagem do mito do “Chefe”. A seu lado, em titulação inclinada que acentua o efeito, a frase “Coimbra Doutor António Oliveira Salazar” estabelece aquele início em 1928, quando Salazar é confirmado ministro das Finanças. O nome “Coimbra” é uma metonímia de “Universidade de Coimbra” que referencia a condição académica do líder, bem como a origem, antes da chegada a “Lisboa”, capital e centro do poder. Em tamanho maior, a segunda fotografia, com a cabeça de Salazar virada para a esquerda, sugerindo a ideia de fecho de um período, é o mesmo Salazar, apenas maior, tão grande que a titulação a seu lado o identifica com o país: “Portugal Salazar 1938”. Ambas as imagens são duas faces da mesma moeda (Figura 2, *SI*, nº18, 30.04.1938). No mesmo número, as páginas centrais enchem-se com 19 fotografias de “A glorificação de Salazar”, título que comemorava na sessão da Câmara Corporativa o decénio do líder nas Finanças, assim o consagrando como “Chefe” (Figura 3).



Figura 2 – “1928 Portugal Salazar 1938”

Fonte: *SI*, nº18, 30.04.1938, capa



Figura 3 – “A glorificação de Salazar”

Fonte: *SI*, nº18, 30.04.1938, pp. 9-10

Nesta fase inicial do *SI*, Salazar aparece pela única vez com maior destaque do que Carmona na capa “Na histórica varanda de Belém” assistindo a um desfile da Marinha de Guerra. De óculos escuros, porventura por razões de saúde (Nogueira, 1978), Salazar é mostrado em primeiro plano, com Carmona quase tapado a seu lado. Na legenda, a ordem constitucional correcta – “O chefe do Estado e o presidente do Ministério” – não desfaz o destaque de Salazar na imagem como líder (Figura 4).

Ainda em Maio de 1938, o *SI* nº21 retoma um tema do *NI*, o do “Salazar íntimo”. A capa mostra-o à secretária, lápis na mão, olhando para documentos. O vector visual do olhar para os documentos é reforçado pela metafunção textual do título em letras monumentais “Salazar trabalha”. O líder político é associado ao seu trabalho governativo (e administrativo). A iluminação, com sombreado na zona dos olhos, acentua a sugestão de “intimidade” e dedicação ao trabalho, ao mesmo tempo que ilude a cuidada distribuição da luz.

A contracapa dava continuidade ao “Salazar íntimo!” com uma fotografia também altamente preparada, decerto na residência do presidente do Conselho. Sentado num sofá, de pernas cruzadas, as mãos sobre o braço do cadeirão também cruzadas e o olhar atento como principal vector de acção da imagem, o líder era o “professor de tabuada” de uma menina, sentada numa cadeirinha, de caderno nas mãos. A posição da câmara colocou Salazar ao centro da imagem, o busto numa posição frontal e a criança de perfil, isto é, objecto de observação. Prometendo em subtítulo “o artigo sensacional” sobre o “professor de tabuada”, acrescentava-se ao mito do Chefe uma intimidade que era, afinal, publicada e pública: Salazar trabalhando e Salazar como pai da nação, por sinédoque; a menina adoptada pelo chefe do governo em S. Bento representava a nação a quem o antigo professor de Coimbra dava uma lição. Por indução, Salazar não tinha família própria. Era, como o próprio sugerira, pai da nação. Portanto, não poderia ter uma família sua que, por egoísmo seu, substituísse todo o povo (Figuras 5 e 6).



Figura 4 – “Na histórica varanda de Belém”

Fonte: SI, nº19, 07.05.1938, capa



Figuras 5 e 6 – “Salazar trabalha.” e “Salazar professor de tabuada”

Fonte: SI, nº 21, 21.05.1938, capa e contracapa

No interior, as três páginas de “Salazar íntimo” mostram-no em reuniões de trabalho e a receber figuras do Estado. Salazar é descrito como “o ‘Grande Operário’ do nosso Ressurgimento”. O SI fazia notar que a reportagem era feita “sem os exa-

geros dum exaltação doentia, mas com o entusiasmo que provoca a vida dum Homem, dedicada inteiramente à causa do Bem público.” No mesmo contraponto ex-denominado a líderes como Mussolini ou Hitler, uma referência à “modéstia” de Salazar acrescenta o mito do líder que “dá tudo quanto ganha”. O texto e as fotografias escolhidas para o interior confirmam a conotação da capa: retratam uma “vida de trabalho, pautada pela tirania da hora”, vivida com os minutos contados por “estar em jogo o bem-estar dum país, a tranquilidade dum povo, o renascimento dum raça”. Nenhuma das imagens “marca uma hora de ócio. Mesmo quando ouve a Rádio, Salazar trabalha”. A “vida de Salazar é simples como as fotografias que acompanham as palavras do nosso artigo. Dois únicos verbos a sintetizam: Pensar - Trabalhar”. E o mito do líder “professor” “de todos os portugueses” termina com o ideolecto de que Salazar não é político: “A sua vida não é uma vida de político, é antes um cargo de missionário que veio catequisar um povo — uma tribo do mundo — para lhe ensinar a Boa Nova, o Evangelho da Pátria que é, como todas as doutrinas verdadeiras, uma religião de Renúncia e de Sacrifício”, sendo Salazar “o primeiro a dar o exemplo”, “imolando à sua Terra o sossego, o prazer e a saúde.” E, confirmando o ideolecto expresso na capa do décimo aniversário de Salazar nas Finanças (Figura 2), o texto confirma que Salazar realiza em 1938 o que “há dez anos era apenas um belo projecto” (Figura 7). Esta representação multimodal de texto-imagem do novo mito de Salazar seria confirmada pelo próprio e por Ferro na entrevista que este lhe fez quatro meses depois (Ferro, 1982, pp. 255-307). O Salazar íntimo substituíra, assim, o Salazar em público, com o povo.



Figura 7 – “Um dia do presidente do Conselho”

Fonte: *SI*, nº 21, 21.05.1938, pp. 9-10

Entre 1940 e 1942, Salazar continua a aparecer na capa do *SI*, mas sem o mesmo entusiasmo textual e gráfico. Incluem-se as imagens fotográficas da última grande manifestação a Salazar no período estudado, quando se encheu o Terreiro do Paço para “aclamar” o chefe no dia do seu aniversário, em 1941. Deu para duas capas.

Numa delas, o *SI* promete “a maior reportagem gráfica da grande apoteose a Salazar”, repetindo-se a última frase numa página interior (Figura 8). A capa mostra Salazar num ministério na praça, saudando a multidão, com um aceno semelhante à saudação romana, mas sem que o perfil esfíngico transmita a presença forte de imagens anteriores. Ele é, escreve o *SI*, “aclamado” pelas massas representando “a Nação”. No interior, preferiu-se apresentar Salazar a 3/4, quase de costas, para permitir vê-lo sobre a multidão na praça. Nas páginas centrais, o *SI* optou por uma fotomontagem, que domina a mancha de 11 fotografias. Do lado esquerdo, Salazar discursa. A fotografia, recortada, sobrepõe-se sobre três outras, em especial pela que domina o conjunto, mostrando a praça coberta de gente. A fechar a montagem, com metade do tamanho atribuído a Salazar, o orador da Mocidade Portuguesa na manifestação aparece recortado, virado para a imagem do líder. Sem o brilho das fotomontagens do *NI*, esta imagem mantém a eficácia da mensagem: o líder falando à multidão, sinédoque da nação, a multidão agradecida, o orador da MP como sinédoque do agradecimento e da aclamação.



Figura 8 – “Apoteose a Salazar”
Fonte: *SI*, nº 174, 03.05.1941, capa

Salazar era agora representado de modo diferente no *SI*. O seu afastamento de manifestações e festejos públicos levava a revista a apresentá-lo em presenças vicárias, como a de um retrato feito por um dactilógrafo ou um busto feito por um artista espanhol (*SI*, nº80, 15.07.1939 e *SI*, nº127, 08.06.1940). Carmona compensava o seu apagamento. Na representação bicéfala do Estado Novo, Salazar mostrava-se em 1938 em posição igual à do chefe do Estado: lado a lado no regresso de Carmona de África, mencionando a titulação tratar-se de uma “fotografia histórica” mas

acentuando “Salazar, à frente do governo” (*SI*, nº 36, 05.09.1938); dois meses depois, duas fotografias fundidas exibiam Carmona e Salazar, fazendo exactamente o mesmo gesto — a entrega do voto em eleições, com cidadãos por detrás deles (*SI*, nº44, 05.11.1938). Já em 1940, nas comemorações do centenário da nacionalidade, a reportagem do *SI*, com cinco fotografias nas páginas centrais, optou por uma surpreendente ocultação de Salazar. Quase invisível entre as ameias do castelo de Guimarães, o *SI* preferiu destacar, em maior dimensão, a presença de Carmona (nº127, 08.06.1940).

O protagonismo de Salazar é substituído pelo de Carmona, que aparece em diversas capas: a de 19 de Julho de 1941 (*SI*, nº185) mostra apenas a sua cabeça, com o título “Um notável acontecimento histórico”, referindo-se à viagem do presidente aos Açores, que afirmava a soberania quando os Aliados ponderavam a sua ocupação (Nogueira, 1978; Menezes, 2010) (*SI*, nº185, 19.07.1941). No ano seguinte, a “apoteose” que em 1941 fora atribuída a Salazar transformou-se na capa da revista em “apoteose a Carmona”, com uma fotografia do presidente “pousando especialmente” para o *SI* (nº224, 18.04.1942) (Figura 9). No interior, a “apoteose a Carmona!” ganha uma exclamação, que dá o tom à sua posse como chefe do Estado. A montagem com Carmona, em primeiro plano, com farda de marechal, frente a uma multidão, destaca o poder do regime, no período em que Salazar mais se alheava de multidões.

No mesmo número, uma pequena notícia informa que Leitão de Barros deixaria definitivamente a direcção artística do *SI*. Na verdade, a partir de 1940, devido às suas responsabilidades na *Exposição do Mundo Português*, na Nau Portugal e ainda como realizador de cinema, manteve-se afastado dessas funções abandonando-as definitivamente em 1942, como a revista informava.



Figura 9 – “Apoteose a Carmona”
Fonte: *SI*, nº 224, 18.04.1942, capa

A decrescente visibilidade de Salazar é perceptível noutras ocasiões. Quando a *Nau Portugal* é lançada às águas do Tejo, a capa do *SI* (nº 141, 14.09.1940) mostrava Salazar assinando o livro de honra, ladeado, entre outros, pelo cardeal patriarca e por Leitão de Barros. Curvado sobre o livro, observado pelos outros homens, Salazar é o líder, mas representado numa iconografia mais administrativa. Numa página interior (*SI*, nº139, 31.08.1940), a montagem de fotos dum remodelação governamental mostra duas fotografias “oficiais” parcialmente sobrepostas à fotografia de Salazar. O mesmo sucederá, por exemplo, com a “manifestação dos operários de todo o país na Exposição do Mundo Português”, em que Salazar tem menos destaque na fotografia da tribuna do que outros membros do governo (*SI*, nº149, 09.11.1940). E quando Salazar procura agradar a Franco, para evitar a beligerância na Península Ibérica, o *SI* dá a primazia ao ditador espanhol na capa, triunfante, com uma foto em contrapicado ocupando mais espaço do que a imagem de Salazar em baixo, de perfil, passivo (Figura 10).



Figura 10 – “O encontro histórico de Sevilha”
Fonte: *SI*, nº216, 21.02.1942, capa

Salazar quase desaparece nas capas do *SI* entre 1943 e 1945, iniciando-se um novo período de representação da sua imagem pública. Nas páginas interiores, ele é agora uma pálida imagem do anterior aproveitamento imagético-propagandístico. Nas páginas centrais de 07.08.1943 (*SI*, nº292), “O grande desfile do exército novo” mostra um Salazar emaciado, figurante na fotografia em que Carmona interage com chefes militares. Meses depois, é um Salazar envelhecido que faz a capa do *SI*, longe do “Chefe” e “ditador” do *NI* e do início do *SI*. Na legenda, é apenas, agora, “o Sr. presidente do Conselho”. Salazar é fotografado discursando, de perfil, de óculos, distante no plano aberto da tribuna da Assembleia Nacional (Figura 11).



Figura 11 – “O Sr. Presidente do Conselho lendo o seu histórico discurso”
Fonte: *SI*, nº309, 04.12.1943, capa

Dois anos depois, a reportagem interior sobre o “notável discurso” que “estabelece as novas directrizes da vida pública portuguesa” exhibe de novo Salazar discursando, de óculos e cabelo branco. Tem destaque a fotografia em plano aberto da assistência ouvindo o orador (*SI*, nº406, 15.10.1945). Os Aliados caminhavam para a vitória. No final de 1943, aquando do acordo para a cedência da base das Lajes à Grã-Bretanha, o artigo “Portugal e a sua posição perante a guerra” era ilustrado com duas fotografias, de má qualidade gráfica, mas de característica semelhante na dimensão dos fotografados; de Salazar, em cima, olhando para a esquerda baixa, e de Churchill, na esquerda baixa, olhando para a direita. A vitória de Salazar com a política de neutralidade era representada como um empate icónico. O *SI* já não poderia representar Salazar de outra forma, porque ele mesmo não colaborava numa encenação mais histriónica de propaganda, aliás desaconselhável numa fase de cedência aos Aliados e de promessa de abertura política do regime que nunca se concretizaria. Em pequenos apontamentos (“Imagens da Semana” e “Notas Gráficas”), Salazar aparece como outro qualquer, seja com crianças dum parque infantil (*SI*, nº 412, 24.11.1944), seja votando nas eleições das Juntas de Freguesia (*SI*, nº408, 27.10.1945). Salazar já não era novo, e o Estado Novo também não.

4. Conclusões

Podemos dizer que a análise semiótica da estruturação dos sentidos das imagens fotográficas impressas de Salazar no *SI*, no período considerado, e a sua quantificação nos levaram a considerar que o certificado de presença regular do ditador no *NI* se transformou no *SI* numa presença pela ausência, uma invisibilidade que podemos constatar graficamente nas suas capas (Quadro 1). Comparativamente, o *SI* é uma pálida imagem do grande dinamismo do *NI*, pujante de imagens nas capas e no interior, masculino, militarizado e cheio de “sangue novo”, tão combativo como *Portugal 1934*.

Ano	Salazar em fotos de capa
1938	8
1939	4
1940	1
1941	3
1942	2
1943	2
1944	1
1945	0

Quadro 1 - Salazar em fotos de capa do *SI*

No *SI* o entusiasmo modernista desvanece-se em toda a linha. No princípio, manteve o mesmo estilo fotográfico moderno do *NI*, com menos qualidade, porém, no grafismo de texto, que podemos associar aos menores recursos disponíveis: número reduzido de jornalistas, apenas dois fotógrafos em 1941 (R. Vaissier e Joaquim Freire) (*SI*, nº40, 04.01.1941), deixando a autoria das fotos de ser em geral mencionada; recurso a fotógrafos exteriores, como Mário Novais; e, pior qualidade de papel.

A evolução para um grafismo pobre, convencional e conservador coincide com a diminuição de temas políticos nas capas, através das inúmeras reportagens e notícias sobre estrelas de cinema ou sobre moda feminina. A fotomontagem perde a sua força imagética, para dar lugar a montagens convencionais ou imagens formalmente agradáveis.

Desde 1938, o *SI* será o que o definiria em geral até ao final do período estudado: descritivo e passivo, numa estabilidade de pedra, como o seria *Portugal 1940* (Revez, 2012, p.107). Era o retrato de um país indiferente, desmobilizado, cujo «Chefe» distante, numa quase invisibilidade, domina à distância. O progressivo desaparecimento de Salazar do espaço público e do *SI* resultava de diversas razões: o regime solidificara; a repressão e a divisão da oposição acalmavam o regime; e, por fim, a chama do Estado Novo era mantida pela censura prévia à imprensa, pela imprensa pró-regime e pela eficácia da propaganda através do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), dirigido por António Ferro, envolvendo a vida artística e intelectual através da “Política do Espírito” numa produção artística em torno de “valores nacionais” sem os excessos da propaganda italiana ou alemã. O isolamento de Salazar significava que, pela metáfora do seu casamento com a pátria, se lhe “alarga[va] a família à própria Nação” (Ferro, 1982, p. 305; Torres, 2014) e a invisibilidade transmitia a ideia de que comandava e tudo via sem ser visto. Era, em suma, a concepção panóptica e paternalista do ditador Salazar.

Bibliografia

- Barros, L., & Beirão, C. V. (1935). Carta (Rascunho) dactilografada de dirigida à direcção da Empresa Nacional de Publicidade. *Espólio da Família de Leitão de Barros*. 9 de Outubro.
- Bignell, J. (2002). *Media Semiotics*. Manchester: Manchester UP.

- Borrat, H. (1989). El periódico, actor del sistema político. *Análisi*, 12, 67-80.
- Castanheira, J. P., Caeiro, A., & Vaz, N. (2018). *A Queda de Salazar. O Princípio do Fim da Ditadura*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Chandler, D. (2002). *Semiotics*. Londres: Routledge.
- Decreto-Lei N.º 22.469/33 de 11 de Abril. *Diário do Governo* nº 83. Governo da República.
- Echagüe, J. O. (2018). Portugal in Construction. *Projectos Editoriais no Estado Novo*. Manuscrito submetido para publicação.
- Editora Portugal-Ultramar (1944). *Salazar perante o Mundo*. Lisboa: Editora Portugal-Ultramar.
- Ferro, A. (1982). *Salazar: O Homem e a Sua Obra*. Lisboa: Edições FP.
- Gil, J. (1995). *Salazar: A Retórica da Invisibilidade*. Lisboa: Relógio de Água.
- Glaser, C. (1931). Foreword [Fotomontage. *Katalog zur Ausstellung Fotomontage im Lichthof des ehemaligen Kunstgewerbemuseums, Prinz-Albrecht-Straße 7, 25. April bis 31. Mai 1931*]. In Sudhalter, A. (2012), *Fotomontage Between the Wars 1918-1939*. Madrid: Fundación Juan March.
- Reass, G., & van Leeuwen, T. (2006). *Reading Images* (2ª ed.). Londres: Routledge.
- Kriebel, S. (2008). Photomontage in the Year 1932: John Heartfield and the National Socialists. *Oxford Art Journal*, 31(1).
- Latham, S., & Scholes, R. (2006). The Rise of Periodical Studies. *PMLA*, 121(2), 517-531.
- Matos, H. (2004). *Salazar: A Propaganda*. (2º Vol.). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Melo, D. (2001). *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: ICS.
- Mendelson, J. (Ed.). (2008). *Revistas, Modernidad y Guerra*. Madrid: Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofia.
- Menezes, F.R. (2010). *Salazar: Uma Biografia Política*. Lisboa: Dom Quixote.
- Nogueira, F. (1978). *Salazar. As Grandes Crises (1936-1945)*. (3º Vol.). Coimbra: Atlântida.
- Nogueira, F. (1980). *Salazar. O Ataque (1945-1958)*. (Vol IV.). Coimbra: Atlântida.
- Pereira, B. F. (2012). *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*. Lisboa: Dom Quixote.
- Pinto, A.C. (2015). *Portugal (1928-1968): Um Filme de J. Leitão de Barros*. (Tese de Doutoramento em História da Arte Contemporânea. Lisboa: FCSH, Universidade Nova de Lisboa).
- Revez, N. (2012). *Álbuns Portugal 1934 e Portugal 1940. Dois Retratos do País no Estado Novo*. (Dissertação de Mestrado em História da Arte. Lisboa: FCSH, Universidade Nova de Lisboa).
- Rosas, F. (2015). *Salazar e o Poder*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Salazar, O. (1961). *Discursos*. (1º Vol., 5ª ed.) Coimbra: Coimbra Ed.
- Século Ilustrado*. (1938-1945). Lisboa: Século.
- Serra, F., & Torres, E. C. (2017). A Construção da Imagem do "Chefe" no *Notícias Ilustrado*. In J. L. Garcia., T. Alves & Y. Leonard (Coord.), *Salazar, o Estado Novo e os Media* (pp. 201-234). Lisboa: Edições 70.
- Torres, E. C. (2014). *A Multidão e a Televisão*. Lisboa: UCE.
- Van Leeuwen, T. (2008). *Introducing Social Semiotics*. Londres: Routledge.
- Van Leeuwen, T., & Jewitt, C. (2008). *Handbook of Visual Analysis*. Londres: SAGE.

Notas biográficas

Filomena Serra é doutorada em História da Arte Contemporânea pela NOVA FCSH e investigadora integrada do Instituto de História da Arte da NOVA FCSH. Investigadora Responsável do Projeto FCT – “Fotografia Impressa. Imagem e Propaganda em Portugal (1934-1974)”,

PTDC/CPC-HAT/4533/2014.

Ciência ID: AD1C-CC5A-25A4

Email: fil.serra@fcsh.unl.pt

Morada: Universidade Nova de Lisboa, Instituto de História da Arte, Av. de Berna, 26-C 1069-061 Lisboa, Portugal

Eduardo Cintra Torres é doutorado em Sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa e do ISCTE-IUL e investigador no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura.

ORCID ID: 0000-0002-5736-8936

Email: eduardocintraatorres@gmail.com

Morada: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas, Palma de Cima, 1649-023 Lisboa, Portugal

*Submetido Received: 2019.01.19

*Aceite /Accepted: 2019.09.02

Imprensa portuguesa no fim do Estado Novo: consumo e contextos

Portuguese press at the end of the New State: consumption and contexts

Prensa portuguesa al final del Estado Nuevo: consumo y contextos

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_6

Suzana Cavaco

Universidade do Porto, Faculdade de Economia

Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

Resumo

O objetivo deste artigo é compreender os desafios que a imprensa portuguesa enfrentava no fim do Estado Novo, explorando o fator procura. Depois de um enquadramento teórico no âmbito da economia dos media, propõe-se contextualizar o consumo de imprensa, relacionando-o com o atraso económico e social do país face à Europa Ocidental e América do Norte.

Palavras-chave

Estado Novo; imprensa; televisão; consumo; capital humano

Abstract

The objective of this paper is to understand the challenges that the Portuguese press faced at the end of the New State, by exploring the demand factor. After a theoretical framework in the field of media economics, it tries to contextualize the consumption of the press, relating it to the economic and social backwardness of the country in relation to Western Europe and North America.

Keywords

New State; press; television; consumption; human capital

Resumen

El objetivo de este artículo es comprender los desafíos que enfrentó la prensa portuguesa al final del Estado Nuevo, explorando el factor de demanda. Después de un marco teórico en el campo de la economía de los medios de comunicación, intenta contextualizar el consumo de la prensa, relacionándolo con el atraso económico y social del país en relación con Europa occidental y América del Norte.

Palabras clave

Estado Nuevo; prensa; televisión; consumo; capital humano

O Estado Novo é uma estrutura política que, implantada em Portugal em 1933 sobre os alicerces da ditadura, só veio a ser derrubada em 1974. Em 1968, com a sucessão de Salazar, o regime autoritário, nacionalista e de partido único experiencia uma certa “descompressão” política e uma crescente “abertura” à economia Europeia.

Tal como Salazar que comandou os destinos do país durante 36 anos, Marcelo Caetano era um corporativista convicto, um adepto fervoroso do Estado forte, e um “adversário ferrenho” do liberalismo, da democracia parlamentar e do sistema partidário (Rosas, 1999, p. 29). Todavia, diferente de Salazar que era “avesso à representação mediática”, Caetano atribuía “grande importância aos media como instrumento para a boa consecução de uma política” (Cádima, 1996, pp. 37, 46). Encarava como parceira a imprensa alinhada ou moderadamente crítica, preferindo a adesão à obediência (Cavaco, 2012).

Quando tomou posse como Presidente do Conselho, a imagem de Caetano na imprensa era a de “um homem ativo, coloquante e sedutor para a imprensa e, por intermédio desta, para o público” (Cabrera, 2006, p. 65). Apesar de não ser liberal nem democrata, despertou nos portugueses expectativas de mudança, por ser um reformista dentro do regime desde o pós II Guerra Mundial (Rosas, 2004). Porém, chegou “irremediavelmente tarde” ao poder (Rosas, 1998, p. 485). Apesar de Caetano não o ter entendido, a guerra colonial, que se arrastava desde 1961, “era o nó górdio do projeto reformador” (Rosas, 2004, p. 19). Os objetivos “liberalizar e modernizar, por um lado, e continuar a guerra, por outro” mostrar-se-iam “insanavelmente antagónicos” (Rosas, 1998, p. 486).

Este artigo propõe-se contextualizar o consumo de imprensa no fim do Estado Novo, numa altura em que cerca de metade dos jornais diários foram adquiridos por grandes grupos económicos/financeiros.

O estudo centra a atenção nos cinco anos e meio do consulado marcelista (1968-1974), mas recua no tempo sempre que se mostre pertinente. Começamos com um enquadramento teórico, apontando alguns conceitos económicos que ajudam a caracterizar o media imprensa e a compreender os desafios que enfrenta.

1. Forças económicas que afetam a imprensa: conceitos-chave

A imprensa escrita opera num ambiente de produção afetado por economias de custo unitário, em que os custos de uma única unidade (um exemplar de um jornal) são influenciados pela quantidade total de produção (Picard, 2011). Os produtos desta indústria têm forma física, pelo que o processo de distribuição aos consumidores envolve requisitos de logística (mecanismos de armazenagem, de transporte e de distribuição para venda a retalho) que representam custos adicionais significativos (Picard, 2011). Os custos muito altos na primeira cópia apelam à existência de *economias de escala* quer na produção quer na distribuição; isto é, forcem a aumentar a quantidade produzida para baixar o custo médio de produção.

O modelo de negócio da imprensa assenta num padrão de mercado multilateral (Osterwalder & Pigneur, 2010), ao apresentar fluxos de receitas provenientes, em simultâneo, de dois grupos de clientes distintos, mas interligados: consumidores e anunciantes. Nesta lógica de duplo mercado (Picard, 1989), a imprensa disponibili-

za ao anunciante o acesso às audiências, e aos leitores propõe um pacote de informação e entretenimento. O desempenho no mercado do consumidor tende a afetar o desempenho no mercado do anunciante, pelo que uma alta circulação paga, em geral, atrai mais receitas publicitárias.

A *procura* e as *políticas públicas* são, de acordo com o modelo de organização industrial, duas *condições básicas* que influenciam o funcionamento do mercado, a conduta das empresas e o desempenho da indústria (Hoskins et al., 2004).

Os media são um negócio; mas são também instituições sociais e culturais, produzindo e distribuindo conteúdo simbólico (informação, ideias e cultura) (McQuail, 2003). Servem necessidades privadas e públicas (Picard, 1989). Ainda que desprovido de poder formal, o campo jornalístico pode ser um instrumento tanto de democracia como de opressão simbólica (Bourdieu, 1997), o que faz com que sejam “enormes” as externalidades geradas pelos produtos media (Baker, 2004).

Uma externalidade ocorre quando atividades de produção ou de consumo envolvem benefícios ou custos que não estão diretamente envolvidos nessas atividades (Frank, 1998). Se o impacto é adverso, chama-se externalidade negativa; se é benéfico chama-se externalidade positiva (Mankiw, 2012). Um exemplo padrão da primeira é o caso da poluição; um exemplo da segunda é o caso do apicultor que, ao aumentar o número de abelhas nas suas colmeias, fará aumentar a polinização nos pomares vizinhos (Frank, 1998).

As externalidades podem ser provenientes da produção ou do consumo de bens e serviços (Hoskins et al., 2004), isto é: decisões de produção e de consumo podem conduzir a ineficiências relativamente à alocação de recursos (Mankiw, 2012). Nem sempre as ineficiências de mercado podem ser resolvidas entre particulares (Mankiw, 2012). As políticas públicas podem corrigir falhas de mercado, tentando remediá-las, tanto impedindo, minimizando ou desencorajando as externalidades negativas, como promovendo as externalidades positivas. Isto é, podem internalizar as externalidades através da regulação e/ou da tributação fiscal no primeiro caso; ou através de subsídios e/ou incentivos fiscais no segundo caso (Mankiw, 2012).

1.1 Externalidades positivas da instrução

A disposição e a capacidade do público para adquirir/consumir produtos media são uma força económica significativa que influencia os materiais produzidos e o sucesso das empresas media (Picard, 2011). Para além dos recursos escassos tempo e/ou dinheiro, o consumo de imprensa requer do consumidor competências cognitivas básicas (saber ler), mas mais sofisticadas do que os media eletrónicos rádio e televisão.

Alfred Marshall afirmava no século XIX que as vantagens dos gastos públicos e privados em educação do povo não devem ser medidas apenas pelos seus frutos diretos (Marshall, 2013). Mankiw (2012, p. 199) aponta algumas externalidades positivas de uma população instruída:

One externality is that a more educated population leads to more informed voters, which means better government for everyone. Another externality

is that a more educated population tends to mean lower crime rates. A third externality is that a more educated population may encourage the development and dissemination of technological advances, leading to higher productivity and wages for everyone. Because of these three positive externalities, a person may prefer to have neighbors who are well educated.

Quanto mais instruído é um povo, menos sujeito está “aos enganos do entusiasmo e da superstição, que entre as nações ignorantes frequentemente ocasionam as mais terríveis desordens” (Smith, 2010, p. 425). Esta é a perspectiva do pai do liberalismo económico (Adam Smith) que, no século XVIII, defendia a necessidade do Estado promover a instrução do povo também para contrariar os efeitos nefastos da *divisão do trabalho* que era a grande responsável pelo aumento da capacidade produtiva do trabalho que se verificava então em Inglaterra (Smith, 2010).

A crescente complexidade dos processos de produção começou a exigir pessoas mais instruídas (Maddison, 2007a), na medida em que quanto mais alto o nível médio de instrução, mais fácil é para uma população trabalhadora entender e aplicar os frutos do progresso técnico (Maddison, 1991).

Capital humano é o valor, para uma pessoa ou para a sociedade como um todo, dos ganhos futuros extra possibilitados pela instrução (Gordon, 2012, p. 375). Os países com altos níveis de capital físico e capital humano tendem a usar eficientemente os fatores de produção (Mankiw, 2010). A acumulação de capital físico e humano favorece a inovação e o progresso tecnológico (Maddison, 2007a). Por outras palavras, investimento e mudança tecnológica exigem trabalhadores instruídos; isto é, um investimento anterior em capital humano (Gordon, 2012, p. 398).

2. Acumulação de capital humano: o atraso português

Os países capitalistas avançados (Reino Unido, Estados Unidos, Holanda, Suécia, Alemanha, entre outros) caracterizam-se pelo esforço que fizeram a longo prazo para elevar o nível de educação de suas populações (Maddison, 1991), de forma a responder ao ritmo acelerado de desenvolvimento tecnológico que marcou os séculos XIX e XX (Maddison, 2007a). Por exemplo, no Reino Unido, a escolaridade *média* por trabalhador foi aumentando: se em 1820 era de 2,00 anos; em 1870 era 4,44; 6,11 em 1890; 8,82 em 1913; 9,55 em 1929; 9,99 em 1938; 10,60 em 1950 e 11,66 em 1973 (Maddison, 2007a). Além de mais escolaridade, a qualidade da educação nos países avançados era em geral melhor do que na maioria dos países mais pobres (Maddison, 1991).

Em 1973, no fim do Estado Novo, a escolaridade média da população portuguesa (entre os 15 e os 64 anos), situava-se nos 4,62 anos. Apesar do aumento face aos 2,53 anos de 1950, o país estava muito aquém dos valores alcançados pelo Japão, EUA, Bélgica, França, Reino Unido, Alemanha e Irlanda, que em 1973 ultrapassavam os 11,50 anos de escolaridade (Maddison, 1996). Nesse ano, Portugal levava um atraso de um século face ao Reino Unido.

“O atraso económico e a abundância de uma mão-de obra barata não incitavam o capitalismo português a fazer grandes esforços” (Lucena, 1976, p. 147). Em 1970,

enquanto se assistia no mundo ao despontar da revolução informática e das comunicações espaciais, cerca de um terço da população portuguesa (33,6%) era analfabeta; um valor alto, apesar da redução em 6,7 pontos percentuais face aos 40,3% registados em 1960 (Barreto, 2000). Porém, a realidade era pior do que os números estatísticos sugerem, como se alertava no II Congresso Republicano de Aveiro, em 1969:

(...) o problema, entre nós, não pode ser compreendido em toda a sua extensão e gravidade, pela consulta das estatísticas referentes ao analfabetismo. Na verdade, ao número dos que não tiveram acesso a qualquer educação de base, é necessário acrescentar a multidão daqueles que tendo aprendido a 'ler, escrever e contar' é, na realidade, constituída por analfabetos.

As precárias condições económico-sociais da maioria do Povo Português, a impossibilidade material de acesso a fontes de leitura e de informação tornam perfeitamente inúteis os conhecimentos adquiridos na escola, os quais, por falta de uso, acabam praticamente por desaparecer. (Vértice, 1969, p. 255)

A democracia que emergiu da Revolução de 1974 herdou um país marcado por altas taxas de iliteracia, fruto do fraco investimento em capital humano. Mas, o problema é mais longínquo e complexo, até porque, em matéria de alfabetização, a I República foi pior sucedida do que o Estado Novo (Nóvoa, 2005).

A ausência de competição religiosa explica, em parte, o contraste com os países do noroeste da Europa (Stolz et al., 2013), na medida em que o desenvolvimento precoce da literacia nesses países esteve estreitamente relacionado com a Reforma Protestante que, ao estimular a leitura da Bíblia na língua vernácula pelos leigos, promoveu a literacia em massa (Hallin & Mancini, 2004). A inovação quatrocentista do alemão Gutenberg foi fundamental para a propagação das teses protestantes.

Se nos EUA, Grã-Bretanha e Holanda, por exemplo, a educação beneficiou do jogo concorrencial – “entre instituições religiosas, económicas, reformadoras, de cidadãos e de correntes de opinião, laborais e sindicais” – “de um enorme dinamismo, sob a tutela discreta de um Estado pouco interveniente” (Candeias, 1993), em Portugal, o lento progresso da alfabetização relaciona-se com “a fragilidade da ação do Estado, a insuficiência das elites, a insignificância da iniciativa particular, as resistências várias à cultura escolar” (Nóvoa, 2005, p. 25).

As diferenças no quadro institucional estão, de resto, na base do fosso entre países europeus: enquanto a norte, as instituições liberais, burguesas, triunfaram muito cedo sobre o feudalismo, na Europa mediterrânea “o conflito entre as forças do liberalismo e do conservadorismo tradicional se manteve sem alteração até bem dentro do século XX” (Hallin & Mancini, 2004, p. 62). A censura afetou sobretudo o sul da Europa, já que a norte a intervenção forte do Estado coexistia com a proteção da liberdade de imprensa (Hallin & Mancini, 2004).

Em Portugal, “quase 90% do tempo de produção intelectual portuguesa, entre a aplicação da arte de Gutenberg e 1974, foi marcado pelo policiamento dos censores” (Marcos, 1999, p. 11). No fim do Estado Novo, o Estatuto da Imprensa de 1972 reduziu as barreiras à entrada de novos agentes ao pôr fim à autorização prévia e à caução que vigoravam desde 1936. Mas, a mudança da denominação de censura prévia para

exame prévio (Lei de Imprensa de 1971) continuou a constituir uma pesada barreira ao funcionamento dos jornais, influenciando sua produção e procura, ao impedir que a imprensa satisfizesse as necessidades/desejos informativos dos consumidores ou simplesmente inibindo a publicação com as demoras dos censores (Cavaco, 2014).

Diferente da “mão invisível” do Estado Liberal, o corporativismo do Estado Novo preconizava uma “atividade económica dominada pela moral”, incumbindo ao Estado “orientar, dirigir e fiscalizar toda a atividade nacional”, bem como “assegurar a perfeita conformação dos processos e fins económicos com as normas de consciência moral” (Caetano, 1935, p. 13-15). “Qual é a conduta mais conveniente ao interesse da Nação? Só o Governo o sabe; só o Governo pode dizê-lo. Os portugueses não têm mais que esperar, escutar e seguir.” Estas são palavras de Marcelo Caetano (1944, p. 11) que, enquanto doutrinador do regime, comparava o Estado liberal à indiferença e ceticismo de Pilatos e rejeitava a sua escola oficial por ensinar em vez de educar (Caetano, 1941). De acordo com a revisão constitucional de 23 de maio de 1935, o ensino ministrado pelo Estado português visava: “além do revigoração físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes morais e cívicas orientadas aquelas pelos princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais do País” (art. 43º, §3 da Lei 1910).

Uma dupla perspetiva orientava o Estado Novo: “instrução mínima e formação do carácter”, mas “de modo a não alimentar excessivas expectativas de melhoria das condições de vida ou de trabalho”, ou seja sem promover a mobilidade social (Nóvoa, 2005, p. 97).

O ensino primário de quatro classes tornou-se “universal” em 1960, quando se alargou às raparigas a escolaridade obrigatória (de três para quatro) (Grácio, 1989). Quatro anos depois, o Estado Novo entendeu dar “um passo muitíssimo importante” para atender às “exigências e anseios do mundo moderno”, prolongando em 50% a escolaridade obrigatória e gratuita, ao passar de quatro para seis anos (preâmbulo do Decreto-Lei 45810 de 1964). O período etário em que o menor era obrigado a permanecer na escola foi então alargado dos 12 para os 14 anos.

O princípio da escolaridade obrigatória foi legalmente consagrado em Portugal em 1835, mas não foi seriamente implementado; chegando-se a metade do século XX, com o regime salazarista a lamentar que milhares de crianças com escola acessível não frequentassem a escola, ou frequentando-a com tamanha irregularidade tornasse o aproveitamento impossível (preâmbulo do Decreto-Lei 38968 de 1952). Numa brochura relativa à campanha de combate ao analfabetismo intitulada *O Que é o Plano de Educação Popular* (1953, p. 11), o trabalho infantil era associado à falta de interesse das famílias em mandar os filhos à escola:

o trabalho da criança é um valor económico. A criança guarda as ovelhas e ajuda nos trabalhos agrícolas (...). Mandá-la à escola é trocar esta vantagem imediata por um saber em que se não via utilidade para a vida de todos os dias e de todos os anos.

A expansão do sistema de ensino nos anos 60 até ao fim do regime relaciona-se com a emergência de uma “nova classe média”, a terciarização do emprego, o alargamento do mercado das profissões liberais e o aumento da procura popular de

educação (Grácio, 1989). A lei de bases do sistema educativo de julho de 1973 (Lei 5/73 de 25 de julho) previa o alargamento do ensino obrigatório gratuito aos oito anos.

Todavia, no fim dos anos 60, Portugal pertencia ao grupo de países que menos investia em Educação. Com uma despesa pública em educação a representar 1,4% do PNB, ocupava o último lugar, em *ex-aequo* com o Paquistão, numa lista de 55 países (africanos, americanos, asiáticos e europeus) (Fernandes, 1973). Relativamente ao investimento em investigação, Portugal canalizava 0,2% do PNB, a mesma exígua percentagem que a Espanha, Grécia e Ceilão, situando-se apenas à frente do Quênia, México e Venezuela numa lista de 39 países no fim dos anos 60 (Fernandes, 1973).

No que respeita ao acesso à universidade, o sistema educativo era elitista, particularmente em Portugal: enquanto nos EUA, em 1958, um jovem de meio social superior tinha cinco vezes mais oportunidades de ir para a Universidade do que um jovem de classe menos favorecida; em Portugal essa proporção era de 129:1 em 1963-64 (Fernandes, 1973). Em 1970, a percentagem da população que atingia o ensino superior era muito baixa (1,5%), apesar da melhoria face aos 0,6% de 1960 (Barreto, 2000).

Em resumo, apesar dos avanços, o setor educativo em 1973 achava-se “em Portugal numa situação bastante precária e discriminativa, não podendo, por conseguinte, desempenhar as suas inerentes funções no progresso social e económico do país” (Fernandes, 1973, p. 97).

3. Imprensa de baixa circulação e a concorrência da televisão

Um inquérito realizado em 1973, pelo Instituto Português de Opinião Pública e Estudos de Mercado (IPOPE) – dirigido aos portugueses com 21 ou mais anos, residentes em localidades do continente com 10 mil ou mais habitantes, e com “acesso habitual” a pelo menos um dos meios de informação (jornal diário, não diário ou revista, noticiário radiofónico e telejornal) – revelou que 25% dos inquiridos afirmaram nunca ler um jornal, aumentando para 45% em relação a revistas, o que levou o IPOPE a caracterizar o “cidadão médio” português como aquele que “vê a televisão e ouve a rádio, mas não lê a notícia impressa” (IPOPE, 1973, p. 38).

Segundo Hallin e Mancini (2004), os media eletrónicos rádio e televisão assumem um papel central no sul da Europa, que se caracteriza por ter uma imprensa com circulação relativamente pequena, mais orientada para um reduzido número (ainda que “mais sofisticado”) de leitores (uma pequena elite, formada, na maior parte urbana, bem educada e politicamente ativa) do que para um público de massa. A instrumentalização dos media marca a história dos media no sul da Europa, pois a baixa circulação não tem sido, ao longo do tempo, propícia a empresas lucrativas, sendo estas muitas vezes subsidiadas por atores políticos ou por proprietários de empresas que usavam os media como meio para aumentarem sua influência no mundo político (Hallin & Mancini, 2004). Portugal não é exceção, especialmente no tempo da governação marcelista (Cavaco, 2012), em que a rivalidade entre conglomerados foi catalisadora do movimento de concentração na Imprensa, numa lógica de apoiar e/ou pressionar o poder político (Cavaco, 2012), já que a intervenção estatal tendia “a confundir os interesses do Estado com os interesses privados e os privados com os interesses do Estado” (Cabrera, 2006, p. 258).

Um dos jornais adquiridos pelo grupo BB&I, liderado por Miguel Quina, situava-se em 1973 no top 3 dos jornais mais lidos: o *Diário Popular* que rivalizava com o jornal pró-governamental *Diário de Notícias* (Quadro 1). As *newsmagazine* do top 3 das revistas foram adquiridas pelo grupo BIP de Jorge de Brito, dono de *O Século*. O jornal do regime *Época* (que substituiu o *Diário da Manhã* em 1971) tinha pouca expressão, tal como o *Novidades*, ligado à Igreja Católica. A leitura de jornais desportivos era também relativamente baixa, de acordo com o inquérito da IPOPE de 1973 (Quadro 1).

jornais		revistas	
<i>Diário de Notícias</i>	20,6%	<i>Século Ilustrado</i>	21,2%
<i>Jornal de Notícias</i>	19,3%	<i>Flama</i>	12,8%
<i>Diário Popular</i>	18,9%	<i>Vida Mundial</i>	9,6%
<i>Primeiro de Janeiro</i>	16,7%	<i>Observador</i>	8,7%
<i>O Século</i>	11,7%	<i>Expresso</i>	7,4%
<i>Diário de Lisboa</i>	9,8%	<i>Seara Nova</i>	4,2%
<i>Capital</i>	7,6%	<i>Comércio do Funchal</i>	1,6%
<i>Comércio do Porto</i>	7,0%	<i>O Tempo e o Modo</i>	1,3%
<i>República</i>	5,9%	<i>Notícias da Amadora</i>	1,3%
<i>Jornal do Comércio</i>	0,9%	<i>Nouvel Observateur/Express</i>	1,0%
<i>Época</i>	0,4%	Outras	55,8%
<i>Novidades</i>	0,4%		
jornais desportivos	0,7%		
outros	5,9%		

Quadro 1. Jornais e revistas lidos com mais frequência em Portugal, em 1973

Fonte: IPOPE, 1973. O inquérito considera o jornal *Expresso*, fundado em 1973, como revista

A frequência com que os portugueses ouviam noticiário na rádio era “grande, embora muito menor do que a [audiência] da Televisão”, apesar da elevada penetração de aparelhos de rádio, transversal a todas as classes sociais, numa média de 88,5% (IPOPE, 1973, pp. 30, 37).

A audiência feminina apresentava maior assiduidade quer nos noticiários televisivos quer radiofónicos, mas não na imprensa escrita. Dos que declaravam ler todos ou quase todos os dias jornais, 66,8% eram homens; 37,4% mulheres. A distância era maior no grupo dos que nunca liam: 11,3% eram homens; 34% mulheres. Em relação às revistas, os homens eram também quem liam revistas com maior frequência (38,1% contra 23,7%); e eram mais as mulheres que nunca liam (51,2% contra 36,8%). A mulher era “pior leitora” de jornais e/ou revistas do que o homem, “certamente devido ao seu nível cultural inferior” (IPOPE, 1973). Esta disparidade de género nos leitores estava em sintonia com o resto do sul da Europa, refletindo a taxa de iliteracia que penalizava sobretudo o sexo feminino (Hallin & Mancini. 2004). Em Portugal, o Código Civil em vigor (Decreto-Lei 47344 de 1966) determinava: “Pertence à mulher, durante a vida em comum, o governo doméstico”.

“O grau de informação [que o cidadão português possui] condiciona totalmente o interesse manifestado pelos assuntos públicos e de governo” (IPOPE, 1973, p. 50), pelo que 70% dos inquiridos pelo IPOPE diziam seguir com pouca ou nenhuma atenção as campanhas eleitorais. A venda de jornais durante a campanha eleitoral de 1969 ficou aquém das expectativas, sendo interpretado pela perspetiva situacionista como um “expressivo índice da despolitização do público” (Jorge Rodrigues citado em Cavaco, 2012, p. 303). Todavia, em 1969, foi permitida alguma movimentação à oposição a ponto de esta não desistir de ir às urnas. Aliás, estas foram as únicas legislativas disputadas pela oposição durante o Estado Novo.

Em maio de 1969, meses antes das eleições, a oposição traçou um cenário negro do panorama cultural e cívico do país:

Nos aspetos cultural e cívico, milhões de portugueses vegetam numa vida sub-humana, sem a menor qualificação profissional, exercendo as suas atividades como penosa rotina, na total ignorância dos mais elementares problemas sociopolíticos, com absoluto desconhecimento da sua situação no Mundo e no contexto nacional. (Vértice, 1969, p. 255)

Se, por um lado, a ignorância e alheamento cívico afetavam uma massa de portugueses, por outro, o interesse por parte de um consumidor mais exigente em adquirir informação era afetado por décadas de censura prévia que obrigava à omissão e/ou amputação de informação, muitas vezes da maior relevância, como era o caso, por exemplo, da guerra colonial que mobilizava vastos recursos humanos, para além da alocação de avultadas verbas orçamentais. Balsemão afirmava em 1971: “as elites pouco acreditam na Imprensa portuguesa” (1971, p. 279). Segundo este empresário, a elite (uma minoria de pessoas com nível de educação capaz de colaborar ativamente na aceleração do progresso da sociedade) era “muito reduzida nas comunicações menos desenvolvidas”, de tal forma que tornava “instável o equilíbrio financeiro da empresa jornalística” (1971, p. 127), obrigando esta a recorrer ao entretenimento para captar “os elementos (maioritários) do público menos culto [que] recorrem à informação de modo bastante superficial, procurando mais a série filmada da TV, o folhetim da rádio, ou a página de anedotas do jornal, do que a Informação de carácter sério” (1971, p. 279). Este foi o caminho escolhido pelo seu *Diário Popular*, que deixou de ter a quinta-feira como pior dia de tiragem quando passou a publicar uma página de anedotas ilustradas (Balsemão, 1971). A tiragem deste vespertino (que registava 100 mil exemplares em 1969) chegou a um milhão de exemplares (numerados) quando o jornal sorteou uma casa (Balsemão citado em Cavaco, 2012). Ou seja, perante uma elite consumidora demasiado reduzida, foi necessário recorrer ao entretenimento (isto é, a produtos/serviços não jornalísticos) para atrair um público de massa.

Semelhante aconteceu em 1971 ao vespertino *A Capital*, que, para contrariar as condições precárias em que se encontrava, decidiu atribuir duas páginas à banda desenhada, explorar “fait-divers” e apostar no futebol, em detrimento de notícias políticas e económicas. Mas foi com uma iniciativa promocional que conseguiu subir “em flecha” as suas vendas em banca: associar o jogo da sorte *totobola* (jogo de apostas mútuas que consiste em prognosticar os resultados dos jogos de futebol) à compra do jornal (Luís Fontoura citado em Cavaco, 2012).

A predominância da televisão num país marcado por baixos níveis de literacia trouxe consequências nefastas na apetência dos portugueses pela leitura: “Ao contrário de muitos países europeus, quando os portugueses começaram, em grande número, a saber ler, já tinham a televisão. Esta chegou a muitos sítios antes da escola. Nunca criaram o hábito de ler.” (Barreto & Pontes, 2007). Esta afirmação não só evidencia um cenário de concorrência intermedia desequilibrada, como também é o retrato de um país muito atrasado: as primeiras emissões experimentais de televisão em Portugal ocorreram em 1956, numa altura em que, nos EUA, a televisão começava a transmitir a cores e já se estava a tornar dominante, ultrapassando a rádio (Sousa, 2006).

As primeiras emissões públicas regulares de televisão iniciaram-se em Londres, em 1929, com a BBC a emitir meia hora diária (Sousa, 2006). Mais de 15 anos antes (1913), o Reino Unido apresentava já uma escolaridade média de 7,28 anos (Quadro 2). A Alemanha e a França iniciaram as suas emissões em 1935; já em 1913 registavam 6,94 e 6,18 anos de escolaridade, respetivamente. Em 1938, foi a vez do Japão, que duas décadas e meia antes contava com uma escolaridade média de 5,10 anos.

	início das emissões de televisão*	média de anos de escolaridade em 1913**
Reino Unido	1929	7,28
EUA	1931	6,93
Alemanha	1935	6,94
França	1935	6,18

Quadro 2. Início das emissões de televisão e anos de escolaridade

Fonte: *Sousa, 2006, pp. 583-4; **Maddison, 1991, p. 64

Anote-se que em 1950, os 2,53 anos de escolaridade média em Portugal contrastavam com os 11,27 anos nos EUA; os 10,84 no Reino Unido; os 10,44 na Irlanda; e os 10,40 na Alemanha (Maddison, 1996). No ano de lançamento da RTP, em 1956, o regime decretou a escolaridade mínima de quatro classes apenas para os rapazes.

A televisão era o media dominante em Portugal em termos de frequência de consumo, mas em termos de número de aparelhos recetores de televisão por mil habitantes, este país, com 37 aparelhos por mil habitantes em 1969, ocupava o antepenúltimo lugar na lista de 23 países da OCDE, acima da Grécia (10) e Turquia (0,7). Nessa lista, liderada pela Suécia (401) e pelos EUA (399), duas dezenas de países atingiam valores acima dos 150 (Fernandes, 1973). O baixo poder de compra dos portugueses explica este desfasamento comparativo. Em 1973, o número de aparelhos de televisão em Portugal subiu para cerca de 68 por mil habitantes (Cavaco, 2012). Ainda assim, os valores mantinham-se relativamente baixos.

Com uma tiragem de 71 exemplares de jornais diários por mil habitantes, no fim dos anos 60, Portugal ocupava o penúltimo lugar (apenas acima da Albânia), numa lista de 25 países da Europa, em que 19 exibiam valores acima dos 150. Na Europa, a Suécia (528), a Inglaterra (463) e a Alemanha Oriental (445) eram quem atingia valores mais altos (Fernandes, 1973). Fora da Europa, o Japão destacava-se com um exemplar para dois habitantes (Fernandes, 1973).

4. Melhorias e atrasos

Portugal continental, já de si de pequena dimensão, registou censitariamente um decréscimo na sua população residente ao passar de 8,9 mil habitantes em 1960 para os 8,7 mil habitantes em 1970. Isto apesar da esperança média de vida ter aumentado quatro anos (de 63,4 em 1959-1962 para 67,4 em 1969-1972) e de ter diminuído a mortalidade infantil (ainda que com a taxa mais elevada da Europa). A explicação para o decréscimo populacional está na redução da taxa de natalidade e no extraordinário incremento da emigração (legal e clandestina) que atingiu valores sem precedentes: entre 1960 e 1973, saíram do país cerca de 1,4 milhões de indivíduos, dos quais 50% entre 1969 e 1973 (Barreto, 2000). Se muitos emigraram em busca de melhores condições de vida, houve quem partisse para fugir à guerra colonial. Em 1973, os refratários chegaram a constituir 22% do total dos mancebos que se deveriam apresentar às inspeções militares (Oliveira, 1996). Alguns, com frequência universitária.

A isto se relaciona a taxa de desemprego que baixou aos 1,4% em 1973, de acordo com o Banco de Portugal. A escassez de mão-de-obra refletiu-se na subida dos salários. O crescimento do consumo privado, que se acentuou a partir de meados dos anos 60, acompanhou o aumento dos ordenados e salários (Cavaco, 2012).

A quota do consumo privado no PIB diminuiu, aumentando o rendimento disponível para poupança e investimento. O consumo de bens não duradouros aumentou substancialmente: em 1963 era quase o dobro do valor registado dez anos antes; em 1973 era 172% superior ao alcançado em 1963. O aumento do rendimento familiar reflete-se no peso da comida e roupa no consumo privado, que em 1973 era de 39,4%, menos 15 pontos percentuais face a 1953. Isto significa que à medida que são satisfeitas as necessidades básicas, aumenta a importância do sector “serviços”, que é relativo a despesas como cuidados de saúde, lazer e educação (Quadro 3).

	1953	1963	1973
Consumo privado / PIBpm	78,7%	72,1%	65,0%
Bens duradouros / Consumo Privado	4,5%	7,6%	9,7%
Bens não duradouros / Consumo Privado	62,6%	55,0%	52,1%
Alimentação, bebidas e tabaco + Vestuário e calçado / Consumo Privado	54,0%	43,9%	39,4%
Serviços / Consumo Privado	32,9%	37,4%	38,2%
Taxa de Poupança (em % do Rendimento disponível)	3,7%	12,3%	27,7%

Quadro 3. Evolução do consumo privado (1953-1973)

Fonte: Séries longas para a economia portuguesa, do Banco de Portugal

As economias capitalistas avançadas experienciaram uma fase dourada no pós-guerra, só interrompida pelo “choque petrolífero” de 1973 (Maddison, 2007b). Portugal também viveu um “período glorioso” no seu crescimento económico: foram treze anos entre 1960 e 1973, sem paralelo em épocas anteriores nem nos anos que vieram depois (Lopes, 2002). Com uma taxa anual de crescimento do PIB *per capita* de 5,6%, Portugal situou-se no top 3 numa lista de 12 países, entre 1950 e 1973 (Figura 1). A integração na EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre), como membro

fundador em 1960, implicou que Portugal abdicasse em larga medida do protecionismo ao mercado interno, contribuindo para o rápido progresso da sua economia.

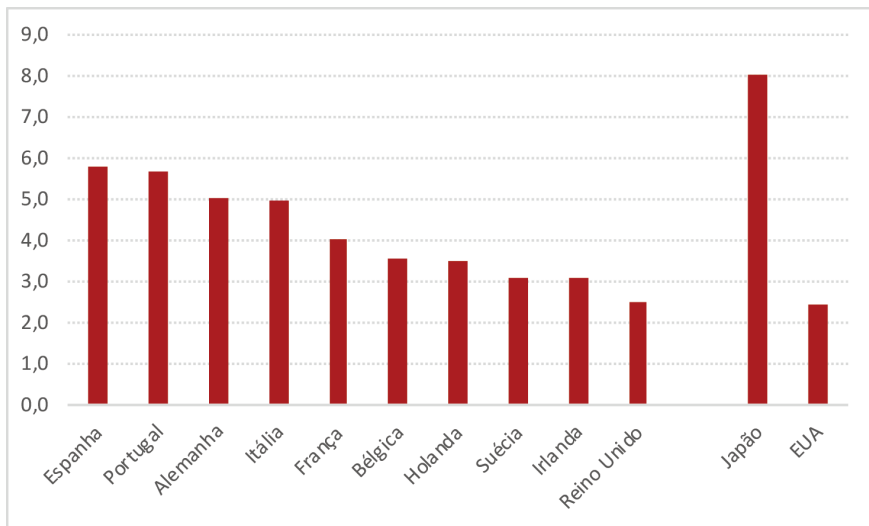


Figura 1. Taxa de crescimento do PIB per capita, 1950-1973 (%)

Fonte: Maddison, 1996

Em 1950, o PIB per capita português representava 22% do PIB per capita dos EUA. Em 1973, apesar de encurtar a diferença, Portugal situava-se a menos de metade do PIB per capita americano e abaixo da média europeia (Quadro 4).

	1950	1973
Reino Unido	72	72
Suécia	70	81
Holanda	61	77
Bélgica	56	72
França	55	78
Alemanha	45	79
Irlanda	37	42
Itália	36	63
Espanha	25	53
Portugal	22	46
média europeia	48	66
Japão	20	66
EUA	100	100

Quadro 4. Níveis de PIB per capita 1953-1973 (EUA = 100 em cada ano)

Fonte: Maddison, 1996

Apesar do crescimento, Portugal, em termos de volume de PIB *per capita*, situava-se em último e penúltimo lugar em 1950 e em 1973, respetivamente (Figura 2).

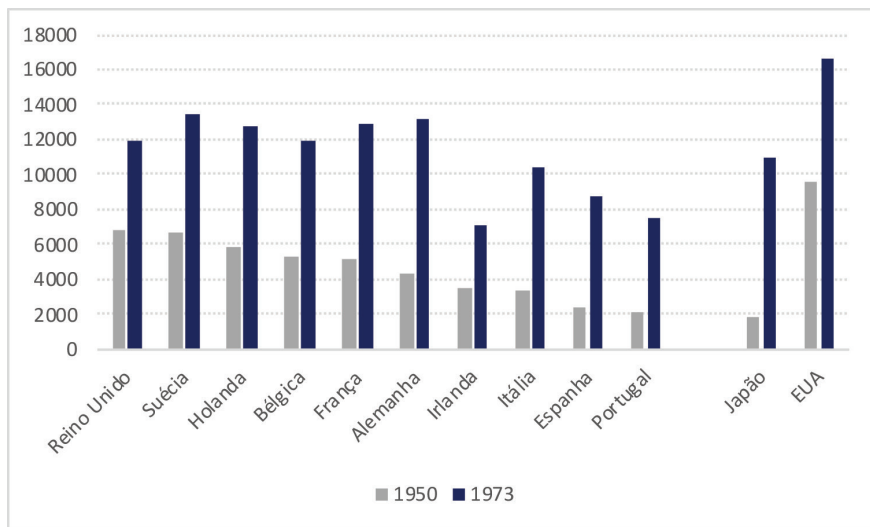


Figura 2. PIB per capita em 1950 e em 1973 (em dólar internacional de 1990)

Fonte: Maddison, 1996

Apesar do crescimento económico acelerado entre 1960 e 1970 e do aumento dos rendimentos das famílias, Portugal era um dos países mais pobres e atrasados da Europa.

Em termos de conforto e bem-estar, em 1970, 41,9% dos alojamentos ainda não dispunham de instalações sanitárias (em 1960 eram 58,2%); mais de metade dos alojamentos (52,6%) não possuíam água canalizada (71,1% em 1960); e 41,9% não possuíam esgoto (61,7% em 1960) (Barreto, 2000). As rendas de casas com eletricidade e casa de banho eram, em 1972, “exorbitantes e incomportáveis” para muitas famílias (Fernandes, 1973, p. 120).

Não surpreende a quebra (entre 5% e 20%) generalizada na tiragem dos diários verificada em 1969, em resposta à subida do preço de venda dos jornais (de 1\$00 para 1\$50) que se mantinha inalterado desde 1956 (durante cerca de 13 anos).

A situação piorou em 1973. Com a crise petrolífera mundial, a inflação disparou e o défice externo cresceu acentuadamente. O custo de vida dos portugueses subiu cerca de 25% entre Março de 1973 e Março de 1974 (Lopes, 2002). A 1 de fevereiro de 1974, vésperas do derrube do regime, o preço de venda avulsa subiu para 2\$50 (+67%), graças novamente às diligências do Grémio Nacional da Imprensa Diária junto do governo, ainda que esse organismo corporativo patronal voltasse a considerar esse aumento insuficiente para que a imprensa portuguesa pudesse fazer face às dificuldades que atravessava.

Conclusão

Com a adesão à EFTA, em 1960, a economia portuguesa, tradicionalmente fechada, entrou num “período glorioso”. Mas, apesar do crescimento económico e da

expansão do ensino primário, Portugal continuava relativamente atrasado face à Europa Ocidental e América do Norte. Na origem desse fosso está o fraco investimento em capital humano, que se relaciona com: a) a abundância de mão-de-obra barata que não estimulava o capitalismo português a investir em novas tecnologias; b) um quadro institucional insuficientemente favorável; e c) uma sociedade civil pouco dinâmica. O contexto era pois adverso ao consumo de informação jornalística.

No fim dos anos 60, com uma tiragem de 71 exemplares de jornais diários por mil habitantes, Portugal ocupava o penúltimo lugar numa lista de 25 países da Europa. A baixa circulação da imprensa portuguesa reflete um país pobre e com pouca apetência pela leitura. A televisão chegou a Portugal quase três décadas depois do Reino Unido. Mas, diferente desse e doutros países desenvolvidos, o consumo de televisão iniciou-se quando a escolaridade média era ainda muito baixa; iniciou-se antes que os portugueses adquirissem hábitos de leitura.

A instrução abre novos horizontes e uma pessoa melhor informada tende a fazer melhores escolhas e a ser um cidadão mais ativo, crítico e exigente. Isto não era do interesse de um regime autoritário que, para além de atribuir à mulher uma função doméstica, condicionava a expressão do pensamento, e silenciava as vozes que discordassem ou questionassem a situação vigente.

Apesar do empenho político na escolarização mínima, tendo o Estado Novo conseguido reduzir significativamente as taxas de analfabetismo, o regime não promoveu/potenciou o bastante as externalidades positivas da instrução, de forma a compensar a falta de dinamismo social. Em contrapartida, para além de tirar partido da instrumentalização dos media, explorou externalidades negativas através da censura que condicionava a qualidade do produto, inibindo o consumo por parte de leitores mais exigentes.

Referências bibliográficas

- AAVV (1953). *O Que é o Plano de Educação Popular*. Lisboa: Companhia Nacional Editora.
- Baker, C. E. (2004). *Media, Markets, and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barreto, A. (2000). *A Situação Social em Portugal, 1960-1999*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Barreto, A. & Pontes, J. (2007). *Portugal, um Retrato Social (Vol. II)*. Público.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a Televisão*. Oeiras: Celta Ed..
- Cabrera, A. (2006). *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cádimas, F. R. (1996). *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.
- Caetano, M. (1935). *Lições de Direito Corporativo*. Lisboa.
- Caetano, M. (1944). *Por Amor da Juventude*. Lisboa
- Caetano, M. (1941). *Problemas da Revolução Corporativa*. Lisboa: Editorial Açção.
- Candeias, A. (1993). A Situação Educativa Portuguesa: Raízes do Passado e Dúvidas do Presente. *Análise Psicológica*. 4(XI), 591-607.
- Cavaco, S. (2012). *Mercado Média no Período Marcelista: Os Media no Cruzamento de Interesse Políticos e Negócios Privados*. Lisboa: Colibri.
- Cavaco, S. (2014). Oportunidades e Constrangimentos: Imprensa Portuguesa Nos Últimos Anos do Regime Autoritário (1968-1974). *Historia Crítica*, 53, 177-198.

- Decreto-Lei 38968 de 1952. In *Diário do Governo* nº 241, Série I, 1952-10-27.
- Decreto-Lei 45810 de 1964. In *Diário do Governo* nº 160, Série I, 1964-07-09.
- Decreto Lei 47344 de 1966. In *Diário do Governo* nº 274, Série I, 1966-11-25.
- Fernandes, B.H. (1973). *Portugal Através de Alguns Números* (3ª ed. Refundida). Lisboa: Prelo Editorial.
- Frank, R. H. (1998). *Microeconomia e Comportamento*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Grácio, R. (1989). *A Expansão do Ensino a Movimentação Estudantil*. In Reis, A. (Dir.), *Portugal Contemporâneo* (Vol. V, pp. 221-258). Lisboa: Alfa.
- Gordon, R. J. (2012). *Macroeconomics*. (12ª ed.). Pearson.
- Hallin, D. C. & Mancini, P. (2004). *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hoskins, C. et al. (2004). *Media Economics: Applying Economics to New and Traditional Media*. Thousand Oaks: Sage.
- IPOPE (1973). *Os Portugueses e a Política*. Lisboa: Moraes.
- Lei 1910 de 1935. In *Diário do Governo* nº 117, Série I, 1935-5-23.
- Lei 5/73 de 1973. In *Diário do Governo* nº 173, Série I, 1973-07-25.
- Lopes, J. S. (2002). *A Economia Portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva
- Lucena, M. (1976). *A Evolução do Sistema Corporativo Português* (Vol. II). Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- Maddison, A. (2007a). *Contours of the World Economy 1-2030 AD: Essays in Macro-Economic History*. New York: Oxford University.
- Maddison, A. (2007b). Fluctuations in The Momentum of Growth Within The Capitalist Epoch. *Cliometria*, 1,145-175.
- Maddison, A. (1991). *Dynamic Forces in Capitalist Development; a long-run comparative view*. Oxford University Press.
- Maddison, A. (1996). *Macroeconomic accounts for European countries*. In Ark, B. & Crafts, N. (Ed.), *Quantitative Aspects of Post-War European Economic Growth* (pp. 27-83). Cambridge: Cambridge University Press.
- Mankiw, N.G. (2010). *Macroeconomics*. New York: Worth Publishers.
- Mankiw, N.G. (2012). *Essentials of Economics*. Mason: South-Western Cengage Learning.
- Marcos, L. H. (1999). História da Censura em Portugal: Contributos para uma Cronologia (dos tempos da Inquisição até 1974). In AAVV, *Imprensa, Censura e Liberdade: 5 Séculos de História* (pp. 10-11). Porto: Instituto da Comunicação Social e Museu Nacional da Imprensa.
- McQuail, D. (2003). *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nóvoa, A. (2005). *Evidentemente: Histórias da Educação*. Porto: Asa.
- Oliveira, C. (1996). *Guerra Colonial*. In Rosas, F. & Brito, J. M. B. (Eds.), *Dicionário de história do Estado Novo* (Vol. I, pp. 413-415). Venda Nova: Bertrand.
- Osterwalder, A. & Pigneur, Y. (2010). *Business Model Generation*. New Jersey: John Wiley & Sons.
- Picard, R. (1989). *Media Economics: Concepts and Issues*. Newbury Park: Sage Publications.
- Picard, R. (2011). *The Economics and Financing of Media Companies*. New York: Fordham University Press.
- Rosas, F. (2004). Marcelismo: Ser ou Não Ser. In Rosas, F. & Oliveira, P. A. (Coords.), *A Transição Falhada: o Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)* (pp. 9-26). Lisboa: Editorial Notícias.
- Rosas, F. (1999). O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição no Estado Novo. In Brito, J. M. B. (Coord.), *Do Marcelismo ao Fim do Império* (pp. 15-59). Lisboa: Editorial Notícias.

- Rosas, F. (Coord.) (1998). *O Estado Novo (1926-1974)*. In Mattoso, J. (Dir.), *História de Portugal* (Vol. VII). Editorial Estampa.
- Séries Longas Para a Economia Portuguesa, do Banco de Portugal. Disponível em <https://www.bportugal.pt/>
- Smith, A. (2010). *A Riqueza das Nações* (Vol. II). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sousa, J. P. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media* (2ª ed.). Porto.
- Stolz, Y. et al. (2013). Portuguese Living Standards, 1720–1980 in European Comparison: Heights, Income, and Human Capital. *Economic History Review*, 66(2), 545–578.
- Vértice (1969). *Alguns Problemas Concretos Da Cultura Portuguesa*. In *II Congresso Republicano de Aveiro, Teses e Documentos: Textos Integrais* (Vol. I, pp. 251-258). Lisboa: Seara Nova.

Nota Biográfica

Suzana Cavaco é doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Professora da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e investigadora do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

ORCID ID: 0000-0001-8129-8555

Email: scavaco@scavaco.com

Morada: Universidade do Porto, Faculdade de Economia, R. Dr. Roberto Frias 464, 4200-464 Porto, Portugal

Financiamento

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/COM-JOR/28144/2017 – Para uma história do jornalismo em Portugal..

*Submetido: 2019.01.12

*Aceite: 2019.08.07

A cobertura jornalística do 25 de abril de 1974 no *Corriere della Sera*, *La Stampa* e *Il Messaggero*: um estudo de caso

The 25 April 1974 news coverage at *Corriere della Sera*, *La Stampa* and *Il Messaggero*: a case study

La cobertura periodística del 25 de Abril de 1974 en el *Corriere della Sera*, *La Stampa* y *Il Messaggero*: un estudio de caso

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_7

Marco Gomes

Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS-IPLeiria)

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, Universidade de Coimbra (CEIS20)

Resumo

A queda do Estado Novo e o período de transição para a democracia subsequente transformaram Portugal numa espécie de laboratório político para os círculos dirigentes, jornalísticos e intelectuais europeus. Na imprensa internacional, o país alcançou uma exposição mediática sem precedentes. Este artigo analisa a cobertura jornalística do 25 de Abril de 1974 pelos jornais *Corriere della Sera*, *La Stampa* e *Il Messaggero*. O âmbito cronológico da dimensão quantitativa abarca as dez edições dos órgãos em apreço no imediato pós-25 de Abril, entre 26 de abril e 6 de maio de 1974, enquanto a atuação qualitativa alarga o âmbito temporal até 9 de junho de 1974. Privilegia-se uma abordagem de integração metodológica centrada na expressão numérica do tratamento jornalístico e, sobretudo, na sua dimensão qualitativa com o objetivo de compreender os cenários políticos desenhados pela imprensa italiana, o grau de envolvimento dos jornalistas e o destaque conferido ao acontecimento. Conclui-se que os jornais analisados reportaram a queda do Estado Novo e os desenvolvimentos políticos subsequentes como um acontecimento excepcional.

Palavras-chave

Portugal; 25 de abril; cobertura jornalística; imprensa italiana; cenários políticos; exposição mediática

Abstract

The fall of the New State and the subsequent period of transition to democracy made Portugal into somewhat of a political laboratory for European leaders, journalistic and intellectual circles. In the international press, the country reached unprecedented media exposure. This article analyses the journalistic coverage of the 25 April 1974 by *Corriere della Sera*, *La Stampa* and *Il Messaggero*. The chronological scope of the quantitative dimension includes the ten editions of the newspapers under consideration in the immediate post-25 April period, between 26 April and 6 May 1974,

whilst the qualitative action extends the temporal scope until 9 June 1974. The priority is given to a methodological integration approach focused on the numerical expression of journalistic treatment and, above all, on its qualitative dimension. This allows us to understand the political scenarios designed by the Italian press, the degree of involvement of journalists and the emphasis given to the event. Evidence shows that the analysed newspapers reported the fall of the New State and subsequent political developments as an exceptional event.

Keyword

Portugal; april 25; news coverage; italian press; political scenarios; media exposure

Resumen

La caída del Estado Novo y el período de transición para la democracia subsecuente transformaron Portugal en una especie de laboratorio político para los círculos dirigentes, periodísticos e intelectuales europeos. En la prensa internacional, el país alcanzó una exposición mediática sin precedentes. Este artículo analiza la cobertura periodística del 25 de Abril de 1974 llevada a cabo por los periódicos *Corriere della Sera*, *La Stampa* y *Il Messaggero*. El ámbito cronológico de la dimensión cuantitativa abarca las diez ediciones de los órganos en cuestión en el inmediato post-25 de Abril, entre los días 26 de abril y 6 de mayo de 1974, mientras que la actuación cualitativa se alarga el ámbito temporal hasta el 9 de junio de 1974. La atención se centra en un enfoque de integración metodológico centrado en la expresión numérica del tratamiento periodístico y, sobretodo, en su dimensión cualitativa con el objetivo de comprender os escenarios políticos diseñados por la prensa italiana, el grado de implicación de los periodistas y el énfasis dado al acontecimiento. Se concluye que los periódicos analizados reportaron la caída del Estado Novo y los desarrollos políticos subsecuentes como un acontecimiento excepcional.

Palabras clave

Portugal, 25 de abril; cobertura de noticias; prensa italiana; escenarios políticos; exposición mediática

Introdução

Poucas vezes os acontecimentos políticos portugueses assumiram tão vasta repercussão internacional como nos 19 meses que se seguiram à intentona de 25 de Abril de 1974. O relevante impacto que a implantação da República de 1910 alcançou nos jornais além-fronteiras (cfr. Gomes, 2013) não é comparável, em termos de duração e intensidade, à expressão mediática internacional que caracteriza o biénio revolucionário de 1974-1975. Quando o editorialista do *Corriere della Sera*, Michele Tito (1974, abril 26, p.1), escreveu que a mais velha ditadura do Ocidente caía como os imperadores da Roma decadente, não estava, por certo, persuadido a imaginar que Portugal ir-se-ia deslocar da periferia para o centro do mundo.

Esta reflexão não ambiciona abordar os motivos que transformaram Portugal numa espécie de *workshop* político para os círculos dirigentes, jornalísticos e intelectuais europeus, local de romagem para extrema-esquerda e ponto de fricção da ordem bipolar internacional da Guerra Fria. Os objetivos são mais modestos e centram-se na análise da cobertura da imprensa italiana sobre o golpe militar de 25 de Abril de 1974. Pretende-se testar a hipótese de que a ação militar do dia 25 foi acolhida como um grande acontecimento, mensurável através da dimensão quantitativa do tratamento jornalístico e do envolvimento dos jornalistas no acontecimento.

O estudo privilegia uma abordagem de integração metodológica (Cunha, 2012) centrada nos mais importantes jornais de *referência* italianos em meados da década de 70, quer em termos de estatuto como de tiragem, nomeadamente o *Corriere della Sera* (Milão), *La Stampa* (Tuim) e *Il Messaggero* (Roma). A análise quantitativa é consubstanciada através de variáveis como o volume das peças jornalísticas, a sua localização no jornal e na página, a tipologia da assinatura e a dominância dos géneros jornalísticos. Essa dimensão objetivável dos números procura secundar o maior investimento que esta pesquisa faz no estudo qualitativo direcionado para os cenários políticos desenhados, no sentido de se coligir as imagens dominantes dimanadas dos vários artigos jornalísticos provenientes de diferentes autores.

O âmbito cronológico da dimensão quantitativa abarca as dez edições dos órgãos em apreço no imediato pós-25 de Abril, designadamente entre 26 de abril e 6 de maio de 1974. Considera-se que este período temporal é suficiente para percorrer a fórmula triangular subjacente aos valores-notícia que ditam o interesse no acontecimento: situação de partida, auge e queda. A atuação qualitativa alarga um pouco mais o âmbito temporal até 9 de junho de 1974, momento em que se consegue identificar, a partir dos textos jornalísticos, uma primeira previsão quanto ao destino das colónias, além de permitir aferir mais elementos explicativos quanto aos cenários políticos desenhados.

Recorre-se ao conceito de representação social aprofundado por Serge Moscovici (2009) para explicar o enquadramento dos jornais estudados a respeito dos acontecimentos portugueses. A teoria das representações sociais remete para os esquemas narrativos resultantes tanto da interpretação individual dos sujeitos como de um processo de construção social assente em elementos partilhados pela comunidade ou ambiente onde os indivíduos estão inseridos.

1. Os Estudos de Imprensa e as repercussões internacionais da Revolução de Abril

As pesquisas centradas na cobertura jornalística internacional do golpe de 25 de Abril e nas repercussões que o período revolucionário posterior alcançou na opinião pública de outros países têm suscitado, nos últimos anos, o interesse de vários autores. Neste domínio importa destacar cinco projetos. O primeiro, coordenado por Kenneth Maxwell, de 1983, oferece um vasto conjunto de reflexões sobre a imagem desse período de mudança do sistema político na imprensa ocidental. Em *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*, um denominador comum parece transversal aos estudos que conferem substância à obra: as transições para a democracia em Portugal e Espanha alcançaram ampla relevância na imprensa internacional. Maxwell

(1983, p. 161) destaca o caso português como um clássico exemplo onde a cobertura jornalística internacional se revelou, em muitos casos, inadequada, superficial e refém de esquemas pretéritos.

O segundo projeto insere-se na produção bibliográfica portuguesa e respeita à obra de Mário Mesquita e José Rebelo (1994), intitulada *O 25 de Abril nos media internacionais*. Mário Mesquita analisa a forma como a imprensa francófona (França, Bélgica e Suíça) reportou o golpe militar de 25 de Abril, com particular atenção para a explicação do acontecimento, as previsões e o campo das personagens. Já José Rebelo faz uma incursão pelo “caso República” e o seu impacto no espaço público francês.

A obra constitui uma referência também pela diversidade de perspetivas que apresenta, uma vez que colige as atas do colóquio *O 25 de Abril revisitado pelos Media Internacionais*, realizado em Lisboa, em 1990, com a participação de vários enviados especiais estrangeiros deslocados para Portugal no biênio 1974-1975. Mesquita e Rebelo chegam à mesma conclusão dos autores do livro *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy: a Revolução de Abril* foi acolhida como um grande acontecimento.

Tal como a pesquisa que a seguir se apresenta, Rita Luís (2015) procura aprofundar este campo dos Estudos de Imprensa com uma tese de doutoramento que abarca a intencionalidade de 25 de Abril e o período revolucionário subsequente. O projeto *Spain and the portuguese revolution of 1974-1975: the limits of a surveilled press* elege a imprensa espanhola como objeto de estudo e procede um conjunto de investigações da autora (cfr. Luís *et al.*, 2014/a; Luís, 2014/b) que atestam a excecionalidade associada aos acontecimentos portugueses do outro lado da fronteira.

Também no domínio da cobertura jornalística espanhola, Inmaculada Cordero Olivero (2010) escreve “*Lo que no debe ser*”. *La revolución portuguesa en la prensa española*, uma reflexão que alinha pela tese de que Portugal constituiu uma lição para a Espanha no sentido daquilo que não devia fazer, numa clara alusão ao inflamado clima de agitação política, económica e social que governou o país mais a Oeste entre 1974 e 1975. O artigo é resultado do projeto *La transición Ibérica: Portugal y España. El interés internacional por la liberalización española (1974-1977) desde el impacto del 25 de Abril en Portugal*.

Cumprido, por último, destacar o livro *Nas bocas do mundo. O 25 de Abril e o PREC na imprensa internacional*, de Joaquim Vieira e Reto Mónico (2014). O trabalho destaca-se pela profusão de representações iconográficas (caricaturas, cartoons) coligidas e a pluralidade de vozes que os autores colocam a falar, num universo que ultrapassa a centena de publicações consultadas. Ainda que a obra não apresente uma problematização do objeto de estudo à luz dos trabalhos anteriormente referidos, Vieira e Mónico (2014) oferecem uma ampla visão do impacto da Revolução de Abril na imprensa internacional e concluem que o acontecimento constituiu um *case study* mediático.

Outros artigos se têm debruçado sobre a ressonância internacional deste período de transição para a democracia. No âmbito da imprensa de grande informação, de salientar as reflexões de Gilles Rodrigues (2007) sobre o caso francês, de Carla Luciana Silva (2012) focando a cobertura da revista *Veja* e do diário *Folha de São Paulo*, no Brasil, de Thomas Weißmann (2014) sobre a imprensa alemã e Sánchez Collantes (2014) abordando o tratamento jornalístico do espanhol ABC.

A imprensa partidária internacional tem, por sua vez, suscitado alguns trabalhos quando interessa perceber o impacto dos acontecimentos portugueses em partidos

políticos de outros países, como se verifica nos artigos de Raquel Varela (2009) sobre o Partido Socialista Operário Espanhol e o seu porta-voz *El Socialista*, bem como de Igor Chabrowsk (2016) a respeito do Partido Operário Unificado Polaco e do órgão de informação *Trybuna Ludu*. Em *Lotta Continua e il processo rivoluzionario portoghese*, Giulia Strippoli (2014) estuda o impacto da Revolução de Abril no grupo político de extrema esquerda mais ressonante em Itália, no início da década de 70, enquanto Francesco Catastini (2016) faz semelhante análise a respeito do Partido Comunista Italiano e de *L'Unità*, o mítico jornal fundado por Antonio Gramsci.

2. O setor de informação e a imprensa de referência em Itália

Os jornais em apreço inserem-se no âmbito da imprensa de *referência* e refletem, em Itália, em meados da década de 70, uma atmosfera social instável pausada por ímpetos revolucionários, violência política, afirmações da sociedade civil (referendo do divórcio) e sinais de crise económica. O setor de informação é marcado, neste período, por tendências de concentração das empresas jornalísticas e reivindicações por maior independência profissional e honestidade da informação (Murialdi & Tranfaglia, 2008) Tendo como pano de fundo a proposta comunista do *compromisso histórico*, a conflitualidade sociocultural e o confronto político-ideológico constituem elementos que norteiam as práticas jornalísticas italianas. O processo de produção noticiosa é caracterizado, neste sentido, por métodos mais ou menos sofisticados de manipulação da informação e pela prevalência da opinião em detrimento da explicação dos factos.

O *Corriere della Sera* (1876) corresponde ao tradicional órgão da burguesia lombarda, moderado, elitista nos domínios político e cultural, sinónimo de jornalismo de qualidade, respeito e costumes. Considerado por muito tempo o sustentáculo da Democracia Cristã, o diário da *Via Solferino* é, em 1974, o maior e mais difuso jornal italiano, com cerca de 500 mil exemplares vendidos.

No segundo lugar da hierarquia dos jornais diários mais relevantes encontra-se *La Stampa* (1867), com cerca de 360 mil exemplares vendidos. Tal como o rival milanês, o jornal da família Agnelli e da empresa FIAT ostenta a bandeira do prestígio internacional e cultiva uma herança muito marcada pela vocação regional, por um lado, e pela disposição nacional e internacional, por outro (Grandinetti, 1992). É uma publicação liberal precursora do projeto europeu e dos valores laicos, democráticos e reformistas.

De tendência conformista, tradicionalmente sensível ao posicionamento dos burocratas da capital, democrático e anticomunista, *Il Messaggero* (1878) é um diário de primeira linha e o mais importante e difuso em Roma – ocupa o quarto lugar na hierarquia dos mais vendidos, com 227 000 mil exemplares. Caracteriza-se pela oficialidade, vocação política e equilíbrio entre as linhas clerical e laica. A inflamada disputa pelo controlo do jornal, entre 1973-1975, resulta em greves, litígios legais e mudanças editoriais. Alessandro Perrone, Italo Pietra e Luigi Fossati imprimem, nesse período, uma orientação favorável ao Partido Socialista, assumindo o *Messaggero* “tons extremistas”, quase de barricada, e um modelo de assembleia como prática de gestão (Murialdi, 2006, p. 245). Subitamente, alinha-se com o radicalismo laico, libertário e antidemocrata-cristão.

3. A nova ordem democrática entre dúvidas e esperanças

O golpe militar responsável pela queda do Estado Novo modifica a fisionomia das primeiras páginas da imprensa italiana e subalterniza os assuntos de política interna. A informação internacional, raramente situada antes da quinta página, salta para os espaços nobres dos jornais. Os acontecimentos de Lisboa sobrepõem-se, neste sentido, ao sequestro do juiz Mario Sossi pelas Brigadas Vermelhas, evento que, desde 18 de abril, vem monopolizando a agenda mediática. A profusão de peças focadas na insurreição de 25 de Abril percorre, nos primeiros dias, um amplo conjunto de géneros jornalísticos, nomeadamente notícias, reportagens, editoriais, artigos de opinião e perfis/retratos. A cobertura jornalística ora se produz nas redações italianas através da informação das agências noticiosas, de testemunhos e da interpretação das ocorrências (análises), ora evolui a partir do trabalho dos enviados especiais e correspondentes.

Os editoriais do *Corriere della Sera* e de *La Stampa* titulam: “A tirania mais longa” (Tito, 1974, abril 26, p.1) e “Fim de um fascismo” (Rizzo, 1974, abril 26, p. 1)¹. Em *Il Messaggero*, o enunciado que secunda a manchete não tranquiliza quem deseja tratar-se do início da transição para a democracia: “Não é uma revolta democrática, mas um ‘pronunciamento’ de jovens oficiais” (1974, abril 26, p.1). Até às edições de 29 de abril, momento em que os enviados especiais italianos fazem chegar os relatos já a partir de Lisboa², as narrativas jornalísticas revelam-se em sintonia quando consideram que, por um lado, Portugal havia cancelado o seu passado fascista e que, por outro, permanecia um misto de dúvidas e esperanças em relação às garantias democráticas. Se as referências à desagregação do sistema estadonovista avaliam o acontecimento como um facto histórico e consumado, o mesmo não se pode dizer a respeito da credibilidade democrática que os fautores da revolta inspiram.

“Os militares contentar-se-ão em liquidar a trágica herança do salazarismo ou irão deixar-se vencer pela tentação, inevitável nestes casos, de gerirem eles próprios o futuro do país?” (Rizzo, 1974, abril 26, p. 1). A pergunta de *La Stampa* é partilhada pelos três jornais analisados e o limite temporal da sua formulação ultrapassa o mês de abril. Fala-se em *meia primavera* de Lisboa, em objetivos cuja natureza permanece obscura. As proclamações e promessas sobre o reencontro com os valores democráticos não encontram logo um ambiente de adesão incondicional nos órgãos de informação italianos.

A linha que norteia o enquadramento jornalístico é determinada por um sentimento de difidência a respeito das ações dos militares, visivelmente ancorado na história dos golpes castrenses na Europa e no seu difícil conúbio com as liberdades civis. Por isso, o *Corriere della Sera* afirma que em Portugal talvez não tenha terminado o período dos “governos autoritários, mesmo se menos brutais e provavelmente mais abertos às exigências do tempo” (Tito, 1974, abril 26, p.1). No mesmo sentido, o editorial de *Il Messaggero* faz a analogia entre a situação de Lisboa e as reiteradas e não mantidas promessas de liberdade na Grécia dos coronéis, sublinhando que “o exemplo não é encorajante” (1974, abril 26, p.1).

¹ As traduções de italiano para português são da nossa responsabilidade.

² Apenas a 28 de abril os militares permitem a entrada em Portugal dos cerca de 200 jornalistas estrangeiros que esperam relatar as ocorrências a partir de Lisboa.

Aspetos como o reconhecimento dos sindicatos e dos partidos em vez de correntes de opinião, a realização de eleições, a aceitação do programa das Forças Armadas e o inevitável destino dos territórios ultramarinos conferem centralidade ao substantivo *prudência*: “É necessário esperar que se trate verdadeiramente de uma fase de transição e que comece a partir de Portugal uma gradual passagem das sociedades ibéricas para a história comum dos europeus” (Rizzo, 1974, abril 26, p. 1).

3.1. O futuro das colónias, o golpe incruento e o general Spínola

A definição de uma política em relação às colónias surge, claramente, como a questão nuclear nas semanas que se seguem ao golpe militar, sendo que o cenário, primeiramente, avançado por Spínola – autodeterminação e independência progressiva – contribui para avolumar a atmosfera de ambiguidades. A imprensa italiana nunca dissocia a evolução política na metrópole da conjuntura nas províncias ultramarinas. Qualquer conquista rumo à independência em África comporta novas liberdades em Lisboa.

A explicação para a intencionalidade de 25 de Abril introduz elementos aos quais o leitor italiano já havia sido familiarizado aquando das interpretações avançadas no contexto do levantamento de 16 de março. Trata-se de uma iniciativa – escreve-se – dos graus intermédios, capitães e majores, relacionada com a última batalha do colonialismo português em África. A maturação de um sentimento de culpa derivado das experiências da guerra, associado às difíceis condições de vida em terras longínquas, emergem como o principal mecanismo que determinara a fratura no seio das Forças Armadas.

António de Spínola surge, pela voz italiana, como o grande inspirador e referência dos revoltosos. As peças jornalísticas recuperam elementos deslindados aquando da crise política de março, assumindo a configuração do tal epílogo que não havia sido possível revelar. Quando elabora o exaustivo retrato de Spínola, o *Corriere della Sera* lembra que as declarações dos oficiais subalternos – “A consciência dos militares não está à venda” – e o livro do general haviam abalado profundamente o regime e não deixado indiferente uma sociedade mal informada e ávida de debates políticos (Scabello, 1974, abril 26, p.19).

Outro fator unânime e recorrentemente salientado reside na forma como os militares haviam derrubado o regime. Refere o editorial de *Il Messaggero*: “É surpreendente que uma carga por tanto tempo comprimida não tenha tido explosões devastadoras e consequências trágicas para um povo que sofreu (...) a cruel usurpação do seu direito fundamental à liberdade” (1974, abril 26, p. 1). O tão propalado *golpe incruento* haveria de ser, depois, associado ao brando temperamento dos militares e da população portuguesa em determinados episódios críticos da Revolução de Abril, cuja tensão, já em 1975, previa o pior dos cenários (Gomes, 2015).

Contentamento e prudência são os vocábulos que podem resumir o sentido dos textos até ao rescaldo da Festa do 1º de Maio. Os articulistas celebram a queda do Estado Novo como um evento excepcional, denotam satisfação e aproveitam a ocasião para enveredar por uma espécie de ritual fúnebre – discursar, despedir, sepultar. Exploram-se, neste sentido, os aspetos mais sombrios e maléficos do regime:

repressão em Portugal, massacres nas províncias ultramarinas, decapitação das forças mais válidas e enérgicas do país (jovens ao serviço da guerra colonial), controlo económico na posse de poucas famílias, pobreza, analfabetismo, mortalidade infantil, sociedade estática do ponto de vista económico e social, saudosismo colonialista e episódios-símbolo de intolerância e espírito retrógrada (caso “Três Marias”).

O caso português remete para o carácter singular e anómalo de um fascismo difícil de classificar, aspeto que logo suscita o interesse da imprensa. Para além das explicações em jeito de *autópsia* que identificam continuidades entre os modelos políticos alemão, italiano e português, bem como especificidades associadas ao sistema erigido por Oliveira Salazar, avolumam-se as certezas de que o regime de Lisboa, como refere o *Corriere*, “nunca foi menos perigoso, menos liberticida, menos incivil” (Colombo, 1974, abril 26, p.19).

3.2. O investimento dos jornais e o envolvimento no acontecimento

Distinguir os textos dos enviados especiais e dos correspondentes, avaliar a visibilidade do acontecimento através da localização no jornal e na página e aferir qual a prevalência de géneros jornalísticos como a reportagem ou os géneros de opinião permite testar a hipótese da Revolução de Abril como grande acontecimento. A definição das categorias de análise incide num corpus constituído por 87 peças, respeitante a 10 edições (26 de abril a 6 de maio de 1974), sendo o objetivo perceber qual o grau de envolvimento dos jornalistas, o destaque e a relevância conferidos ao acontecimento.

A cobertura jornalística denota um relevante caudal de peças até às edições de 6 de maio, momento em que os artigos sobre aos acontecimentos portugueses deixam de vaguear pelas diferentes secções temáticas e estabilizam nas páginas do noticiário internacional. Num total de 10 edições, conforme a tabela 1, os jornais em análise publicam 87 peças; 24% surge como tema de primeira página e 26%, deste conjunto de 21 unidades de redação, como manchete. A recorrência a enviados especiais (25%) e correspondentes (6%) constitui um indicador quanto ao significativo investimento dos jornais no acontecimento.

Corpus	Nº Peças	Localização Jornal			L. Página	Tipologia Assinatura		
		Capa	Ímpar	Par	Manchete	Enviado	Correspondente	Outros
Corriere	40	9	18	13	2	8	5	27
Stampa	25	6	11	8	2	9	0	16
Messaggero	22	6	10	6	2	5	0	17
Total Peças %	100% (87)	24%	45%	31%	26%	25%	6%	69%

Tabela 1: análise das variáveis localização das peças no jornal e na página e tipologia da assinatura

O pico informativo situa-se entre 26 e 29 de abril e o tema *revolução portuguesa* surge na primeira página das cinco edições pós-golpe, no âmbito dos três meios

estudados. Quando os artigos dos enviados em Lisboa não merecem honras de primeira página, são sinalizados com chamadas ou sumários nesse espaço nobre. Outro indicador revelador da visibilidade concedida ao acontecimento pode ser aferido através da dominância dos géneros jornalísticos.

Corpus	Notícia (breve)	Reportagem	Editorial	Artigo de Opinião	Perfil Retrato	Nº Total Peças Meio
Corriere	17	12	2	7	2	40
Stampa	12	10	1	2	0	25
Messaggero	8	10	1	1	2	22
Total Peças Género %	42,5% (37)	37% (32)	4,5% (4)	11,5% (10)	4,5% (4)	100% (87)

Tabela 2: dominância dos géneros jornalísticos

De acordo com a tabela 2, 37% das peças jornalísticas inserem-se no género reportagem, 4,5% correspondem a editoriais, 11,5% a artigos de opinião e 4,5% a perfis/retratos. Isto é, mais de metade dos textos publicados (57,5%) denotam um relevante envolvimento da imprensa italiana no tema *revolução portuguesa*. O *Corriere della Sera*, por outro lado, evidencia o estatuto de maior jornal italiano, com mais recursos, e destaca-se na maioria dos parâmetros eleitos: superioridade em todos os indicadores da variável género jornalístico (tabela 2), maior volume de peças publicadas (40), ao que corresponde mais peças em primeira página (9) e investimento na *rede de captura* (13) – soma dos textos de enviados especiais e correspondentes (tabela 1).

Do ponto de vista temático, as narrativas focalizam-se, sobretudo, nos assuntos afetos à conjuntura político-social em Portugal, à situação nas colónias e às reações internacionais, com particular destaque para Espanha, Itália, Estados Unidos e Inglaterra.

4. *Objetivar o golpe militar e ancorar a nova ordem política*

Uma parte significativa das crónicas e dos artigos de opinião das edições de 26 e 27 de abril transmitem a ideia de se estar a versar sobre um corpo político-social (Estado Novo) em estado de morte cerebral e cujo auxílio das máquinas havia terminado. Com o título “Um homem em Lisboa”, Paolo Bugialli dedica uma crónica a um colono português em Angola, com quem havia conversado no bar do hotel Tivoli por altura do *golpe das Caldas*, de 16 de março. Bugialli recorda as palavras do português, naquela noite em Lisboa, que apelam à guerra e retratam um Portugal putrefacto sem dignidade, aburguesado, esquecido da grandeza pretérita e das missões civilizadoras de Vasco da Gama. O enviado especial coloca-o, primeiro, a falar, para depois se insurgir contra a sua mentalidade colonial: “Um bêbado num bar de hotel [em Portugal] não é um acontecimento excecional. Mas aquele tipo não era bêbado.

Era racista, fascista, fanático, era sanguinário, a garrafa apenas o ajudava a mostrar-se como era (...)" (Bugialli, 1974, abril 26, p.3).

A Festa do 1º de Maio representa um ponto de viragem quanto à evolução do clima de regozijo e, simultaneamente, incerteza que domina a voz italiana. O dia em que Portugal mergulha na "fábula do delírio público", com "500 mil bêbados de liberdade", para utilizar a expressão de Paolo Bugialli (1974, maio 3, p. 22), determina o fim das celebrações jornalísticas e a continuidade de um discurso suspicaz em relação às intenções dos novos representantes políticos. É interessante, porém, verificar que a permanência deste sentido de prudência é acompanhado, nas primeiras semanas pós-levantamento, por reflexões mais otimistas sempre que algum evento sugere a desejada inflexão rumo à liberalização e aos valores democráticos (libertação dos presos políticos, regresso dos exilados, inclusão de partidos na composição do governo, anúncio de eleições em Portugal e conversações com os movimentos de libertação africanos).

Entendendo-se por *objetivação* o mecanismo que transforma conceitos abstratos em realidades concretas, elementos do pensamento em matéria da realidade (Moscovici, 2009), a imprensa italiana procura, em primeiro lugar, objetivar o golpe desferido ao regime liderado por Marcelo Caetano. Ou seja, preocupa-se, neste sentido, em materializar uma realidade farta em significados – O levantamento está concluído? Como se processou? Qual o destino dos representantes do antigo regime? Quem são os novos líderes? – numa ideia icónica concreta, a nova ordem política. A voz italiana procura reproduzir um conceito (movimentações militares) através de uma imagem: a queda definitiva do Estado Novo. Esse período de objetivação processa-se, grosso modo, nos dias 26 e 27 de abril. São aquelas 48 horas em que os jornalistas obtêm as respostas às perguntas: Como aconteceu? De que modo? E com que protagonistas?

Num segundo momento, depois de assimilado o fim do Estado Novo, os jornalistas tentam perceber que tipo de ordem política eclodiu para fazê-la corresponder às categorias previamente conhecidas. Passa-se, em suma, ao processo de *ancoragem*, que adapta o elemento representado ao meio social do qual é extraído (Moscovici, 2009), classificando, nomeando, categorizando-o em conformidade com a matriz político-cultural das instâncias de enunciação – jornalistas italianos, europeus e ocidentais.

Para Moscovici, a ancoragem social pressupõe "escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele" (pp. 61-63). Tudo o que não é classificado aparenta ser estranho e ameaçador. No caso dos jornais analisados, essa relação entre os articulistas e a nova ordem política oscila, pelo menos até ao início de 1975, entre a esperança e a difidência: de algum otimismo derivado das garantias democráticas que a sociedade militar vai avançando (governo com a participação de civis, marcação de eleições, eliminação das estruturas fascistas, descolonização); de alguma prudência em perceber se realmente os militares, depois da fase de transição, iriam cumprir com a promessa de regressar aos quartéis e entregar a condução do país à sociedade civil (Gomes, 2015).

O que está em causa é perceber, afinal, se os militares portugueses se perpetuariam no poder em consonância com outras experiências castrenses impulsionadoras de regimes autoritários. Os enviados italianos denotam alguma dificuldade em *ancorar* os militares portugueses à categoria pré-estabelecida que fazia corresponder

os militares no poder a um sistema autoritário, de direita ou de esquerda, independentemente das latitudes geográficas. A situação política e os militares em Portugal são sempre avaliados em função desta grelha de leitura.

No momento de rutura com o antigo regime ou nas fases de crise política acentuada e de graves convulsões sociais, cuja opinião exterior considera o país muito próximo da ditadura militar (a partir de meados de 1975), os oficiais de Lisboa e os soldados que vigiam as multidões são descritos como diferentes, mais sensíveis ao pulsar social e relutantes em usar a força. Veja-se a eloquente descrição de Aldo Rizzo três semanas após a intentona:

Chegando a Lisboa, via-se que este era verdadeiramente um golpe insólito. Era um golpe gentil. Os militares tinham modos corteses (...), eram alegres, não de uma alegria arrogante, de vencedores, mas de uma alegria sincera e contagiante, que se transmitia aos civis e os serenava (Rizzo, 1974, maio 10, p.3).

Menciona-se somente os enviados especiais porque é, exclusivamente, a partir dos seus textos que emerge uma moldura interpretativa não totalmente condizente com o perfil clássico (categoria) do poder autoritário em uniforme. A razão para o desfasamento percetivo entre os enviados especiais e, por exemplo, os editoriais-istas italianos (convictos de que os militares são iguais em todos os continentes), a respeito dos militares portugueses, pode derivar do facto de que são os primeiros que privam com as personagens e os cenários das suas próprias narrativas. Talvez por isso estão mais habilitados a expor os seus temperamentos e sensibilidades.

5. O que será, agora, Portugal depois de o futuro ter começado?

A pergunta formulada por *La Stampa* subentende uma mescla de expectativas e previsões comuns aos jornais estudados (Rizzo, 1974, maio 16, p.3). As expectativas evidenciam a tal particular proximidade existente entre as instâncias de enunciação e a realidade sociocultural portuguesa, de europeus (italianos) para europeus (portugueses), de ocidentais para ocidentais, que mais não corresponde do que a uma identificação cultural e, deseja-se, política. Esse exercício de reconhecimento processa-se no plano de uma idiosincrasia partilhada, transformando em desejos os motivos e interesses circulantes nos textos. Os jornalistas percecionam Portugal enquanto elemento pertencente ao seu edifício cultural (europeu) e até político em termos de segurança (NATO). Desejam que o país integre os sistemas democráticos pluralistas que caracterizavam o mapa europeu ocidental.

Passando do domínio das expectativas para o das previsões, quais são, então, os cenários anunciados para Portugal depois de o futuro ter começado? Os prognósticos desenvolvem-se, grosso modo, no âmbito de sete temáticas: consequências internacionais da mudança de regime; transformação das estruturas sociais e políticas; análise dos partidos políticos; personagens em evidência; ameaças à estabilidade política e social; considerações sobre o futuro das colónias; a ação do general Spínola e as suas relações com a estrutura militar.

Sobre a primeira questão, o *Corriere della Sera* afirma que a Península Ibérica se encontra, depois de abril, dividida em duas ilhas, sendo a mais incómoda aquela que tinha como capital Madrid (Bugialli, 1974, abril 28, p.1). *La Stampa* e *Il Messaggero* alinham, também, pelo discurso de que o velho autoritarismo franquista se podia revelar, aos olhos dos espanhóis, depois dos acontecimentos de Lisboa, um arcaísmo intolerável.

Em relação à segunda temática, o clima de agitação social motivado pela passagem do silêncio às improvisadas reivindicações em voz alta é avaliado como legítimo, pese embora seja unânime a opinião de que a reestruturação do Estado, da economia e da vida pública se iria processar, inevitavelmente, de forma gradual (Josca, 1974, maio 1, p.19; Sommaruga, 1974, maio 5, p.24; Rizzo, 1974, maio 1, p.21).

Numa primeira análise sobre o tecido partidário, o Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista (PCP) são apresentados como forças políticas que iriam alcançar um poder real do ponto de vista da representatividade social e política. Os comunistas, mais aguerridos, com boa penetração na sociedade e longa experiência na clandestinidade, inspiram, segundo a imprensa italiana, alguma apreensão em virtude do seu eventual potencial hegemónico e da tenaz vontade em não serem marginalizados (Josca, 1974, maio 1, p.19; Rizzo, 1974, maio 17, p.20). O Partido Popular Democrático é encarado como um instrumento político tendente a prosseguir uma linha económica de reformismo moderado, equidistante, portanto, da estagnação estadonovista e do socialismo impulsivo.

Os textos jornalísticos elegem o general Spínola como a personagem mais proeminente, prevendo que Mário Soares desempenhe um papel importante – se não central – nos primeiros passos do Portugal democrático. Refere *La Stampa* no rescaldo dos discursos da Festa do 1º de Maio: “Parecia que Soares (...) se candidatava à liderança do governo, fazendo-se garante dos comunistas, diante de um Presidente da República que, quase certamente, será o general Spínola” (Rizzo, 1974, maio 3, p.22).

Quanto aos perigos que poderiam debilitar uma ordem pública já de si precária, os jornais não têm dúvidas em eleger como ameaça os intentos reacionários da direita nostálgica. Luigi Sommaruga, enviado de *Il Messaggero*, escreve que a reação se movimenta na sombra e os homens da polícia secreta, armados e escondidos em lugares desconhecidos, gozando de proteção nos ambientes da alta finança e da indústria, podem enveredar por uma série de provocações destinadas a mergulhar o país num estado de caos dificilmente controlável (Sommaruga, 1974, maio 1, p.20).

A questão das províncias ultramarinas merece olhares que oscilam entre a independência, desagregação e o prosseguimento do conflito armado. O *Corriere della Sera* revela-se o mais decidido em pressagiar a independência das colónias (Villani, 1974, junho 9, p.3). A discussão em redor do destino das colónias é, aliás, analisada como um motivo de divergência entre, por um lado, a linha de António de Spínola e, por outro, os núcleos de poder no interior das Forças Armadas (os capitães) e a maioria das forças políticas; o primeiro favorável a um projeto federativo, os segundos alinhados com a solução da independência imediata.

A possível não concordância de objetivos entre Spínola e os oficiais do Movimento das Forças Armadas (MFA) surge no quadro mais vasto do debate sobre a paternidade da revolta militar. Escreve-se que Spínola e os jovens oficiais haviam tido necessidade de se encontrar, o general porque precisava de uma base para os seus projetos, os capitães de um chefe e de um símbolo (Bugialli, 1974, maio 14, p.3; Ri-

zzo, 1974, maio 10, p.3; Sommaruga, 1974, maio 3, p.24). A ideologia, porém, chegou através de um MFA apostado numa reconversão democrática que, não limitada aos governantes, se estendesse às bases sociopolíticas.

Considerações finais

A análise da cobertura jornalística da imprensa italiana sobre a queda do Estado Novo permite atestar a hipótese da Revolução de Abril como grande acontecimento. Essa conclusão é mensurável através da dimensão quantitativa do tratamento jornalístico e da análise textual direcionada para coligir imagens dominantes provenientes das narrativas de diferentes articulistas.

A ação militar de 25 de Abril e os acontecimentos subsequentes foram seguidos por jornalistas a partir das redações italianas, correspondentes distribuídos por vários países e enviados especiais deslocados para Portugal. Num universo de 10 edições estudadas, a relevância e o destaque conferidos ao tema *revolta militar em Portugal* adquirem significado quando se analisa variáveis como o volume de peças publicadas (87), a sua localização no jornal (24% em primeira página) e a caracterização de quem as assina (31% de correspondentes e enviados especiais).

O envolvimento dos jornalistas no acontecimento pode ser aferido através da dominância de géneros jornalísticos como a reportagem (37%), o perfil (4,5%) e os géneros de opinião (16% editorial e artigo). O vocabulário utilizado, os cenários recriados e as personagens invocadas revelam que os enviados especiais não ficaram indiferentes à *constituente popular em marcha* que se foi enformando a partir de 26 de abril de 1974.

Os motivos que sustentam a perspetiva do acontecimento excepcional residem no facto de que o fim do sistema estacionista teria repercussões nas colónias africanas e no equilíbrio político da África Austral, além de simbolicamente representar o fim da mais velha ditadura da Europa e de um fascismo difícil de classificar. As singularidades atribuídas aos militares portugueses e a festa popular que se prolongou para além do 1º de Maio de 1974 transparecem para os textos jornalísticos como uma celebração à qual os jornalistas italianos também aderiram, no contexto de um sentimento de adesão aos valores democráticos.

Referências bibliográficas

- Bugialli, P. (1974, abril 26). Un uomo a Lisbona. *Corriere della Sera*, 26 de Abril, p. 3.
- _____ (1974, abril 28). I sogni degli spagnoli. *Corriere della Sera*, pp. 1-2.
- _____ (1974, maio 3). I portoghesi ebbri di libertà celebrano la Festa del Lavoro. *Corriere della Sera*, p. 22.
- _____ (1974, maio 14). La partita fra Spinola e i capitani. *Corriere della Sera*, p. 3.
- Catastini, F. (2016). L'Unità e la Rivoluzione Portoghese. *Ricerche Storiche* 1, Anno XLVI (jan. - april 2016), 31-39.
- Chabrowsk, I. (2016). Reading the Distant Revolution – the Polish United Workers' Party Interprets the Portuguese Carnation Revolution of 25 April, 1974. *Ricerche Storiche* 1, Anno XLVI (jan. - april 2016), 31-39.

- Colombo, A. (1974, abril 26). Fascismo e sottosvilupo. *Corriere della Sera*, p. 19.
- Colpo di stato militare in Portogallo. (1974, abril 26). *Il Messaggero*, p. 1.
- Cordero Olivero, I. (2010). "Lo que no debe ser". La revolución portuguesa en la prensa española. In E. Lemus, F. Rosas & R. Varela (Coord.), *El fin de las dictaduras ibéricas, 1974-1978* (pp. 63-86). Sevilla, Paço d'Arcos: Centro de Estudios Andaluces, Edições Pluma.
- Cunha, I. F. (2012). *Análise dos Media*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Gomes, M. (2015). *Para onde vai Portugal?/ Dove va il Portogallo? A Revolução de Abril na Imprensa Italiana, 1974-1976*. (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal).
- Gomes, M. (2013). A I República portuguesa na imprensa internacional: a voz italiana do dissenso. *Revista Internacional de Historia de la Comunicación*, nº 1, 106-131.
- Grandinetti, M. (1992). *I quotidiani in Italia. 1943-1991*. Milano: Franco Angeli.
- Josca, G. (1974, maio 1). Torna a Lisboa accolto da Spinola il leader dei comunisti portoghesi. *Corriere della Sera*, p. 19.
- Lúis, R., Soutelo, L. & Silva, C. L. (Eds.) (2014/a). *A revolução de 1974-75: repercussão na imprensa internacional e memória(s)* [Documento eletrónico]. Lisboa: IHC. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/15082>
- Lúis, R. (2014/b). "Por fin en el buen camino". El final del proceso revolucionario portugués bajo la mirada de la prensa española (1974-1975). In J. Guillamet & F. Salgado (Eds.), *El periodismo en las transiciones políticas. De la Revolución Portuguesa y la Transición Española a la Primavera árabe* (pp.49-61). Madrid: Biblioteca Nueva.
- Lúis, R. (2015). *Spain and the Portuguese Revolution of 1974-1975: the limits of a surveilled press*. (Tese de Doutoramento, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, Espanha).
- Maxwell, K. (1983). Authority, Democracy, and the Press: Some Comparative Perspectives. In K. Maxwell (Ed.), *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy* (pp. 161-178). Westport: Greenwood Press.
- Mesquita, M. & Rebelo, J. (1994). *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto: Afrontamento.
- Moscovici, S. (2009). *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Murialdi, P. (2006). *Storia del giornalismo italiano*. Bologna: Mulino.
- Murialdi, P. & Tranfaglia, N. (2008). I quotidiani negli ultimi venticinque anni. Crisi, sviluppo e concentrazioni. In V. Castronovo & N. Tranfaglia (Coord.), *Storia della stampa italiana. La stampa italiana nell'età della TV. Dagli anni Settanta a oggi* (pp. 3-62). Bari: Editori Laterza
- Rizzo, A. (1974, abril 26). Fine di un fascismo. *La Stampa*, p. 1.
- _____ (1974, maio 1). Tornano gli esuli portoghesi. Lisboa celebra il 1ºMaggio. *La Stampa*, p. 21.
- _____ (1974, maio 3). Un esaltante Primo Maggio a Lisboa. *La Stampa*, p. 22.
- _____ (1974, maio 10). Il 'golpe' gentile di Lisboa. *La Stampa*, p. 3.
- _____ (1974, maio 16). Lisboa, voglia di partiti. *La Stampa*, p. 3.
- _____ (1974, maio 17). Il 'test' portoghese. *La Stampa*, p. 20.
- Rodrigues, G. (2007). La Révolution des oeillets au Portugal vue par la presse française. *Revue de la Bibliothèque nationale de France*, nº 25, 45-54.
- Sánchez Collantes, S. (2014), El tratamiento informativo del comienzo de la Revolución de los Claveles en el diario español ABC. In R. Lúis, L. Soutelo e C. L. Silva (Eds.), *A revolução de 1974-75: repercussão na imprensa internacional e memória(s)* (pp. 30-46). Lisboa: IHC. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/15082>
- Scabello, S. (1974, abril 26). Un "de Gaulle portoghese?". *Corriere della Sera*, p. 19

- Silva (eds.) *A revolução de 1974-75: repercussão na imprensa internacional e memória(s)* (pp. 30-46). Lisboa: IHC. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/14447>
- Silva, C. L. (2012). A revolução de Abril na imprensa brasileira. In R. Varela (Coord.), *Revolução ou Transição?* (pp. 207-226). Lisboa: Bertrand.
- Sommaruga, L. (1974, maio 1). Lisbona: un 1 Maggio di speranza dopo mezzo secolo di dittatura. *Il Messaggero*, p. 20.
- _____ (1974, maio 3). Folla immensa a Lisbona per celebrare la libertà. *Il Messaggero*, p. 24.
- _____ (1974, maio 5). Chiesto dai giovani ufficiali um governo civile. *Il Messaggero*, p. 24.
- Strippoli, G. (2014). Lotta Continua e il processo rivoluzionario portoghese. *Estudos Italianos em Portugal*, n. s., 9, 9-118.
- Tito, M. (1974, abril 26). La tirania più lunga. *Corriere della Sera*, p. 1.
- Varela, R. (2009). O impacto da Revolução Portuguesa de 1974-1975 no PSOE visto através de *El Socialista*. *Ler História*, nº 57, 111-124.
- Vieira, J. & Mónico, R. (2014), *Nas bocas do mundo. O 25 de Abril e o PREC na imprensa internacional*. Lisboa: Tinta da China.
- Villani, S. (1974, junho 9). La rabbia dell'Angola ner. *Corriere della Sera*, p. 3.
- Weißmann, T. (2014). Percepções da revolução dos cravos na imprensa alemã: os exemplos de die zeit (rfa) e neues deutschland (rda) do 25 de abril de 1974 até à demissão de Spínola. *Dia-critica*, 28(2), 61-77.

Nota biográfica

Marco Gomes é doutorado em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Letras da Universidade Coimbra, investigador integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra e Professor do Instituto Politécnico de Leiria.

ORCID ID: 0000-0002-2362-3054

Email: gomes_marco78@hotmail.com

Morada: Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), 3000-186, Coimbra, Portugal.

Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS-IPLeia), Campus 1, 2411-901 Leiria, Portugal

Financiamento

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/COM-JOR/28144/2017 – Para uma história do jornalismo em Portugal.

*Submetido/ Received: 2018.12.26

*Aceite/ Accepted: 2019.08.07

(Página deixada propositadamente em branco)

“Recomeçar a construção do socialismo”: O jornal *A Luta* na revolução de Abril

“Restarting the construction of socialism”: *A Luta* in the April revolution

“Recomenzar la construcción del socialismo”: El periódico *A Luta* en la revolución de Abril

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_8

Pedro Marques Gomes

Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social
Instituto de História Contemporânea da Universidade NOVA de Lisboa

Resumo

No período de transição da ditadura para a democracia em Portugal é inegável a relevância dos *media*. Estes criaram factos políticos e estiveram, eles próprios, no centro de alguns dos mais emblemáticos combates então travados.

Neste artigo, analisa-se o contexto dos jornais e do modo de praticar jornalismo na revolução, através de um estudo de caso: do jornal *A Luta*, criado em agosto de 1975. Próximo do Partido Socialista, *A Luta* tomou posições e assumiu-se, inequivocamente, como defensor da legalidade democrática enquanto via política para o futuro do país.

Palavras-chave

imprensa; revolução; lutas políticas, jornalismo revolucionário; *A Luta*

Abstract

In the transitional period from dictatorship to democracy in Portugal, the relevance of the media is undeniable. The media created political facts and were, themselves, at the centre of some of the most emblematic battles them fought.

In this article, we analyze the context of journals and the ways of practicing journalism in the revolution, particularly the case of *A Luta*, created in 1975. With close ties with Socialist Party, *A Luta* established unequivocally as advocate for democratic legality as a political route for the future of the Portugal.

Keywords

press; revolution; political battle; revolutionary journalism; *A Luta*

Resumen

En el período de transición de la dictadura a la democracia en Portugal no es posible negar la importancia de los medios de comunicación. Estos crearon hechos po-

líticos y estuvieron, ellos mismos, en el centro de algunos de los más emblemáticos combates entonces trabados.

En este artículo, se va a analizar el contexto de los periódicos y el modo de practicar periodismo en la revolución, a través de un estudio de caso: del periódico *A Luta* (*La Lucha*), creado en agosto de 1975. Cerca del Partido Socialista, *A Luta* tomó posiciones y se asumió, inequívocamente, como un defensor de la legalidad democrática como vía política para el futuro del país.

Palabras clave

prensa; revolución; luchas políticas; periodismo revolucionario; *A Luta*

No verão de 1975, a revolução portuguesa atravessava o seu período mais radicalizado. Depois de, a *11 de Março*, o poder militar ser institucionalizado – através da criação do Conselho da Revolução (CR) – e ser aprovada a nacionalização da banca e dos seguros, acentua-se o clima conflituoso, sendo apresentadas múltiplas propostas políticas para o futuro do país (Reis, 1993; Ferreira, 2001; Rezola, 2006).

Aos jornais não faltavam acontecimentos para cobrir, personalidades para entrevistar, opiniões para publicar e imagens para ilustrar tudo isso. Porém, a sucessão de episódios e as informações que, sobre eles, chegavam a todo o momento, contradizendo-se frequentemente, constituíam uma dificuldade acrescida ao trabalho do jornalista.

Num período em que a “neutralidade jornalística” era praticamente uma miragem, em que emerge a ideia do “jornalista militante” (Mesquita, 1994a), os jornais foram “atores políticos” (Borrat, 1989, Figueira, 2007) determinantes quando noticiavam ou silenciavam acontecimentos, mas também ao participar e estar no centro de muitos deles, assumindo posições concretas ao longo do Processo Revolucionário em Curso (PREC) (Mesquita, 1994a; Cádima, 2001; Figueira, 2007; Lima, 2012; Gomes, 2018).

Os *media* viveram, entre 1974 e 1975, um período de transformação, com a nacionalização de muitos títulos de imprensa, o fim de vários jornais e a criação de outros, uma vaga de saneamentos políticos que ocorre nas administrações, direções e redações, inúmeros conflitos que se sucedem nas empresas jornalísticas, uma acentuada crise económico-financeira e uma indefinição de políticas públicas para o setor (Gomes, 2018).

As lutas pelo controlo da Imprensa intensificaram-se, sobretudo no contexto do pós *11 de Março*, em que se verifica um crescente protagonismo do Primeiro-ministro Vasco Gonçalves, do setor militar a ele associado (conhecido por «gonçalvista») e do Partido Comunista Português (PCP) na cena política. O relatório do Conselho de Imprensa relativo a este período sublinha “a influência e a manipulação partidária na Imprensa, designadamente por elementos afetos ao Partido Comunista e a organizações de extrema-esquerda”¹. Vários autores admitem que tal se tratava, efetivamente, de um plano previamente definido por essas forças políticas. O historiador António Reis, por exemplo, fala numa “estratégia de domínio da comunicação social”

¹ A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a julho de 1975), Relatório do Conselho de Imprensa (1979), p. 43.

por parte do PCP, “que já controlava o *Diário de Notícias*, *O Século*, o *Diário de Lisboa*, a Emissora Nacional e a RTP” (Reis, 1993, p. 430). Por sua vez, Helena Lima destaca “a articulação entre os interesses do Partido Comunista instalados nos organismos de representatividade das redações e do setor da impressão com a cúpula militar que passou a dominar o poder a partir do II governo provisório” (Lima, 2012, p. 207).

Existem já vários trabalhos que nos permitem obter uma visão abrangente de como o clima conflituoso percorreu vários órgãos de informação, desde a televisão e rádio públicas (Rezola, 2014 e Santos, 2017), até aos amplamente mediatizados casos do *Diário de Notícias* (Gomes, 2014), *República* (Rebello, 1994 e Mesquita, 1994b) e *Rádio Renascença* (Ribeiro, 2002), os dois últimos acabando mesmo por ser dos episódios mais marcantes da revolução. Em suma, trata-se, como sustenta Mário Mesquita, de um período em que a “comunicação social esteve sempre na ordem do dia” e em que “os episódios pitorescos, ridículos e tragicômicos multiplicaram-se” (Mesquita, 1994a, p. 378).

Perante este panorama, iniciou-se um movimento de criação de jornais privados², que se apresentavam como alternativas a muitos dos títulos existentes. Desde logo, porque, por serem privados, afastavam-se do “rótulo” dos jornais estatizados, que os identificava com o poder instituído. Depois, porque, *grosso modo*, assumiam como adversários Vasco Gonçalves, os que lhe eram próximos, e, em parte, o PCP, ao contrário de vários dos periódicos existentes. Como nota António Telo, estava a nascer um “movimento de fundo” que alterou “o panorama dos órgãos de comunicação social” nacionais, “onde os periódicos entretanto nascidos se afirmam num crescimento pujante e apresentam uma coloração diversificada” (Telo, 2007, pp. 129-130). Neste artigo, analisamos um desses jornais – *A Luta* – e a conjuntura da sua criação, em agosto de 1975. Procuramos entender as suas particularidades no contexto do jornalismo da época, que objetivos presidiram à sua criação e como se envolveu nas lutas político-militares de então. No fundo, pretendemos aferir qual o papel que este novo periódico desempenhou em 1975. Para tal, seguimos, sobretudo, uma perspetiva histórica, de análise e confronto de fontes diversificadas, como bibliografia variada, recolha de testemunhos de jornalistas e de materiais de imprensa. Adotando uma postura interpretativa e contextualizadora, estudamos o projeto editorial, a organização interna e as circunstâncias em que o jornal surgiu e se desenvolveu e a forma como narrou alguns assuntos políticos.

Do «caso República» à criação de um novo diário

Em maio de 1975, o *República*, que, conjuntamente com o *Diário de Lisboa*, fizera a oposição possível (num regime de censura) à ditadura, vive um momento de grande tensão entre os seus trabalhadores. De um lado, a Comissão de Trabalhadores que decide suspender a direção e chefia de redação sob acusação de estarem ao serviço do Partido Socialista (PS). Do outro, a maioria dos jornalistas do *República* (22 contra 2), que se coloca do lado dos colegas suspensos. O clima rapida-

² Destacam-se, entre outros, o *Jornal Novo* (17 de abril), *O Jornal* (2 de maio), *Tempo* (29 de maio) e *A Luta* (25 de agosto).

mente sobe de tom, passando a um confronto que envolvia, pelo menos, PS, PCP e extrema-esquerda. Em frente à sede do jornal, na Rua da Misericórdia, manifestam-se políticos socialistas como Mário Soares, Salgado Zenha e Manuel Alegre. O *República* acaba selado e noticiado internacionalmente (sobretudo em França), sendo propagada até à exaustão a tese de que o jornal socialista tinha sido ocupado por comunistas³.

Voltará às bancas em julho. À margem do Conselho da Revolução, que determina a reabertura do jornal de acordo com a Lei de Imprensa (segundo a qual a orientação de um jornal deveria ser definida pelo seu director e conselho de redação), o COPCON entrega o *República* à Comissão de Trabalhadores. Surge então, a 10 de julho, com uma redação praticamente toda renovada. Para os socialistas, o que se passava no jornal estava naturalmente inserido na estratégia do Partido Comunista de controlo dos *media*, de que era exemplo a substituição da direção do *Diário de Notícias* (próxima do PS), em abril, por dois diretores ligados ao PCP. Porém, como observa Mário Mesquita, não foram os comunistas que tomaram conta do periódico. “A extrema-esquerda reabriu o jornal transformando-o num órgão de propaganda revolucionária” (Mesquita, 1994a, p. 375), o que sugere múltiplas interpretações, além daquela que é veiculada, ainda hoje, pelos socialistas.

Entretanto, o grupo de jornalistas, diretores (Raul Rêgo e Vítor Direito) e chefe de redação (João Gomes) afastados, lançam, a 29 de maio, um periódico de luta: o *Jornal do Caso República*. O conteúdo tinha naturalmente que ver com a luta do grupo de jornalistas, o que fica explícito no cabeçalho: “jornalistas em luta pela liberdade de expressão”⁴. Ao folhear as várias edições do periódico, o leitor vai tomando conhecimento em detalhe do caso que envolveu o *República*, dos apoios que os jornalistas iam recebendo, de tomadas de posição de figuras de fora do jornal, de textos relacionados com a liberdade de imprensa e ainda os nomes e valores dos cidadãos que resolveram apoiar financeiramente o projeto.

Entre os jornalistas que alinharam na aventura deste projeto encontrava-se João Grego Esteves, segundo o qual “o *Jornal do Caso República* surgiu como um instrumento de resistência”, mas também como forma “de sobrevivência para um conjunto de gente que ficou desempregada e sem acesso a nada”. É então que, perante “o entusiasmo com que foi feito e a receção que teve logo dentro das pessoas, germinou a ideia, que se calhar já estaria em cérebros mais estratégicos, de lançar um jornal”⁵. Francisco Belard, outro dos redatores, lembra a atitude do grupo perante o contexto político então vivido: “Nós não queríamos deixar de fazer jornalismo. Ainda por cima aquilo era quase uma militância. Era também uma luta política, para nós, pela liberdade de expressão”⁶.

A ideia de preparar um novo periódico parte de uma figura bem conhecida da redação, o líder do PS, Mário Soares, que avança com uma proposta aos jornalistas: “a fundação de um novo jornal diário, sucessor do irrecuperável *República*, com a mesma direção, a mesma administração, as mesmas chefias, os mesmos redatores, por-

³ Sobre o «Caso República» veja-se, por exemplo, Mesquita, 1994b.

⁴ *Jornal do Caso República*, 29 de maio de 1975.

⁵ Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 2017.

⁶ Entrevista a Francisco Belard, Lisboa, 2017.

ventura acrescentando novos elementos” (Foyos, 2016, p. 101). As reuniões multiplicam-se, tendo Gustavo Soromenho (fundador do PS e antigo administrador do *República*) um papel determinante. “A grande força, a grande alma daquela casa foi o Dr. Soromenho. Foi realmente a força que nos manteve coesos”, lembra a jornalista Helena Marques⁷. Soromenho virá também a ser administrador do novo projeto jornalístico.

As “ruidosas reuniões” decorriam “constantemente” e “toda a gente falava o que queria para tentar estabelecer consensos”. Presente, “a cúpula de jornalistas, que vinha da *República*, uns com mais protagonismo do que outros, e gente ligada ao Partido Socialista”⁸. Optaram por organizar-se em vários grupos de atuação, com tarefas específicas no processo de preparação do novo jornal, que se pretendia que fosse o mais célere possível: “Um pensava como é que se iria organizar o novo jornal, o outro ia fazer um levantamento do custo das impressões em várias oficinas...”, conta Helena Marques⁹.

Um dos debates iniciais prendia-se com o nome a dar ao novo periódico. Em cima da mesa estiveram várias hipóteses. Francisco Belard recorda-se de algumas:

Eu na altura sugeri um título que era *O Mundo*, que tinha sido um jornal antigo. O título era detido pelos irmãos Tavares Rodrigues, portanto não estava disponível. O título *O Diário* também foi falado, mas era considerado demasiado neutro. O Raul Rêgo foi partidário do título que ficou, que era *A Luta*, inspirado no antigo *A Lucta*, de Brito Camacho¹⁰.

Conseguem-se também instalações para a futura redação. Um apartamento, situado num prédio da Rua do Loreto, no “bairro dos jornais”, o Bairro Alto de Lisboa. As condições estavam longe de serem as ideais. João Gomes destaca o empenho da redação, apesar das limitações com que se defrontavam: “Era um andar normal. Nós fizemos a redação ao fundo, onde as pessoas cabiam muito apertadas (...). Dada aquela falta de meios que havia, nós todos recorriamos um bocado a uma militância para que o jornal fosse um êxito”¹¹. Maria Antónia Palla também se refere ao assunto, dizendo que as “condições de trabalho eram precárias”, tendo ficado, com a colega Antónia de Sousa, “instaladas na cozinha”. “Talvez por sermos mulheres...”, relembra (Palla, 2014, p. 166). Apenas o diretor teve direito a um gabinete individual. Mas, a par das instalações, havia também falta de equipamento e materiais. “A redação foi montada com as nossas próprias máquinas de escrever”, conta também a jornalista¹². Terão, porém, havido apoios financeiros internacionais, caso do Partido Social Democrata, da Alemanha.

⁷ Entrevista a Helena Marques, Oeiras, 2017. João Gomes, no mesmo sentido, recorda o “respeito e consideração” que os jornalistas tinham por Soromenho, dado o seu passado de luta contra a ditadura”. Entrevista a João Gomes, Lisboa, 2017.

⁸ Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 2017.

⁹ Entrevista a Helena Marques, Oeiras, 2017.

¹⁰ Entrevista a Francisco Belard, Lisboa, 2017. Foi então criada uma sociedade cooperativa que, segundo a ficha técnica do jornal, se intitulou “Editorial A Luta, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada”.

¹¹ Entrevista a João Gomes, Lisboa, 2017.

¹² Entrevista a Maria Antónia Palla, Lisboa, 2013.

Um ritmo intenso de trabalho e a ligação ao Partido Socialista

A *Luta* chega às bancas a 25 de agosto, dia em que são feitas duas edições. Jornal diário, vespertino, com 16 páginas e um preço de 4\$00, prometia, no texto de apresentação, esforçar-se “para a construção de uma sociedade onde caibam todos os portugueses, comunidade verdadeiramente socialista e livre”. O “socialismo” está, aliás, marcadamente presente neste texto, até porque, defende o corpo redatorial do jornal, “nem há socialismo sem democracia, sem liberdade de opinião e de expressão”. Quanto ao contexto político vivido – especificamente as lutas políticas entre facções com projetos políticos distintos para o país – também esse é objeto de reflexão no jornal. Mais: sem referir concretamente a quem se dirige, *A Luta* lança várias farpas a aqueles que se imaginam serem os seus adversários em termos político-ideológicos:

Sáímos de uma luta contra o totalitarismo e não vamos depor as armas diante daqueles que, só por se dizerem democratas, se atribuem situações de favor e seguem na esteira dos que, até 25 de Abril, nos algemaram. Não nos interessam os nomes que se deem à tirania, à usurpação, ao fascismo; nem basta dizer-se progressivo para se ser democrata. (...) O que classificávamos de crime antes de 25 de Abril, não vamos agora chamá-lo de virtude¹³.

O cabeçalho da primeira página revelava também a sua “linha orientadora”. A frase escolhida, por sugestão de Mário Soares (Foyos, p. 101) – “Jornal socialista, pluralista e independente” – ainda que longe de ser pacífica, dadas as várias interpretações possíveis sobre os três conceitos, afigurava-se como uma tentativa, por parte do periódico, de fixar uma imagem sobre si próprio. No fundo, demarcar-se dos jornais que tanto criticava e que considerava não se integrarem em nenhum dos três conceitos.

A palavra “socialismo” é, sem dúvida, a que mais interrogações suscita. Ainda que o socialismo possa ser entendido num sentido mais vasto – e que, à época, estava presente na linguagem e linhas de ação de partidos políticos e grupos militares ideologicamente muito distintos – acaba por acentuar ainda mais as ligações do jornal ao PS.

Tendo como administrador um fundador do PS (Gustavo Soromenho) e como diretor (Raul Rêgo) e chefe de redação (João Gomes), além de fundadores, deputados à Assembleia Constituinte pelo partido, as ligações d’*A Luta* ao PS são evidentes. Maria Antónia Palla assume claramente esse facto, algo que, esclarece, não “atingiu” o seu trabalho: “Não me chocou ser um jornal do Partido Socialista, porque o PS, naquela altura, (...) foi a principal força contra uma nova ditadura”¹⁴. O seu colega Grego Esteves é taxativo ao afirmar que não existiu influência partidária “do ponto de vista técnico-profissional da cobertura” jornalística. Nota, porém, algumas tensões que surgiram a este propósito:

Que o jornal era muito próximo do PS, sim. Mas posso dizer-lhe que, já nessa altura, de vez em quando, havia um pouco de tentativa de ajusta-

¹³ *A Luta*, 25 de agosto de 1975.

¹⁴ Entrevista a Maria Antónia Palla, Lisboa, 2013.

mento entre as pessoas do projeto mais próximas do PS e as pessoas que, sendo da área e sobretudo sendo do projeto, não eram nem tencionavam ser militantes do partido. Portanto, logo de início começou a haver uma hipersensibilidade à história do partido meter o pé. E ali valeram na altura muito os valiosíssimos e discretos esforços de uma velha raposa e ultra diplomata que era justamente o Gustavo Soromenho... Lá ia, digamos, apaziguando tensões que iam surgindo¹⁵.

No seio da redação, existiam, segundo Francisco Belard, “pessoas que se sentiam na obrigação de veicular as posições oficiais do Partido Socialista e que o faziam, sem autoritarismo mas faziam-no na prática”¹⁶. No entanto, *A Luta* não deixa de propagar a sua independência partidária, estando essa questão plasmada no Estatuto Editorial. Publicado exatamente um mês após o primeiro número do jornal, o Estatuto referia que o periódico “não é órgão de qualquer partido político”. Garante ainda defender “a unidade das forças progressistas, antifascistas e anticapitalistas”, recusando qualquer tipo de ingerência nos seus conteúdos jornalísticos:

A Luta garante ao público o exercício da atividade profissional dos seus jornalistas em inteira liberdade, não sendo admitida qualquer espécie de censura, interna ou externa, nem interferências do poder político, do poder económico ou de quaisquer grupos de pressão¹⁷.

Perante as acusações que são dirigidas ao grupo de fundadores d’*A Luta* de terem criado uma espécie de jornal “oficioso” do PS, este Estatuto Editorial apresentava-se – conforme é, aliás, costume num texto desta natureza – como uma afirmação da sua independência e de luta contra qualquer tipo de controlo da Informação. De acordo com o Estatuto, a direção e o conselho de redação tinham uma posição preponderante em matéria editorial, em representação de toda a redação¹⁸.

Em suma, embora propagando exaustivamente a sua independência, algo comum na Imprensa da época, *A Luta* não conseguirá demarcar-se do PS. No ano de 1975, a proximidade, no plano ideológico, é evidente. Para tal, muitos fatores parecem ter contribuído. Por um lado, o seu conteúdo informativo, mas também as ligações da redação ao partido ou, ainda, as figuras que vão escrevendo artigos de opinião no jornal, também elas próximas ou militantes socialistas, como veremos. Os esforços de afirmação de independência e isenção jornalística terão, portanto, resultado em vão.

Grande parte oriunda do *República* e, depois, do *Jornal do Caso República* (20 dos 24 jornalistas que compunham o seu corpo redatorial), a redação d’*A Luta* é composta inicialmente por 27 jornalistas¹⁹. Criara-se uma redação onde convivem jornalistas já

¹⁵ Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 2017.

¹⁶ Entrevista a Francisco Belard, Lisboa, 2017.

¹⁷ *A Luta*, 25 de setembro de 1975.

¹⁸ *A Luta*, 25 de setembro de 1975.

¹⁹ Redação inicial d’*A Luta*: Raul Rêgo (diretor), Vítor Direito (diretor-adjunto), João Gomes (chefe de redação), Rui Camacho (chefe de redação adjunto), Helena Marques, Vítor Baltasar, José Pedro Castanheira, Júlio Valente (economia/social), Carlos Soares, Marcelino Mesquita, Jorge Morais, F. Sales Lopes (provincia), João Grego Esteves, Eduardo Paz Ferreira, Rocha Viei-

com ampla experiência e outros ainda a dar os primeiros passos. Entre os primeiros, encontramos os nomes incontornáveis de Raul Rêgo (diretor), que passara por títulos como *Seara Nova*, *Jornal do Comércio* e *Diário de Lisboa*, além de ter dirigido e encetado uma renovação no *República* antes de 1974 e ter sido Ministro da Comunicação Social do I Governo Provisório (1974), Vítor Direito (diretor adjunto) e João Gomes (chefe de redação), ambos jornalistas no *Diário de Lisboa* e *República*, ou Álvaro Guerra, escritor com várias obras publicadas e jornalista no *República*, entre outros.

Quanto aos mais jovens, ali iniciaram a sua carreira jornalistas que vêm a dar cartas mais tarde: José Pedro Castanheira, Eduardo Paz Ferreira (prosseguindo depois a carreira académica chegando a Professor Catedrático de Direito) ou Miguel Sousa Tavares, entre outros. Finalmente, refira-se ainda o facto de haver, na redação, quatro mulheres jornalistas, todas com considerável experiência na profissão. Maria Antónia Palla (*Diário Popular*, *Vida Mundial* e que se mantém, simultaneamente, n' *O Século Ilustrado*), Antónia de Sousa (*A Capital* e *República*), Helena Marques (*Diário de Notícias do Funchal*, *A Capital* e *República*) e Maria Augusta Silva (imprensa angolana), que integraram secções como Educação, Economia/Social e Reportagem. Esta última fazendo chegar aos leitores temas pouco explorados numa imprensa diária dominada pelos acontecimentos políticos do dia-a-dia.

A redação d' *A Luta*, organizada de forma clássica – por secções, obedecendo a uma hierarquia – vivia, no entanto, um momento de grande agitação, tentando acompanhar o ritmo dos acontecimentos que ocorriam nos vários sectores da sociedade. Entre as paredes do apartamento da Rua do Loreto o reflexo desse contexto é evidente. O ambiente era de “criatividade permanente, desorganização permanente, conflitos ocasionais e ao fim do dia havia jornal”, descreve João Grego Esteves²⁰. João Gomes corrobora a opinião do colega, acrescentando: “Estávamos constantemente ao telefone, a saber tudo o que havia para que o jornal saísse o mais forte possível. No seu conjunto [pretendia-se] que fosse um jornal de opinião mas que também fosse um jornal informativo”²¹.

Não são reveladas, nem pelo próprio jornal, as suas tiragens. Porém, segundo Pedro Foyos, a tiragem inicial d' *A Luta* fora de 40 000 exemplares (Foyos, 2016, p. 104), enquanto Jean Seaton e Ben Pimlott avançam que a mesma se situava nos 80 000 exemplares, em outubro de 1975 (Pimlott e Seaton, 1983, p. 107).

A opinião no jornal

São três as colunas de opinião d' *A Luta*: “Momento”, “Ponto Crítico” e “De vez em quando”. Sob a pena de jornalistas da “casa”, tratam-se, essencialmente, de textos escritos no “calor” do momento sobre os assuntos do momento. A política nacional domina as

ra (política nacional), Francisco José Oliveira (áfrica), José Gabriel Viegas, Nuno Coutinho, Miguel Sousa Tavares (estrangeiro), Álvaro Guerra, Francisco Belard (cultura/espetáculos), Manuel Arons de Carvalho, Ilídio Trindade (desporto), Manuel Giraldes, Maria Augusta Silva (educação), Antónia de Sousa e Maria Antónia Palla (reportagem). Secretariado de redação: Artur Alpedrinha, Vasco A. Fernandes e António Xavier e Alda Mafra. Juntam-se, depois, nomes como Fernando Dacosta e Martinho de Castro, entre outros.

²⁰ Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 2017.

²¹ Entrevista a João Gomes, Lisboa, 2017.

atenções dos cronistas, ainda que, por vezes, outras temáticas se sobreponham. Os autores dos textos são três nomes fortes do jornal: Raul Rêgo, Vítor Direito e Álvaro Guerra.

Sendo o diretor do jornal, é Raul Rêgo o autor dos editoriais diários. Chama-lhes “Momento”, o mesmo nome que havia dado aos editoriais que escrevera no *República*. De conteúdo político, destacamos, desde logo, editoriais que se enquadram em três temas caros ao jornal e que revelam a sua orientação editorial. Em primeiro lugar, a defesa da via eleitoral:

Só a vontade do povo conta e não há que iludi-la sob pena de estarmos a fazer divisionismo. A vontade do MFA e do governo não pode ser outra senão a do Povo. Este é quem mais ordena e nas únicas eleições realizadas votou, sem dúvida, pelo MFA de 25 de Abril de 1974 e não pela sua 5ª Divisão ou por outros grupos que o queiram manipular em proveito de um grupo apenas²².

Depois, as críticas à ação de Vasco Gonçalves enquanto Primeiro-ministro:

Durante mais de um ano o general Vasco Gonçalves esteve à frente do governo e não se pode dizer que o seu contributo tenha sido dos melhores. Conseguiu dividir a sociedade mais do que já estava e mostrou-se o servidor fiel apenas de um partido que nem sequer é dos que mereceu mais confiança ao povo nas eleições²³.

O terceiro, o apoio ao governo de Pinheiro de Azevedo (VI governo provisório):

Impopular a obra que o VI governo tem de realizar? Com certeza; mas é obra de construção que alguns parecem apostados em comprometer com incêndios, acusações e desordens, o conjunto ataçado pelo «verbalismo pseudo revolucionário de certa informação»²⁴.

Quanto ao “Ponto Crítico” de Álvaro Guerra, também ele vinha do *República*, tendo sido então “inspirado na tradição do “billet” no jornalismo grande referência em Robert Escarpit (no *Monde*), essa breve anotação traduzia-se num animado esgrima, jogado nas entrelinhas, com vista a “driblar” o censor de serviço”, recorda Mário Mesquita²⁵. N’A *Luta*, a fina ironia do jornalista e escritor mantém-se, assim como o recurso a analogias e metáforas. É, porém, o tom crítico – como o próprio título da coluna sugere – o aspeto mais saliente destes textos. Tal é notório, por exemplo, quando se refere à governação de Vasco Gonçalves:

O V [governo] foi um pesadelo, transitório, de passagem, mas carregado de fantasmas e tão agarrado à cadeira como o defunto lente de Coimbra que só abalou quando, de podre, a cadeira cedeu. Tenho cá para mim que São

²² A *Luta*, 27 de agosto de 1975.

²³ A *Luta*, 1 de setembro de 1975.

²⁴ A *Luta*, 15 de outubro de 1975.

²⁵ *Público*, 21 de abril de 2002.

Bento tem feitiço, assim como jazigo de família de onde só se sai ao fim de muito tempo, só ossos e pó, e já sem rasto de saudades²⁶.

Por fim, refira-se a terceira coluna, “De vez em quando”. Era composta por textos curtos, maioritariamente escritos por Vítor Direito, sobre situações ou acontecimentos da atualidade. O jornal publicava ainda, todos os dias, na capa uma caricatura da autoria de Pedro Massano, referindo-se ao assunto e/ou figura em destaque nessa edição.

Além dos jornalistas que assinavam colunas regulares, há um nome que se destaca entre o núcleo de figuras que escreve textos de opinião n’*A Luta*. Trata-se de Natália Correia, poeta, opositora à ditadura, figura polémica da sociedade portuguesa, que colaborara em diversos jornais. Nos seus textos é revelada uma certa desilusão relativamente ao rumo que a revolução tomara e, sobretudo, quanto à ação de alguns militares, particularmente de Vasco Gonçalves.

Ainda que não tão frequentemente como Natália Correia, outros escrevem artigos de opinião n’*A Luta*. Em 1975, o Partido Socialista domina, com alguns destacados militantes a assinarem textos, casos de Manuel Alegre, Salgado Zenha, Marcelo Curto, Mário Sottomayor Cardia ou Vasco da Gama Fernandes. Outros, de áreas diversas – que vão da Literatura à História, passando pelo Jornalismo e pela Filosofia – comentam igualmente a atualidade nacional (e outros temas). Fernando Namora, Eduardo Lourenço, Oliveira Marques ou Norberto Lopes são alguns desses nomes.

A política no centro do jornal

A tónica dominante desde o início d’*A Luta* era, de facto, constituir-se como uma alternativa, sendo defensor da denominada “legalidade democrática” (por contraponto à “legitimidade revolucionária”). Isso é visível quer nos artigos de opinião, quer nos textos de cariz informativo e os próprios jornalistas reforçam esta constatação. João Gomes é um dos acérrimos defensores da posição do vespertino:

Era a luta pela democracia. Nós vivíamos constantemente com receio de que o Partido Comunista pudesse vencer. Foi uma luta em que se puseram em confronto várias posições e nós situávamo-nos do lado de quem estava a defender a democracia. (...) No fundo, o espírito que dominava era esse espírito contra o «Gonçalvismo» e contra o que ele representava²⁷.

Maria Antónia Palla dá conta do ambiente então vivido na redação, em torno dos mesmos ideais: “Gostávamos do que fazíamos e sentíamos que estávamos a lutar contra as tendências totalitaristas que não paravam de se manifestar” (Palla, 2014, p. 167).

²⁶ *A Luta*, 26 de agosto de 1975.

²⁷ Entrevista a João Gomes, Lisboa, 2017. Também Francisco Belard corrobora esta posição. Para o jornalista, *A Luta* “era um jornal que se inseria no combate ao que se chama o «Gonçalvismo». Isso é evidente”. Entrevista a Francisco Belard, Lisboa, 2017.

Depois das eleições para a Assembleia Constituinte (25 de abril de 1975) – em que o PS sai vitorioso com 37,9% e com o PCP (12,5%) a ficar atrás do PPD (Partido Popular Democrático, 26,9%) – o PS vai sentir-se “legitimado para desempenhar um papel determinante na defesa de uma via democrático-pluralista contra a hegemonização da revolução por uma aliança entre o MFA e o Partido Comunista” (Reis, 1999:56). No contexto da queda do IV governo provisório, PS e PPD opunham-se à permanência de Vasco Gonçalves e recusam-se a integrar o V governo. Os militares moderados assumem posição idêntica e acabará por ser constituído um Executivo frágil e com manifesta falta de apoios, mas novamente liderado por Vasco Gonçalves (Telo, pp. 149-151). “O confronto entre a via revolucionária e a via eleitoral, protagonizado em termos políticos pelo PCP e seus aliados e o PS” (Ferreira, 2001, p. 170) sobe de tom e *A Luta* posiciona-se a favor da segunda via.

No que diz respeito à análise do conteúdo do periódico nesses primeiros tempos de vida, é, desde logo, notório que o jornal se opõe terminantemente a Vasco Gonçalves, ansiando pelo seu afastamento. O país vivia a “maior crise política depois do 25 de Abril” e o periódico atribuía a culpa a Vasco Gonçalves, já que este se “tornou ponto de discórdia entre os portugueses e verdadeiro símbolo de uma das fações”, segundo Raul Rêgo²⁸. Analisando a produtividade do mesmo governo, Eduardo Paz Ferreira acaba por concluir que este acabou por agravar os problemas já existentes:

Se é possível tirar alguma lição da experiência deste V governo provisório talvez ela seja a de que muitas reuniões não são forçosamente sinal de operatividade e de que as medidas que merecem títulos de imprensa seguidista nem sempre são as que resolvem os problemas do povo português e até por isso a história poderá vir a demonstrar que o V governo provisório mais não fez do que avolumar os problemas que afligem o país e para os quais é necessária uma resposta rápida²⁹.

A substituição de Vasco Gonçalves por Pinheiro de Azevedo vai levar *A Luta* a mudar radicalmente o tom das suas notícias acerca do governo. Quando o novo Executivo (o VI) toma posse, a reação do diário não poderia ser mais positiva. “Perante os problemas do país, governo de esperança”, lia-se numa manchete. Descrevendo o ato de posse, *A Luta* refere:

O próprio ambiente reinante no Palácio de Belém, visto e sentido do lado de cá das câmaras televisivas, dava a sensação de que se começara já a viver novo período da Revolução portuguesa. A ponderação, o bom senso, o sentido das realidades pareciam ter descido àquele cenário tão conhecido da maioria dos portugueses, particularmente depois do 25 de Abril. No rosto de civis e militares, dominava a circunspeção, a dignidade, o peso da responsabilidade³⁰.

²⁸ *A Luta*, 27 de agosto de 1975.

²⁹ *A Luta*, 27 de agosto de 1975.

³⁰ *A Luta*, 20 de setembro de 1975.

Se o objetivo era marcar uma posição de inequívoca identificação com o projeto que significava o Executivo liderado por Pinheiro de Azevedo, dando-lhe cobertura e contribuindo para criar uma imagem de “salvador” do país, então os esforços do jornal são conseguidos. É exatamente com essa sensação que o leitor fica ao folhear as suas páginas e ao ler artigos que, fazendo as piores críticas ao V governo, enaltecem o novo Executivo, numa clara estratégia de o elevar ao estatuto de principal alternativa aos “excessos” a que se tinha vindo a assistir nos últimos tempos. Um outro artigo, desta feita escrito por João Gomes, é disso um dos melhores exemplos. Vejamos o que diz sobre o V governo (embora sem o mencionar):

O país acaba de libertar-se de enorme pesadelo, de tremenda embriaguez coletiva. Cometeram-se erros, alguns com sabor a tragédia. Foi tempo de mediocridade, de demagogia, de oportunismo. Nunca num país tão pequeno tantos pensaram trazer no bolso a panaceia revolucionária (...) Com sobranceira pseudorrevolucionária os pistoleiros da verborreia quase iam atirando o país para a vala comum das nações perdidas³¹.

E sobre o VI governo:

Nunca é tarde para recomeçar a construção do socialismo, sem enjeitar o bom senso e o realismo que só a vontade da maioria pode servir de aferidor e de guia. Com o VI governo e o programa que por ele nos é apontado teremos ultrapassado um dos cabos mais significativos da nossa História, agora que o território nacional se circunscreve ao retângulo europeu e às portuguesas ilhas do Atlântico³².

Dois governos, duas posições distintas d’*A Luta*, não restando dúvidas do apoio do jornal ao VI governo provisório, constituído tendo em consideração a representação partidária da Assembleia Constituinte. Portanto, respeitando os resultados das primeiras eleições livres e por sufrágio direto e universal que se realizaram em Portugal. Efetivamente, a luta política não baixava de intensidade e o jornal assumia claramente o seu papel de ator político no processo.

Relativamente às fontes privilegiadas pelo jornal, salienta-se, desde logo, e sem surpresas, o PS. As fontes relacionadas com o partido constituíam, de facto, uma peça relevante no quotidiano da redação d’*A Luta*, já que muitos dos contactos e informações que obtinha em primeira mão vinham por essa via. “Nós através do Partido Socialista tínhamos todos os contactos políticos e tínhamos todas as informações”, recorda João Gomes³³. Ele próprio, inserido na estrutura do partido, tinha, naturalmente, muitas informações exclusivas. Quanto a outros partidos, nomeadamente os “de direita”, conta Grego Esteves: “eles próprios é que nos procuravam”³⁴, dado que não encontravam espaço nem protagonismo em muitos dos outros periódicos.

³¹ *A Luta*, 23 de setembro de 1975.

³² *A Luta*, 23 de setembro de 1975.

³³ Entrevista a João Gomes, Lisboa, 2017.

³⁴ Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 2017.

A par das fontes partidárias, o jornal de Raul Rêgo tinha ainda contactos concretos com forças militares. Neste caso, diziam respeito a uma fação particular do MFA: o Grupo dos Nove. Como recorda Francisco Belard, o “Grupo dos Nove foi fonte para *A Luta*, para o semanário *O Jornal*, foi fonte para o *Jornal Novo*... Eram jornais através dos quais o Grupo dos Nove atuava porque tinha lá pessoas que conhecia”³⁵. Tratava-se, de um grupo de militares de esquerda, partidário da via da democracia representativa (Rezola, 2006, pp. 349-353), tal como o jornal da Rua do Loreto.

Finalmente, refira-se que, talvez devido ao facto de assumir o seu posicionamento desde que fora criado, *A Luta* é, desde o início, alvo de algumas ameaças. Logo no primeiro número, o periódico dá conta de que fora montado, na madrugada anterior, um dispositivo de segurança da Polícia de Segurança Pública e COPCON, pois haviam sido informados de que “brigadas civis ligadas a agrupamentos políticos de extrema-esquerda planeavam assaltos a vários jornais (*A Luta*, *Expresso*, *Jornal Novo* e *O Jornal*)”³⁶. Noutros momentos, ocorreram outro tipo de situações, como “caixas deixadas na escada para obrigar a chamar a polícia” ou “ameaças físicas às instalações e às pessoas”, recorda Grego Esteves³⁷. O ambiente turbulento permanecerá até ao *25 de Novembro de 1975*, consensualmente considerado o fim do PREC.

Considerações finais

Durante o processo revolucionário, o jornalismo – e, particularmente, o jornalismo político – esteve completamente afastado da tendência para a neutralidade que caracteriza a profissão, o que, em parte, se poderá dever ao facto de muitos jornalistas serem, simultaneamente, militantes partidários. O que acontece n’*A Luta* não se afasta desta tendência, até porque tanto o seu diretor como o chefe de redação eram fundadores do Partido Socialista e deputados à Assembleia Constituinte. São evidentes as ligações e a sintonia, a nível político-ideológico, do jornal ao PS. O seu líder, Mário Soares, foi, aliás, uma figura determinante na criação e recolha de apoios para o periódico. Essa “colagem” ao partido ficou sempre como um aspeto marcante deste projeto,

Se era propósito deste trabalho aferir os objetivos e envolvimento do jornal nas lutas políticas de 1975, é possível concluir que, de facto, esse envolvimento é notório e o periódico posicionou-se, de forma clara, contra a permanência de Vasco Gonçalves na chefia do V governo, apoiando, por outro lado, o VI governo provisório de Pinheiro de Azevedo e a ação dos militares moderados. Tal é visível nos conteúdos informativos, mas também nas colunas de opinião, que, fundamentalmente, refletem também o posicionamento do próprio jornal: a legitimidade democrática é defendida em muitos destes textos, direta ou indiretamente.

Perante dois governos provisórios (o V e o VI), o periódico adota duas posições distintas, podendo concluir-se que, num momento particularmente “quente” da revolução, em que o país esteve à beira de uma guerra civil, o novo projeto jornalístico de

³⁵ Entrevista a Francisco Belard, Lisboa, 2017.

³⁶ *A Luta*, 25 de agosto de 1975.

³⁷ Entrevista a João Grego Esteves, Lisboa, 2017.

Raul Rêgo teve como dois dos seus principais objetivos opor-se ao chamado “gonçalvismo”, tal como autores como Mário Mesquita e António Telo avançam sem explorar a questão em detalhe, e defender uma democracia representativa e pluralista para Portugal. Depois de analisado o periódico nestes meses de 1975, parece-nos claro que foi mais uma voz que se fez ouvir nesse sentido.

Em suma, *A Luta* é um ator político que deixa bem patente qual a via política que defende para o país e, nesse sentido, constitui-se, efetivamente, como um contraponto a alguma da imprensa estatizada, numa altura de particular complexidade do processo revolucionário.

Referências Bibliográficas

- Borral, H. (1989). *El periódico, ator político*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Cádima, F. R. (2001). Os «Media» na Revolução (1974-1976). In Brito, J. M. Brandão (Coord.), *O País em Revolução*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Ferreira, J. M. (2001). *Portugal em Transe*. In Mattoso, J. (Dir.), *História de Portugal*, Vol. VIII. Lisboa: Editorial Estampa.
- Figueira, J. (2007). *Os Jornais como Atores Políticos – O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Foyos, P. (2016). *O Caso do Jornal Assaltado*. Lisboa: Prelo.
- Gomes, P. M. (2014). *Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Gomes, P. M. (2018). *Jornais, Jornalistas e Poder: A imprensa que nasce na Revolução e as lutas políticas de 1975*. (Tese de Doutoramento em História Contemporânea. NOVA-FCSH, Portugal).
- Lima, H. (2012). *A Imprensa portuguesa e os desafios da modernização*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Mesquita, M. (1994a). Os Meios de Comunicação Social. In Reis, A. (Dir.) *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mesquita, M. (1994b). O Caso República. Um incidente crítico. *Revista de História das Ideias*, 16: 507-554.
- Palla, M. A. & Reis, P. (2014). *Viver pela Liberdade*. Lisboa: Matéria-Prima.
- Rebelo, J. (1994). Imagens de um Pretérito Imperfeito. In Rebelo, J. e Mesquita, M. (Orgs.), *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto: Afrontamento.
- Reis, A. (1993). A Revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização”. In Reis, A. (Dir.), *Portugal Contemporâneo*. (Vol. 3). Lisboa: Publicações Alfa.
- Reis, A. (1999). O Partido Socialista e a defesa da democracia representativa pluralista. In Rosas, F. (Coord.), *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. Lisboa: Colibri.
- Rezola, M. I. (2006). *Os militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- Rezola, M. I. (2014). A RTP no PREC (1974-1975): «sem recuos nem tibiezas em ordem à limpeza radical». In Rezola, M. I. e Gomes, P. M. (Coords.), *A Revolução nos Media*. Lisboa: Tinta da china.
- Ribeiro, N. (2002). *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Santos, R. (2017). *A Emissora Nacional e as mudanças políticas (1968-1975)*. Coimbra: MinervaCoimbra.

- Seaton, J. & Pimlott, B. (1983). The Portuguese media in transition. In Maxwell, K. (Ed.), *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*. Connecticut: Greenwood Press.
- Telo, A. J. (2007). *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à atualidade*, (Vol. I). Lisboa: Presença.

Nota biográfica

Pedro Marques Gomes é Doutorado em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, é investigador integrado do Instituto de História Contemporânea da mesma universidade. Docente na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa. Autor do livro *Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975* (Alêtheia, 2014).

ORCID ID: 0000-0002-3189-3388

Email: pedromarquesgomes@gmail.com

Morada: Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social, Campus de Benfica do IPL, 1549-014 Lisboa, Portugal; Universidade Nova de Lisboa, Instituto de História Contemporânea, Av. de Berna 26, 1050-099 Lisboa, Portugal

*Submetido: 2019.01.11

*Aceite: 2019.06.03

(Página deixada propositadamente em branco)

O Conselho da Revolução e a imprensa (1976-1982)

The Council of the Revolution and the press (1976-1982)

El Consejo de la Revolución y la prensa (1976-1982)

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_9

David Castaño

Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa

Resumo

Após a transição revolucionária (1974-1976), Portugal entrou numa nova fase, a da transição constitucional, que se prolongou entre 1976 e 1982. Durante estes seis anos, além dos tradicionais órgãos de soberania existentes nos regimes democráticos pluralistas, manteve-se em funções um órgão de soberania não eleito, composto exclusivamente por militares. Consagrado constitucionalmente na sequência dos dois pactos estabelecidos entre os partidos políticos e os militares responsáveis pelo derrube do anterior regime autoritário, ao Conselho da Revolução foram atribuídos vastos poderes.

Este papel central do Conselho da Revolução fez com que este órgão de soberania tivesse desde cedo atraído as atenções dos média, sector que também se encontrava num profundo processo de mudança e de adaptação aos novos tempos pós-revolucionários.

Este artigo analisa o atribulado relacionamento entre os órgãos de comunicação social e o Conselho da Revolução, revelando os atritos e ameaças à liberdade de imprensa mas também as cumplicidades e alianças estabelecidas.

Palavras-chave

Conselho da Revolução; imprensa; liberdade de imprensa; transição democrática; poder militar e poder civil

Abstract

After the revolutionary transition (1974-1976), Portugal entered a new phase, the constitutional transition, which lasted from 1976 to 1982. During these six years, in addition to the traditional organs of pluralistic democratic regimes, an unelected sovereign body composed exclusively of the military continued to exist. Consecrated constitutionally following the two pacts established between the political parties and the military responsible for the overthrow of the previous authoritarian regime, the Council of the Revolution was granted vast powers.

This central role of the Council of the Revolution attracted the attentions of the media, a sector that was also in a profound process of change and adaptation to the new post-revolutionary times.

This article analyzes the troubled relationship between the media and the Council of the Revolution, revealing the frictions and threats to freedom of the press, but also the complicities and alliances that have been forged in this period.

Keywords

Council of the Revolution; press; freedom of the press; democratic transition; military and civil power

Resumen

Después de la transición revolucionaria (1974-1976), Portugal entró en una nueva fase, la transición constitucional, que duró entre 1976 y 1982. Durante estos seis años, además de los tradicionales órganos de soberanía existentes en los regímenes democráticos pluralistas, se mantuvo en funciones un órgano de soberanía no electo, compuesto exclusivamente por militares. Constitucionalmente consagrado después de los dos pactos establecidos entre los partidos políticos y los militares responsables de la caída del régimen autoritario anterior, al Consejo de la Revolución se le atribuyeron amplios poderes.

Este papel central del Consejo de la Revolución ha hecho que este órgano de soberanía haya atraído la atención de la prensa, sector que también se encontraba en un profundo proceso de cambio y de adaptación a los nuevos tiempos posrevolucionarios.

Este artículo analiza la atribulada relación entre los medios de comunicación y el Consejo de la Revolución, revelando los atritos y amenazas a la libertad de prensa, pero también las complicidades y alianzas establecidas.

Palabras clave

Consejo de la Revolución; prensa; libertad de prensa; transición democrática; poder militar y poder civil

O Conselho da Revolução e a imprensa (1976-1982)

As relações entre os média e o poder político são sempre complexas. Mais complexas ainda se tornam quando se trata de um novo tipo de relacionamento, após mais de quatro décadas de censura prévia à imprensa, que se inicia na sequência de um golpe militar que deu origem a um conturbado período revolucionário e quando uma das principais instituições que suportavam o antigo regime – as Forças Armadas – se transmutam e vivem um complexo processo de mudança.

Após a transição revolucionária (1974-1976), Portugal entrou numa nova fase, a transição constitucional, que se prolongou entre 1976 e 1982¹. Durante estes seis anos, além dos tradicionais órgãos de soberania existentes nos regimes democráticos pluralistas, manteve-se em funções um órgão de soberania não eleito, composto exclusivamente por militares. Consagrado constitucionalmente na sequência dos dois pactos estabelecidos entre os partidos políticos e os militares responsáveis pelo

¹ Existem diferentes propostas de periodizações relativas ao processo de democratização português. Seguimos aquela que em nosso entender melhor se adapta e leva em linha de conta os condicionalismos e as especificidades do caso português, avançada por Manuel Braga da Cruz (1999, pp. 73-81).

derrube do anterior regime autoritário, ao Conselho da Revolução foram atribuídos vastos poderes políticos e militares.

Este papel central do Conselho da Revolução fez com que este órgão de soberania tenha desde cedo atraído as atenções da imprensa, sector que também se encontrava num profundo processo de mudança e de adaptação aos novos tempos pós-revolucionários.

Neste artigo analisamos o atribulado relacionamento entre a imprensa e o Conselho da Revolução, marcado por ameaças à liberdade de imprensa e instauração de processos a jornais e a jornalistas que não se coíbiam de questionar, criticar e atacar os responsáveis político-militares, por constantes fugas de informação, mas também por cumplicidades e alianças.

Breve contextualização política e jurídica

Entre as doze medidas imediatas anunciadas no Programa do MFA, justificava-se o não desaparecimento completo da censura com a “necessidade de salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas dos meios mais reacçãoários”, pelo que seria criada uma comissão *ad hoc* para “controle” dos meios de comunicação social, do teatro e do cinema, com carácter transitório, que se manteria em funções até que fossem publicadas novas leis². Em causa estava, como identificou Mário Mesquita (1988, p. 86), uma tentativa em conciliar o desejo de extinguir o sistema de exame prévio com o receio de um vazio legislativo e uma “eventual perda de controle sobre a Comunicação Social no período de transição pré-constituente”.

Dois meses depois, o decreto-lei 281/74, autorizava a constituição da referida comissão *ad hoc* que visava “garantir a efectiva liberdade de expressão de pensamento preconizada no Programa do MFA”. No entanto, esta liberdade deveria “ser responsável, de modo a impedir a condução do país a um clima de anarquia, através do incitamento à violência”, pelo que se reconhecia, “a necessidade de salvaguardar o segredo dos aspectos militares e de evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas” que contrariassem “a execução do programa do governo provisório”. Publicado ainda no tempo do Primeiro Governo Provisório, liderado por Palma-Carlos, este decreto determinava, ainda, que a infracção aos princípios do Programa do MFA e da lei 3/74, sujeitaria as empresas de comunicação social a pesadas multas e à suspensão do órgão de comunicação social visado pela decisão da comissão *ad hoc* e que eventuais questões de responsabilidade criminal que pudessem ser exigidas às pessoas singulares ficavam sujeitas ao foro militar³.

² Programa do MFA, disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/docs25a/MFA1-1.HTM>. O programa passaria depois a letra de lei com a publicação da lei 3/74, de 14 de Maio.

³ Decreto-lei n.º 281/74, de 25 de Junho. No estudo dedicado à Comissão *ad hoc*, Mário Mesquita identifica duas fases distintas durante a vigência desta comissão. Numa primeira fase, até ao 28 de Setembro, os principais visados por este organismo foram jornais de esquerda, acusados de incitarem à desobediência militar. Depois do afastamento do General Spínola e de se terem verificado alterações na composição da Comissão, a sua acção orientou-se principalmente contra a imprensa regional, grande parte da qual estava ligada à Igreja Católica (Mesquita, 1988, pp. 87-90).

A lei de imprensa viria a ser aprovada pelo Conselho de Ministros já durante o consulado gongçalvista, no início de 1975. Apesar de consagrar que “a liberdade de expressão do pensamento pela imprensa” seria exercida sem subordinação a qualquer forma de censura, autorização, caução ou habilitação prévia”, a lei impunha limites à liberdade de imprensa como forma de salvaguardar “a integridade moral dos cidadãos”, de “garantir a objectividade e a verdade da informação” e de “defender o interesse público e a ordem democrática”. Nesse sentido, estipulava sanções para alguns casos, nomeadamente para: o “incitamento ou provocação, ainda que indirectos à desobediência militar, incluindo nesta o desrespeito pelas leis e regulamentos militares”; a referência a operações militares cuja divulgação não tivesse sido autorizada pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas ou outra forma de violação intencional de segredos militares; ou quando se estivesse perante a “publicação ou difusão de notícias falsas ou boatos infundamentados”, particularmente quando estivesse em causa “o interesse público e a ordem democrática”⁴.

Além da oposição do PCP, que desejava manter em funções a Comissão *ad hoc* de modo a manter sob vigilância a imprensa conservadora, a lei de imprensa começou a ser posta em causa com o novo ímpeto da dinâmica revolucionária, escassas semanas depois de ter sido publicada. As nacionalizações levadas a cabo após o 11 de Março colocaram muitas empresas jornalísticas na dependência directa do Estado e os sectores civis e militares mais empenhados na via revolucionária começaram a defender que a legislação, embora recente, tinha sido ultrapassada pela evolução dos acontecimentos (Mesquita, 1996, pp. 367-372). Foi neste contexto que se intensificou a luta pelo controlo de vários meios de comunicação social, entre os quais se destacam, pelo seu impacto dentro e fora de portas, os casos *República* e *Renascença*⁵ e se registaram novas tentativas de controlo sobre a comunicação social e de reposição de formas de repressão administrativa através do projecto Jesuíno e da Lei de Censura Militar, que apesar de não terem chegado a ser postos em prática⁶, revelam o difícil relacionamento dos poderes político-militares com a imprensa durante a transição revolucionária. Como veremos esta tensão não terminou em 1976, tendo-se prolongado durante toda a transição constitucional, ou seja, até 1982, ano em que se processa a definitiva subordinação do poder militar ao poder civil com a extinção do Conselho da Revolução na sequência da aprovação pela Assembleia da República da primeira revisão constitucional.

⁴ Decreto-lei n.º 85-C/75, de 26 de Fevereiro. Estes preceitos levaram Francisco Rui Cádima a afirmar que “de um ponto de vista formal, as relações entre o poder e *media* não diferiram muito das estabelecidas no salazarismo e no marcelismo. De um modo mais ou menos provinciano e com maior ou menor dedicação e saber, a verdade é que os mecanismos protocolares e officiosos na informação predominaram muito para além da madrugada libertadora”. (Cádima, 2001, p. 321).

⁵ Relativamente ao caso *República* ver Rebelo (2018) e Ribeiro (2013), sobre o caso *Renascença* ver Santos (2005).

⁶ O projecto, que ficaria conhecido pelo nome do então responsável pela pasta da Comunicação Social, Jorge Correia Jesuíno, previa a criação de uma comissão de análise constituída por militares nomeados pelo Conselho da Revolução que teria a responsabilidade de aplicar penas de multa e suspender os responsáveis por “práticas condenáveis”, nos moldes da anterior comissão *ad hoc*. A lei 5/75, que ficaria conhecida como lei de censura militar, proibia os jornais de transmitirem informações, comunicados ou tomadas de posição de elementos das Forças Armadas que não fossem veiculadas por elementos do Conselho da Revolução e atribuía ao CR poderes para aplicar, por via administrativa, sanções aos órgãos de comunicação social (Mesquita, 1996, pp. 380-382).

Importa, pois, também fazer aqui uma breve referência aos poderes e competências que foram atribuídos ao CR pela Constituição de 1976.

Temendo que as eleições para a Assembleia Constituinte não se realizassem, ou fossem adiadas *sine die*, os partidos defensores da democracia pluralista aceitaram a institucionalização do MFA e concordaram estabelecer uma plataforma constitucional com os militares que tinham sido responsáveis pela queda do regime anterior. Essa plataforma, assinada a 11 de Abril de 1975, ficaria marcada pelo contexto especial em que as negociações foram concluídas, depois do 11 de Março, data em que o MFA extinguiu vários órgãos definidos no seu programa inicial e aprovou a criação de um Conselho da Revolução e de uma Assembleia do MFA e a execução de um vasto programa de nacionalizações. Os meses seguintes seriam marcados pelo confronto entre a legitimidade revolucionária e a legitimidade democrática, manifestada nas eleições para a Assembleia Constituinte, que culminaria, a 25 de Novembro, na derrota das forças apostadas no avanço da via revolucionária, mesmo que esta fosse apenas preconizada por uma minoria.

Esta clarificação, abriu caminho para que se procedesse a uma revisão da Plataforma de Acordo Constitucional. Foi então celebrado, no dia 26 de Fevereiro de 1976, aquele que ficaria conhecido como II Pacto MFA-Partidos que, apesar de retirar alguns poderes aos militares, consagrava o CR como órgão de soberania com vastos poderes políticos e militares durante um período de transição de quatro anos. Fruto deste último acordo estabelecido entre os partidos políticos e o Movimento das Forças Armadas⁷, a Constituição aprovada no início de Maio de 1976, formalizava a existência de um órgão de soberania não eleito, composto exclusivamente por militares e que era constituído pelo Presidente da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) e o vice-CEMGFA, os chefes dos três ramos das Forças Armadas e catorze oficiais (oito do exército, três da Armada e três da Força Aérea).

A este órgão foram atribuídos quatro tipos de competência: a primeira, como Conselho do PR e como garante do regular funcionamento das instituições democráticas, passava essencialmente por aconselhar o PR no exercício das suas funções; a segunda, como garante do cumprimento da Constituição, passava por pronunciar-se sobre a constitucionalidade de quaisquer diplomas antes de serem promulgados ou assinados, por velar pela emissão das medidas necessárias ao cumprimento das normas constitucionais, podendo para esse efeito formular recomendações e, finalmente, apreciar a constitucionalidade de quaisquer diplomas publicados e declarar a sua inconstitucionalidade; a terceira, como garante da fidelidade ao espírito da revolução portuguesa, dava-lhe competência para pronunciar-se junto do PR sobre a nomeação e exoneração do PM e sobre o exercício do direito de veto suspensivo do PR; finalmente, a quarta e última era a competência em matéria militar, cabendo ao CR, em exclusividade, elaborar as leis sobre organização, funcionamento e disciplina das FA e aprovar os tratados ou acordos internacionais sobre assuntos militares⁸.

⁷ Sobre a Constituição e os seus antecedentes ver, numa perspectiva jurídico-constitucional, os trabalhos de Jorge Miranda (1989, pp. 620-638); sobre a institucionalização do MFA e o I Pacto MFA-Partidos ver Maria Inácia Rezola (2006, pp. 125-187); sobre o II Pacto ver Maria Inácia Rezola (2012, pp. 512-523).

⁸ Texto originário da Constituição, aprovada em 2-4-1976.

O conflito entre a legitimidade democrática e a legitimidade revolucionária durante a transição revolucionária permitiu atenuar a preponderância militar na esfera política. O desaparecimento da Assembleia do MFA e a eleição directa, por sufrágio universal, do Presidente da República, retiraram poderes aos militares, mas, como afirmou Medeiros Ferreira (2001, p. 184), “até à revisão constitucional de 1982, quem definiu os termos das relações entre o poder político e a instituição militar foi, pois, a própria instituição militar”. Esta situação, que não se enquadrava nos padrões vigentes nas democracias representativas ocidentais, está na origem das tensões registadas entre o CR e a imprensa durante os anos de vigência deste órgão de soberania, visto por muitos como um elemento estranho, cuja existência deveria, pelo menos, ser questionada.

CR: um alvo preferencial de críticas da imprensa

Semanalmente os serviços de apoio ao CR elaboravam relatórios sobre a “situação político-militar do ponto de vista da leitura da imprensa”, e era com base nesses relatórios que os conselheiros se pronunciavam sobre o que consideravam serem ataques aos militares e ao órgão de soberania de que faziam parte, advogando várias vezes a necessidade de procedimentos criminais contra jornalistas e órgãos de comunicação social.

No início de Junho de 1976, o ainda Presidente Costa Gomes chamou a atenção dos seus colegas do Conselho para um artigo publicado no jornal *O Templário*, intitulado “as prepotências – antecâmara das ditaduras”, dando-o como exemplo daquilo que considerava um “problema gravíssimo”, ou seja, dos “insultos, injúrias e afrontas feitos quase diariamente às Forças Armadas e à própria Nação, na rádio, na televisão e na imprensa”. Na mesma ocasião, outro conselheiro chamou a atenção para outro artigo, publicado no *Jornal Português de Economia e Finanças*, afirmando que nele eram lançadas “calúnias e infâmias sobre as Forças Armadas”. Procedeu-se então a um “longo e intenso debate” durante o qual os membros do CR procuraram “encontrar o correctivo mais adequado para aquela atitude da imprensa, tendo-se chegado ao consenso de que o director do jornal *Português de Economia e Finanças* e o autor do artigo em causa fossem presos e que a detenção fosse levada a cabo pela Polícia Judiciária Militar, apesar das dúvidas levantadas por alguns elementos do CR, que chamaram a atenção para a ineficácia da medida, pois, recorrendo ao “habeas corpus” pouco tempo depois os dois jornalistas seriam libertados, constatando-se assim “o abuso de poder e a ilegalidade da prisão”⁹.

Foi esse o motivo que levou o elemento do CR encarregado de cumprir a decisão do Conselho, a justificar, na reunião seguinte, por que razão não dera ordem ao Serviço de Polícia Judiciária Militar (PJM) para promover a prisão dos jornalistas. É que, em seu entender, aquelas prisões estariam fora da legalidade, pelo que aconselhou a que fossem instaurados no foro militar processos judiciais aos dois jornalistas.

Esta decisão não foi bem recebida pelos seus pares, tendo a maioria sublinhado a necessidade de se garantir o cumprimento das decisões tomadas no Conselho.

⁹ Arquivo do CR, Actas, vol. 3, cx. 3, reunião de 7-6-1976.

Duro, o Presidente Costa Gomes, defendeu que a decisão não poderia ser contestada e que tinha de ser cumprida, caso contrário, “o Conselho estaria a contestar-se a si próprio”, afirmando mesmo que os conselheiros deveriam “aceitar o cumprimento das resoluções tomadas no Conselho, sem estarem rigidamente atidos às vias legais”, lembrando que estavam ali presentes “o Presidente da República, o CEMGFA e os Chefes de Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas”. No entanto, votada a questão, a maioria decidiu não ordenar a prisão dos jornalistas, mas apenas instaurar-lhes processos judiciais através da PJM. Foi também decidido que o comunicado da reunião “contivesse um solene aviso da firme disposição do Conselho em tomar as atitudes necessárias para a defesa da democracia, da liberdade e da dignidade das Forças Armadas”. Assim, o texto distribuído aos jornalistas chamava a atenção para a proliferação, nos órgãos de comunicação escrita, de uma “abusiva escalada” que, “utilizando as liberdades alcançadas pelo povo português”, punha em causa “não só as liberdades políticas” mas também “todos os objectivos inseridos no programa do MFA”, alertava para “tentativas nítidas de sabotagem da construção da democracia”, e criticava a ausência de legislação ou a “excessiva liberdade da mesma”¹⁰.

Este posicionamento do Conselho não era apenas dirigido para os órgãos de comunicação social conotados com a direita. Em Julho de 1976, Melo Antunes referiu-se a um editorial publicado no *Diário de Notícias*, considerando deplorável que o Conselho da Revolução não pudesse produzir uma decisão que tivesse como efeito imediato a demissão do director interino desse órgão de informação¹¹.

Foi neste contexto que, depois de ter vencido as eleições presidenciais realizadas em Junho de 1976, Ramalho Eanes passou também a assumir a presidência do Conselho da Revolução. O novo presidente, o primeiro eleito por sufrágio directo, secreto e universal, possuía uma legitimidade (eleitoral) de que não dispunham nem os seus antecessores nem era partilhada com o CR, que era apenas detentor da legitimidade revolucionária, e logo nas primeiras reuniões a que presidiu chamou a atenção para alguns problemas no funcionamento deste órgão de soberania, nomeadamente: o conhecimento no exterior do teor de algumas discussões travadas no CR; a concessão de entrevistas pelos conselheiros a órgãos de comunicação social e o aproveitamento que era dado a essas entrevistas por aqueles que pretendiam degradar a imagem do Conselho¹². Um mês depois, Eanes voltou a chamar a atenção para a “imperiosa necessidade de evitar que apareçam publicados ou divulgados documentos e assuntos cujo conhecimento se devia manter estrito do CR”.

Nessa mesma reunião, depois de vários conselheiros terem manifestado a sua preocupação com a constante atenção dispensada pela comunicação social em relação ao CR, Melo Antunes lamentou que o Conselho não dispusesse dos meios “para transmitir ao país a verdade” e sugeriu que o CR passasse a ter “um órgão de informação, tipo 5ª divisão” que conseguisse “dominar” e “sobrepôr-se às manobras de demolição do Conselho nos órgãos de comunicação social”¹³.

¹⁰ Arquivo do CR, Actas, vol. 3, cx. 3, reunião de 14-6-1976.

¹¹ Nesta altura o cargo de director interino era exercido por Mário Mesquita. Arquivo do CR, Actas, vol. 3, cx. 3, reunião de 12-7-1976.

¹² Arquivo do CR, Actas, vol. 3, cx. 3, reunião de 23/26-7-1976.

¹³ Arquivo do CR, Actas, vol. 3, cx. 3, reunião de 25-8-1976.

A ideia de Melo Antunes de reactivação da 5ª divisão ainda foi debatida com a secretaria de Estado da Comunicação Social mas não chegaria a ver a luz do dia. No entanto, este e outros conselheiros procuraram outras formas para combater os órgãos de informação mais críticos. Em Setembro de 1976, alguns membros do CR chamaram a atenção para os “insultos e calúnias difamantes” dirigidos aos conselheiros da revolução que eram publicados em jornais onde também se podiam ler “artigos de nítido cariz fascista” pelo que sugeriam que esses órgãos de informação fossem considerados como pertencentes a organizações fascistas, o que não era permitido pela Constituição. Dessa forma, defenderam que o governo analisasse as contas desses jornais¹⁴ a fim de verificar a proveniência do seu capital e sustentaram que era necessária uma actuação urgente do CR, directamente ou por intermédio do governo¹⁵.

Apesar destes apelos, um ano mais tarde o problema persistia. Em Novembro de 1977, o conselheiro Vítor Crespo fez considerações sobre a actuação a desenvolver relativamente aos órgãos de comunicação social que “faziam publicar artigos ofensivos” dirigidos a membros do CR ou a outros órgãos de soberania, defendendo que no caso de se tratarem de ofensas dirigidas ao Presidente da República, “seria de adoptar a maior rigorosidade”¹⁶. No entanto, o CR continuava a não dispor dos instrumentos que lhe permitissem agir nesse sentido.

Em Março de 1978, seria a vez do conselheiro Marques Júnior tecer comentários relativamente a notícias e artigos que continham “difamações, injúrias e ofensas à honra e consideração” dos membros do CR e de outras altas entidades militares, que estavam a ser publicadas “com grande frequência” em alguns órgãos de comunicação social, pelo que considerava “urgente” que fossem tomadas “medidas muito concretas para que tais situações deixem de se verificar”. Manifestando a sua concordância, outros conselheiros “reprovaram veementemente a forma como certa imprensa, aparentemente com grande impunidade” vinha publicando escritos que, na opinião destes conselheiros, pareciam constituir “delitos de imprensa, previstos e punidos na lei”. Entrando no debate, Melo Antunes considerou que ainda existiam possibilidades para, “dentro do quadro democrático, se procurar tomar medidas no sentido de corrigir os aludidos desmandos”. Nesse sentido, este conselheiro chamou a atenção para a recomendação que o CR tinha dirigido à Assembleia da República no âmbito do art.º 279¹⁷, ou seja, para a recomendação no sentido de que a Assembleia legislasse sobre o art.º 46º n.º 4 – Organizações fascistas – que ainda não tinha produzido qualquer efeito e que em sua opinião só os produziria se o Presidente da República interviesse nesse sentido. Por outro lado, Melo Antunes entendia que a legislação existente era inadequada, especialmente relativamente à prova de “animus injuriandi”, pelo que defendeu que o governo deveria introduzir na lei vigente os necessários ajustamentos, que o Presidente deveria exercer influência para uma “melhor administração da justiça

¹⁴ No caso tratavam-se dos jornais *A Rua* e *Jornal de Economia e Finanças*

¹⁵ Arquivo do CR, Actas, vol. 3, cx. 3, reunião de 22-9-1976.

¹⁶ Arquivo do CR, Actas, vol. 4, cx 5, reunião de 23-11-77.

¹⁷ Segundo este artigo, quando a Constituição não estivesse a ser cumprida por omissão das medidas legislativas necessárias para tornar exequíveis as normas constitucionais, o CR poderia recomendar aos órgãos legislativos competentes que as emitissem em tempo razoável

no campo dos crimes de imprensa”, e que o CR promovesse a realização de um estudo que permitisse ao Conselho elaborar uma proposta de legislação relativamente ao ónus da prova de “animus injuriandi” nos delitos de imprensa¹⁸.

Um órgão de soberania dividido e paralisado

Apesar de todas estas *démarches* a situação não se alterou. Em Janeiro de 1979, o conselheiro Costa Neves, chamou a atenção para “a avalanche cada vez maior e mais descarada de ofensas ao CR, às Forças Armadas e ao próprio Presidente da República”, conduzida não só através de órgãos de comunicação social privados, mas também pelos estatizados, o que em sua opinião era “muito mais grave”. Referindo-se a artigos de jornal, a entrevistas e a comentários radiofónicos ou televisivos, Costa Neves questionou se valeria a pena continuar a processar articulistas, quando se sabia, à partida, que os julgamentos eram “normalmente” influenciados “por componentes político/sociais hostis ao 25 de Abril”. Este conselheiro questionou também se valeria a pena o CR se insurgir contra os abusos de liberdade de imprensa quando os responsáveis pela comunicação social, muitas vezes dinamizadores e até autores desses abusos, eram escolhidos pelos próprios órgãos de soberania. Para este conselheiro, que atribuía a responsabilidade desta situação ao CR por não ter sido capaz de impor directivas, não valeria a pena perseguir os responsáveis pelas ofensas pessoais dirigidas aos militares de Abril ou à própria instituição militar, pois o problema só seria resolvido através da defesa intransigente dos ideais de Abril e a nomeação “para os sectores fundamentais da vida da nação de pessoas honestas animadas daqueles ideais e de passado descomprometido do regime anterior”¹⁹.

Este era o sentimento partilhado por grande parte dos membros do Conselho da Revolução nas vésperas da chegada da AD ao poder. Curiosamente não era esta a ideia veiculada pelo líder da AD, Sá Carneiro, que frequentemente criticava a existência e acção do CR. Estas críticas eram muitas vezes analisadas nas reuniões do Conselho e vários dos seus membros entendiam-nas como ataques dirigidos às instituições democráticas²⁰.

As duas vitórias da AD, primeiro nas eleições intercalares de Dezembro de 1979 e depois nas eleições de Outubro de 1980, agudizaram a tensão entre o CR e o governo, sendo que um dos focos desta tensão era precisamente a situação da comunicação social.

Em Maio de 1980, um dos membros do CR aludiu ao “processo desencadeado nos órgãos de comunicação social” que pretendia por em causa a existência do Conselho da Revolução e quatro meses depois, vários conselheiros voltaram a cha-

¹⁸ Arquivo do CR, Actas, vol. 5, cx 6, reunião de 9-3-78.

¹⁹ Arquivo do CR, Actas, vol. 7, cx 8, reunião de 31-1-79. Entre os vários casos levados a tribunal, destacam-se os movidos contra a jornalista Vera Lagoa, que em Fevereiro de 1976 fundou o jornal *O Diabo*, anti-comunista e conservador, que foi suspenso por ordens do Conselho da Revolução. No entanto, esta suspensão viria a ser criticada pelo Conselho de Imprensa. Vera Lagoa chegou a ser condenada mas em Abril de 1979 o conselheiro Vítor Alves lamentava que o respectivo mandato de captura não tivesse sido emitido e que a jornalista continuasse a deslocar-se livremente. Arquivo do CR, Actas, vol. 7, cx 8, reunião de 11-4-79.

²⁰ Arquivo do CR, Actas, vol. 7, cx 8, reunião de 8-8-79.

mar a atenção para a situação no sector da comunicação social, nomeadamente nos órgãos estatizados²¹. Um mês antes das eleições legislativas de 1980, diversos conselheiros voltaram a alertar para a situação vivida nos órgãos de comunicação social, considerando que estes estavam a ser dirigidos “por pessoas afectas a ideologias de um único sector”, que se constatava que a liberdade de expressão estava condicionada, quer por acção das chefias, quer por pressões de carácter ideológico, e que se traduziam em “autênticas deturpações dos acontecimentos” tendo em vista a obtenção de dividendos políticos e o condicionamento das eleições²².

Apesar destas constantes chamadas de atenção, o CR pouco mais fez do que elaborar comunicados críticos dirigidos ao governo. Este posicionamento do Conselho explica-se pela existência de divisões no seu interior e de duas visões distintas sobre o papel do CR como órgão de soberania. De um lado encontrava-se o Presidente da República e os chefes militares por si escolhidos na qualidade de Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, que estavam empenhados em garantir que o CR adoptasse uma postura de moderação e de apagamento e que tinham como prioridade assegurar a re-institucionalização das Forças Armadas. Do outro lado encontravam-se os conselheiros históricos, que tinham estado na origem do Movimento dos Capitães e tinham permanecido no CR depois das várias remodelações por que este passara, que pugnavam pela existência de um CR interventivo onde todos os seus membros partilhassem objectivos e visões comuns, que fosse capaz de continuar a desempenhar um papel central na vida político-militar do país.

Este órgão, coeso e homogéneo, não existia, apesar dos seus críticos alimentarem esta ideia, e muitas das polémicas identificadas pela imprensa eram fruto desta divisão existente no interior do Conselho e eram alimentadas por ambos os lados em conflito. Os defensores de um CR interventivo e politicamente actuante, procuravam, através de declarações ou entrevistas, sublinhar os perigos e ameaças ao regime democrático oriundas da direita²³. Já os conselheiros que preconizavam um CR de baixo perfil optaram por fazer chegar à imprensa relatos e documentos das discussões e debates travados nas reuniões semanais deste órgão de soberania, alimentando os receios daqueles que temiam uma perpetuação do CR e da influência dos militares na vida política nacional.

Fugas para a imprensa

As constantes fugas para a imprensa foram utilizadas como um meio para impedir que os adversários internos dos conselheiros que defendiam um CR apagado

²¹ Arquivo do CR, Actas, vol. 8, cx 9, reunião de 26-5-80; 10-9-80 e 11-9-80.

²² Arquivo do CR, Actas, vol. 9, cx 10, reunião de 24-9-80.

²³ Entre estes conselheiros destacou-se Melo Antunes que, em diversas ocasiões, exprimiu as suas preocupações com a evolução política do país, defendeu as conquistas revolucionárias e referiu-se aos perigos e ameaças que as poderiam colocar em causa, sublinhando a importância do CR como garante da democracia. A este propósito ver, por exemplo, entrevista concedida à revista espanhola *Cuadernos para el Diálogo* em Fevereiro de 1977, à agência de notícias da Hungria, em Abril do mesmo ano, ou à revista mexicana *Cuadernos del Tercer Mundo*, em Junho de 1977 (Rezola, 2012, pp. 568-585).

conseguissem levar a bom porto os seus objectivos. A título de exemplo, referimos dois casos, ocorridos em 1977 e 1978, que revelam este fenómeno.

Em Dezembro de 1977, Vítor Alves apresentou ao CR um projecto de comunicado que deveria ser divulgado no Natal. Acontece que o texto não era uma mera mensagem de boas festas. Nele faziam-se considerações sobre a situação política (estava-se durante a crise política que conduziu à queda do I governo constitucional), criticavam-se os partidos que tinham rejeitado a moção de confiança apresentada pelo Primeiro-Ministro e em particular uma personalidade, nunca referida explicitamente mas facilmente identificável como sendo Sá Carneiro. O comunicado não foi aprovado²⁴, mas o seu autor não desistiu. Na última reunião desse ano, apresentou uma nova versão, mais moderada, que deveria ser divulgada para marcar o Ano Novo. Apesar dos cortes e das alterações, o texto continuava a ter uma forte conotação política: instava os partidos a encontrarem um entendimento e sublinhava os efeitos negativos de recurso a eleições antecipadas. O Presidente manifestou a sua oposição à divulgação do comunicado e o seu proponente retirou o projecto²⁵. No entanto, todo este episódio seria relatado pelo semanário *Expresso*.

Na edição de 30 de Dezembro, este jornal publicou um artigo intitulado "As boas-festas que o Conselho da Revolução acabou por não dar", onde era feito um relato pormenorizado das duas reuniões, incluindo o sentido de voto de alguns membros do Conselho. O artigo contava ainda que tinham sido aplicadas medidas de segurança extraordinárias, uma vez que no final do debate, ao contrário do que acontecia habitualmente, tinham sido recolhidas as cópias do projecto de comunicado distribuídas a todos os conselheiros a fim de se evitar a sua divulgação pela imprensa. Esta medida não foi suficiente. O *Expresso* descreveu todo o processo e relatou ainda que antes da última reunião tinha entrado em contacto com Vítor Alves, comunicando-lhe que iria noticiar o sucedido, referindo inclusivamente o título que iria atribuir ao texto jornalístico²⁶. De facto, na reunião realizada no dia 28, onde procurou aprovar uma versão mais moderada do comunicado, Vítor Alves informou que tinha conhecimento de que esse semanário iria publicar no seu próximo número um artigo em torno do problema da saída do comunicado, antecipando o seu título. Nem essa informação alterou a decisão da maioria dos conselheiros²⁷. O comunicado não foi divulgado, mas ficaram patentes as divergências existentes no interior do CR. Por outro lado, ficava também patente a existência de cumplicidades entre membros do CR e os média.

No ano seguinte, outro episódio voltaria a revelar a importância deste fenómeno das fugas para a imprensa.

Em Abril de 1978, Franco Charais apresentou uma detalhada proposta de organização militar²⁸, numa altura em que a Comissão de Defesa da Assembleia da República estava a estudar a elaboração de uma lei de organização e defesa nacional. Este documento ia

²⁴ Arquivo do CR, Assuntos tratados nas reuniões, vol. 21, cx. 39, 21-12-77.

²⁵ Arquivo do CR, Actas, vol. 5, cx 6, reunião de 28-12-77.

²⁶ *Expresso*, 30-12-77, p. 16.

²⁷ Arquivo do CR, Actas, vol. 5, cx 6, reunião de 28-12-77.

²⁸ Arquivo do CR, Actas, vol. 5, cx 6, reunião de 7-4-77.

no sentido oposto a um anteprojecto de lei de Defesa Nacional, elaborado um ano antes pelo então ministro da Defesa Nacional, Firmino Miguel, que não atribuía qualquer relevância ao Conselho da Revolução, não prevendo a participação deste órgão de soberania nas estruturas de direcção e coordenação da Defesa Nacional, abrindo assim caminho para a subordinação do poder militar ao poder político civil. Já o projecto de Charais, a ser aprovado pelo CR, produziria profundas alterações nas relações entre os diferentes órgãos de soberania, ao diminuir os poderes do Presidente da República e das chefias tradicionais (chefes dos ramos e EMGFA) e aumentar os poderes do CR, que passaria a “definir as responsabilidades de direcção, coordenação e execução” das Forças Armadas.

No início de Maio, este documento foi divulgado por dois jornais conotados com a direita (*Tempo e O Dia*) e logo de seguida pelo *Expresso*²⁹, iniciando-se assim mais uma polémica sobre o papel dos militares e do CR no processo de transição constitucional.

Num primeiro momento, o Conselho da Revolução negou existir uma proposta do conselheiro Charais que visasse constituir uma alternativa ao projecto de lei do ministro Firmino Miguel³⁰. De facto a proposta de Charais não substituíra esse projecto mas condicionava-o de tal modo que acabava por descaracterizar completamente um modelo que preconizava um apagamento do CR, ao propor uma lei paralela que, pelo contrário, reforçava o poder do Conselho da Revolução no interior das Forças Armadas, dificultando a normalização das relações entre poder civil e poder militar.

Apesar desse desmentido e das declarações de Charais, que revelou não existir qualquer documento que correspondesse “ao que foi noticiado por certa imprensa”³¹, este tema acabou por ter destaque em muitos órgãos de comunicação social não conotados com a direita. Por exemplo, *O Jornal* deu conta que tanto *A Luta* como o *Diário de Notícias* confirmavam a existência do “documento Charais” e que ambos revelavam que esse documento pretendia “assegurar ao Conselho da Revolução atribuições superiores àquelas que lhe estão consignadas pela lei em vigor e fazer perdurar a sua actuação além do prazo estabelecido constitucionalmente para o efeito”³². Era, de facto, isso que se tratava, pois embora o diploma projectado por Charais previsse a sua revisão na II legislatura, nada garantia que nessa altura os partidos chegassem a um entendimento quanto à extinção do CR ou elaboração de uma nova lei de Defesa Nacional que, uma vez aprovada, a lei apresentada por Charais iria reforçar os poderes do Conselho e contribuir para a sua perpetuação, uma vez anulado ou diminuído o papel daqueles que no interior das Forças Armadas mais se opunham a esse modelo: os chefes dos Estados-Maiores.

Foi nesse sentido a interpretação feita pelo director do matutino *A Capital*, Francisco Sousa Tavares, que descreveu o “documento Charais” como “um plano concatenado e pormenorizado de estruturação com carácter nitidamente permanente de um órgão de soberania – O Conselho da Revolução – e de redefinição, para além da já existente na Constituição, das suas funções político-militares”. Para Sousa Tavares, o documento visava garantir: “a sobrevivência constitucional do CR como órgão permanente de soberania; a atribuição ao CR de todo o poder de decisão so-

²⁹ No dia 4 de Maio foi divulgado pelo *Tempo* e pelo *O Dia* e no dia 6, pelo *Expresso*.

³⁰ *O Jornal*, 5-5-1979.

³¹ *Diário de Lisboa*, 5-5-1978, p. 1.

³² *O Jornal*, 5-5-1978.

bre o funcionamento, a organização e o comando das Forças Armadas; a subtração, com carácter definitivo, do poder civil". O director de *A Capital* lembrava ainda a completa independência do CR, que não poderia ser escrutinado democraticamente nem fiscalizado por qualquer outro órgão de soberania, e que a sua constituição, baseada no princípio de direito de privilégio, era característica das organizações de tipo aristocrático³³.

O que estava em causa era, de facto, a existência de duas visões distintas sobre o papel dos militares durante este período de transição e o risco da maioria dos conselheiros aprovar a proposta apresentada por Charais era real.

Acontece que o Presidente da República não via com bons olhos este maior intervencionismo do CR e utilizou o poder que tinha condicionando a agenda das reuniões do CR: oito meses volvidos sobre a apresentação da proposta, o CR ainda não tinha tido tempo para o examinar³⁴.

Além de serem uma arma no combate pela conquista da opinião pública, constata-se que as fugas condicionaram também o funcionamento deste órgão de soberania.

Em diversas ocasiões vários conselheiros questionaram se deveriam fazer análises completas da situação política e promover discussões abertas nas reuniões, uma vez que quando o faziam existiam fortes probabilidades desses debates, secretos e sujeitos a sigilo, virem a ser reproduzidos parcial ou integralmente na imprensa³⁵.

Foi o que sucedeu em Julho de 1981. Depois de o CR ter declarado inconstitucional a lei de delimitação dos sectores, o governo da AD elaborou um comunicado onde atacava duramente a decisão do CR e alguns conselheiros pretenderam responder no mesmo tom. No entanto, o Presidente revelou "que não encontrava vantagem" numa discussão desse género, chamando a atenção "para a forma como no exterior do Conselho, poderiam ser interpretadas as posições que no seu seio se viessem a manifestar". Conhecida a opinião do Presidente, os conselheiros decidiram que não deveriam debater a situação política nem emitir qualquer tipo de comunicado de resposta ao governo³⁶.

Apesar de terem sido estudadas e propostas várias medidas para combater as fugas para imprensa (investigações internas, sugestão de recurso a votações secretas, recolha dos documentos de trabalho no final das reuniões, estudo e orçamento para instalação de um sistema de gravação das reuniões), este fenómeno não foi travado.

As fugas contribuíram assim para que o CR procedesse a uma auto-censura, não chegando a debater em profundidade determinados assuntos com receio de que as discussões travadas viessem a ser conhecidas pela opinião pública. Esta era outra forma de condicionar a acção do Conselho que favorecia aqueles que defendiam um CR política e militarmente pouco interventivo.

³³ *A Capital*, 8-5-1978.

³⁴ Carta de Franco Charais ao CEME, 2-12-1978, Arquivo do Conselho da Revolução, Assuntos tratados nas reuniões do CR, vol. 27, caixa 45, 13-12-1978, doc. 7, anexo 3.

³⁵ Ver, por exemplo, reunião de 20-10-76 e reunião de 5-1-79. Arquivo do CR, Actas, vol. 3, cx. 3, reunião de 20-10-1976 e Actas, vol. 4, cx. 5, reunião de 5-1-1977.

³⁶ Arquivo do CR, Actas, vol. 9, cx. 10, reunião de 22-7-1981.

Conclusão

Entre 1976 e 1982, o Conselho da Revolução foi palco de um confronto entre duas visões distintas sobre o papel que este órgão de soberania deveria desempenhar no ordenamento estabelecido pela Constituição de 1976.

Órgão de soberania com amplos poderes, composto exclusivamente por militares e herdeiro da legitimidade revolucionária, após o 25 de Novembro o CR foi sendo alvo de críticas das forças políticas e sociais que se sentiram mais ameaçadas durante o período revolucionário. Estas críticas não eram bem recebidas por uma parte importante do Conselho que, diversas vezes e de distintas formas, manifestou algum desconfronto pela forma como a liberdade de imprensa, de que se considerava arauto e principal responsável, vinha sendo exercida e aplicada. Além de demonstrarem a existência deste desconforto perante as críticas, os arquivos do CR revelam a existência de diversas tentativas para condicionar, limitar ou contrariar essa liberdade de imprensa. No entanto, revelam também que este posicionamento não recolhia apoio unânime dos conselheiros. Dividido, o Conselho da Revolução pouco mais podia fazer do que remeter para os tribunais os casos em considerava ser vítima dos excessos da imprensa. Sem mecanismos legais capazes de imporem a sua visão sobre o papel e actuação dos órgãos de comunicação e sem nunca ter sido possível reactivar uma estrutura semelhante à 5ª divisão do MFA, dadas as divergências existentes entre os militares, o CR foi progressivamente perdendo esta batalha.

Apesar dos ataques oriundos do exterior tenderem a reforçar a opinião daqueles que defendiam um Conselho mais interventivo a nível político e militar, nunca se gerou a unanimidade necessária. Pelo contrário, com o passar dos anos, as divisões existentes tenderam a acentuar-se e os defensores de um CR apagado, de baixo perfil, não se coibiram de utilizar todos os meios para enfraquecer os seus adversários. Entre estes meios, emerge a constante fuga de informações para a imprensa. A descrição pormenorizada dos debates, a transcrição e divulgação de documentos confidenciais e secretos serviu para enfraquecer aqueles que defendiam um Conselho activo, politicamente activo e empenhado.

Constata-se assim a importância do papel da imprensa neste período crítico. Esta centralidade da imprensa foi bem compreendida pelas duas linhas que se degladiavam no interior do CR e que procuravam influenciar a opinião pública e assim reforçarem as suas respectivas posições. Neste sentido identificaram-se duas estratégias distintas. Os defensores de um CR interventivo esforçavam-se, essencialmente através de entrevistas e declarações, por manter acesa a chama revolucionária e alertavam para os perigos do regresso ao 24 de Abril. Por outro lado, aqueles que defendiam um CR de baixo perfil utilizaram uma estratégia distinta, alimentando a ideia do perigo de um regresso ao período revolucionário, dando a conhecer à opinião pública, através de jornais cada vez mais críticos sobre a intervenção política dos militares, aquelas que entendiam ser ameaças à consolidação democrática e à subordinação do poder militar ao poder civil democrático.

Esta última foi a estratégia vencedora. Depois dos excessos revolucionários que quase conduziram o país à guerra civil, de constatada a inviabilidade de governos minoritários e de rejeitados os governos presidenciais, a maioria do eleitorado votou no bloco de direita.

Referências bibliográficas

- Arquivo Nacional/Torre do Tombo. Arquivo do Conselho da Revolução. Lisboa: Arquivo Nacional/Torre do Tombo
- Cádima, F. R. (2001). Os “média” na revolução (1974-1976). In Brito, J.M.B. de (Coord.), *O País em Revolução* (pp 321-358). Lisboa: Editorial Notícias.
- Cruz, M. B. (1999). *Transições históricas e reformas políticas em Portugal*. Lisboa: Bizâncio.
- Ferreira, J. M. (2001). *Portugal em transe (1974-1985)*. In Mattoso, J. (Dir.), *História de Portugal* (Vol. 8). Lisboa: Editorial Estampa.
- Mesquita, M. (1988). Estratégias liberais e dirigistas na Comunicação Social de 1974-1975 da Comissão Ad Hoc à lei de Imprensa. *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º 8, 85-113.
- Mesquita, M. (1996). Os Meios de Comunicação Social. In Reis, A. (Coord.), *Portugal 20 anos de democracia* (pp. 360-405). Lisboa: Temas e Debates.
- Miranda, J. (1989). A Constituição de 1976 no âmbito do constitucionalismo português. In Coelho, M. B. (Coord.), *Portugal: O Sistema Político e Constitucional (1974-1987)* (pp. 609-646). Lisboa: ICS.
- Rebelo, J. (2018). Caso do Jornal República. In Reis, A. et al., *Dicionário de História de Portugal. O 25 de Abril* (Vol. 7, pp. 169-173). Porto: Figueirinhas Editora.
- Rezola, M. I. (2012). *Melo Antunes. Uma biografia política*. Lisboa: Âncora Editora.
- Rezola, M. I. (2006). *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- Ribeiro, S. (2013). *O Caso República no contexto político-militar de 1975*. (Tese de Mestrado, texto policopiado). Disponível em: <https://repositorio.iscteuiul.pt/bitstream/10071/7787/1/Segunda%20e%20ultima%20Vers%C3%A3o%20%20%200%20Caso%20Rep%C3%BAblica%20%28REVISTA%29.pdf>
- Santos, P. B. (2005). *Igreja Católica, Estado e Sociedade 1968-1975. O caso Rádio Renascença*. Lisboa: ICS.

Nota biográfica

David Castaño é investigador do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa e Professor convidado no Departamento de Estudos Políticos da FCSH-UNL. ORCID Id: 0000-0002-8584-8128

Email: davidmfcastano@hotmail.com

Morada: Universidade Nova de Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Av. de Berna, 26-C - Lisboa 069-061, Portugal

Financiamento

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória - [DL57/2016/CP1453/CT0061]

*Submetido: 2018.12.18

*Aceite: 2019.09.07

(Página deixada propositadamente em branco)

A evolução da imprensa sobre cinema em Portugal: Da ditadura aos primeiros anos da democracia

The evolution of Portuguese cinema press: From dictatorship to the first years of democracy

La evolución de la prensa sobre cine en Portugal: Desde la dictadura hasta los primeros años de la democracia

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_10

Jaime Lourenço

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
Universidade Autónoma de Lisboa

Maria João Centeno

Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social
Instituto de Comunicação da NOVA – ICNOVA

Resumo

A investigação sobre Jornalismo de Cinema (aqui entendido como um subgénero do Jornalismo Cultural) é praticamente inexistente em Portugal e sendo o cinema uma das manifestações artísticas com maior presença na imprensa portuguesa, importa aprofundar a investigação sobre este subgénero do Jornalismo Cultural.

Neste sentido, e numa perspectiva histórica, a relação entre o cinema e o jornalismo é quase tão antiga como a própria sétima arte. Os artigos e as várias publicações dedicadas ao cinema foram essenciais para o estabelecimento progressivo de uma cultura cinematográfica no país. Em Portugal, a primeira publicação dedicada em exclusivo ao cinema surge na década de 1910 e, a partir daí, proliferam as publicações sobre cinema que têm acompanhado a implementação do cinema na vida dos portugueses e a edificação do cinema português. É a partir da segunda metade do séc. XX que se começa a constatar um maior interesse no cinema, por parte do público e uma consolidação das publicações sobre cinema em Portugal.

Neste artigo focamos o nosso olhar nas décadas de 1950 a 1980 e, através da revisão de literatura e análise de conteúdo às principais publicações sobre cinema, procuramos traçar a evolução da imprensa sobre cinema em Portugal atendendo à história do cinema português e ao contexto em que essas publicações surgiram e circularam.

Palavras-chave

imprensa portuguesa; jornalismo de cinema; cinema português

Abstract

Studies about film journalism (a sub-genre of Cultural Journalism) are practically nonexistent in Portugal and with cinema being one of the most felt artistic

manifestations in Portuguese press, it is important to deepen the study of this sub-genre of Cultural Journalism.

From a historical perspective, the relation between cinema and journalism is almost as ancient as the seventh art. The articles and several publications dedicated to Cinema were essential to the country's progressive establishment of a cinematographic culture. In Portugal, the first magazine devoted exclusively to cinema emerged in the decade of 1910 and, from that point on, cinema magazines have accompanied the implementation of cinema in the Portuguese people's lives and the edification of Portuguese cinema thrived. It's after the second half of the 20th century that you began to find a bigger interest in cinema, by the readers and a consolidation of cinema magazines in Portugal.

In this article, we focus in the timeframe from the 50s to the 80s and, through the reviewing of literature and content analysis of the main cinema magazines, we look to outline the evolution of the press concerning cinema in Portugal complying with the history of Portuguese cinema and the context from where magazines came from and where they circulated.

Keywords

Portuguese press; film journalism; Portuguese cinema

Resumen

La investigación sobre periodismo de cine (que se define aquí como un subgénero del periodismo cultural) es casi inexistente en Portugal y siendo la película una de las manifestaciones artísticas con mayor presencia en la prensa portuguesa, es importante profundizar la investigación sobre este subgénero del Periodismo Cultural. Así, y desde una perspectiva histórica, la relación entre el cine y el periodismo es casi tan antigua como el séptimo arte. Los artículos y diversas publicaciones dedicadas al cine fueron esenciales para el establecimiento progresivo de una cultura cinematográfica en el país. En Portugal, la primera publicación dedicada exclusivamente a la película surge en la década de 1910 y, a partir de ahí, la proliferación de publicaciones sobre cine que han acompañado la implementación del cine en la vida de los portugueses y la edificación del cine portugués. Es a partir de la segunda mitad del siglo XX que se empieza a darse cuenta de un mayor interés en el cine por parte del público y una consolidación de las publicaciones sobre cine en Portugal. En este artículo, nos centramos en las décadas 1950-1980, y con una revisión de la literatura y una análisis del contenido de las publicaciones más importantes en el cine la literatura, vamos a intentar escribir sobre la evolución de la prensa en la película en Portugal considerando la historia del cine portugués y el contexto en el que estas publicaciones surgieron y circularon.

Palabras-clave

prensa portuguesa; periodismo de cine; cine portugués

Introdução

Na primeira década do séc. XXI, o Cinema era uma das três manifestações culturais e artísticas com maior presença nos jornais generalistas portugueses (acompanhado da música e da literatura) (Baptista, 2017a). Apesar do interesse editorial dedicado ao Cinema pela imprensa generalista, desde 2014 que não existe uma publicação especializada em Cinema no mercado português¹. No entanto, nem sempre foi assim. Durante o séc. XX, a implementação do Cinema foi acompanhada por publicações especializadas que, tal como Barroso (2008) afirma, foram essenciais para a construção de uma cultura cinematográfica em Portugal.

Neste artigo traçamos a evolução da imprensa sobre cinema em Portugal, desde as suas origens até aos primeiros anos da democracia, com especial destaque para as últimas décadas da ditadura, atendendo ao contexto em que essas publicações surgiram e circularam.

A imprensa sobre cinema em Portugal: origens

Foi em finais do séc. XIX, mais precisamente em Março de 1895, que as primeiras imagens em movimento terão sido vistas em Portugal, mais concretamente em Lisboa², no mesmo ano em que os irmãos Lumière apresentaram o cinematógrafo³ em Paris. Mas só em Junho de 1896 decorreu a projecção de filmes para o público no Real Coliseu, em Lisboa (a primeira sala a projectar filmes em Portugal) (Pina, 1986, pp. 13-16). A partir daí, pequenos teatros abraçaram a projecção de filmes, como é o caso do Teatro Príncipe Real (actual Teatro Sá da Bandeira), no Porto. Foi aí que a 12 de Novembro de 1896 foi projectado o primeiro filme português, *Saída dos Operários da Fábrica Confiança* (filme que imitava a *Saída dos Operários da Fábrica Lumière*, dos irmãos franceses) de Aurélio da Paz dos Reis, o primeiro realizador português (Costa, 1954, p. 5).

Mas eram os filmes estrangeiros que dominavam em Portugal durante os primeiros anos do séc. XX. Até 1918 são fundadas várias distribuidoras de cinema em Portugal que actuavam sobretudo em Lisboa e no Porto. O público era cativado pela emoção do espectáculo que os actores proporcionavam. Tal como refere Luís de Pina (1986), a cinefilia era a 'doença do tempo' e o cinema tinha presença garantida na imprensa.

A nível internacional, as primeiras publicações dedicadas ao cinema surgiram em Itália, Inglaterra, Espanha, EUA (*Motion Picture*, fundada em 1911 por E. W. Brewster) e França (*Ciné Pour Tous*, dirigida por Pierre Henry). Portugal, à semelhança do que ocorria nestes países, também passou a dispor, a partir de 15 de Março de 1917, da

¹ A última publicação especializada em cinema em Portugal foi a edição portuguesa da revista *Empire* (dirigida por Sara Afonso), que circulou no mercado português entre 2011 e 2014 ao longo de 39 números.

² "As imagens animadas propriamente ditas estavam disponíveis, em 1895, num aparelho semelhante ao Kinetoscópio de Edison, na Tabacaria Neves, Lisboa" (Penafria, 2013, p. 10).

³ Aparelho que permite registar uma série de fotogramas instantâneos, criando a ilusão de movimento. O aparelho reproduz também essas imagens em projecção.

primeira publicação portuguesa exclusivamente dedicada ao cinema, *Cine Revista* (Costa, 1954, p. 5; 1978, p. 51) que devido a uma gralha tipográfica no primeiro número, surge com a data de 1916.

Na transição para a década de 1920, o Porto era considerado a capital do cinema em Portugal (em grande medida devido ao pioneirismo de Aurélio da Paz dos Reis) e foi aí que surgiram duas publicações que marcam o início dos anos 20. Em Agosto de 1919 surge a revista *Porto Cinematográfico* e em Março de 1923, a *Invicta Cine*. A primeira publicação tinha como director, editor e proprietário Alberto Armando Pereira, o pioneiro do jornalismo de cinema em Portugal. Henrique Alves Costa, responsável pela criação do Cineclubes do Porto, considera-a como “uma das melhores revistas cinematográficas que se editaram em Portugal” (1954, p. 9). Já a *Invicta Cine* (que surgiu no Porto a 25 de Março de 1923) viria a ser uma das publicações especializadas em cinema com maior duração em Portugal.

Ao longo da década de 1920, a distribuição de cinema prospera, várias produtoras foram fundadas; em 1929 aparecem as primeiras distribuidoras portuguesas; e o cinema português continua a ser residual quando comparado com o cinema estrangeiro que domina o mercado interno. Este período também se caracteriza por um aumento no número de salas de cinema, destacando-se o aparecimento do Tivoli em 1924, na Avenida da Liberdade em Lisboa e a remodelação de várias salas de teatro como os teatros São João e Rivoli, no Porto (Barroso, 2008, p. 24), mas também um aumento da consciencialização da necessidade de um cinema nacional.

Foi em Outubro de 1927 que, na imprensa generalista portuguesa, mais especificamente no *Diário de Lisboa*, surge a primeira página exclusiva dedicada ao cinema. Inicialmente, esta página tinha como título *Arte Cinematográfica/O claro-escuro animado* e era da responsabilidade de António Lopes Ribeiro, um dos primeiros críticos de cinema em Portugal (assinava os textos sob o pseudónimo de *Retardador*). Mais tarde, a página seria rebaptizada de *A Semana Cinematográfica* (Cunha, 2008, p. 9; 2014, p. 241).

Mas as publicações especializadas em cinema proliferavam, tendo surgido, na década de 1920, mais de 20 títulos. A 2 de Junho de 1928, o jornal *O Século* lança aquela que é considerada, até hoje, a mais popular publicação especializada em cinema e que teve a maior longevidade, a *Cinéfilo* (Borges, 2018; Costa, 1954, p. 18; 1978, p. 52). Esta revista inspirava-se (a nível do formato, páginas, etc.) no modelo da primeira fase da revista francesa *Mon Ciné*. A *Cinéfilo* começou por ter periodicidade quinzenal, mas rapidamente (a partir do número 13) passou a semanal. A 15 de Setembro de 1939, no número 578, a publicação é suspensa de forma temporária durante o período da 2ª Guerra Mundial. No entanto, a revista continuou a ser publicada num novo formato, enquanto suplemento do jornal *O Século*.

Nas décadas de 1930 e 1940, com a proliferação pelo país de salas de cinema, assistiu-se a um maior enraizamento do cinema em Portugal. Surgiram mais de 30 publicações especializadas em cinema, entre as quais se destacam títulos como *Kino* (1930), *Cinema* (1932), *Animatógrafo* (1933), *Movimento* (1933) ou *Cine-Jornal* (1935). Estas publicações pretendiam conciliar várias necessidades e interesses, dar resposta aos objectivos de distribuidoras, o que implicava depender da publicidade que estas proporcionavam, bem como responder à curiosidade dos leitores (Barroso, 2008, pp. 25-26). Deste conjunto de publicações sobressaiu um grupo de responsáveis e colaboradores que dominou a produção cinematográfica em Portugal nas décadas de 1930 e 1940.

A imprensa sobre cinema entre as décadas de 1950 e 1980

O presente estudo propõe analisar as publicações sobre cinema que se destacaram no período compreendido entre 1950 e 1989, o que corresponde a quatro décadas que se traduziram em mutações significativas quanto aos temas abordados, aos géneros jornalísticos utilizados e ainda à cobertura do cinema português. O *corpus* do estudo foi composto por 21 números: revista *Cinéfilo*, números 598 (1950), 608 (1955), 618 (1960), 624 (1965), 632 (1970), 38 da nova série (1975), 44 da nova série (1980) e 1 e 2 da 2ª série (1973); revista *Imagem*, números 1 (1950), 14 (1955), 35 (1960) e 36 (1961); revista *Filme*, números 1 (1959), 7 (1959) e 63 (1964); revista *Cinema Novo*, números 1 (1978), 13 (1980) e 41 (1985); e os números 1 e 2 (1980) da revista *Cinematógrafo*⁴.

Neste sentido, para traçar a evolução da imprensa sobre cinema em Portugal procedeu-se a uma análise de conteúdo das edições de cinco em cinco anos (1950, 1955, 1960, 1965...), tendo como referência o mês de Outubro⁵ e o primeiro e último número das publicações com maior relevo durante estas décadas.

Analisaram-se os temas que estas publicações tratam, os géneros jornalísticos dos artigos, os protagonistas destacados, a origem geográfica dos assuntos tratados bem como dos filmes em destaque.

Os anos de 1950, a década da crise do cinema português e da mudança de paradigma na imprensa sobre cinema

Numa década marcada pela primeira Lei de Protecção do Cinema Nacional (Lei nº2027 de Fevereiro de 1948) e pelo aparecimento de quase o dobro do número de salas de cinema no país, o cinema nacional, ao contrário do apogeu que viveu na década de 1940, atravessou uma crise irreversível. De tal forma que o ano de 1955 ficou conhecido como o ano zero do cinema português (uma vez que não foi produzida nenhuma longa-metragem), enquanto o cinema norte-americano de Hollywood prevalece nas salas portuguesas ao longo dos anos 1950 (Reia-Baptista & Moeda, 2010, p. 11).

Atendendo à imprensa nacional dedicada ao cinema, comparativamente com a francesa ou italiana, o panorama é relativamente pobre (Henry, 2006, p. 233). No entanto, a 28 de Outubro de 1950 surge, em Lisboa, a revista *Imagem*, a mais importante neste período a nível cultural, de divulgação cinematográfica e de repercussão do movimento cineclubista (Costa, 1954, p. 33; Henry, 2006, p. 233). Composta por 24 páginas, com o preço de 3\$ e uma periodicidade mensal, a *Imagem* (1ª série) define-se como uma "revista popular de cinema" e pretendia ser "uma revista séria que aspira a uma certa intelectualidade". Após completar dois anos de existência, a *Imagem* suspende a sua publicação com o nº 31 em Novembro de 1952, mas um ano e um mês depois, a 1 de Janeiro de 1954, surge a 2ª série. Foi alvo de uma

⁴ As várias publicações foram consultadas na Hemeroteca Municipal de Lisboa, na Biblioteca da Cinemateca Portuguesa e na Biblioteca Nacional Portuguesa.

⁵ Tendo como excepção os números 1 e 2 da segunda série da revista *Cinéfilo* (Outubro de 1973) que também foram alvo de análise, uma vez que a *Cinéfilo* (segunda série 1973-1974) era considerada a publicação que mais espaço dedicava à cultura e espectáculos neste período em Portugal (Carmo, 2006).

reestruturação de modo a apresentar-se como mais intelectual e séria (perdendo a designação de “revista popular de cinema”) e a ocupar um lugar de destaque no mercado português das revistas com sentido intelectual e abertura cultural. A revista continuou a ser dirigida por Baptista-Rosa, passou a ser composta por 40 páginas, tinha o preço de 5\$ e periodicidade mensal (Costa, 1954, pp. 34-35; Henry, 2006, pp. 244-245).

Por sua vez, a *Cinéfilo* continuou a ser publicada em formato de suplemento do jornal *O Século*, composta apenas por 8 páginas e com uma periodicidade semanal, configuração que duraria até 1973. Já no final da década, em 1959, surge a revista *Filme*, que vai dominar o mercado português durante a primeira metade da década de 1960. Era composta por 50 páginas, tinha o preço de 6\$ e periodicidade mensal. Foi dirigida por Luís de Pina e teve como colaboradores Nuno de Bragança, João Bénard da Costa, Domingos Mascarenhas, entre outros. A revista *Filme* afirmava-se como um “lugar de combate pela cultura cinematográfica e pela existência de um cinema português” (Henry, 2006, p. 299).

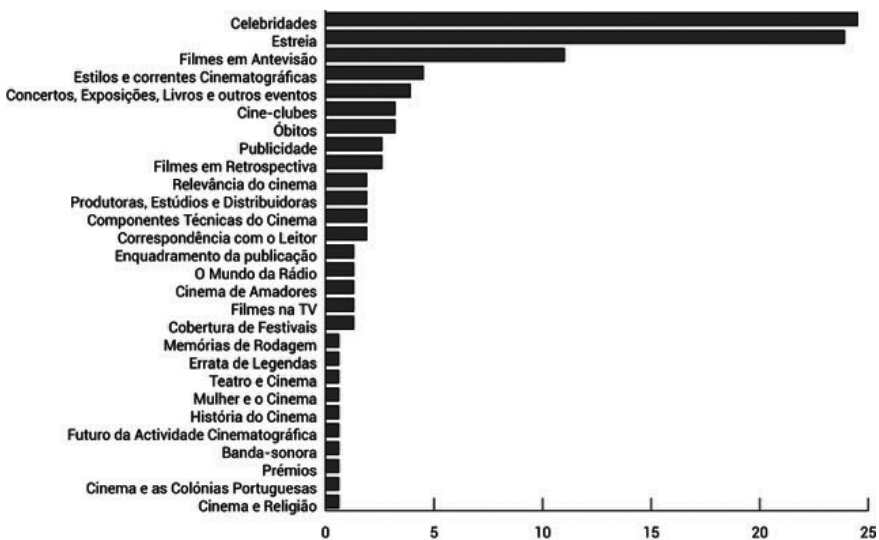


Figura 1. Temas presentes nas publicações em análise na década de 1950.

Relativamente aos temas com maior frequência nestas publicações (Figura 1), podemos verificar que as celebridades (24,52%) são o tema mais recorrente ao longo da década, seguido pelas estreias (23,87%) e pela antevisão de filmes (10,97%). Recorde-se que nos EUA já estava implementado um *star system* fortificado e em Portugal tentava-se criar um, pelo que as revistas especializadas em cinema não ficavam indiferentes aos actores, atrizes e realizadores. Por exemplo, o número 14 da revista *Imagem* (Outubro de 1955) é, todo ele, dedicado ao realizador John Ford e à sua obra.

Na década de 1950, verifica-se uma mudança no paradigma do jornalismo de cinema. A primeira metade da década é marcada por artigos de reduzida dimensão

(ao longo da década são as breves que têm maior presença com 36,13%), com destaque às estrelas internacionais (Ingrid Bergman marca a primeira página do número 1 de *Imagem*) e por um estilo discursivo maioritariamente descritivo. Já a segunda metade da década é caracterizada por uma mudança no jornalismo de cinema. Apesar de as breves continuarem a ser dominantes, a crítica, enquanto género de promoção da reflexão e interpretação, começa a ganhar força (é o segundo género jornalístico com maior presença ao longo da década com 15,48%). Foi nos anos de 1950 que se quebrou com o modelo centralizado na opinião do crítico, progredindo para uma crítica orientada por critérios que analisavam os filmes do ponto de vista técnico e artístico. Além da crítica começaram também a surgir os artigos de fundo que ocupam normalmente mais de uma página. A acompanhar estas tendências, verificou-se um aumento do número de páginas destas publicações (à excepção de *Cinéfilo*). Assumimos que tal mudança se deve à influência das revistas francesas, em grande medida da *Cahiers du Cinéma*, que surge em 1951.

Nestas publicações surgem temáticas, ainda que de forma residual, como a cobertura de festivais internacionais (como o Festival de Veneza), da actividade dos cineclubes⁶ ou do cinema de amadores, sendo que é nesta década que estes começam a manifestar-se (Barroso, 2008, p. 26).

A maioria dos artigos publicados nestas revistas dá atenção aos assuntos internacionais, maioritariamente de origem norte-americana, uma vez que a produção nacional estava, como já referido, a atravessar uma crise. No final da década é notória uma aposta das revistas na revitalização do cinema português, com, por exemplo, a promoção de debates.

Além da imprensa especializada em cinema, foi nos anos 1950 que o cinema começou a marcar presença nas antenas da Emissora Nacional.

Os anos de 1960, o novo cinema português e a afirmação da crítica de cinema

Marcada pelo aparecimento de grandes manifestações artísticas, a década de 1960 assistiu a um novo fôlego na cinematografia nacional. De um contexto sociopolítico de repressão, resistência e contestação política e de uma crise na produção cinematográfica, surge uma oposição socialmente mais diversificada que se preocupa em “defender novos e futuros caminhos para o cinema português, com estéticas enquadradas nas correntes oriundas do neo-realismo italiano e sobretudo da ‘*nouvelle vague*’ francesa que defendia o ‘cinema de autor’ como caminho a seguir” (Reia-Baptista & Moeda, 2010, p. 12). Essa oposição dá lugar a uma nova geração de cineastas, oriundos do cineclubismo, da crítica das revistas especializadas em cinema, do Estúdio Universitário de Cinema e das escolas estrangeiras, ou ainda da produção nacional promovida pela Rádio Televisão Portuguesa (Pina, 1986, p. 134).

Os anos de 1960 ficaram assim marcados por uma sucessão de inovações estilísticas e ideológicas; pelo regresso de Manoel de Oliveira a Portugal, que será adop-

⁶No caso dos cineclubes curiosamente algumas publicações mantinham uma relação directa com o movimento cineclubista: a revista *Imagem* criou um cineclubes homónimo e as revistas *Visor* e *Celulóide* eram propriedade do cineclubes de Rio Maior (Cunha & Penafria, 2017, p.105).

tado como referência tutelar pelos novos realizadores (Baptista T. , 2009, p. 314); pelo aparecimento da televisão, que, se por um lado, era um concorrente directo ao cinema, por outro permitiu formar técnicos e novos realizadores (Barroso, 2002, p. 102); e pelos apoios financeiros aos novos cineastas, concedidos pela Fundação Calouste Gulbenkian, através do Centro Português de Cinema criado em 1969 (Reia-Baptista & Moeda, 2010, p. 12).

A imprensa sobre cinema acompanhou esses tempos de mudança e foi um elemento fundamental na evolução da cultura cinematográfica em Portugal.

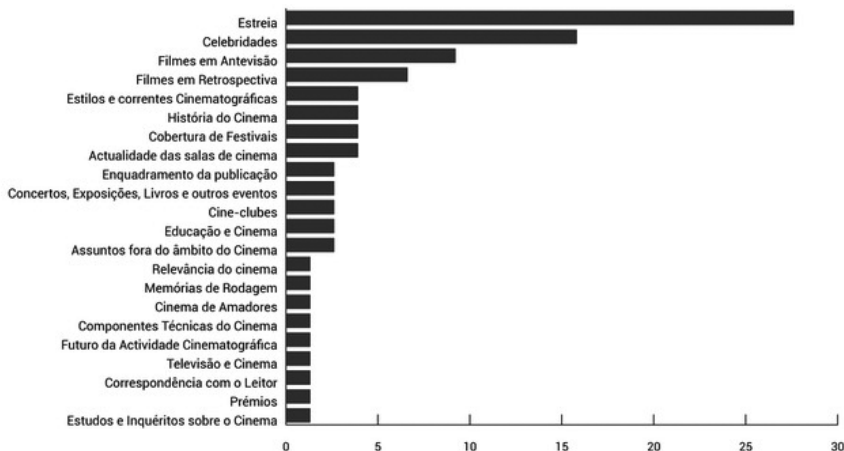


Figura 2. Temas presentes nas publicações em análise na década de 1960.

As estreias (27,63%), as celebridades (15,79%) e a antevisão de filmes (9,21%) continuaram a ser os três temas dominantes na década de 1960, sendo que as estreias se sobrepõem às celebridades (Figura 2). A actualidade do sector cinematográfico passou assim a estar presente nas publicações especializadas em cinema, exemplo disso é a cobertura das estreias e da actualidade das salas de cinema por todo o país. Também os Festivais de Cinema, nomeadamente o de Cannes e Veneza, passaram a ter uma cobertura frequente.

Relativamente aos géneros jornalísticos, a crítica afirmou-se como o género com maior presença nas publicações dedicadas ao cinema com 30,26%. Os outros dois géneros com maior presença foram a reportagem (14,47%) e a breve (13,16%). Neste sentido, os anos de 1960 caracterizam-se pela produção de textos e peças críticas que desenvolvem o pensamento discursivo, estético e narrativo através de conceitos sociais, políticos, estéticos ou filosóficos. Foi uma década de afirmação de um género determinante para iniciar a compreensão e interpretação dos filmes na sociedade portuguesa (Barroso, 2002, pp. 92-108), quer nas revistas especializadas, quer na imprensa generalista. Nesta última, em 1968, o *Diário de Lisboa* passou a publicar diariamente críticas assinadas por Lauro António e Eduardo Prado Coelho, algo que viria a revolucionar a história da crítica na imprensa em Portugal e a alterar o panorama da crítica de cinema portuguesa (Cunha, 2014, p. 250; 2008, p. 13).

Ao longo desta década, foi o cinema internacional, nomeadamente o norte-americano, que ocupou mais espaço nestas publicações. No entanto, há uma tentativa de colocar o cinema português nas páginas destas revistas, sendo a imprensa um importante agente na tentativa de revitalização do cinema português. A título de exemplo, o número 20 da revista *Filme* (Novembro de 1960) dedicou um *dossier* ao que já se chamava “Novo Cinema Português”, afirmando a necessidade de “sangue novo” no cinema nacional (Bénard da Costa, 1991, p. 115).

Foi nesta década que duas das principais publicações especializadas em Cinema em Portugal, as revistas *Imagem* e *Filme*, aqui analisadas, terminaram a sua edição, respectivamente em 1961 e 1964. No final dos anos 1960, apesar dos esforços desencadeados para revitalizar o cinema português, o público não mostrava interesse nos filmes nacionais, as principais produtoras tinham falido, os novos cineastas tiveram que recorrer à publicidade ou à televisão para sobreviver, o “velho” cinema esgotou-se com a morte de Leitão de Barros e o fim da carreira de Lopes Ribeiro, Perdigão Queiroga, Fernando Garcia, entre outros (Pina, 1986, p. 160). Contudo, foi também nesta década que surgiu na televisão portuguesa a primeira rubrica sobre cinema, *7ª Arte*, exibida entre 1961 e 1968 e que investiu a televisão pública com uma programação cinematográfica.

Os anos de 1970, a revolução, as novas publicações e um novo olhar para a actualidade cinematográfica

A entrada de Marcelo Caetano na presidência do Governo, em 1968, marcou um novo período na política cultural em Portugal com a criação da Secretaria de Estado da Informação e do Turismo (anterior Secretariado Nacional de Informação) e a promulgação da nova Lei do Cinema Nacional em Dezembro de 1971 (Reia-Baptista & Moeda, 2010, p. 12). Esta Lei determinava o aumento do financiamento para a produção de filmes portugueses (através da implementação de um imposto sobre os lucros de bilheteira), uma vez que se passou a reconhecer o cinema português não só enquanto arte, mas também enquanto património cultural que precisava de ser salvaguardado (Baptista, 2009, p. 315).

Em 1974 ocorre a Revolução de Abril, que implicou a cessação de financiamentos do Instituto Português de Cinema (criado em 1971 pelo governo de Marcelo Caetano) e a reavaliação das políticas do Estado para o sector cinematográfico. Os dois anos seguintes, durante o período revolucionário (também conhecido por PREC), traduzem-se numa fase de experimentação em que os cineastas registam a actualidade. Segundo Reia-Baptista & Moeda (2010), “o cinema desceu à rua, até ‘ao povo’, num ‘*happening*’ constante que durou sensivelmente até ao 25 de Novembro de 1975” (p.12), tendo-se produzido inúmeros documentários para cinema e televisão neste “interlúdio revolucionário”.

O cinema nacional no pós-25 de Abril pode ser dividido em três movimentos: Paulo Rocha, António-Pedro Vasconcelos, Alberto Seixas Santos e João César Monteiro seguem a linha do *Cahiers du Cinéma* com um cinema personalista; José Fonseca e Costa e Artur Ramos assumem um cinema realista; enquanto Artur Semedo segue um caminho muito próprio, através do humor e da crítica mordaz (Pina, 1986, pp. 168-173).

A nível da imprensa internacional, esta foi uma década marcada pela proliferação de várias publicações sobre cinema, enquanto em Portugal o sistema de comunicação social transforma-se radicalmente. “Confrontada com novas opções em ple-

na instabilidade política, a população portuguesa com possibilidade de acesso aos órgãos de informação procurou neles pontos de referência e rumos de orientação” (Mesquita, 1996, p. 361). No quadro da imprensa cultural, a década é marcada pelo reaparecimento da revista *Cinéfilo* em 1973 (desde 1939 que o suplemento com o mesmo título era publicado em conjunto com o jornal *O Século*), momento marcante na história da imprensa cinematográfica portuguesa (Cunha, 2014, p. 259). Apesar do curto regresso (terminou em Maio de 1974), foi considerada a publicação que mais espaço reservava à cultura e aos espectáculos neste período em Portugal (Carmo, 2006), abrangendo áreas como o cinema, a música, o teatro, a televisão ou o bailado. Com periodicidade semanal, um preço de 7\$50 e uma média de 50 páginas, a segunda série da *Cinéfilo* foi dirigida por Fernando Lopes, António-Pedro Vasconcelos era o chefe de redacção, João César Monteiro o redactor principal e entre os colaboradores estavam nomes como Eduardo Prado Coelho, Vasco Pulido Valente, Alberto Seixas Santos, Eduardo Geadá, Henrique Alves Costa, entre outros. Esta publicação marcou o debate cultural nos últimos momentos da ditadura, tendo contribuído para muitas das discussões que se colocaram no pós-25 de Abril (Cunha, 2014, p. 259). Após a curta circulação de *Cinéfilo*, continuou a ser publicado o suplemento com o mesmo título no jornal *O Século*, um número por ano até 1982.

Mas, ainda na década de 1970 é criada uma nova publicação, mais concretamente em 1979. *Cinema Novo* assume-se, no editorial do primeiro número, como um “espaço para dizer palavras. Para uma outra forma de (vi)ver o cinema, no ‘cruzamento de todas as linguagens’... Palavras novas para um cinema novo”. Dirigida por Mário Dorminsky, a revista *Cinema Novo* tinha periodicidade bimensal, um preço de 30\$ e era composta por uma média de 32 páginas.

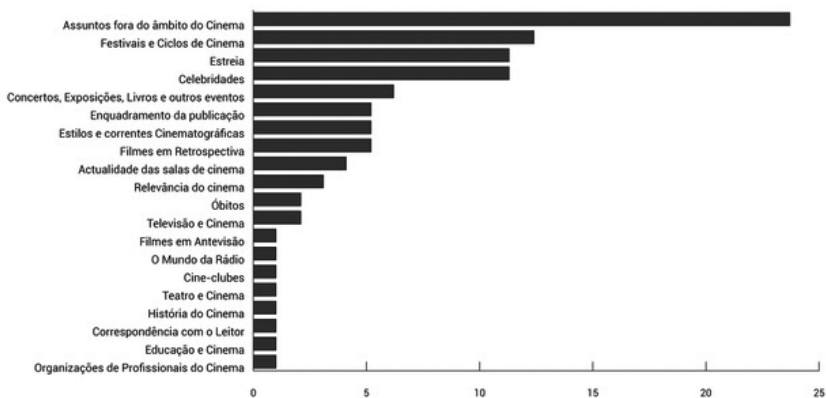


Figura 3. Temas presentes nas publicações em análise na década de 1970.

Nas publicações analisadas nesta década, *Cinéfilo* e *Cinema Novo*, os três temas directamente relacionados com a actividade cinematográfica⁷ com maior presença na

⁷ Nesta década, devido ao facto de a análise contemplar dois números da 2ª série da revista *Cinéfilo* que, apesar de se dedicar ao cinema, também aborda outras manifestações artísticas

imprensa sobre cinema nos anos 1970 (Figura 3) são os Festivais e Ciclos de Cinema (12,37%), as Celebidades (11,34%) e as Estreias (11,34%). É a partir desta década que a cobertura a Festivais e Ciclos de Cinema ganha maior destaque nas publicações, além da cobertura a eventos como o Festival de Cannes, também o crescente aparecimento de Ciclos de Cinema, nomeadamente retrospectivas promovidas pela Cinemateca Portuguesa e pela Fundação Gulbenkian são divulgados. Este foi um período em que o enquadramento dos conteúdos destas publicações passou a estar, em grande medida, centrado nos acontecimentos, tendo aparecido os espaços de agenda com as estreias da semana e os filmes em cartaz.

Quanto aos géneros jornalísticos, a notícia é a mais presente, com 45,36%, seguida dos géneros de opinião: crítica (10,31%) e crónica (9,28%). Podemos então afirmar que a década de 1970 é marcada pelos acontecimentos e pela actualidade do universo cinematográfico com textos maioritariamente descritivos, sem um protagonista assumido e acompanhados de imagem. Ao contrário do que acontecia com a imprensa generalista de então, caracterizada pela falta de artigos de análise e reflexão – “não parece muito boa (...) ela nunca procura explicar” (Sartre in Mesquita, 1996, p. 363) –, a imprensa dedicada ao cinema promove géneros como a crítica e a crónica que enalteciam a reflexão. É um período em que surgem novos títulos na imprensa sobre cinema e se passa a olhar para a actualidade cinematográfica portuguesa com outros olhos, abrindo o debate a diversas questões, nomeadamente se o cinema português se deveria orientar por uma linha mais próxima do ‘cinema de autor’ ou por um registo comercial. Esta é uma discussão que se prolongou na década seguinte. Foram anos em que se passou a olhar para outras cinematografias, como a alemã ou a chinesa e se elaboraram retrospectivas de carreiras de vários realizadores internacionais.

Os anos de 1980, os *blockbusters* americanos e a afirmação do cinema comercial em Portugal

Os primeiros anos da década ficam marcados pela afirmação de um cinema português mais “comercial”, ou seja, direccionado para o público. Ganham destaque os nomes de Luís Filipe Rocha, Lauro António, António Vitorino de Almeida e António-Pedro Vasconcelos (Pina, 1986, pp. 193-194). Foram também estes os anos em que se deram a conhecer os primeiros resultados da Escola Superior de Cinema e anos que contribuíram para a mudança na percepção que os portugueses tinham do cinema nacional. João Botelho é um dos exemplos que, com *Conversa Acabada* (1981), conquista prémios nacionais e internacionais. Em 1981, *Kilas, O Mau da Fita* de José Fonseca e Costa, atinge os 120 mil espectadores e três anos mais tarde, em 1984, *O Lugar do Morto* de António-Pedro Vasconcelos torna-se o filme português mais visto de sempre até então, ultrapassando os 270 mil espectadores (Baptista, 2009, p. 317).

Duas orientações distintas são perceptíveis no cinema português. Por um lado, defende-se um cinema fácil, de entretenimento, que oferece um “espectáculo” ao

como o teatro ou a música, o tema com maior presença registado foram os Assuntos fora do âmbito do cinema, relacionados com outras manifestações artísticas.

público e que o fidelize. Por outro, propõe-se a continuidade do “cinema de autor”, com uma exigência estética vincada e com referências distantes do grande público (Cunha, 2013, p. 216). Os sucessos de bilheteira que se verificaram no início da década trouxeram alguma esperança aos defensores da indústria cinematográfica comercial em Portugal. Contudo, os filmes portugueses de tradição mais autoral eram amplamente recebidos pela crítica internacional nos festivais de prestígio e colocavam o nome de vários cineastas portugueses nos principais circuitos internacionais de cinema. A denominada ‘escola portuguesa’ “foi louvada como a expressão moderna de uma cinematografia nacional que tinha sido poupada à ameaça equalizador do cinema de entretenimento” (Baptista, 2009, p. 317).

É durante os anos de 1980 que se assiste ao fim do cineclubismo, enquanto força de dinamismo e influência cultural, surgem novos programas na RTP, como *Museu do Cinema* (que estreia em 1986), têm início os ciclos retrospectivos na Cinemateca e na Fundação Gulbenkian e surgem festivais de cinema por todo o país, como é o caso do Caminhos do Cinema Português em 1988, do Fantasporto (Festival Internacional de Cinema do Porto) em 1981, ou o Festival Internacional de Cinema de Tróia em 1985 (Fino, 2013, pp. 237-238).

À época, o mercado era dominado por filmes de produção norte-americana que aumentam exponencialmente. De 1980 a 1989, a produção norte-americana passa de uma ocupação de 37% das estreias comerciais nas salas portuguesas para 67% (Cunha, 2013, p. 221). O desenvolvimento económico do país, a adesão à CEE na segunda metade dos anos 1980 e o consumismo que daí resultou ditam o distanciamento do público em relação ao cinema da ‘escola portuguesa’ (Baptista, 2009, p. 319).

No campo da imprensa, a década é marcada pelo eclodir das indústrias culturais em Portugal, tendo os anos de 1980 sido palco de uma crescente especialização nos *media*, resultando no aparecimento de jornais e revistas dedicados à cultura e também ao cinema (Santos Silva, 2009, p. 94), mas também no reaparecimento das páginas e secções culturais na imprensa generalista, que haviam sido menosprezadas na década anterior (Mesquita, 1996, pp. 388-389). É neste período que é publicado o último número do suplemento *Cinéfilo* no jornal *O Século*, em 1982, terminando assim aquela que havia sido a publicação sobre cinema com maior longevidade em Portugal, apesar dos diferentes formatos em que se apresentou. Contudo, este período é também marcado pelo aparecimento da revista *Cinematógrafo* em 1981; revista com uma duração muito curta, apenas foram publicados dois números no final de 1981. Com uma periodicidade mensal, um preço de 50\$ e uma média de 56 páginas, a *Cinematógrafo* tinha João Antunes como director e proprietário, Rui Duarte Gonçalves como chefe de redacção e como colaboradores Eduardo Prado Coelho, João Bénard da Costa, João Lopes, José de Matos-Cruz, entre outros. Durante os anos de 1980 continua a circular a revista *Cinema Novo* que a partir de 1983 é alvo de uma reformulação, recusando os moldes tradicionais de revista, passando então a dedicar cada número à figura e obra de um realizador, como Fellini (nº29), Hitchcock (nº30), Scorsese (nº31) ou Bergman (nº41). A primeira série desta revista termina em 1985, apesar da tentativa de a ressuscitar numa segunda série em 1988, mas que acabaria por terminar definitivamente em 1989.

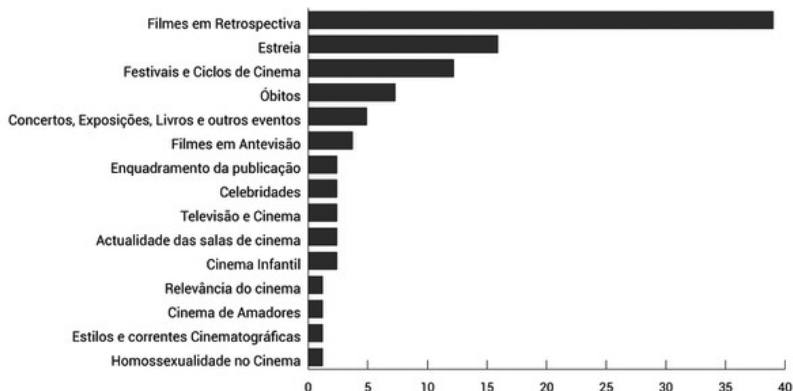


Figura 4. Temas presentes nas publicações em análise na década de 1980.

Na década de 1980⁸, a perspectiva histórica sobre o cinema tornou-se dominante (Figura 4), através do predomínio do tema Filmes em Retrospectiva (39,02%), onde se destacam os títulos essenciais e os cineastas cuja obra marca a história do cinema, como é exemplo o número da *Cinema Novo* dedicado à figura e à obra de Ingmar Bergman. Mas também a actualidade do universo cinematográfico marca presença nas publicações dedicadas ao cinema dos anos de 1980 através das Estreias (15,85%) e dos Festivais e Ciclos de Cinema (12,20%). Relativamente a novos temas, destaca-se o Cinema Infantil, que começa a ter expressão nestas publicações e a abordagem de temas que até então não eram usuais neste tipo de publicações, como é exemplo o artigo de fundo e central sobre Homossexualidade no Cinema no número 13 (Set-Out, 1980) da revista *Cinema Novo*. Nesta década regista-se o desinvestimento em celebridades, que estiveram sempre entre os três principais temas das décadas anteriores.

A crítica é o género jornalístico mais presente nesta década (47,56%), seguido da notícia (26,83%). Deste modo, a crítica continua a assumir-se como o género mais comum no jornalismo de cinema, destacando o olhar crítico sobre os filmes em estreia, bem como em retrospectiva.

A imprensa sobre cinema desta década é marcada por artigos de grande dimensão, seja sobre o cinema português, a cobertura ao Festival de Cinema da Figueira da Foz ou uma entrevista exclusiva a Ingmar Bergman.

Neste período são raros os artigos acompanhados por imagens e quando tal ocorre são imagens sempre a preto e branco, numa altura em que a imprensa a cores já é frequente em Portugal.

Apesar de o cinema português ter vivido um período de expansão nesta década, é o cinema internacional que continua a estar mais presente, com destaque para os EUA. A título de exemplo, quase metade (49,7%) das 3426 longas-metragens estrea-

⁸ Não foi analisado o último número da revista *Cinema Novo*, de 1989, por não estar disponível nos arquivos consultados: Hemeroteca Municipal de Lisboa, Cinemateca Portuguesa e Biblioteca Nacional Portuguesa.

das em Portugal ao longo da década são de origem norte-americana e apenas 1,6% são produções ou co-produções portuguesas (Cunha, 2013).

Os anos de 1980 foram, assim, um momento de transformação e mudança no cinema internacional, bem como no português. Contudo, a imprensa sobre cinema demorou a conseguir acompanhar a velocidade galopante daquela que é uma das manifestações artísticas mais importantes e só no final da década de 1990 é que viriam a aparecer publicações totalmente direccionadas para a actualidade internacional e nacional do cinema como a *Estreia* (1998) e *Premiere* (1999).

Conclusões

Ao longo destes 40 anos analisados o valor-notícia que dominou na imprensa portuguesa sobre cinema foi o da actualidade, uma vez que as Estreias, os filmes que estavam em sala naquele mês, estiveram sempre entre os três temas com maior presença nas publicações analisadas.

Se no início dos anos 1950 se verificava um jornalismo de cinema marcado por artigos de reduzida dimensão, descritivos e onde o principal tema eram as celebridades, a partir da segunda metade da década esse panorama começou a alterar-se. É a partir da década de 1960 que a crítica enquanto género de promoção da reflexão e interpretação começa a dominar as páginas destas publicações e chegando mesmo à imprensa diária generalista. Tal alteração deveu-se, em grande medida, à influência das publicações internacionais, como a francesa *Cahiers du Cinéma*, que contribuiu, de forma significativa, com novas formas de ver e analisar os filmes.

A partir da década de 1970, com a revolução de Abril, a imprensa portuguesa sobre cinema traça um novo olhar focado nos acontecimentos relacionados com o universo do cinema que surgiam por todo o país como os Festivais e Ciclos de Cinema e começou-se a olhar para cinematografias mais distantes, como a alemã ou a chinesa. Já os anos 1980 foram marcados pelo debate dos caminhos do cinema português, mas também por uma percepção histórica em que surgem as retrospectivas e os artigos sobre vários cineastas e autores, ou até números inteiros dedicados a uma figura. Também nesta década começam a ter espaço temáticas que até então não eram abordadas por estas publicações, como o Cinema Infantil ou a Homossexualidade no Cinema. No fundo, estas publicações acompanharam o cinema enquanto actividade, através das suas dinâmicas e da sua amplitude.

Regra geral, as publicações dedicadas ao cinema duraram poucos anos, tentando moldar-se às várias circunstâncias do mercado da imprensa, bem como do cinema português. Daí haver publicações com várias séries e mesmo com períodos de interrupção. Relativamente à composição das redacções destas revistas é notória a presença constante de vários realizadores portugueses como António Lopes Ribeiro, Fernando Lopes ou António-Pedro Vasconcelos em papéis de direcção ou chefia de redacção. Tendo destacado-se também nomes que percorrem as várias décadas e várias publicações como é o caso de Henrique Alves Costa.

Concluindo, entendemos que, ao longo do séc. XX, a imprensa sobre cinema andou de mãos dadas com os cineastas, tendo, muitos deles, um papel activo na vitalidade desta imprensa. Algo que actualmente é totalmente inexistente num país

em que, desde 2014, não há nenhuma publicação sobre cinema e em que o próprio sector do jornalismo e o do cinema parecem não mostrar interesse (salvo raras exceções na rádio e televisão) em revitalizar essa convivência.

Referências bibliográficas

- Baptista, C. (2017a). Jornalismo Cultural em Portugal - retrato de uma década e projecções para o futuro. In C. Baptista (Ed.), *A Cultura na Primeira Página - Uma década de jornalismo cultural na imprensa em Portugal* (1ª ed., pp. 43-86). Lisboa: Escritório Editora.
- Baptista, T. (2009). Nacionalmente Correcto: a invenção do cinema português. *Estudos do século XX*, 9, 307-323.
- Barroso, E. P. (2002). *Justificação e Crítica do Cinema Português. Anos 60/Anos 70*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Barroso, E. P. (2008). *Locomotiva dos Sonhos* (1ª ed.). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Bénard da Costa, J. (1991). *Histórias do Cinema: Sínteses da cultura portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Borges, T. B. (2018, Fevereiro 1). *Textos & Imagens 5*. Retrieved from <http://www.cinematteca.pt/Cinematteca/Destaques/Textos-Imagens-5.aspx>
- Carmo, T. M. (2006). Evolução Portuguesa do Jornalismo Cultural. *Janus*.
- Costa, A. (1954). *Breve História da Imprensa Cinematográfica Portuguesa*. Porto: Cine-clubes do Porto.
- Costa, A. (1978). *Breve História do Cinema Português (1896-1962)*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa/Secretaria de Estado da Investigação Científica/Ministério da Educação e Investigação Científica.
- Cunha, P. (2013). 1980-1989 A "diferença" portuguesa? In P. Cunha, & M. Sales, *Cinema Português: Um Guia Essencial* (1ª ed., pp. 215-237). São Paulo: SESI-SP editora.
- Cunha, P. (2008). A crítica que mudou a crítica de cinema na imprensa portuguesa: o caso Diário de Lisboa, 1968. *Colóquio Internacional "O Cinema através da Crítica. Cinema, teoria, literatura e crítica de cinema na Península Ibérica*. Coimbra.
- Cunha, P. (2014). *O Novo Cinema Português. Políticas Públicas e Modos de Produção (1949-1980)*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Cunha, P., & Penafria, M. (2017). A Crítica dos Cineclubes em Portugal: O Caso do Boletim do Cineclubes de Guimarães. In P. Cunha, & M. Penafria (Eds.), *Crítica de Cinema - Reflexões sobre um Discurso* (1ª ed., pp. 103-122). Covilhã: LabCom.IFP.
- Fino, Á. M. (2013). *Contributos para o Estudo do Cinema Português nas décadas de 1980 e 1990. Uma visão através da imprensa*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Henry, C. (2006). *A Cidade Das Flores: Para Uma Recepção Cultural Em Portugal Do Cinema Neo-Realista Italiano Como Metáfora Possível De Uma Ausência* (1ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mangorinha, J. (2014a, Fevereiro 25). *Cinema: semanário cinematográfico*. Retrieved from <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Cinema.pdf>
- Mesquita, M. (1996). Os meios de comunicação social. In A. Reis, *Portugal 20 Anos de Democracia* (pp. 360-405). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Penafria, M. (2013). Os primeiros anos do cinema em Portugal. In P. Cunha, & M. Sales, *Cinema Português: Um Guia Essencial* (1ª ed., pp. 10-44). São Paulo: SESI-SP editora.

Pina, L. d. (1986). *História do Cinema Português*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Reia-Baptista, V., & Moeda, J. (2010). Algumas notas sobre o Cinema Português depois do 25 de Abril. In J. Maria Mendes, *Novas & Velhas Tendências no Cinema Português Contemporâneo* (1ª ed., pp. 11-15). Amadora: Biblioteca da Escola Superior de Teatro e Cinema.

Santos Silva, D. (2009). Tendências do Jornalismo Cultural em Portugal. *Anexo dos Congressos 6º SOPCOM/8º LUSOCOM* (pp. 91-106). Lisboa: SOPCOM.

Notas biográficas

Jaime Lourenço é doutorando em Ciências da Comunicação no ISCTE-IUL e mestre em Jornalismo pela ESCS-IPL. Tem uma bolsa de doutoramento financiada e apoiada pela FCT com a referência SFRH/BD/143752/2019. O estudo do jornalismo de cinema é o mote da sua actual investigação. É, ainda, editor executivo do UALMedia da Universidade Autónoma de Lisboa.

ORCID ID: 0000-0002-9774-4967

Email: jaimelourenco@me.com

Morada: Universidade Autónoma de Lisboa (UALMedia), Rua de Santa Marta 56, 1169-023 Lisboa.

Maria João Centeno é doutorada e mestre em Ciências da Comunicação pela FCSH-UNL e licenciada em Comunicação Social pela UBI. Professora coordenadora e investigadora da ESCS-IPL, onde coordena a secção de Ciências da Comunicação e preside ao Conselho Pedagógico. Investigadora doutorada integrada do ICNOVA-FCSH.

Ciência ID: B217-89A5-0F6F

Email: mcenteno@escs.ipl.pt

Morada: Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social, Campus de Benfica do IPL, 1549-014 Lisboa, Portugal

*Submetido: 2018.11.30

*Aceite: 2019.08.04

As inundações de Lisboa de 1967 como acontecimento mediático no Rádio Clube Português

The Lisbon floods of 1967 as a media event at Rádio Clube Português

Las inundaciones de Lisboa de 1967 como acontecimiento mediático en Rádio Clube Português

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_11

Cláudia Henriques

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - CECS

Resumo

Na noite de 25 de novembro de 1967 uma catástrofe de chuva e lama abate-se inesperadamente sobre Lisboa. Num Estado sem capacidade de reação, nem dispositivos censórios capazes de conter a inevitável torrente de informação sobre um acontecimento desta envergadura, a tragédia revela-se brutal e por demais visível, com números esmagadores, que a Censura tenta, mas não consegue controlar totalmente. Antes das manchetes da manhã seguinte, é através do Rádio Clube Português, numa emissão contínua que contrasta com o silêncio da estação oficial do Estado Novo, que se ouvem as primeiras notícias sobre as inundações. Este artigo aborda a catástrofe de 1967 enquanto acontecimento mediático, recorrendo à análise qualitativa dos sons de arquivo do RCP e a entrevistas a antigos jornalistas da estação. O objeto empírico é enquadrado historicamente e estudado, no âmbito dos estudos dos média, à luz das teorias do acontecimento de autores como Dayan e Katz, Kepplinger e Habermeyer, Nora ou Quéré.

Palavras chave

RCP; inundações; acontecimento; jornalismo radiofónico; história da rádio

Abstract

On the night of November 25, 1967 a rain and mud strikes Lisbon unexpectedly. In a state with no responsiveness and no censorship devices capable of containing the inevitable torrent of information about such an event, the tragedy proves to be brutal and too visible. The event has overwhelming numbers, which censorship attempts but cannot fully control. Before the next morning's headlines, it is through Rádio Clube Português, in a continuous broadcast that contrasts with the silence of the Estado Novo official station, that the first news about the floods are heard. This article addresses the 1967 catastrophe as a media event, using qualitative analysis of RCP archival sounds and interviews with former journalists of the station. The empirical object is historically framed and studied, within the scope of

media studies, in the light of the theories of the event of authors such as Dayan and Katz, Kepplinger and Habermeier, Nora or Quéré.

Keywords

RCP; floods; media event; radio journalism; radio history

Resumen

En la noche del 25 de noviembre de 1967, una catástrofe de lluvia y barro azota inesperadamente a Lisboa. En un estado sin capacidad de respuesta y sin dispositivos de censura capaces de contener el torrente inevitable de información sobre tal evento, la tragedia demuestra ser brutal y demasiado visible, con números abrumadores, que la Censura intenta, pero no puede controlar por completo. Antes de los periódicos de la mañana siguiente, es a través de Rádio Clube Português, en una transmisión continua que contrasta con el silencio de la estación oficial del Estado Novo, que se escuchan las primeras noticias sobre las inundaciones. Este artículo aborda la catástrofe de 1967 como un acontecimiento mediático, utilizando análisis cualitativos de los sonidos de archivo RCP y entrevistas con ex periodistas de la estación. El objeto empírico se enmarca históricamente y se estudia, dentro del alcance de los estudios de medios, a la luz de las teorías del acontecimiento de autores como Dayan y Katz, Kepplinger y Habermeier, Nora o Quéré.

Palabras clave

RCP, inundaciones, acontecimiento, periodismo radiofónico, historia de la radio

*Era ao cair da tarde – e havia mortos.
Todos muito juntos, enlameados, compridos.*

Pedro Alvim¹

As inundações de 1967, mais de 50 anos volvidos, são ainda pouco investigadas. No plano académico, têm sido estudadas, essencialmente, pelo prisma da geografia e do ordenamento do território. No campo da história, os trabalhos de Miguel Cardina, individualmente (Cardina, 2008) ou em parceria (Costa et al., 2014, 2016), constituem uma referência para se pensar a catástrofe nas suas causas e efeitos políticos e sociais. Accornero (2009) e Araújo (2011) dão contributos nas suas teses de doutoramento, estudando as cheias do ponto de vista da mobilização estudantil e do ativismo católico. Luísa Tiago de Oliveira (2013) introduz o tema no estudo das dinâmicas estudantis do Instituto Superior Técnico, convocando as memórias de antigos estudantes e dirigentes.

No campo dos estudos dos média este tema permanece inexplorado, a pedir contributos aprofundados. Este artigo, que cruza os estudos dos média e a história da rádio, olha para as inundações de 1967 enquanto acontecimento mediático, num

¹ Da crónica “Os mortos e os fósforos”, de Pedro Alvim (1968), escritor e jornalista do *Diário de Lisboa* que cobriu a tragédia.

tempo em que o jornalismo radiofónico, pela mão do Rádio Clube Português (RCP), conhece um impulso decisivo.

Sendo a dimensão mediática o nosso foco principal, entendemos, igualmente, que o edifício histórico, designadamente a realidade social e política que o acontecimento revela, é determinante para iluminar e problematizar o nosso objeto. Entendemos que pensar o acontecimento enquanto entidade mediática exige que a ele não sejam retiradas as variáveis da história que o fazem ter determinada feição e não outra. A proposta de Asa Briggs e Peter Burke (2006, p. 10) é inspiradora: “mostrar a importância do passado em relação ao presente, trazendo a história para o interior dos estudos dos média, e os média para dentro da história”.

É a partir da cobertura jornalística do RCP que analisamos esta catástrofe enquanto acontecimento mediático. Não obstante, lançamos também um olhar sobre a cobertura da imprensa e (o silêncio) da Emissora Nacional (EN), que serve não para uma análise comparativa estruturada, mas como enquadramento e contraponto ao nosso objeto.

1. A catástrofe natural como acontecimento mediático

No início da década de 1970, Pierre Nora (1987) decretou o “regresso do acontecimento” à história. Na base deste “regresso” estava a experiência vivida nos dias agitados do Maio de 1968. Nora (1991, p. 46) acolheu na varanda da sua casa, com vista para os confrontos de Paris, um jornalista da rádio Europe 1 que cobria o acontecimento. Ao mesmo tempo que assistia em direto ao acontecimento, era também testemunha da capacidade da rádio em transmiti-lo e amplificá-lo. Para o historiador, torna-se claro que, no final do século XX, “o monopólio da história” pertence aos média (Nora, 1987, p. 245), e que “não há acontecimento sem os média” (Nora, 1991, p. 47). Os média participam da natureza do acontecimento, e é a partir destes que ele faz prova de vida.

No campo dos estudos dos média, a proposta de Dayan e Katz (1999) revelou-se fundamental para a teorização do acontecimento mediático. Porém, para estes autores, acontecimentos noticiosos e acontecimentos mediáticos não são sinónimos. Se os primeiros “falam de acidentes, de desordem”, os segundos “celebram a ordem e a restauração” (Dayan & Katz, 1999, p. 24). O trabalho teórico dos autores incide especificamente sobre os acontecimentos transmitidos em direto pela televisão – em especial, os acontecimentos cerimoniais –, previamente planeados e negociados, e que apelam ao consenso social. De fora, ficam os acontecimentos jornalísticos que irrompem nos média e são selecionados através dos critérios de noticiabilidade. “Estamos interessados, sim, no funeral de Kennedy – um grande ceremonial – e não no assassinio de Kennedy, um grande acontecimento noticioso”, vincam Dayan e Katz (1999, p. 24).

Para Quéré (2005, p. 61), os acontecimentos importantes são inesperados: “Quando se produzem não estão conectados aos que os precederam nem aos elementos do contexto: são descontínuos relativamente a uns e a outros e excedem as possibilidades previamente calculadas”. São acontecimentos que “irrompem na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais”. (Rodrigues, 1999, p. 27)

Este estudo remete para um tipo de acontecimento, a catástrofe, que “opera uma ruptura inesperada na ordem das coisas” (Rebelo, 2006, p. 19). Na sua relação com os média, se recorrermos à taxonomia de Kepplinger e Habermeier (1995), a catástrofe é um

acontecimento “genuíno”, ou seja, independente dos média, contrastando com os acontecimentos “mediados” (influenciados pelos média) e “encenados” (para os média). No entanto, estes conceitos são porosos. Como Mário Mesquita (2003, p. 33) sublinha, mesmo tratando-se de acontecimentos imprevistos, “como as catástrofes ou os acidentes, passada uma primeira fase de desorientação, o teatro do poder rapidamente se instala de forma a assegurar o controlo estratégico da narrativa mediática”. Não é por ser “genuíno” que o acontecimento deixa de ser apropriado, alimentado, e valorado pelos média.

Neste estudo, contrariando a perspetiva com que Dayan e Katz definiram o conceito de acontecimento mediático, e servindo-nos da reflexão crítica de Mesquita (2003, p. 359 ss.), entendemos que uma catástrofe como a de 1967, nos antípodas da harmonia que é marca de água do cerimonial, também se constitui como acontecimento mediático. É-o, no sentido amplo de acontecimento que recebeu uma atenção privilegiada dos média, designadamente do RCP, provocando a interrupção da emissão e monopolizando a agenda noticiosa durante alguns dias.

Apesar das diferenças conceptuais já referidas, as propostas teóricas de Dayan e Katz não deixam de ser uma importante referência para um estudo como este, que reflete sobre um acontecimento disruptivo. Se, por um lado, as catástrofes não se encaixam no planeamento das “telecerimónias”, por outro, muitas são as características partilhadas: a interrupção da rotina, o monopólio exercido, o direto, a mobilização de grandes audiências (Dayan & Katz, 1999, pp. 20-24).

Pierre Nora (1987, p. 249) apelidou os acontecimentos de “vulções da actualidade”, e lançou pontes para que a história recente e o campo mediático não se estranhassem. O “regresso do acontecimento” à história, contra a longa duração dos Annales, significou um alento para a não marginalização dos média e dos acontecimentos mediáticos na compreensão das dinâmicas do presente e do passado. Significou também a valorização da “inteligência narrativa” da história (Ricoeur, 1991), capaz de dar contexto e perspetiva aos acontecimentos que nascem, crescem e morrem nos média.

2. As inundações de 1967: acontecimento mediático em regime de censura

O acontecimento das cheias não pode ser visto apenas pelo prisma da teorização do acontecimento mediático, que enquadra, sobretudo, realidades mais recentes em contexto de democracia. É no quadro do cerceamento de liberdades no Portugal dos anos 1960 que este acontecimento se explica e adquire força e alcance singulares.

Um acontecimento imprevisto é, por definição, inimigo de um regime que rejeita a liberdade de informação e pensamento. Um regime munido de um dispositivo censório privilegia a estabilidade e o consenso, que tendem a ser postos em causa quando, inesperadamente, um acontecimento irrompe. É a partir destas premissas que indagamos o acontecimento em estudo.

O Secretariado Nacional da Informação (SNI) superintendia a censura à rádio, mas em moldes diferentes dos da imprensa (Franco, 1993; Carvalho, 1999). A rádio não ia à Censura diariamente para obter o visto do “lápiz azul” como os jornais. A Censura estava na rádio. O RCP tinha, desde os anos 1950, um serviço interno de fiscalização, que, se no início tinha apenas funções técnicas, rapidamente se transformou em serviço censório (Cristo, 2005, p. 81).

Em 1967, o responsável pelo serviço de fiscalização era Moita de Deus, funcionário do RCP, em colaboração com o delegado do governo junto do RCP (e demais estações particulares), António Neves Martinha. Martinha é nomeado em 1965,

com a finalidade de (...) superintender e coordenar as actividades das mesmas Estações. Espera-se conseguir (...) uma visão de conjunto dos problemas que afectam a produção radiofónica particular, nomeadamente no capítulo da informação, e, conseqüentemente, uma maior harmonia (...), imprimindo-lhes [aos postos de rádio] um carácter homogéneo.²

À estrutura de censura interna competia escutar a emissão em permanência e gravá-la de forma sistemática, por forma a possibilitar a censura *a posteriori* (Azevedo, 1999, p. 74), o que se revelava difícil no caso dos noticiários, emitidos em direto.

João Paulo Guerra, noticiarista do RCP entre 1963 e 1973, explica que as rotinas produtivas dos noticiaristas estavam muito ligadas aos telexes recebidos das agências de informação estrangeiras (France Presse e Reuters), para além da portuguesa ANI (Agência de Notícias e Informação), mas a sua divulgação dependia da autorização da Censura:

Nós recebíamos os telexes ao mesmo tempo que a Censura e, portanto, as notícias, por princípio, estavam todas suspensas. As notícias estão todas numeradas e, de tempos a tempos, vem uma coisa da Censura a dizer, por exemplo: "Serviço da France Presse, das notícias 14 à 27, a 16 está totalmente cortada, a 20 tem o segundo parágrafo cortado e o resto está livre". Mas isto era teórico, porque a gente no Rádio Clube não estava à espera disto. Muitas vezes dávamos a notícia antes. Se morreu o De Gaulle nós não ficávamos à espera que a Censura libertasse aquilo, dávamos a notícia.³

A suspensão prévia das notícias era comum aos outros média, mas como refere o jornalista Adelino Gomes, à época no RCP, "os jornais só saíam à tarde ou no dia seguinte, e aí a rádio, pelas suas características, tinha a possibilidade de antecipar a notícia".⁴

A transmissão do acontecimento das cheias no RCP, na noite de 25 para 26 de novembro de 1967, vai beneficiar da emissão em direto, das características da censura à rádio em ambiente "caseiro" e *a posteriori*, e das especificidades do próprio meio (continuidade, mobilidade, instantaneidade e democraticidade⁵ do som), que davam alguma margem de manobra aos noticiaristas para "furarem" o sistema (Cristo, 2005, pp. 88-89).

Embora alguns autores falem num agravamento dos mecanismos de censura nos anos 1960, mercê da eclosão da guerra colonial e da crise académica (Azevedo,

² Arquivo Nacional Torre do Tombo, Secretariado Nacional de Informação, Correspondência sobre rádio (1964-1970), Cx. 1386, Ofício enviado do SNI aos Emissores Associados de Lisboa (1965, 18 de novembro).

³ Entrevista pessoal a João Paulo Guerra, Lisboa (2014, 07 de maio).

⁴ Entrevista pessoal a Adelino Gomes, Lisboa (2015, 19 de junho).

⁵ Num país que tinha, em 1970, mais de 25% de analfabetos (cf. <https://www.pordata.pt>), com graves assimetrias sociais e económicas, a rádio, face aos jornais e à televisão, era o meio mais acessível.

1999, p. 448; Franco, 1993, pp. 138-139), o episódio das cheias dá-se no ocaso do consulado de Salazar, a menos de um ano da subida ao poder de Caetano. Parece-nos que, neste período, há um certo refluxo censório, diferente do endurecimento vivido no início da década 1960 e daquele que se viveria a partir de 1970, gorada a “primavera marcelista” (Barreto, 1999). Sem essa distensão, mesmo que tênue, cremos que o RCP e a imprensa não teriam deixado um rasto tão significativo do acontecimento, como adiante veremos.

Isto não significa que o poder do som da rádio fosse subestimado. A reportagem que Guerra fez na madrugada das cheias é disso exemplo:

Chego ao RCP e então dizem-me que o Moita de Deus quer falar comigo. E eu chego lá e estava o Moita de Deus e o Dr. Martinha, que ia lá quando havia alguma “bronca”. Dizem-me: “Você excedeu-se um bocado”. Eu pergunto porquê. Eu tinha entrevistado pessoas, que moravam ali, em barracas. O que os incomodou é que eu tinha o som de uma mulher a gritar, um grito fundo, sonoro. E eles dizem que “é uma coisa alarmista” e que, se “tivesse passado por aqui pelos serviços, o grito não ia para o ar.”⁶

O caudal da informação no RCP haveria de diminuir, tal como aconteceu na imprensa. Guerra recorda que na manhã de 26 de novembro, pouco depois de ter recebido um telex da Censura a elogiar o trabalho da estação naquela noite, recebeu outro a dizer que estavam suspensas quaisquer notícias do RCP sobre o número de mortos.

3. A chuva que matou: de catástrofe natural a tragédia social

Na noite de 25 de novembro chuvas torrenciais abatem-se sobre a Grande Lisboa, naquela que foi considerada a pior catástrofe natural desde o terramoto de 1755. Loures, Vila Franca de Xira e Alenquer são alguns dos concelhos mais afetados. Atualmente, estima-se que tenham morrido mais de 500 pessoas, podendo o número ser superior a 700⁷. À época, a contabilidade de Salazar não foi além dos 468 mortos.

Os dados pluviométricos mostram que foi no Estoril que se verificou uma maior intensidade das chuvas; no entanto, foi junto às ribeiras do Jamor, de Odivelas, do Trancão e de Alenquer que o efeito das águas foi mais violento (Amaral, 1968; Ramos & Reis, 2001). É nestes territórios periféricos que ocorrem mais mortes e destruições. Há um descompasso evidente entre os locais onde a chuva mais caiu e aqueles onde mais matou.

O relato do comandante dos Bombeiros de Odivelas, escrito nas primeiras 48 horas da tragédia, é elucidativo da velocidade da intempérie e prenúncio do elevado número de mortos que se verificaria:

Às 23h40 estava consumada a grande catástrofe com todas as estradas cortadas para Odivelas, e centenas de pessoas a gritar pedindo para as salvar (...).

⁶ Entrevista pessoal a João Paulo Guerra, Lisboa (2014, 07 de maio).

⁷ Rebelo (1997, 2008) e Costa et al. (2014, 2016) consideram que terão morrido mais de 500 pessoas. Para Ramos & Reis (2001) e Pimentel (2013), a catástrofe causou cerca de 700 mortos.

Às 4h00 da madrugada (...) começaram a chegar cadáveres de homens, mulheres e crianças (...). Às 16h estavam depositados no nosso Quartel 61 cadáveres.⁸

Na primeira sessão da Assembleia Nacional depois da catástrofe, Mário de Figueiredo faz uma intervenção que espelha os argumentos em que o regime se escudará para minimizar a catástrofe: por um lado, o Governo foi eficaz e “tomou as disposições que julgou mais adequadas na emergência”; por outro, as mortes e destruições são produto da “fúria dos elementos”⁹. Um mês e meio depois, o deputado Sebastião Alves enaltece a “onda de caridade cristã”¹⁰ gerada, sobrepondo-a à própria tragédia.

Para lá dos argumentos oficiais, esta catástrofe tem de ser entendida no quadro dos problemas sociais e económicos vividos na década de 1960. A tragédia torna flagrante um tecido suburbano feito de habitações clandestinas, precárias, construídas desordenadamente junto a ribeiras ou em leitos de cheias. Os estudantes¹¹, que acorrem em massa aos locais mais afetados (Cardina, 2008; Costa et al., 2014, 2016), denunciam: as populações vivem em “barracas, casebres, bairros da lata”; não existem “sistemas de segurança e socorros, prevenção de epidemias, redes de escoamentos das águas”; o auxílio às vítimas é deixado “ao sabor da iniciativa individual ou de organizações mais ou menos oficiais”; o poder político revela-se mais preocupado com a “mobilização moral” do que com a “mobilização humana, efectiva, de esforços, de permanência activa junto das populações”¹².

4. As notícias do dia seguinte

Os jornais de domingo, apesar de “visados pela Censura”, contrastam de tal modo com a modorra das edições dos dias anteriores que quase parecem escapar ao cerco da Censura. A força das manchetes e dos títulos principais é notória: “Chuva e morte: centenas de vítimas”¹³, “Duzentos mortos – balanço oficial da tragédia”¹⁴, “Noite dramática em Lisboa e arredores”¹⁵. No interior dos jornais, expressões como “dor”, “tragédia”, “miséria” ou “destruição e morte” dão espessura ao drama vivido.

Em quase todos os jornais, as notícias prolongam-se até dia 10 de dezembro, mas perdem intensidade quatro dias após a catástrofe, até desaparecerem por completo. No dia 2 de dezembro, o *República*, jornal da oposição, atualiza o número de mortos

⁸ Relatório de Fernando de Oliveira Aleixo, comandante dos Bombeiros Voluntários de Odivelas, de 27/11/1967. Disponível em <https://www.publico.pt/2017/11/12/sociedade/noticia/as-4h-da-manha-comecaram-a-chegar-cadaveres-de-homens-mulheres-e-criancas-1791976>

⁹ *Diário das Sessões*, IX Legislatura, n.º 101, 29/11/1967, p. 1881. Disponível em <http://debates.arlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/09/03/101/1967-11-28>

¹⁰ *Diário das Sessões*, IX Legislatura, n.º 115, 10/01/1968, p. 2171. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/09/03/115/1968-01-09/2171>

¹¹ Segundo Cardina (2008), as inundações de 1967, juntamente com a eclosão dos movimentos estudantis internacionais e a rejeição da guerra colonial, foram um dos principais fatores que aceleraram a politização dos estudantes nos finais da década de 1960.

¹² *Solidariedade Estudantil* (1967, 04 de dezembro).

¹³ *Diário de Lisboa* (1967, 26 de novembro, 2.ª ed.).

¹⁴ *Diário Popular* (1967, 26 de novembro).

¹⁵ *Diário de Notícias* (1967, 26 de novembro).

para 468. É o máximo que as autoridades admitem. Com o passar dos dias, a ideia dominante é a de um país onde “após o caos, raiou a esperança”¹⁶.

Mas, se o *Diário da Manhã*, correia de transmissão do regime, preferiu salientar como consequências da catástrofe o movimento de solidariedade gerado, e como causas a ação da natureza, outros jornais e boletins foram mais fundo na problematização do que acontecera (Costa et al., 2014, 2016).

Fora dos circuitos dos média convencionais, o *Solidariedade Estudantil*, organizado pelas Associações de Estudantes de Lisboa, escapa à censura. Sem filtros, os estudantes questionam: “Como pode a chuva de algumas horas (...) provocar a morte de mais de meio milhão de pessoas, arrasando povoações inteiras, obstruindo estradas, paralisando a vida, já bem precária aliás, de inúmeras populações?”¹⁷

O *Comércio do Funchal*, semanário que assumiu um relevante papel no contexto da resistência à ditadura, publica um editorial incómodo: “Nós não diríamos: foram as cheias, foi a chuva. Talvez seja mais justo afirmar: foi a miséria, miséria que a nossa sociedade não neutralizou, quem provocou a maioria das mortes”¹⁸.

Também os diários de grande tiragem intervieram neste debate. À fatalidade do desastre natural contrapõem perguntas retóricas que apontam num só sentido: a responsabilidade dos homens, implicitamente os detentores de poder¹⁹. O *Diário Popular*, por exemplo, três dias depois da tragédia, diz ser tempo de analisar o que aconteceu, indagando e denunciando: “Se a existência dessas construções e localizações de determinadas construções fosse outra, não teriam sido em menor número as habitações arrastadas pelas cheias de rios e ribeiros, pelas quedas de muros e terras?”²⁰

5. O acontecimento e a cobertura informativa do RCP

5.1. Noticiários e PBX: uma madrugada em direto

Na noite de sábado, por volta das 20.30h, José Nuno Martins saiu de casa, nos Olivais, rumo ao RCP²¹. Era repórter do PBX, um dos programas mais populares e marcantes do final da década de 1960, estreado a escassos dois meses da catástrofe (Santos, 2017a, p. 142 ss.).

Antes de chegar à Sampaio e Pina, José Nuno Martins ainda teria de fazer um desvio para uma reportagem. Ao chegar à Praça de Espanha sente o autocarro deitar-se. Quem estava no autocarro é obrigado a sair, num cenário de “água pelos joelhos, enxurrada, e carros a boiar e a chocar uns com os outros”. Pegar no gravador foi o ímpeto imediato do repórter. José Nuno Martins regista, assim, as primeiras

¹⁶ *O Século Ilustrado* (1967, 09 de dezembro).

¹⁷ *Solidariedade Estudantil* (1967, 04 de dezembro).

¹⁸ *Comércio do Funchal* (1967, 10 de dezembro).

¹⁹ *Diário de Lisboa* (1967, 27 de novembro); *República* (1967, 27 de novembro); *Diário Popular* (1967, 29 de novembro); *O Primeiro de Janeiro* (1967, 29 de novembro).

²⁰ *Diário Popular* (1967, 29 de novembro).

²¹ Entrevista pessoal a José Nuno Martins, Lisboa (2014, 27 de outubro).

declarações dos bombeiros que vai encontrando, no eixo Praça de Espanha-António Augusto Aguiar-Marquês da Fronteira, antes de chegar ao RCP.

O radialista recorda-se de ter entrado no RCP cerca das 22h, “e de ser o primeiro a chegar e a trazer notícias”. Chegariam depois à rádio, espontaneamente, mais e mais profissionais, entre locutores, noticiaristas e técnicos.

O PBX, que só começava às 24h, vai para o ar mais cedo. Para além de antecipado, o programa prolonga-se muito para lá das duas horas habituais. José Nuno Martins afirma que a emissão só foi entregue de manhã à *Onda do Optimismo*, programa que começava às 8.30h. Até lá, toda a programação é interrompida e os seus profissionais integrados nesta superequipa que acompanha as cheias. “É uma emissão contínua, especial, assumida pelo RCP”, afirma José Nuno. As declarações do repórter do PBX mostram como as inundações comungam de alguns atributos dos acontecimentos mediáticos de Dayan e Katz (1999, p. 25), nomeadamente a interrupção da emissão e “o cancelamento dos programas agendados normalmente”²², indicadores da “grandiosidade do acontecimento”.

Nesta noite é fundamental a sinergia entre quem coordena a emissão e comunica o acontecimento ao microfone – no caso, Fialho Gouveia é o líder que gere a emissão, e Carlos Cruz o homem que está na cabine, a falar com o ouvinte²³ – e quem, na redação, recolhe e trata a informação.

João Paulo Guerra lembra uma madrugada agitada, com jornalistas a saírem para o terreno, e outros a receber, na estação, as informações do exterior²⁴. A partir dos quartéis dos bombeiros e de outros locais de crise, os repórteres telefonavam a informar sobre a dimensão da tragédia. Quem estava na redação recolhia a informação, redigia-a para ser lida ao microfone, e passava-a de imediato a quem estivesse em antena.

A única prova sonora desta emissão contínua é o registo de uma entrevista telefónica que Luís Filipe Costa faz ao proprietário da estação, Júlio Botelho Moniz, em direto, às 5.10h da madrugada. As declarações de Botelho Moniz, de defesa e autoelogio da estação a que preside, dão conta do empenho dos profissionais do RCP na produção de informação contínua sobre a tragédia:

Começo por felicitar e dar os parabéns ao programa PBX. (...) Mando também daqui um grande abraço ao nosso grande Filipe Costa, chefe dos nossos noticiários, e à sua equipa. (...) Fizemos apelos, coordenámos serviços, mantivemos informação permanente. (...) Fizemos tudo o que pudemos para manter o país informado do que se passou em Lisboa. (...) E, como sem-

²² No entanto, enquanto no caso do acontecimento cerimonial (por exemplo, a transmissão de um casamento real) a interrupção é pré-planeada, assim como o acontecimento é anunciado e publicitado com antecedência (Dayan & Katz, 1999, p. 22), a suspensão da programação em caso da catástrofe é inesperada e ganha uma urgência de notícia de última hora.

²³ Para além de Carlos Cruz e Fialho Gouveia, Paulo Cardoso era também um dos realizadores do programa, que era produzido pelos Parodiantes de Lisboa. Na função de repórteres passaram pelo PBX, referências do jornalismo como Adelino Gomes ou João Paulo Guerra, o que leva Matos Maia (2009, p. 339) a afirmar que “nunca um programa de rádio em Portugal teve uma equipa tão numerosa e qualificada”.

²⁴ Entrevista pessoal a João Paulo Guerra, Lisboa (2014, 07 de maio).

pre, o RCP esteve na primeira linha da informação. E esteve sempre a servir o país. Esteve sempre a servir a nação.²⁵

João Paulo Guerra sublinha, indiretamente, outras características do acontecimento mediático que estão patentes no caso das cheias: o incremento e a mobilização das audiências (Dayan & Katz, 1999, pp. 26-27). Segundo o jornalista, o RCP fez “um trabalho fantástico” de ligação com o ouvinte:

Não havia telefones móveis. (...) Mas, naquela altura, já existiam os transístores. Já existia rádio sem ser ligada à corrente, o que dava uma outra liberdade ao ouvinte. Rapidamente se propagou a ideia de que o RCP estava a cobrir isto, e as pessoas, ao longo da madrugada sintonizam o RCP. As próprias pessoas começam a telefonar ininterruptamente, pedindo e dando informações.²⁶

As memórias de José Nuno Martins vão no mesmo sentido:

Passei a noite a receber telefonemas, a “limpá-los”, e a pô-los no ar. Pusmos no ar dezenas de testemunhos de ouvintes. Depois, a certa altura, lembro-me que era já noite muito alta, e dissemos em antena que estávamos com fome. E as pessoas acorrem, de imediato, a levar-nos leite, bolos, pão, manteiga. Foi fantástico. E pedimos, em antena, aos bombeiros, para que quando regressarem aos quartéis viessem ao RCP [comer]. E houve um ou outro que veio.²⁷

A experiência narrada por quem viveu aquela noite de urgência na rádio vai ao encontro do que postula Quéré (2005) sobre o poder que o acontecimento tem de saltar da vida dos que são diretamente afetados por ele para o resto da população que recebe os seus ecos.

5.2. O acontecimento no contexto do jornalismo do RCP

Os anos 1960 trouxeram renovação ao jornalismo radiofónico em Portugal, através do RCP (Cristo, 2005; Bonix, 2009; Santos, 2014), num tempo em que a imprensa também assistiu a uma série de mudanças na recomposição das redações, do perfil dos jornalistas e das suas práticas (Cabrera, 2006; Correia & Baptista, 2007).

Em 1960 é da cúpula do RCP, por iniciativa de Botelho Moniz, que Luís Filipe Costa, vindo da publicidade, é chamado a criar um Serviço de Noticiários. Com noticiários de curta duração, numa cadência informativa horária, inédita em Portugal, Filipe Costa tem ao seu dispor uma jovem equipa, organizada por turnos.

Pelos noticiários do RCP, ao longo dos anos 1960-1970, passaram profissionais como Manuel Bravo, João Paulo Guerra, Adelino Gomes ou Joaquim Furta-

²⁵ Arquivo Sonoro da Rádio e Televisão de Portugal, Fundo Rádio Clube Português, AHD9119-7, Entrevista a Júlio Botelho Moniz na noite das inundações (1967, 26 de novembro).

²⁶ Entrevista pessoal a João Paulo Guerra, Lisboa (2014, 07 de maio).

²⁷ Entrevista pessoal a José Nuno Martins, Lisboa (2014, 27 de outubro).

do. Estes jornalistas, designados “noticiaristas”²⁸, já não vão ser apenas os locutores que leem as notícias cortadas e coladas da imprensa, como era habitual na EN: são fazedores, eles próprios, dos textos que transmitem aos ouvintes (Cristo, 2005; Santos, 2014).

Progressivamente, a informação radiofónica vai-se libertando do peso formal dos textos escritos e chama a si frases curtas e sintéticas, de feição oral. As notícias agilizam-se e, ao microfone, ultrapassam-se as formas reverenciais de mencionar os cargos das figuras do Estado Novo e de hierarquizar as notícias (Cristo, 2005, p. 33 ss.; Santos, 2014, p. 186 ss.).

Para além das transformações formais, na linguagem e no estilo, o RCP também opera uma outra mudança não menos importante: a seleção de temas e a integração de figuras menos consensuais nos noticiários. Foi o caso, por exemplo, do assalto ao navio Santa Maria (1961), da queda de Goa (1961), do assassinato de Kennedy (1963), das inundações de Lisboa (1967) – nosso objeto de estudo –, ou da doença de Salazar (1969) (Santos, 2014, p. 189). As notícias das agências internacionais eram privilegiadas. Num programa de rádio de 1977, Luís Filipe Costa justifica: “dávamos muito poucas notícias do país para que o público radiouvinte se apercebesse, pelo contraste com o vasto noticiário do estrangeiro, de que, efetivamente, neste país não se passava nada”.²⁹

É este contexto de mutação e de construção do jornalismo radiofónico que, em nossa opinião, é decisivo para que o acontecimento-inundações tenha tido uma expressão única no RCP. A agilidade informativa dos noticiaristas – em associação com a dinâmica do programa noturno PBX –, numa estação preparada para emitir 24 horas por dia³⁰, favorece a “adoção” daquele acontecimento pelo RCP. Por outro lado, na redação do RCP está uma nova geração de “gente interessada num outro país”³¹, melhor preparada academicamente e mais politizada. Adelino Gomes salienta: “A maior parte de nós fez a sua aprendizagem política no próprio trabalho que íamos desenvolvendo, outros aprenderam connosco a olhar para o mundo e as coisas com olhos diferentes.”³²

Não deixa de ser curioso que uma estação que perflha e alimenta o discurso patriótico e nacionalista do Estado Novo, e que durante a guerra civil de Espanha foi um dos maiores esteios de Franco contra os republicanos (Pena Rodríguez, 1998, pp. 331-366; Balsebre, 2001, pp. 391-392) se empenhe, na década de 1960, na sedimentação de um serviço noticioso inovador e diferenciador face à concorrência.

²⁸ O processo de afirmação da profissão de jornalista radiofónico foi longo e difícil. Até 1975, os jornalistas da rádio não dispunham de carteira profissional de jornalista nem pertenciam ao Sindicato dos Jornalistas. Até alcançarem esse estatuto, estes profissionais eram designados “noticiaristas” e/ ou “redatores-locutores”.

²⁹ Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, *A Rádio no Tempo do Fascismo* [Programa de rádio]. Lisboa: RDP (1977, abril).

³⁰ Desde 1963 que o RCP emitia continuamente 24h por dia. O slogan entretanto lançado refletia essa nova temporalidade: “Sempre no Ar, Sempre Consigo” (Santos, 2014, p. 116). A Emissora Nacional e a Rádio Renascença só em 1970 acompanharão esta tendência (Santos, 2017b, p. 59).

³¹ Centro de Documentação 25 de Abril, *A Rádio no Tempo do Fascismo* [Programa de rádio]. Lisboa: RDP (1977, abril).

³² Centro de Documentação 25 de Abril, *A Rádio no Tempo do Fascismo* [Programa de rádio]. Lisboa: RDP (1977, abril).

Botelho Moniz, vimo-lo anteriormente, elogia com fervor, em direto, o trabalho dos jornalistas do RCP na madrugada das cheias. Este acontecimento, com toda a sua espetacularidade, é “acarinhado” e utilizado de forma instrumental para destacar a relevância do RCP, demarcando-o das restantes rádios.

Para Adelino Gomes, a atitude de Botelho Moniz de elogio permanente e de defesa intransigente da informação do RCP filia-se no valor estratégico e de prestígio que a esta reconhece:

No caso das cheias, Botelho Moniz dá os louros à informação e a Luís Filipe Costa, numa lógica de “nós somos os melhores”. Ele estava interessado em marcar uma posição face à EN. Não se trata de uma afirmação ideológica, mas sim de mostrar que o RCP tinha mais capacidade para fazer informação, tanto em termos técnicos como de recursos humanos e de capacidade de iniciativa. As cheias mostram como o RCP não tem concorrência; como as outras estações, por variadíssimas razões, são incapazes de competir.³³

O respaldo da administração em relação aos noticiários e aos profissionais do RCP é reflexo do aparecimento de uma nova geração de dirigentes à frente do RCP, que ascende na sequência da morte de Jorge Botelho Moniz. Júlio Botelho Moniz, filho do fundador, é “mais voltado para os negócios e menos para o combate ideológico” (Santos, 2018, p. 37). Sendo organicamente um homem do Estado Novo, Júlio é também alguém que detém poder económico, o que lhe confere, simultaneamente, independência e arrogância face ao regime, diz João Paulo Guerra.³⁴

Não raras vezes, o dono do RCP insurge-se contra a Censura e a PIDE. Guerra dá um exemplo em causa própria: “Uma vez fui fazer uma reportagem e a polícia apreendeu-me o gravador. À nossa frente, o Botelho Moniz chamou-lhes tudo ao telefone, com palavrões, aos gritos, com desprezo. Gritou à polícia, à PIDE!” Segundo o entrevistado, “Botelho Moniz defendia-nos aguerridamente e ao RCP, porque estava em causa a sua estação, a sua informação, os seus profissionais, o seu gravador. E isto era tolerado pelo regime porque ele era *O* próprio regime.”³⁵

5.3. A morte do acontecimento na Emissora Nacional

Vimos que o RCP considerou, de imediato, que o acontecimento das inundações tinha valor informativo. Não só deu notícia da tragédia como, através do PBX, fez uma emissão contínua, recebeu telefonemas dos ouvintes ao longo da madrugada, e enviou repórteres para o terreno (Cristo, 2005, p. 23; Maia, 2009, p. 340). A EN optou pelo silêncio.

O crítico da *Plateia* Pedro Santos elogiou desta forma a cobertura das cheias pelo RCP:

³³ Entrevista pessoal a Adelino Gomes, Lisboa (2015, 19 de junho)

³⁴ Entrevista pessoal a João Paulo Guerra, Lisboa (2014, 07 de maio).

³⁵ Entrevista pessoal a João Paulo Guerra, Lisboa (2014, 07 de maio).

Choveu todo o dia. Havia alarme em toda a cidade. À meia-noite, em RCP, no seu inestimável serviço de noticiário, anunciavam-se tragédias em perspectiva. O programa PBX (...) desenvolveu uma notável actividade, inquirindo constantemente dos Hospitais, dos Bombeiros, da Polícia, em reportagens no exterior, enfim, procurando identificar-se com a extensão da catástrofe, para logo lançar no ar os elementos conseguidos. (...) Os rapazes da Rádio, em RCP, entregaram-se totalmente à sua profissão, ao serviço da humanidade.³⁶

Por oposição, diz o crítico, a EN demitiu-se da sua obrigação informativa: “Deu-nos um noticiário de ‘Últimas Notícias’, em que nem uma palavra se referiu aos acontecimentos! E fechou, tranquilamente!”³⁷

O vazio deixado pela EN no tratamento desta catástrofe não significou apenas o calar do acontecimento. Se, durante esta catástrofe, os “rapazes” do RCP foram capazes de estabelecer uma ligação próxima com os ouvintes, a ação da rádio oficial traduziu-se numa manifestação de indiferença face aos atingidos. O testemunho de populares da região de Loures, no dia a seguir à tragédia, reflete esta atitude da EN e denuncia-a na sua inação e falta de empatia:

Começámos a pedir socorro às dez da noite, para toda a parte, mas ninguém fez nada, ninguém podia fazer nada. (...) Falámos para a Emissora, mas de lá disseram-nos que não podiam interromper a emissão, nem sequer correr o risco de alarmar o País...³⁸

5.4. Os sons nos locais do acontecimento

Entre os registos sonoros que sobreviveram à erosão do tempo e aos constrangimentos da preservação do som, encontram-se pequenas peças de reportagem³⁹ que introduzem vozes que vão além das personagens que, de algum modo, detêm poder. É nestas reportagens que ouvimos vítimas diretas da tragédia, estudantes que foram em seu auxílio, e bombeiros que estão no terreno.

Dayan e Katz (1999, p. 25) salientam, para os acontecimentos cerimoniais, a importância do direto a partir do local do acontecimento. No caso da rádio em Portugal, na década de 1960, os sons de arquivo mostram que os repórteres do RCP se deslocaram aos locais afetados, mas sem transmissões em direto a partir do local. Essa possibilidade estava-lhes tecnicamente vedada. João Paulo Guerra, que naquela madrugada se deslocou a Linda-a-Velha para cobrir o incêndio no paiol do Forte do Carrascal⁴⁰, explica:

³⁶ *Plateia* (1967, 12 de dezembro).

³⁷ *Plateia* (1967, 12 de dezembro).

³⁸ *Diário Popular* (1967, 26 de novembro).

³⁹ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9119-8, Reportagem no Forte do Carrascal (1967, 26 de novembro); AHD9119-11, Reportagem no Carregado (1967, 27 de novembro); AHD9119-12, Reportagem em Odivelas (1967, 29 de novembro).

⁴⁰ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9119-8, Reportagem no Forte do Carrascal (1967, 26 de novembro).

Só existiam diretos previstos. Pedia-se antecipadamente uma linha aos CTT. Os CTT montavam uma linha no sítio, eu ia lá com um telefone, ligava aos fios, dava à manivela e falava. Mais tarde apareceu o radiotelefone no carro. Até onde desse, conseguíamos, pelo menos, relatar. Mas em 1967 ainda não havia. Portanto, eu fui com um gravador, falei com as pessoas e gravei. Vim rapidamente para o Rádio Clube, dei os elementos para darem a notícia atualizada. E, entretanto, montei uma peça sobre aquilo⁴¹.

Na segunda feira, Fernando Quinas desloca-se à aldeia de Quintas, que foi, talvez, o caso mais emblemático da tragédia⁴². No posto da Polícia de Trânsito do Carregado, o repórter fica a saber que no terreno, no auxílio às vítimas, apenas estão esta corporação, os bombeiros e as pessoas locais. Elementos do exército ou da marinha, apesar de solicitados, “ainda não chegaram cá”, diz um agente.

No Hospital de Vila Franca de Xira, o presidente da junta de freguesia do Carregado transmite a dura realidade de uma aldeia submersa, em estado de sítio:

Admitimos que se fala num cento e meio de mortos. Já temos no hospital cerca de 20, e estamos a todo o momento a transportar. Vai agora mais outro carro buscar mais mortos e, por aquilo que vimos, nas casas que (...) estivemos a abrir e a arrombar, ainda se supõe que haja um número de cadáveres e outros arrastados pelos campos e pelas vinhas.

Em Odivelas⁴³, na terça feira, Luís Filipe Costa entrevista um bombeiro sobre os corpos que continuam a ser encontrados e a necessidade de ferramentas que ajudem a limpar Odivelas da lama. O repórter enfatiza a presença espontânea de estudantes nos locais onde a tragédia mais se faz sentir. Uma estudante fala-lhe dos prejuízos materiais encontrados e do número de mortos que continua a crescer: “Ainda ali está um corpo por retirar e retiraram esta manhã outro”.

Num outro ponto de Odivelas, Luís Filipe Costa fala na “voz do medo e do pânico”, que ali se fez ouvir. Um popular faz um relato comovente:

A gente abria uma janela ali daquele lado e só ouvia gritos de socorro em cima dos telhados. A gente não tinha quem nos salvasse à gente como é que podíamos ir salvar os outros?

O património sonoro do RCP, ainda que escasso, mostra-nos repórteres em busca de testemunhos à margem das vozes mais institucionais. A escuta de bombeiros, de estudantes e das populações mais desprotegidas – mesmo sem a possibilidade do direto nos locais – refletem a vitalidade do acontecimento, o alargamento do espectro das vozes que são notícia em rádio, e uma ligação estreita entre quem faz e

⁴¹ Entrevista pessoal a João Paulo Guerra, Lisboa (2014, 07 de maio).

⁴² Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9119-11, Reportagem no Carregado (1967, 27 de novembro).

⁴³ Arquivo Sonoro da RTP, Fundo RCP, AHD9119-12, Reportagem em Odivelas (1967, 29 de novembro).

escuta rádio. Como salienta o crítico da *Plateia*, os profissionais do RCP “não pouparam telefonemas, saídas, transparecendo em todos eles uma humana comunhão com a horrível tragédia que tantos lares atingiu.”⁴⁴

6. Notas finais

Este estudo põe em evidência a intensidade com que o episódio das inundações de 1967 se transforma, recorrendo à expressão de Nora, num “vulcão de atualidade” na rádio. Os testemunhos dos profissionais e os sons de arquivo mostram um acontecimento que estilhaça a ordem inscrita na agenda do regime, que apanha desprevenidos os cidadãos em condições de miséria, e que rompe completamente as rotinas dos profissionais do RCP naqueles dias.

O acontecimento emerge na sua natureza conflitual, intempestiva e de rutura, e é acompanhado ao momento, em direto dos estúdios do RCP, numa maratona informativa que mobiliza todos os profissionais, e que é legitimada pelo proprietário da estação. Se não fosse aquela narrativa sonora, o acontecimento só seria transposto para lá do perímetro dos bairros clandestinos de Lisboa na manhã seguinte, através dos jornais.

Os sinais e dinâmicas do acontecimento, incómodos para o regime, fizeram-se ouvir numa estação de rádio mergulhada no próprio xadrez ideológico do poder político. A vontade de estar “na primeira linha da informação”, ofuscando publicamente a Emissora Nacional, e recolhendo os dividendos de uma popularidade forjada na mediatização do acontecimento, revelou-se, a Botelho Moniz, mais sedutora do que o prudente silêncio.

O caso das cheias evidencia também como o jornalismo radiofónico se soube impor no panorama mediático dos finais da década de 1960. Os “rapazes” do RCP, em contraste com a atitude da EN, deram provas de ousadia, e mostraram, na prática, a flexibilidade e a agilidade da rádio face ao imprevisto e às situações de emergência. Perseguiram a informação e utilizaram o direto da emissão contínua para uma maior sincronia entre a rádio e a realidade dos atingidos pela catástrofe. Nos locais de crise, exploraram a reportagem radiofónica e deram voz aos cidadãos, numa atitude menos formal e de proximidade. A cobertura radiofónica das inundações, que divulgou e deu peso ao acontecimento, constitui um marco importante na história do jornalismo e dos jornalistas radiofónicos em Portugal.

A Censura, em vésperas da morte política de Salazar, não obstante os limites que a breve trecho foi impondo, não foi suficientemente robusta para, no imediato, domar o acontecimento e a informação na sua globalidade. Os dispositivos de controlo do Estado Novo são ultrapassados pela natureza disruptiva e imprevista do acontecimento, e pela adesão rápida dos cidadãos e dos jornalistas que têm consciência da dimensão do acontecimento e o querem inscrito no espaço público. Como nos disse João Paulo Guerra: “Nós próprios, ali, naqueles locais, tínhamos noção de que aquilo era uma coisa que se estava a agigantar, até do ponto de vista jornalístico”.

⁴⁴ *Plateia* (1967, 12 de dezembro).

Referências bibliográficas

- Accornero, G. (2009). *Efervescência estudantil: Estudantes, ação contenciosa e processo político no final do Estado Novo*. (Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal). Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/321>
- Alvim, P. (1968). Os mortos e os fósforos. In P. Alvim et al., *O homem na cidade: Crônicas* (pp. 3–5). Lisboa.
- Amaral, I. (1968). As inundações de 25/26 de Novembro de 1967 na região de Lisboa. *Finis-terra*, 3(5), 79–84.
- Araújo, A. (2011). *A oposição católica no marcelismo: O caso da Capela do Rato*. (Tese de doutoramento, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal). Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.14/8527>
- Azevedo, C. (1999). *A Censura de Salazar e Caetano*. Lisboa: Caminho.
- Balsebre, A. (2001). *Historia de la radio en España (1874-1939)*. (Vol. I). Madrid: Catedra.
- Barreto, J. (1999). A Censura em Portugal (1926-1974). In A. Barreto & M. F. Mónica (Eds.), *Dicionário de História de Portugal* (Vol. VII, pp. 275–284). Porto: Figueirinhas. Disponível em https://www.academia.edu/6749490/A_Censura_em_Portugal_1926-1974
- Bonix, L. (2009). *A informação radiofónica: Rotinas e valores-notícia da reprodução da realidade na rádio portuguesa. A Internet como cenário emergente*. (Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal).
- Briggs A., & Burke, P. (2006). *Uma História Social da Mídia: De Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Cabrera, A. (2006). *Marcello Caetano: Poder e imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cardina, M. (2008). *A tradição da contestação: Resistência estudantil em Coimbra no marcelismo*. Coimbra: Angelus Novus.
- Carvalho, A. (1999). *A censura à imprensa na época marcelista*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Correia, F., & Baptista, C. (2007). *Jornalistas: Do ofício à profissão*. Lisboa: Caminho.
- Costa, F. S., Cardina, M., & Vieira, A. (2014). Inundações na região de Lisboa (1967): Um olhar sobre o impacto político e social. In *Actas del VIII SLAGF Simposio Latinoamericano de Geografía Física y IV SIAGF Simposio Iberoamericano de Geografía Física* (pp. 1263–1271). Santiago do Chile.
- Costa, F. S., Cardina, M., & Vieira, A. (2016). As inundações de 1967 na região de Lisboa: Uma catástrofe com diferentes leituras. *Investigaciones Geográficas*, 51, 103–114.
- Cristo, D. (2005). *A rádio em Portugal e o declínio do regime de Salazar e Caetano (1958-1974)*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Dayan, D., & Katz, E. (1999). *A história em directo: Os acontecimentos mediáticos na televisão*. Coimbra: Minerva.
- Franco, G. (1993). *A censura à imprensa (1820-1974)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Kepplinger, H. M. & Habermeyer, J. (1995). The impact of key events on the presentation of reality. *European Journal of Communication*, 10(3), 371–390. <https://doi.org/10.1177/0267323195010003004>
- Maia, J. M. (2009). *A telefonia: Memórias da rádio*. Lisboa: Âncora Editora.
- Mesquita, M. (2003). *O Quarto Equívoco: O poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Nora, P. (1987). O regresso do acontecimento. In J. Le Goff & P. Nora (Eds.), *Fazer história: Novos problemas* (pp. 243-262). (Vol. 1). Venda Nova: Bertrand Editora.
- Nora, P. (1991). O acontecimento e o historiador do presente. In J. Le Goff, E. Le Roy Ladurie, & G. Duby et al. (Eds.), *A Nova História* (pp. 45–54). Lisboa: Edições 70.
- Oliveira, L. T., & Silva, M. (2013). O ativismo estudantil no IST (1945–80). In J. F. Branco (Ed.),

- Visões do Técnico, no centenário (1911–2011)* (pp. 307–370). Lisboa: ISCTE.
- Pena Rodríguez, A. (1998). *El gran aliado de Franco. Portugal y la guerra civil española: Prensa, radio, cine y propaganda*. A Coruña: Edicions do Castro.
- Pimentel, I. F. (2013). *História da oposição à ditadura (1926–1974)*. Porto: Figueirinhas.
- Quéré, L. (2005). Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*, (6), 59–75.
- Ramos, C., & Reis, E. (2001). As cheias no sul de Portugal em diferentes tipos de bacias hidrográficas. *Finisterra*, 36(71), 61–82.
- Rebelo, F. (1997). Risco e crise nas inundações rápidas em espaço urbano: Alguns exemplos portugueses analisados a diferentes escalas. *Territorium*, 4, 29–47.
- Rebelo, F. (2008). Um novo olhar sobre os riscos? O exemplo das cheias rápidas (“flash floods”) em domínio mediterrâneo. *Territorium*, 15, 7–14.
- Rebelo, J. (2006). Os acontecimentos mediáticos como actos de palavra. *Revista Científica de Información y Comunicación*, 3, 17–28.
- Ricoeur, P. (1991). Événement et sens. In *L'espace et le temps. Actes du XXIIe Congrès de l'Association des Sociétés de Langue Française (Dijon, 1988)* (pp. 9–21). Dijon/Paris: Société Bourguignonne de Philosophie/Vrin. Disponível em http://www.fondsriceur.fr/uploads/medias/articles_pr/evenement-et-sens.pdf
- Rodrigues, A. D. (1999). O acontecimento. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”* (pp. 27–33). Lisboa: Vega.
- Santos, R. (2014). *A rádio em Portugal: “Sempre no Ar, Sempre Consigo” (1941–1968)*. Lisboa: Colibri.
- Santos, R. (2017a). *Estudos da rádio em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica.
- Santos, R. (2017b). *A Emissora Nacional e as mudanças políticas (1968–1975)*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Santos, R. (2018). *Sintonias da rádio em Lisboa (1924–1975)*. Lisboa: Colibri.

Nota biográfica

Cláudia Henriques é doutoranda do Programa de Doutoramento FCT em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade, com bolsa de doutoramento da FCT. Mestre em Jornalismo pela NOVA FCSH. Investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

ORCID ID: 0000-0002-6548-2886

Email: claudia.henriques@sapo.pt

Morada: Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal.

Financiamento

Investigação desenvolvida no âmbito do Doutoramento FCT em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade, do qual a autora é bolsreira (PD/BD/128176/2016).

*Submetido Received: 2019.02.11

*Aceite /Accepted: 2019.08.03

(Página deixada propositadamente em branco)

As primeiras experiências de radiodifusão local em Portugal (1977-1984)

First local radio experiences in Portugal (1977-1984)

Primeras experiencias de radio local en Portugal (1977-1984)

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_12

Luís Bonixe

Instituto Politécnico de Portalegre

Instituto de Comunicação da NOVA - ICNOVA

Resumo

O final da década de 70 marcou o aparecimento de várias rádios piratas em Portugal dando início a um processo que conduziria à liberalização do setor da rádio no final da década seguinte. Durante onze anos, várias centenas de pequenas rádios emitiram sem licença levando para o espaço hertziano as vozes das populações locais. Entre 1977 e 1984 surgiram dezenas de rádios que, embora sem o profissionalismo ou estrutura adequadas, conseguiram fazer emergir um debate em torno da importância das rádios locais em Portugal. Tratou-se de um processo caracterizado pelo pioneirismo e pela vontade de vincar um fenómeno junto, quer da opinião pública, quer da classe política. Para os impulsionadores deste movimento, legalizar as rádios locais em Portugal significava dar passos em direção à consolidação da democracia e da liberdade de expressão entretanto conquistadas no país e, isso ficou visivelmente marcado nos discursos e práticas levadas a cabo entre 1977 e 1984 e que procuraremos caracterizar no presente artigo.

Palavras-chave

rádios piratas; rádios locais; Portugal; História; origens

Abstract

The end of the 70s marked the appearance of several pirate radios in Portugal beginning a process that would lead to the liberalization of the radio sector at the end of the following decade. For eleven years, several hundred small radios have broadcasted without a license bringing the voices of local people. Between 1977 and 1984, there were dozens of radio stations that, although without adequate professionalism or structure, were able to emerge a debate about the importance of local radios in Portugal. It was a process characterized by the pioneering spirit and the desire to create a phenomenon alongside both public opinion and the political class. For the promoters of this movement, legalizing the local radios in Portugal meant taking steps towards the consolidation of democracy and freedom of expression won in the country, and this was noticeably marked in the speeches and practices carried out between 1977 and 1984 and we will seek characterized in this article.

Keywords

pirate radio; local radio; Portugal; History; origins

Resumen

El final de la década de los 70 marcó la aparición de varias radios piratas en Portugal, dando inicio a un proceso que conduciría a la liberalización del sector de la radio a finales de la década siguiente. Durante once años, varias centenas de pequeñas radios emitieron sin licencia llevando al espacio hertziano las voces de las poblaciones locales. Entre 1977 y 1984 surgieron decenas de radios que, a pesar de la falta de profesionalidad o estructura adecuadas, consiguieron hacer emerger un debate en torno a la importancia de las radios locales en Portugal. Se trató de un proceso caracterizado por su carácter pionero y por la voluntad de hacer patente un fenómeno tanto ante la opinión pública como ante la clase política. Para quienes impulsaron este movimiento, legalizar las radios locales en Portugal significaba caminar hacia la consolidación de la democracia y de la libertad de expresión conquistadas en el país y eso quedó claramente marcado en los discursos y prácticas llevadas a cabo entre 1977 y 1984, que procuraremos caracterizar en presente artículo.

Palabras clave

radio pirata; radio local; Portugal, Historia, orígenes

Introdução

As rádios locais portuguesas representam uma das principais revoluções no setor dos meios de comunicação no pós 25 de Abril. Apesar de seguir a tendência daquilo que se verificava um pouco por toda a Europa, o caso português não deve ser dissociado das transformações políticas, culturais e sociais que o país atravessou a partir de 1974. O movimento das rádios piratas (que conduziria à radiodifusão local) está claramente identificado com o sentimento de liberdade e de democracia que o país vivia no final da década de 70. Os principais impulsionadores do fenómeno da radiodifusão local portuguesa referiam frequentemente a importância da existência de um discurso descentralizado e da partilha do processo de decisão sobre a coisa pública. Para tal, a apropriação dos meios de comunicação por parte das comunidades era vista como um passo fundamental para esse processo de exercício da democracia e da cidadania.

Nesse sentido, o aparecimento das rádios locais é a expressão de uma luta contra o duopólio do Estado e da Igreja no setor da rádio (RDP e Renascença) que se verificava no final da década de 70 do século passado em Portugal. As rádios locais portuguesas inscrevem-se naquilo que Umberto Eco (1981) definiu como sendo uma nova era na liberdade de expressão baseada na palavra direta e de livre acesso. No caso português, procurou-se valorizar a proximidade com as populações através dos projetos que afirmassem a componente local da informação e da programação, seguindo o pensamento de Patrice Flichy (1981) que interpreta o fenómeno como uma renovação das iniciativas e da vida das localidades.

Tal como noutros países, o fenómeno das rádios piratas em Portugal ficou caracterizado pelo amadorismo e pelo voluntariado de muitos dos seus impulsionadores, o que sublinha o pensamento de Escudero (1998) que vê o aparecimento da radiodifusão local na Europa como o empenho de grupos de cidadãos em participar de modo ativo na construção da democracia.

No presente artigo pretende-se caracterizar o fenómeno do aparecimento da radiodifusão local portuguesa, analisando em particular as primeiras experiências de rádios piratas que apareceram entre 1977 e 1984. Este período caracteriza-se pelo aparecimento de várias rádios piratas que, embora com algumas exceções, não possuíam estruturas sólidas e muito menos profissionais, mas que tiveram grande importância na afirmação deste fenómeno (Bonixe, 2015). As rádios piratas surgidas entre 1977 e 1984 são o prenúncio de um movimento que ganharia maior expressão a partir de 1985 e que conduziu à aprovação da lei que acabaria por legalizar, em 1988, a radiodifusão local em Portugal.

O contexto político e mediático

Para Dalle, o aparecimento das rádios locais na Europa representa o “fenómeno mediático mais importante do fim dos anos de 1970 e início dos anos de 1980” (2009, p.3). Tratou-se, efetivamente, de um movimento que passou por vários países europeus e que teve repercussões ao nível político e cultural num continente ainda a viver um contexto de pós-guerra (Starkey, 2011) e que via florescer um conjunto de movimentos que pretendiam afirmar a sua voz e lutar contra a hegemonia do Estado nos meios de comunicação social. Por esse motivo, as rádios locais são a expressão de uma liberdade conquistada e de um alargamento da representatividade mediática a grupos sociais como homossexuais, ambientalistas e vanguardistas (Starkey, 2011; Flichy, 1981). Seguindo um quadro teórico sobre o aparecimento das rádios locais na Europa, especialmente produzido nos anos de 1970 e 1980, é possível situar as rádios locais como a expressão prática de uma luta contra o monopólio dos Estados no setor dos meios de comunicação ao mesmo tempo que contribuiu para trazer à superfície vozes de grupos sociais marginalizados (Eco, 1981; Flichy, 1981; Emili Prado, 1981; François Cazeneuve, 1980).

A radiodifusão local é vista como a causa e consequência da implementação das democracias na Europa, já que, se por um lado os movimentos nascem das condições fornecidas por esse contexto político proporcionando o aparecimento de rádios de “extrema esquerda, da nova esquerda, comunistas, socialistas, dos sindicatos e há-as no lado oposto do espectro político” (Eco, 1981, p. 218), por outro, ajudaram a consolidar determinados processos de comunicação próprios das sociedades democráticas abrindo, por exemplo, espaço para uma participação mais ativa no espaço mediático por parte das populações (Guattari, 1981).

Enquanto dispositivos de comunicação, as rádios locais contribuíram para a criação de modelos de programação de proximidade levando para o espaço mediático as vivências das comunidades locais. “A ligação das rádios locais ao território é, sob este ponto de vista, fundamental, tendo sido, aliás, um dos principais argumentos enquanto fator distintivo da sua especificidade” (Bonixe, 2015, p. 69). A rádios locais representam

“um importante «locus» da produção e negociação da identidade local/regional” (Reis, 2002, p. 207). Por outro lado, as emissoras locais contribuíram para criar um espaço mais diversificado no campo da oferta radiofónica com a produção de conteúdos diferentes e alternativos aos que as rádios nacionais colocavam no ar. As rádios locais foram um espaço para a experimentação e irreverência, em muitos casos, indo ao encontro do simples gosto “de fazer rádio. É a rádio pela rádio” (Cazenave, 1980, p. 82).

Para além destes fatores que identificamos em vários países europeus que viveram o fenómeno das rádios locais, em Portugal é possível identificar um contexto próprio no qual as rádios piratas começaram por aparecer, como seja “a transição do contexto mediático do duopólio para a liberalização; a formação de uma nova geração de profissionais da rádio” (Reis, 2014, p.14).

O Portugal saído de 48 anos de ditadura e o período que se seguiu e que ficou conhecido como PREC (Período Revolucionário em Curso) gerou um cenário no setor da rádio com algumas particularidades. Até 1974, a rádio em Portugal era dominada por três grandes emissoras: a Rádio Renascença, da Igreja Católica, o Rádio Clube Português de propriedade privada pertencente à família Botelho Moniz e a Emissora Nacional, controlada pelo Estado. Para além destas, existiam outras pequenas emissoras: Emissores Associados de Lisboa e Emissores do Norte Reunidos (Porto), Rádio Clube do Centro e Rádio Altitude (Serejo, 2001, p.81).

O 25 de Abril de 1974 trouxe profundas alterações ao setor. Desde logo, o Rádio Clube Português foi nacionalizado e integrado na empresa pública de Radiodifusão Portuguesa. Mais tarde, em 1979, é criada a Rádio Comercial naquilo que foi uma estratégia para controlar os galopantes problemas financeiros da rádio pública. A Rádio Comercial (daí a designação) seria a forma de captar investimento publicitário para a empresa pública, estratégia que começou por dar frutos rapidamente já que passados dois anos já apresentava lucros. “Tratava-se de um resultado que contrastava significativamente com a contínua situação deficitária da RDP no seu conjunto” (Agee & Traquina, 2005, p. 98).

Ao mesmo tempo que estas modificações no setor da rádio se registavam em Portugal, chegavam informações da Europa que davam conta de um conjunto de iniciativas de criação de rádios livres. Desde logo, a rádio Mercur que emitiu entre 1958 e 1962 a partir da costa da Dinamarca. Em Inglaterra foi a Radio Caroline, a partir de 1964, a desafiar o monopólio da BBC e as autoridades inglesas. A Rádio Caroline abriu o caminho para o aparecimento de rádios livres em Inglaterra emitindo de um barco uma programação inovadora para o cenário radiofónica britânico já que foi a “primeira a oferecer à maioria do público britânico uma estação que passava música ao longo de todo o dia” (Starkey, 2011, p. 161).

Em França o Maio de 68 deu um grande impulso com a criação de rádios de contestação estudantil, mas só mais tarde, no final dos anos de 1970, é que começaram a aparecer algumas rádios piratas. De referir, no entanto, que o cenário francês tem a particularidade de ter permitido as chamadas rádios periféricas, emissoras que emitiam de zonas fronteiriças para o território francês (Cheval, 2009), casos da Rádio Luxemburgo e Rádio Monaco. A Rádio Vert foi a primeira livre a emitir em 1977 que, tal como outras, procuravam defender a causa ambiental, motivo que levou a que o fenómeno em França tivesse ficado conhecido como “rádios Verdes”. Em 1981 foi aprovada a lei que legalizou as rádios locais em França.

Em Itália o movimento de liberalização das ondas atingiu grandes proporções com o envolvimento de várias forças políticas que criavam rádios com o objetivo de divulgar a sua propaganda. Foi também em Itália que nasceu um dos projetos mais criativos e inspiradores do movimento de liberação das rádios locais na Europa. A Rádio Alice começou a emitir para o município de Bolonha em finais de janeiro de 1976 no seio de um grupo de intelectuais denominado A/Travesso. A sua postura, assumidamente de confrontação com os valores instituídos, começou a perceber-se logo na sua primeira emissão, quando foi lido o seguinte: “Radio Alice emite: música, notícias, jardins em flor, conversas que não vêm ao caso, inventos, descobrimentos, receitas, horóscopos, filtros mágicos, amor, partes de guerra, fotografias, mensagens, massagens e mentiras” (Eco, 1982, p. 223).

A Rádio Alice acabaria as suas emissões em 1977 depois de ter transmitido em direto protestos de uma manifestação em Bolonha, o que foi considerado um incentivo à rebeldia pela justiça italiana. O caso espanhol é, talvez, o que mais semelhanças tem com o português. Tal como em Portugal, foi o fim de um período de ditadura que potenciou o movimento das rádios livres em Espanha (Alboredas & Bonet, 2013) e em 1979 nasce aquela que é considerada a primeira rádio livre espanhola, a Onda Lliure (Onda Livre) que representava, no fundo, um movimento que pretendia liberalizar as rádios locais no país (Escudero, 1998).

Ou seja, para além das especificidades próprias de cada país onde a liberalização das ondas da rádio teve lugar, é possível identificar características que são transversais a todos eles. Desde logo o carácter, de certo modo, subversivo de que muitos projetos se revestiram procurando ir contra os cânones impostos pelas principais rádios quanto a modelos de programação e informação. As rádios locais surgem como uma resposta das comunidades e de determinados grupos sociais que se mostraram apostados em acabar com o monopólio da rádio pertencente aos Estados apresentando-se como espaços para a expressão da voz das populações e são, nessa medida, um sinónimo das democracias na Europa uma vez que, tal como outros meios de comunicação, aumentaram as “expectativas de acesso entre os indivíduos em relação às estruturas e processos democráticos locais e regionais” (Starkey, 2011, p. 158).

Metodologia

O presente estudo tem por objetivo caracterizar os primeiros projetos de rádios piratas surgidos em Portugal. O período estudado compreende os anos de 1977 a 1984, durante o qual apareceram várias rádios piratas em vãos de escada, impulsionadas pela carolice e amadorismo dos seus criadores (Bonixe, 2015, p. 72). É a fase dos pioneiros e que teve sobretudo o objetivo de despertar a opinião pública para um debate acerca da radiodifusão local em Portugal. Para a caracterização que procuramos levar a cabo no presente artigo, recorreremos à literatura disponível sobre o período das rádios piratas portuguesas, à legislação para o setor da rádio e, sobretudo, à imprensa periódica portuguesa da época. Foram consultados artigos publicados nos jornais Diário Popular, Jornal Se7e, Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Primeiro de Janeiro, O Diário, Diário de Lisboa, O Século, O Ponto e Notícias da Tarde. Foram também consultadas edições da imprensa periódica posterior a 1984, mas na qual

encontrámos referências ao período que aqui analisamos. São os casos da Revista Comunicações, Revista do Expresso, Público, Correio da Manhã e Lusa. Com base na informação recolhida, procuramos caracterizar o período histórico no qual apareceram as primeiras rádios piratas em Portugal de acordo com os objetivos desses projetos, os protagonistas e enquadrá-los no quadro legislativo da época bem como no contexto político de então.

Das primeiras experiências ao debate público

Em 1976 surgiram alguns pedidos de licenciamento de novas estações de rádio, “pedidos esses que foram recusados por falta de enquadramento legal” (Queirós, 2011:29). Efetivamente, desde a década de 50, só a Renascença obteve nova licença em Onda Média e na década seguinte foram concedidas quatro coberturas nacionais em FM: uma ao RCP, duas à Emissora Nacional e uma à Renascença (Azevedo, 2001, pp. 114-115).

Perante o vazio legal, várias pequenas rádios foram criadas um pouco por todo o país, apesar de emitirem sem licença e de estarem sujeitas à fiscalização dos Serviços Radioelétricos dos CTT. Esse movimento começou em 1977 com a criação por Heitor Gonçalves, da primeira rádio pirata portuguesa, a Rádio Juventude, em Odivelas, na Grande Lisboa. A rádio teve emissões até 1981, altura em que a fiscalização dos CTT apreendeu o emissor (Jornal Sete, 17 de março de 1982).

Em 1979, surge a Rádio Imprevisto de José João Farinha, emissão que era ouvida em Queluz, Barreiro, Almada, Trafaria, Loures e Amadora. Esta rádio durou até 1981 e emitia de modo alternado com a Rádio Juventude. Na sequência do encerramento de ambas, surge em 1982 as Emissoras Associadas que juntou justamente aqueles dois projetos iniciais.

A Rádio Livre Internacional (Coimbra); Rádio Caos e Rádio Delírio (Porto); Rádio Imprevisto e Rádio Universo (Grande Lisboa); Rádio Porta Aberta (entre Setúbal e Palmela); Rádio Juventude Local (Castelo Branco); Rádio Clube da Guarda; Rádio Hertz (Tomar); Rádio Antena Livre (Abrantes); Rádio Popular da Gaia; Rádio Top (Vila Nova Ourém) são só alguns exemplos das emissoras surgidas entre 1977 e 1984.

Tratavam-se de projetos que tinham quase todos o mesmo denominador comum: afirmar o movimento que começava a dar os primeiros passos propondo ao mesmo tempo opções de programação radiofónica alternativa. Veja-se o caso da Rádio Delírio, surgida em 1984 por iniciativa de Alberto Guimarães, Daniel Guerra e Luís Guimarães depois de terem abandonado a Rádio Caos, também no Porto. À imprensa da época, os seus impulsionadores referiram que a Rádio Delírio pretende ser uma “(...) alternativa que se assume como mais um vector de transformação da estética e da linguagem radiofónica em Portugal” (Jornal de Notícias, 31 de dezembro de 1983).

Muitas rádios piratas surgidas no final dos anos de 1970, princípio dos anos de 1980, emitiam de modo pouco estruturado o que tinha a ver com o natural amadorismo das iniciativas, mas também para escaparem à fiscalização dos serviços radioelétricos dos CTT. Muitas rádios locais foram criadas por iniciativa individual, ou por pequenos grupos de pessoas com conhecimentos na área da eletrotecnia o que lhes permitia montar (e retirar) com facilidade as antenas e assim escapar à fiscalização

dos CTT. As emissões eram, por isso, inconstantes, quer ao longo do dia, quer da semana. O quadro I mostra como funcionava a programação de algumas das emissoras pirata em 1984 e nele é possível ver como o período de emissão era muito reduzido.

Rádio Imprevisto	Grande Lisboa	Sábados depois das 21 horas
Rádio Universo	Grande Lisboa	Sextas-feiras das 22 horas às 24 horas
Rádio Juventude	Grande Lisboa	Domingos depois das 21 horas
Rádio Popular de Gaia	Grande Porto	Terças a Quintas das 20 às 22 horas e Fins-de-semana das 10 às 13 horas
Rádio Top	Vila Nova de Ourém	Sextas-feiras das 21 às 1.15 horas

Quadro I – Período de emissão das rádios piratas

Fonte: Diário Popular, 19 de março de 1984

Mas, no seio de tantos projetos de rádio, surgiu a TSF em 1981. Desde o início que se assumiu como uma iniciativa completamente diferente das rádios piratas criadas entre 1977 e 1984. Tratou-se de uma cooperativa formada por vários profissionais, alguns deles com percurso nos meios de comunicação social portugueses e na rádio em Angola.

Um dos fatores que distinguiu a TSF das outras rádios piratas foi, desde logo, a intenção de não ter emissão regular enquanto não houvesse enquadramento legal para isso, como referiu ao jornal Público Emídio Rangel, um dos impulsionadores do projeto: “Não queríamos emitir sem estarmos licenciados, mas percebemos que se não fizéssemos alguma coisa podíamos ser ultrapassados” (Público, 1 março de 1998).

Por outro lado, a TSF assumiu-se desde o seu início como um projeto jornalístico de âmbito nacional. Não constituía objetivo desta cooperativa criar uma rádio local, tal como as outras iniciativas que apareceram neste período. A TSF, mesmo sem emitir regularmente teve um papel importante na afirmação do processo de liberalização da radiodifusão em Portugal. Um dos momentos que a TSF protagonizou foi quando em 17 de junho de 1984 fez uma emissão pirata a partir de Lisboa. Foram quatro horas de emissão nas quais se escutaram perto de 60 personalidades portuguesas que defenderam a legalização das rádios locais em Portugal. Para Emídio Rangel aquela foi uma emissão decisiva “para que o Parlamento viesse a criar a Lei da Rádio” uma vez que “Era preciso mostrar que havia consenso na sociedade portuguesa sobre isto” (Público, 2 de março de 2003).

A TSF teve também importância quando tomou posição pública em alguns momentos importantes como foi o caso da atribuição de uma frequência em 1984 para a Rádio das Forças Armadas norte-americanas. A ideia desta rádio era difundir para os militares e seus familiares norte-americanos estacionados em Oeiras mas, de acordo com a imprensa da altura, “abrangeia 14 concelhos e uma população de dois milhões de habitantes” (O Diário, 16 de fevereiro de 1984). Este facto desagradou a todos os que lutavam pela atribuição de frequências às rádios locais e levou a dire-

ção da cooperativa TSF a acusar em conferência de imprensa o governo da altura de discriminação por não querer licenciar as rádios locais e ao mesmo tempo atribuir uma frequência a esta rádio.

Pelas características das rádios piratas neste período (1977-1984) que emitiam de forma ilegal, não há registos oficiais sobre o número de rádios existentes, no entanto, a imprensa da época faz referência a várias iniciativas e o então secretário-Estado das Comunicações, Raúl Junqueiro, admitiu que existiam em 1984 “com mais ou menos regularidade 19 estações de rádio das quais 14 foram observadas pela primeira vez em 1984”. (Diário de Lisboa, 25 de outubro de 1984), havendo 360 pedidos de licenciamento (Notícias da Tarde, 19 fevereiro 1984).

Proximidade, alternativa e desafiar o poder

Paralelamente, o movimento das rádios locais em Portugal começava a ganhar forma, quer no terreno com a multiplicação de projetos um pouco por todo o país, quer em termos de organização, tendo sido realizados alguns momentos de discussão e reflexão acerca da criação destas rádios em Portugal.

Em maio de 1983 representantes de quatro rádios do Porto reuniram-se e acordaram em realizar o I Encontro Nacional de rádios livres, que aconteceria a 18 de junho desse mesmo ano, em Vila Nova de Gaia. Desse encontro, saiu a criação da Comissão Coordenadora Nacional das Rádios Livres, destinada a encabeçar a luta pela legalização.

Mas foi em Abrantes, no centro do país, que o movimento pela liberalização das rádios locais em Portugal ganhou maior expressão do ponto de vista da sua organização. Ali realizaram-se, por iniciativa de António Colaço, os Encontros de Abrantes que juntaram centenas de rádios piratas com o propósito da liberalização das ondas de rádio em Portugal. António Colaço diria em 1998 ao jornal Público o seguinte: “Fizeram-se aqui, pelo menos, três encontros à escala nacional de todas as rádios do país. Os encontros de Abrantes ganharam muito protagonismo, não havia rádio que não passasse por aqui, chegámos a trazer cá deputados” (Público, 24 de dezembro de 1988).

Ao mesmo tempo, começava a assistir-se a um debate público na sociedade e que envolveu a população, agentes culturais, políticos e profissionais ligados aos meios de comunicação, em particular à rádio. O Diário de Notícias em 1983 elaborou um inquérito com o objetivo de criar um espaço de debate sobre o movimento das rádios locais em Portugal. Um dos inquiridos pelo jornal foi o locutor da Renascença António Sala que referiu na altura que “num país livre como o nosso, não entendo como ainda não estão legalizadas as rádios livres” (DN, 30 de dezembro de 1983). Nesse mesmo inquérito, participaram outros intervenientes das mais variadas áreas da sociedade como Joaquim Letria, o padre Eloi Pinho, os presidentes das câmaras do Porto e de Coimbra e até o ministro da Cultura da época, Coimbra Martins cuja declaração ao jornal resume a ideia geral dos outros inquiridos: “As rádios livres devem ser encaradas como uma possibilidade das comunidades locais se exprimirem” (Diário de Notícias, 30 de dezembro de 1983).

O debate em torno da legalização das rádios locais em Portugal prosseguia também nas próprias rádios. Há vários registos na imprensa local da época que referem

a participação de autarcas e de deputados em emissões de rádio pirata. Dinis Alves, deputado do PS e um dos autores do primeiro projeto de lei com o objetivo de legalizar as rádios locais em Portugal participou numa emissão da Rádio Delírio, no Porto. Com frequência, as rádios convidavam para as suas emissões autarcas e outras personalidades da sociedade. A Rádio Hertz entrevistou o presidente da câmara de Tomar e a Rádio Top de Vila Nova de Ourém, tinha na sua programação um espaço semanal de entrevista a autarcas locais (Notícias de Portugal, 18 de março de 1984). Mas o dado mais interessante foi o facto de António Colaço, desde sempre ligado ao movimento de legalização das rádios locais em Portugal, ter entrevistado em 1984 o então Presidente da República, Ramalho Eanes, o que foi encarado como um apoio ao movimento (Reis, 2014, p. 20).

O sentimento da existência de um cenário em que os meios de comunicação social, e em particular a rádio, estavam centralizados nos grandes centros urbanos, conduziu a que os impulsionadores das rádios piratas em Portugal se preocupassem em criar projetos que tivessem um grande pendor localista. O objetivo passava, em primeiro lugar, por permitir que as populações locais tivessem acesso a uma programação informativa e de entretenimento, que refletisse as vivências locais e contribuísse para a discussão de temáticas públicas de interesse para a comunidade.

Esses princípios inspiraram os autores do primeiro projeto de lei destinado a legalizar as rádios locais portuguesas (e que desenvolveremos no ponto seguinte deste artigo). O documento expõe de modo claro no seu preâmbulo o objetivo de proximidade com as populações de que a liberalização da radiodifusão local se revestia: "O consumidor de rádio em Portugal perderá o seu papel de ouvinte passivo para dispor de um poder mais alargado de escolha de programas mais variados e mais ajustados à especificidade das diversas regiões do país" (Projeto Lei nº 252/III de 26 de novembro de 1983).

O carácter localista dos projetos de radiodifusão local está também presente na voz dos seus impulsionadores. Em editorial do boletim informativo Onda Livre, publicação da Comissão Coordenadora Nacional das Rádios Livres, estrutura criada na sequência de um encontro nacional de rádios livres em junho de 1983, é reafirmado o direito constitucional de liberdade de expressão e assumido que se pretende "pôr em causa todo um sistema que não permite ter acesso às ondas de rádio a outros que não os já privilegiados" (Jornal de Notícias, 29 de dezembro de 1983). O carácter de proximidade destas rádios estava na sua génese como se deduz desta passagem do editorial acima referido: "Estão próximas do ouvinte, esforçam-se para que ele tenha acesso aos seus microfones".

A exigência de uma nova lei

Quando começam a surgir as primeiras experiências de rádios piratas em Portugal ainda estava em vigor a lei da rádio de 1938, desatualizada, portanto, em relação às transformações sociais, políticas, culturais e tecnológicas por que o país tinha passado. Após o 25 de Abril de 1974, o Programa do Movimento das Forças Armadas reconhece a necessidade de serem criadas novas leis da "Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema" (MFA, alínea d) ponto 5).

Anos mais tarde, a Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações (CAMR/79) decidiu aumentar a banda de FM de 100.00 para 108.00 MGZ o que permitia, em termos técnicos, a existência de mais espaço para mais frequências de rádio. Este cenário foi rapidamente invocado pelos impulsionadores do movimento de rádios piratas em Portugal que alegavam existir agora possibilidades técnicas para que as rádios locais pudessem emitir sem atropelar outras já existentes no espectro radioelétrico.

O cenário de uma lei obsoleta, as transformações ocorridas no país, o debate público sobre as rádios locais que começava a ganhar espaço e a criação de rádios no terreno, conduziu o poder político a tomar iniciativas no sentido de ser criado um quadro legislativo mais atual para o setor da rádio.

Em 1983, por iniciativa do Partido Comunista Português é proposta uma nova lei da rádio, com especial enfoque no setor público, afirmando-se o seguinte: “o exercício de radiodifusão por parte de empresas não pertencentes ao sector público efectua-se mediante licença (...)”. O objetivo era garantir a não discriminação e a igualdade de acesso, algo que os proponentes acreditavam que só seria possível sendo o Estado a controlar o setor (Lei nº 79/III de 23 junho de 1983).

Ou seja, embora prevendo a iniciativa privada, a lei não se refere em particular à legalização de rádios locais e está claramente virada para o setor público da radiodifusão, facto que viria a merecer fortes críticas da parte dos operadores privados. David Nunes, à época diretor da Rádio Comercial, criticava a proposta por abrir caminho a uma lei para a RDP e não para todas as rádios (DN, 19 de março de 1984). Num sentido idêntico, Torgal Ferreira, na altura administrador da Rádio Renascença, considerou que a proposta tem erros que resultam do desconhecimento de “aspetos específicos da atividade radiofónica” (DN, 19 de março de 1984).

A proposta chegou a ser aprovada na generalidade em março de 1985, mas acabaria por nunca entrar em vigor uma vez que a Assembleia da República foi dissolvida em junho do mesmo ano.

Assim, o primeiro grande passo do ponto de vista legislativo no sentido de liberalizar a rádio em Portugal foi dado em 1983 com a apresentação de um projeto conjunto do PS e PSD por iniciativa dos deputados Dinis Alves e Jaime Ramos.

O projeto de lei parte do novo quadro de atribuição de frequências resultante da alteração da banda em FM decidida na CAMR (a que já fizemos referência) e do pressuposto de que existe espaço para rádios locais em Portugal uma vez que existiriam, segundo os autores do projeto, populações insatisfeitas com a oferta de programação de rádio em Portugal. O projeto de lei pretendia também ir mais longe ao considerar que a existência de rádios locais em Portugal constituir-se-ia como um primeiro passo “rumo a uma efetiva regionalização do país” (Projeto de Lei nº 252/III de 26 de novembro de 1983).

A proposta refere também que as rádios locais serviriam de “escolas de jornalismo de que o nosso país carece” e considera a radiodifusão local “um serviço de interesse público e marcadamente social”.

No articulado, os autores do Projeto de Lei propunham a titularidade das licenças a cooperativas ou a associações sem fins lucrativos e limitavam essa conceção a entidades que não tivessem como fins únicos a emissão de programas por via hertziana (artº 3). Em matéria de titularidade, o projeto de lei é muito claro no seu artigo

5º quando proíbe a multipropriedade, o que pode ser interpretado como uma tentativa de impedir processos de concentração empresarial em torno das rádios locais.

Havia no projeto de lei um espírito claro de valorização do local e da proximidade promovendo o acesso mais fácil aos programas de rádio “a coletividades locais de recreio, filantrópicas e outras bem como das entidades autárquicas e de todas as camadas da população” (artº 4). Era também valorizado o noticiário local, cujo tempo nunca deveria ser inferior ao destinado às informações de âmbito nacional e internacional (artº 23) bem como o dever de possuir uma programação própria e que não deveria ser inferior a 50 por cento da totalidade da emissão (artº 19).

O projeto de lei previa ainda que as autarquias pudessem “contribuir directa ou indirectamente para a cobertura dos encargos de criação e funcionamento dos serviços de radiodifusão local da área respectiva desde que o total dessas contribuições não exceda um quarto dos encargos” (artº 37). O projeto de lei, apesar de ter dado um passo importante para aquilo que mais tarde viria a ser o diploma que legalizou a radiodifusão local em Portugal, nunca chegou a ser aprovado.

Considerações finais

O período 1977-1984 marcou o arranque do fenómeno das rádios locais em Portugal. Não se tratou do período no qual apareceram os projetos mais sólidos (tal aconteceria a partir de 1985), mas a sua importância deve ser vista sobretudo à luz da afirmação de um movimento que procurava seguir a tendência europeia e que acompanhava as mudanças sociais, culturais e políticas que ocorriam em Portugal.

É, por isso, um período de pioneiros e de afirmação de um país que procurava encontrar-se com a modernidade europeia no campo dos meios de comunicação. Os primeiros sete anos que aqui procurámos caracterizar deverão ser olhados como a expressão de um país que acabara de sair de um longo período de ditadura e que olhava para a liberdade de expressão como uma bandeira que era preciso agitar a toda a hora.

As questões técnicas, entretanto favoráveis ao aparecimento de mais rádios no espectro radioelétrico, a necessidade de uma comunicação de proximidade com as populações e uma nova estética e programação radiofónicas foram razões frequentemente utilizadas pelos impulsionadores das rádios piratas em Portugal. Mas, foi o argumento da liberdade de expressão e do direito à representação mediática dos interesses e das perspetivas da população que mais vezes foi utilizado para defender a existência de rádios locais em Portugal.

O período que analisámos neste artigo é fértil em experiências e casos que demonstraram essa vontade de livre expressão. As próprias iniciativas de âmbito legislativo marcaram essa posição e evidenciaram os propósitos da radiodifusão local como um serviço a prestar em nome da liberdade de expressão.

Foi entre 1977 e 1984 que se gerou um debate público sobre estas emissoras que muito contribuiu para a consciencialização, sobretudo do poder político, para a abertura do setor da rádio a outros operadores de radiodifusão local e nessa medida serem dados passos no sentido de ser criada uma lei que liberalizasse as emissoras locais. É verdade que a lei que viria a legalizar a radiodifusão local em Portugal só foi aprovada em 1988, mas foi justamente neste período que aqui analisámos que foi

apresentado um projeto de lei que continha muitos dos pressupostos e ideias que acabariam por integrar a lei de 1988.

Ou seja, os primeiros anos das rádios piratas em Portugal foram o palco para a tomada de consciência pública sobre a liberdade de expressão e de que a rádio poderia ter nesse âmbito um papel fundamental ajudando à consolidação de um jovem democracia.

Referências bibliográficas

- Agee, W. & Traquina, N. (2005). *O Quarto Poder Frustrado – Os meios de comunicação social no Portugal pós-revolucionário*. Lisboa: Veja.
- Alboredas, L. & Bonet, M. (2013). Radio on the Iberian Peninsula: Autarky, revolution and convergence. *The International Communication Gazette*, 75(2) 205–224.
- Azevedo, A. P. (2001). As rádios locais no pós-25 de Abril. *Observatório*, 4. Lisboa: Observatório da Comunicação.
- Bonix, L. (2015). A territorialização da informação: uma análise do jornalismo nas rádios locais portuguesas. *Revista Novos Olhares*. doi: 10.11606/.no.2015.102239
- Carvalho, A.A. (2014). Uma visão da evolução da radiodifusão local pelo prisma das políticas públicas. In Reis, I.; Ribeiro, F.; Portela, P. (Orgs.), *Das Piratas À Internet: 25 Anos de Rádios Locais* (pp. 29-42). Disponível em http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2049/1971
- Dalle, M. (2009). Les radios libres et la fragmentation du champ politique français (1977-1981). GRER. Disponível em: http://www.grer.fr/upload/articles_en_ligne/Les_radios_libres_et_la_fragmentation_du_champ_politique_francais_1977-1981.pdf
- Diário Popular. (1984, 19 de março). Desafiar o poder é continuar a emitir. *Diário Popular*.
- Escudero, M. C. (1998). *Radio Publica Local*. Madrid: Fragua.
- Cazenave, F. (1980). *Les Radios Libres*. Paris: PUF, Que Sais-Je ?
- Cheval, J. J. (2009). Mai 68, un entre deux dans l’histoire des médias et de la radio en France. Disponível em http://www.grer.fr/upload/articles_en_ligne/Mai_68_un_entre_deux_dans_l%5C-histoire_des_medias_et_de_la_radio_en_France.pdf
- Crisell, A. (1994). *Understanding Radio*. London: Routledge.
- Duarte, P. (1982, 17 de março). Queremos uma estação de rádio pirata. *Jornal Se7e*.
- Eco, U. (1981). Una nueva era en la libertad de expresión. In Bassets, Lluís (Ed.), *De las Ondas Rojas a las Radios Livres* (pp. 213-230). Barcelona: Gustavo Gili.
- Ferreira, T. (1984, 19 de março). A andar para trás ... *Diário de Notícias*.
- Flichy, P. (1982). La explosión del monólogo. Las radios paralelas en la Europa Occidental. In Bassets, Lluís (Ed.), *De las Ondas Rojas a las Radios Livres* (pp.180-188). Barcelona: Gustavo Gili.
- Guattari, F. (1981). Las rádios libres populares. In Bassets, Lluís (Ed.), *De las Ondas Rojas a las Radios Livres* (pp. 231-236). Barcelona: Gustavo Gili.
- Jeanneney, J-N. (1996). *Uma História da Comunicação Social*. Lisboa: Terramar.
- Lourenço, E. (1998, 1 de março). A escola da Rádio. *Público*, p.4.
- Maia, M. (1995). *Telefonia*. Lisboa: Circulo dos Leitores.
- Notícias da Tarde, (1984, 10 de janeiro). Anteprojeto da Lei da Rádio prevê novas estações privadas. *Notícias da Tarde*, p. 20.
- Nunes, J.D. (1984, 19 de março). Anteprojeto ou Antiprojecto? *Diário de Notícias*.

- O Diário. (1984, 11 de janeiro). Anteprojeto de Lei da Rádio admite mais de uma empresa pública de radiodifusão. O Diário.
- Pessoa, C., (1984, 25 de Outubro). Parlamento deve aprovar com urgência Lei das Rádios Livres. *Diário de Lisboa*
- Prado, E. (1981). El movimiento por la libertad de emisión en España. In Bassets, L. (Ed.), *De las Ondas rojas a las radios libres* (pp. 237-256). Barcelona: Gustavo Gili.
- Projecto de Lei nº 79/III de 23 de Junho de 1983 (PCP) in Marcos, L. H. (1989), *Rádios Locais – A lei e a realidade*. Porto: Centro de Formação de Jornalistas.
- Projecto de Lei sobre serviços locais de radiodifusão (PS/PSD) nº 252/III de 26 de Novembro de 1983 in Marcos, L. H. (1989), *Rádios Locais – A lei e a realidade*, Porto: Centro de Formação de Jornalistas.
- Queirós, J.S. (2011). *20 Anos ao serviço das Rádios Locais*. Porto: Aric.
- Reis, F. (2002). Algumas Observações sobre o Localismo. In Cádima, F. (Coord.), *Anuário da Comunicação – Os media em tempo de crise 2001/2002*. (pp. 206-207). Lisboa: Obercom.
- Reis, I. (2014). As rádios piratas em Portugal - contributos para um percurso. In, Reis, I.; Ribeiro, F.; Portela, P. (Orgs.), *Das Piratas à Internet: 25 Anos de Rádios Locais* (pp. 9-28). Disponível em http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2049/1971
- Ribeiro, D. (1983, 27 de abril). Rádio Pirata arranca na Grande Lisboa. *Jornal Se7e*.
- Rodrigues, S. (2003, 2 de março). TSF, a história da primeira emissão pirata. *Público*, p.40.
- Santos, S. (1981, 29 de janeiro). Pirataria radiofónica – Rádio livre, livremente. *Jornal O Ponto*.
- Serejo, F. (2001). Rádio – do marcelismo aos nossos dias (1968-1990). *Observatório*, 4, 65-95.
- Sousa, C. & Sousa, P. (1983, 29 dezembro). Reivindicamos uma lei que nos reconheça. *Jornal de Notícias*.
- Sousa, C. & Sousa, P. (1983, 31 de dezembro). CTT: Em FM há espaço para 80 novos canais. *Jornal de Notícias*.
- Starkey, G. (2011). Directo e local nunca mais? As comunidades de ouvintes e as tendências de globalização na propriedade e produção de rádios locais. *Revista Comunicação e Sociedade*, 20, 157-172.

Nota biográfica

Luís Bonixe é doutorado em Ciências da Comunicação pela NOVA FCSH, investigador do ICNOVA - Instituto de Comunicação da NOVA e Professor Adjunto no Instituto Politécnico de Portalegre.

ORCID ID: 0000-0003-1288-7529

Email: luis.bonixe@gmail.com

Morada: Instituto Politécnico de Portalegre, 7300-110 Portalegre, Portugal; Instituto de Comunicação da NOVA, Av. de Berna, 26-C - Lisboa 069-061, Portugal

*Submetido: 2019.01.11

*Aceite: 2019.07.25

(Página deixada propositadamente em branco)

Da invisibilidade de Salazar à presencialidade de Caetano: sobre os *media*, a televisão e a ditadura em Portugal

From Salazar's invisibility to Caetano's presence: on the media, television and dictatorship in Portugal

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_13

Francisco Rui Cádima

Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Instituto de Comunicação da NOVA – ICNOVA

Resumo

As características pessoais muito diferentes de Salazar e Marcello Caetano ditaram, de alguma forma, modelos e procedimentos diferenciados na abordagem e gestão política e propagandística dos meios de comunicação social por parte de cada um deles, no que se refere ao modo como, em particular, adequaram a televisão pública portuguesa aos objetivos políticos específicos dos seus consulados. Mas estabelecida essa diferença, resta a identificação de uma tendência de fundo, de um modelo comunicacional do regime Salazar-Caetanista, comum a ambos ao longo da ditadura, que se pautou genericamente por uma regular subexposição, censura e perseguição das vozes dissonantes e por uma estratégia global assente numa gestão do desvio da atenção social e política em favor do princípio equívoco do não direito à imagem de um povo e do não reconhecimento da virtude civil.

Palavras-chave

média; política; Salazar-Caetanismo; democracia; fascismo

Abstract

The very different personal characteristics of Salazar and Marcello Caetano have somehow dictated different models and procedures in their approach to the political and propagandistic management of the media, particularly how they adapted Portuguese public television to the specific political objectives of their consulates. But once this difference is established, a fundamental tendency is identified, a communicational model of the Salazar-Caetanist regime, common to both of them throughout the dictatorship, which was generally guided by a regular under-exposure, censorship and persecution of dissonant voices and an overall strategy based on managing the deviation of social and political attention in favor of the non-right to the representation of a people, and of a non-recognition of civil virtue.

Keywords

media; politics; Salazar-Caetanism; democracy; fascism

A história dos média, muito em particular no período após a revolução industrial, tem sido, de certo modo, a história da economia do desvio da atenção. Podemos inclusivamente recuar ao pós-tipográfico e dizer, com Bernard Stiegler (2011), que a “cultura de massa (foi) totalmente posta ao serviço da captação e da destruição da atenção”. Mas sobretudo ao longo dos dois últimos séculos, com uma ou outra exceção sem relevância de um ponto de vista mais global, a história dos média foi a história de um fluxo unívoco de dominação, do escutar sem ser escutado, de uma censura regular da pluralidade das vozes e do esquecimento do “outro” e, genericamente, de uma censura do que está verdadeiramente a acontecer, o que ocorre fora dos contextos dos grupos de interesses políticos e económicos, configurando, em regra, um regime de contenção e de permanente repressão *light* institucionalizada pelo modelo comunicacional mediático da era industrial. Esta disseminação do consenso sob controlo tem sido efetivamente uma história desviante da atenção, no sentido que Paul Valéry (1931) lhe dava no século passado: “A política é a arte de impedir as pessoas de se envolverem naquilo que lhes diz respeito. Depois, acrescentaram-lhe a arte de forçar as pessoas a decidir sobre o que não entendem”. Ou sobre aquilo que, finalmente, faz parte da espiral de silêncio e do viés político e mediático da modernidade.

Este controlo sobre o consenso – a que Herman e Chomsky (1988) chamaram de “manufacturing consent”, ou a emergente economia política dos mass media, a sua transversalidade e normatividade, constitui, genericamente, um dos mais importantes vieses no projeto iluminista da modernidade e através dele foi garantido também o sequestro da transparência e sustentabilidade da democracia contemporânea e, do mesmo modo, uma lenta e contínua degradação da experiência democrática desde meados do século XIX, conducentes quer aos fascismos do século XX, quer às mais recentes polarizações radicais e populismos proto-fascistas da era digital.

De forma a não ficar refém do logro que este dispositivo simbólico constitui em si mesmo, a história dos média terá de se redefinir epistemologicamente na recusa e na reconstituição da matriz de onde procedem essas estratégias e práticas discursivas de reprodução cíclica de um acontecimento basicamente neutralizado nos signos e narrativas que reorganizam e reciclam – mediatizam – a experiência do humano. Numa obra relativamente recente Yves Citton (2017) desenvolve a tese de que na experiência moderna há uma prevalência da “mediarquia” – do poder dos média –, sobre a democracia, isto é, a estrutura particular do sistema dos média consolida-se como dispositivo de controlo que condiciona efetivamente a perceção do mundo e das coisas, mas também como dispositivo performativo, gerando representações que atuam como uma espécie de um corte na realidade que é “agencial”, no sentido de que não é apenas representativo, mas constitutivo do próprio processo de construção social e política da realidade.

Economia política da atenção

O conceito de economia de atenção tem sido muito discutido desde que, nos anos 90, o sociólogo alemão Georg Franck publicou na Merkur (1993) um arti-

go dedicado ao tema sob o título “Ökonomie der Aufmerksamkeit” – A Economia da Atenção.

A questão da atração da atenção, não sendo uma questão nova no âmbito dos diferentes dispositivos histórico-culturais e comunicacionais conhecidos, ganhou um maior enfoque e novas dinâmicas sobretudo na era industrial com o desenvolvimento dos modelos de persuasão e sedução associados à nova era consumista e ao campo da política. Estávamos então no final do século XIX, já sob o domínio da imprensa comercial moderna. Sucede que cerca de cem anos mais tarde, agora na emergência da era digital, e de certa forma antecipando as tendências que se vieram a verificar, Georg Franck apresenta o problema invocando desde logo o tradicional desejo dos indivíduos por “atenção”, a imbricação direta desta nos modelos clássicos de funcionamento próprios das sociedades capitalistas e a auto-reprodutibilidade desta forma efetiva de capital, pelo que, nada parece atrair mais a atenção, nem nada parece ter estimulado mais os média do que a acumulação, por assim dizer, desse capital, ou do interesse por essa “renda” da atenção.

De algum modo, a captura, venda e revenda da curiosidade e da atenção humana viria a tornar-se, nas primeiras décadas do século XXI, através dos modelos de negócio das grandes plataformas digitais, dessas *machines à voyeurisme*, uma indústria central, mas sobretudo inquietante pelos efeitos que criou, nomeadamente, na informação e na política. Tudo terá começado, segundo Tim Wu (2017), com a industrialização da captura de atenção humana. Ou seja, a indústria da publicidade moderna nasceu justamente num contexto de guerra, mais precisamente antes da I Grande Guerra com o grande esforço de mobilização inglês, obedecendo a uma campanha de propaganda massiva. Os média vieram, entretanto, facilitar a tarefa à indústria dos excedentes consumistas e não fizeram mais do que transferir a guerra da persuasão, “da morte para o consumo”, como propõe Tim Wu. Thorstein Veblen, aliás, em 1899, na Teoria da Classe do Lazer, já falava no “consumo conspícuo”, referindo que o estatuto social se conquistava, cada vez mais, pelos padrões de consumo exibidos e não pelo fator produtivo propriamente dito.

Ora, se a nova ordem global dos séculos XX – XXI é predeterminada por um dispositivo onde prevalece a economia política e publicitária da atenção – a par do marketing político, agora recicladas nas mais recentes estratégias de *microtargeting* e da *network propaganda* (Benkler, Y., Faris, R., & Roberts, H., 2018), isso implica que, não só a política fica em défice nesse modelo, como os práticos, os executantes das novas políticas seguem o princípio do dispositivo, vendem, seduzem, e, em consequência, produzem sobretudo decepção, isto porque, invocando a perspectiva de Innerarity, grande parte da sua atividade, da sua “tirania de curto prazo” fica sempre mais apegada à estratégia eleitoral que a uma ideia de governo e/ou do “commons” (2018, pp. 350-351), ou a uma política capaz de transformar as velhas hierarquias em “ecossistemas de conhecimento colaborativo”, ou ainda a “elaborar colectivamente interpretações comuns de convivência” (Innerarity, 2018: 366-367).

Como vários autores demonstraram (Ewen, 1983; Fox e Lears, 1983) do que se tratava agora era de impulsionar a procura, criando novos desejos, sobretudo supérfluos desejos, pelos bens de consumo... Nessa perspectiva, Tim Wu chama à nova classe emergente, constituída pelos primeiros publicitários, psicólogos, defensores (estritos e não críticos) do consumo, os “comerciantes da atenção” (Wu, 2017). Em

todo o caso, nada teria acontecido por acaso, ou por mero determinismo tecno-comunicacional. Essa captura da atenção do consumidor para as novas estratégias publicitárias de persuasão e sedução foi construída passo a passo. A economia política da atenção não seria mais do que um operar à metamorfose do cidadão livre numa espécie de consumidor-eleitor-dependente, ou mesmo escravo do consumo supérfluo, trabalhando-se doravante na atenção disponível “para revenda”, ou, como diria de uma outra forma Jonathan Crary (2014), na colonização dos tempos mortos, livres, dos cidadãos por parte do capitalismo.

Fadiga democrática

Kukutani (2018) relembra com razão Hannah Arendt e a sua obra *As Origens do Totalitarismo*, neste reemergir da besta na barriga do monstro, o ventre das chamadas democracias ocidentais. Esta é, sobretudo, a altura de aprofundar seriamente a reflexão, de pensar sem peias, sem medo nem preconceito sobre o que gera, o que está na origem, o local onde germina efetivamente a besta, ou onde ela ciclicamente renasce.

Esse local é um (o) estado de desregulação, de iniquidade, de alastramento da corrupção e dos interesses, da informação e dados viciados, do sequestro do campo da mediação, dos média, enfim, um campo vasto de democracias também elas falsas, falhadas, que nunca ou raras vezes o foram, ou que assim têm sido chamadas – certamente para maior tranquilidade dos indivíduos que a habitam – ou que nunca o chegaram a ser na sua essência.

O renascer cíclico do monstro, do horror, dá-se assim quando de forma bem anunciada – e, para além do mais, com alguma legitimação de modelos de políticas proto totalitárias que seguem impantes por esse mundo – a ficção populista se sobrepõe aos precários (des)equilíbrios das democracias ocidentais, invocando narrativas de todo irreconhecíveis pela experiência civil, mas propagadas pelos média e agora pelas redes sociais, arrastando as sociedades de novo para o imprevisível. Entre as várias causas atribuíveis a esta inversão estão, nomeadamente, o enfraquecimento dos média enquanto tradicionais guardiões de informação, os fenómenos associados de polarização política e as debilidades e precariedades do jornalismo, e ainda o vencimento da virtude civil pelo cansaço.

Há uma fadiga democrática (Appadurai, 2017), é certo. A questão que se coloca, a certo momento, é se alguma vez houve, sobretudo no Pós-Guerra, na era mediática por excelência, democracia sem fadiga, isto é, se aconteceu haver uma democracia com d grande, robustíssima, de plena virtude civil, de plena participação cidadã, com total transparência e escrutínio da coisa pública, da *Res publica*, no contexto do Estado construído sobre o modelo de representação parlamentar democrática. Vendo a relação entre média e democracia nestas décadas, De Gaulle, Thatcher, agora Trump e... *tutti quanti*, o balanço é negativo. E, em Portugal, recuando apenas ao pós-25 de Abril e ao Verão quente, os média por essa altura estavam claramente sob sequestro, sendo que a partir daí nada de extraordinário ou de radicalmente diferente terá verdadeiramente acontecido.

Assim, para simplificarmos, diríamos que, do nosso ponto de vista, a democracia tal como nós a conhecemos, de um modo geral, já inclui, na sua própria origem,

construção e desenvolvimento, a sua corruptela, a sua auto-degradação, a sua fadiga. Desde logo, por não ter como princípio elementar e estrutura de base, ou mesmo por dificultar os mecanismos de auto-avaliação e de contínuo escrutínio exterior, e por falta de transparência. Depois, pelo que isso arrasta em si mesmo, em fenómenos de poderes ocultos, de tráfico de influência, clientelismos políticos, grupos de interesses, aparelhismos partidários, etc., etc., enfim, a lenta, cíclica e contínua corrosão e decrepitude do sistema democrático.

A ascensão de Salazar

Mas vejamos agora mais em concreto como foi evoluindo e se estabeleceu a inversão política em Portugal no início do século passado, como de um proto-fascismo passámos a uma ditadura de 48 anos, desde logo começando pelo caso de Salazar. A pergunta de partida no contexto desta investigação não poderia deixar de ser esta: qual terá sido a contribuição dos média em Portugal para a ascensão do fascismo? Os meios de comunicação da República teriam sido determinantes nessa ascensão, ou foram apenas companheiros de viagem menores de outras forças da sociedade portuguesa nessa caminhada para o fim das liberdades?

Relendo a obra de David Ferreira (1973) sobre a ação da imprensa no contexto da Primeira República, é muito claro que os média escritos foram, por assim dizer, uma das grandes portas de entrada das políticas monárquicas reacionárias e depois do extremismo de direita e do fascismo em Portugal: "Para o estado de perturbação em que se encontrava o País tinha concorrido de maneira decisiva a imprensa, e de modo especial a imprensa política" (Ferreira, 1973, II Parte: 73). A imprensa monárquica estava naturalmente na linha da frente da desinformação e no ataque "implacável" à República. Do outro lado estavam as centenas de títulos e boletins da imprensa operária, anarquista e anarco-sindicalista (Mónica e Matos, 1981; Mónica, 1982; Oliveira, 1984), que não tinham melhor efeito relativamente à preservação da nova instituição. Mas mesmo o papel desempenhado pela grande imprensa também não contribuiu grandemente para a consolidação do regime: "Habitualmente a República era atacada ou defendida consoante os interesses privados das empresas proprietárias dos jornais (...) a grande imprensa foi talvez aquela que maiores males e prejuízos causou à República" (Ferreira, 1973, II Parte: 75).

O maior dos males seria, no entanto, a perda da liberdade poucos anos após a emergência do novo regime republicano mais ou menos jacobinista-anarquista, e na sequência das contantes convulsões sociais, das lutas entre republicanos e monárquicos, ou entre as diversas fações radicais do mundo operário, ou ainda entre anticlericais e Igreja, aliás desde início perseguida metodicamente e "oprimida" pelo regime. Frustrada esta primeira tentativa republicana de estabilização democrática, eis de novo Portugal regressado ao "reino cadaveroso" e ao estiolamento da mentalidade portuguesa, temas de uma famosa conferência de António Sérgio (1972) curiosamente proferida em Coimbra, corria o ano de 1926... Daí em diante, com o progressivo cerco da ditadura às liberdades até à institucionalização do salazarismo, o tempo daria razão a Sérgio.

A imprensa volta de novo a estar no centro do turbilhão, embora desta vez com o objetivo específico de diluir a convulsão social e política e de se render a uma es-

tratégia progressiva bem definida de “acalmação dos espíritos”, devidamente enquadrada por novas práticas censórias. Helena Matos, na sua análise da construção do mito salazarista refere que no período entre 1928 e 1933 Salazar recorre de início à imprensa para se afirmar progressivamente como líder, ele é um “comunicador hábil que recorre aos discursos, às notas oficiosas e às entrevistas para conseguir os seus objetivos” (2010, p. 7). Mas, já em 1933, é uma outra opção que se consolida com base na criação do Secretariado Nacional da Propaganda (SPN), período em que, e de certo modo ao contrário do que viria a suceder a partir de finais dos anos 50, com a emergência da televisão, já não é um Salazar que procura a imagem do homem providencial que encontramos, mas antes o asceta fugidivo às câmeras e aos microfones. Enquanto procura a sua afirmação como líder da revolução nacional e da restauração financeira do país, Salazar tem, afinal, “boa imprensa”, sendo que é ela também que “rapidamente o vai transformar no miraculoso ditador das Finanças” (Matos, 2010, p. 11).

A procura inicial da sobre-exposição de Salazar nos anos 1920-30 relativamente ao espaço público (imprensa, rádio, cartaz, documentário, etc.), é assim algo muito localizado e circunscrito, não se podendo também retirar daí qualquer tipo de estratégia mais mobilizadora ou panfletária. Mesmo relativamente a estudos mais recentes, que nos introduzem opções e estratégias comunicacionais desconhecidas do regime, como foi o caso do chamado “branqueamento” internacional do salazarismo (Ribeiro, 2018), o mesmo paradigma se mantém. Tratava-se, de um modo geral, ainda em relação à propaganda do homem e da sua política, de um registo de certo modo místico, procurando congregar a aparição da palavra e da ação (Didi-Huberman, 2011), expondo o possível para esconder o essencial. E a verdade é que a economia totalitária dos anos seguintes à “publicidade” inicial ao professor de finanças de Coimbra, mostraria claramente ao que vinha o ditador através de uma seleção violenta das condições de (sub)exposição pública. Por um lado, através do recuo do próprio Salazar ao seu espaço reservado, à sua “ruralidade” e ao seu estado natural de “invisibilidade” (Gil, 1995; Cádima 2017), por outro lado, por via de uma cada vez maior subexposição da voz e imagem/representação dos cidadãos, submetidos agora a um apertado sistema da censura e perseguição política.

Dessa primeira visibilidade procurada pelo ditador para a sua legitimação pública, passaremos, já nos finais dos anos 50, a uma dimensão claramente contrária, isto é, e agora num contexto de instrumentalização da televisão em Portugal ao tempo da ditadura, a uma invisibilidade de Salazar seguida de uma forte estratégia “presencial” de Marcello Caetano. Vamos então, em síntese, com base num estudo mais específico publicado sobre o tema (Cádima, 1996), procurar compreender as particularidades essenciais do regime e dos seus líderes no que concerne à articulação e ao domínio dos média de massa e, neste caso, da televisão em particular, de forma a melhor entendermos o perfil de cada um dos ditadores e o quadro global de interações políticas e comunicacionais entre a ditadura e os média.

Salazar, no fundo, tinha uma perceção talvez mais clara do que tem sido, de alguma maneira o senso comum sobre a questão, relativamente ao domínio das estratégias comunicacionais e à relação do ditador e da ditadura com o campo dos média. Salazar, na verdade, geria os dois “corpos do rei” – à imagem da tese de Kantorowicz (1998) aplicada ao monarca medieval e ao seu corpo natural e corpo místi-

co, também jurídico-político – como um só corpo, corpo algo sacrificial, condenado a uma espécie de morte simbólica, mas, no fundo, procurando obter politicamente o efeito inverso, isto é, simultaneamente, uma iconoclastia e uma onnipresença política “investida” por uma quase intervenção sobrenatural, o que de alguma forma terá efetivamente conseguido ao longo das décadas em que governou enquanto ditador. Neste caso, o Príncipe incorporará, por um lado, o *condottiero*, ou seja, “representa (ou ambiciona representar) plasticamente e ‘antropomorficamente’ o símbolo da ‘vontade coletiva’ ” (Gramsci, 1968: 3), sendo que, por outro lado, e ainda na perspectiva de Kantorowicz, deverá ter a ambição de representar a cabeça e o corpo “místico” do Estado no contexto das referências fundamentais da Igreja, embora divergindo aqui relativamente ao modelo medieval. A experiência salazarista colocará, de um lado, aquele que será o corpo físico, secular, sujeito às circunstâncias dos homens e do tempo, e do outro, o corpo político e místico, o corpo simbólico, sendo que este não morre, ou, pelo menos, deverá adquirir uma dimensão que, praticamente, o torna perene de um ponto de vista político. Apesar de tudo, tratava-se de uma equação complexa dado que um ascendente clerical neste equilíbrio, que era evidente em Salazar, poderia sempre evoluir para uma espécie de situação de não-Estado (Gramsci, 1968, p. 98), sempre que a submissão ao desígnio e aos princípios da Igreja não se tornassem política do Estado.

Representações televisivas: de Salazar a Marcelo Caetano

Concretamente, no que se refere à figura de Salazar e ao contexto específico da emergência da televisão em Portugal note-se que o ditador denunciará cada vez mais, no final dos anos 50, o seu carácter refratário à exposição pública regular e à “publicidade” mediática das suas ações e do seu desempenho político. Mesmo no caso da Rádio, sobretudo em relação à Emissora Nacional, e para além de não a ter efetivamente utilizado como um meio poderoso, que já era, de agitação e propaganda, como aliás António Ferro a tinha definido, há uma certa menorização comparativamente à atenção dada à imprensa nas décadas anteriores. A imprensa era o meio preferido de Salazar, porventura por lhe permitir um maior controlo “editorial”. Considerava-a, aliás, ao contrário dos meios audiovisuais, que também tinha à sua disposição e tiveram a sua importância no contexto das estratégias de informação e propaganda do regime, incontornável e decisiva no contexto da influência da opinião pública.

Ora, no que diz respeito à sua experiência específica com a televisão nesse plano da agitação e propaganda, e isto ao longo de todo o seu consulado após as primeiras emissões em 1957, Salazar recuou à sua condição “fora de campo”, de alguma maneira como sempre esteve relativamente aos média, mas aqui com uma evidência bastante mais explícita e pública, porque na verdade a sua imagem televisiva era fundamentalmente protocolar e institucional. Até final dos anos 50 os espectadores da RTP identificam ou reconhecem o líder através das fotos que os serviços noticiosos colocavam no alinhamento da agenda protocolar das notícias, ou de pequenas reportagens também de tipo institucional, limitando-se praticamente a agenda a este modelo de “instrumentalização” da televisão pelo regime.

Daí se considerar que essa presença protocolar, longe de qualquer “agit-prop” bem identificado noutras experiências europeias, tanto em regimes fascistas como comunistas, no caso português com Salazar e nos primeiros anos da história da televisão, reduziram a sua liderança a um modelo muito institucional, a uma espécie de presença “sacrificial” no sentido que esta exposição comunicacional do líder se reduzia ao essencial “para salvar e perenizar o seu corpo político e jurídico” (Cádima, 2017, p. 339) face à curiosidade mundana da audiência e à consequente degradação da imagem do líder.

Verifica-se assim existir um modelo oficioso e um imobilismo informativo em torno da imagem televisiva de Salazar estruturado quase exclusivamente em torno da sua agenda política diária. Para além disso, detetam-se na informação televisiva dos primeiros anos da RTP a recorrência de algumas séries discursivas e algo que se configura como uma exclusão de certo modo incompreensível, o facto de não haver praticamente registo de imagens do Império e das colónias, como se Portugal e a ditadura estivessem reduzidos ao espaço geográfico do continente. Deste período fica fundamentalmente, para além do modelo protocolar e instrumental, a censura em torno da candidatura de Humberto Delgado às presidenciais de 1958, bem como a censura das eleições legislativas de Outubro de 1961, quando o regime não permitiu que os emissores nacionais de radiodifusão e a RTP fossem utilizados como instrumentos de campanha. Outras narrativas ou séries discursivas e temas de instrumentalização da televisão no consulado salazarista, são as independências em África de antigas colónias europeias, que eram abordadas com regularidade no final dos anos 50 (como se a situação portuguesa não fosse em tudo idêntica...), e a questão colonial na RTP que poderia ter como epígrafe a frase de um jornalista do regime, no caso João Coito – “um soldado chamado Televisão”. Posteriormente, a partir de 1963, a emergência dos Comentários e dos Editoriais - a opinião do Telejornal em tempo de crises, agora sob o signo do “visto” do censor, ou seja, a era Múrias. Humberto Delgado será mais tarde tema de assunto efetivo, com a perseguição da RTP ao seu bom nome e as acusações e falsas notícias em torno dos “mandantes” do assassinio do general, uma vez que a RTP envolve Mário Soares e o Partido Comunista no crime. E ainda as eleições Presidenciais e Legislativas de 1965, com toda a desinformação produzida em torno do “candidato natural” (Américo Tomás), o “traidor” (Mário Soares), tudo pela pena do “narrador objetivo” – Manuel Maria Múrias. E, obviamente, para além dos editoriais inflamados de Múrias e das efemérides do regime, mantinha-se a ausência da imagem de Salazar sem qualquer tipo de estratégia de comunicação mais panfletária tendo por objetivo o culto da personalidade do líder Salazar e centrada na sua figura, que basicamente nunca chegou a existir.

Já no período imediatamente seguinte, após o início da Guerra Colonial no começo dos anos 60, verificam-se mudanças significativas. Não no sentido da reprodutibilidade da imagem do líder, mas em particular na agitação e propaganda em torno do modelo de informação estratégica definido pela RTP e pelo regime para acompanhar os acontecimentos em Luanda (1961), modelo que aliás terá uma duração efémera certamente pelas consequências negativas e pelos efeitos “boomerang” criados ao próprio regime e aos seus objetivos políticos neste caso concreto, algo que aliás viria a ser remediado pelos comentários inflamados de Manuel Maria Múrias, um indefetível de Salazar na direção dos serviços noticiosos da RTP. Mas do ditador ficam sobretudo

do um conjunto de reportagens que acabam por dar a imagem fiel do líder e da sua fugaz representação televisiva ao longo do seu consulado, a que podemos chamar as “naturezas mortas” de Salazar (Cádima, 2017, p. 338). Referimo-nos essencialmente a quatro peças que passamos a identificar: i) a reportagem do encontro entre Salazar e Franco em Ciudad Rodrigo, transmitida pela RTP a 10/7/1957; ii) o documentário “Em casa de Salazar - no dia do seu aniversário”, transmitido a 4/5/1958; iii) a peça “Aniversário do Presidente Salazar”, transmitida a 28/4/1969; e iv) as imagens do corpo e do rosto, em close up, de Salazar em câmara ardente, aquando das cerimónias fúnebres em julho de 1970, emitidas pela televisão. São estas as principais marcas da “visibilidade” mais pessoal de Salazar na RTP ao longo de mais de dez anos do seu consulado político, a última delas já post-mortem. Para além disso, fica apenas a agenda e o protocolo de Estado do modelo oficioso instalado. Através deste modelo os responsáveis da informação televisiva procuraram em geral dar uma imagem que se poderia considerar “institucional” do salazarismo, nunca tendo optado por um modelo instrumental propagandístico de disseminação do “culto” panfletário do “chefe”, como se verificou em diversas outras latitudes europeias.

Marcello Caetano é um caso completamente diferente. Onde, no plano comunicacional, Salazar era reservado, mantinha uma certa “ruralidade”, ou parecia mesmo por vezes ser “asceta” ou misantropo, e tinha as suas múltiplas fobias mediáticas, Marcello tinha experiência do mundo, tinha mundivivência, apresentava-se publicamente com uma personalidade mais cosmopolita, interagia no espaço público com populares, frente às câmeras de televisão, e, sobretudo, tinha uma ideia e um conhecimento estruturado sobre questões da comunicação social e da opinião pública. Deve-se a ele, aliás, a própria fundação da RTP e a intervenção em todo o processo legal de criação estatutária e inclusive no próprio modelo de distribuição do capital entre o Estado e os outros acionistas, dado que, e um tanto paradoxalmente, o serviço público de radiodifusão assentava, na altura, numa empresa de economia mista de capital social maioritariamente privado.

Marcello é, de certa maneira, o ideólogo da instrumentalização da televisão no Salazar-Caetanismo, algo que apesar de tudo não teria verdadeiramente acontecido de forma estruturada antes da sua chegada ao poder. Com Caetano, a televisão passa a poder ser considerada um “instrumento” do regime com uma ação política e propagandística um pouco mais consequente. Era agora mais evidente que tal como o sistema de monopartidarismo político se subordinava ao Estado, assim o monopólio da informação televisiva se tornava também um aparelho ideológico do monologismo discursivo do regime. Ambos se subordinavam, na prática, ao sistema político e à sua ideologia ancorada no esquecimento e numa amnésia do tempo e da experiência. Com Marcello, prevalece a ordem da subexposição não do corpo político/jurídico do líder, mas antes a ameaça da representação dos próprios cidadãos, a sua subexposição, ou a sua exposição ao desaparecimento, ou seja, as promessas de abertura com a “primavera marcelista” foram efémeras e rapidamente o regime e o caetanismo se fecharam sobre si próprios.

Um dos homens de mão de Marcello Caetano para cumprir o desígnio do novo sistema instrumental-propagandístico foi Ramiro Valadão, presidente da RTP à altura. Caetano enviava-lhe regularmente várias missivas, a mais importante delas terá sido esta, datada de 28/12/1970: “Conto com o apoio fiel, dedicado e inteligente dos

amigos, sobretudo daqueles a quem estão confiadas posições-chave, como sucede consigo. A televisão é nos tempos correntes um instrumento essencial de *ação política e nós não podemos hesitar na sua utilização* - nem em vedar aos adversários da ordem social essa arma de propaganda.”

E a verdade é que com Caetano verifica-se uma maior personalização da informação, naquilo que poderemos considerar um reforço da estratégia de culto com imagens ou reportagens criadas e produzidas para o efeito e centradas na sua pessoa. A que se pode acrescentar um redireccionamento de peças estratégicas voltadas para a terceira pessoa, para ele, quer nos factos políticos criados à sua volta ou nas atividades quotidianas da agenda protocolar, quer nas entrevistas que vai dando, ou na promoção televisiva nos livros que publica, das suas viagens, quer ainda na opção de fundo que ele acaba por tomar, no sentido de reforçar a componente instrumental do seu consulado. Referimo-nos às “Conversas em Família” na RTP (1969-1974), que reformulariam efetivamente o modelo de instrumentalização da televisão.

Esse recentramento da estratégia de culto do marcelismo na RTP ficou assim ancorada, à imagem do que havia sucedido com Salazar, num conjunto de narrativas específicas e nalgumas séries discursivas e grandes temáticas que fundariam a nova instrumentalização da televisão no período caetanista: i) o Telejornal surge como uma ‘arma de propaganda’ de Marcello Caetano no contexto da gorada ‘primavera marcelista’ e do regresso do fundador da RTP; ii) emerge uma espécie de salazarismo televisivo sem Salazar, agora com o foco num homem e numa imagem, com as visitas às colónias a partir de 1969 – Guiné, Angola, Moçambique; iii) As primeiras “conversas em família”; iv) a “dessalarização” ou o ‘espetáculo abominável’ com o declínio, queda e morte de Salazar; v) a estratégia política editorialista do ‘consuldo Valadão’ mais focada nas eleições de 1969 com a “eliminação” da campanha; vi) o Congresso da União Nacional, com alguma desinformação apontada a Mário Soares, o “falso advogado”. E ainda alguns outros aspetos que marcaram a estratégia política televisiva de Caetano: a (re)emergência do ‘Internacional’ e a renovação do ‘mandato indeclinável’, a Revisão Constitucional e a Lei de Imprensa, outros atos protocolares do ‘organismo ético’, a súbita ascensão de César Moreira Baptista a comentador do Telejornal, e por fim, a homenagem da RTP a Marcello Caetano logo após o fim do marcelismo.

Resta-nos ainda uma pergunta de partida, reiniciando toda a discussão em torno desta matéria. Terá, com efeito, a televisão contribuído para o reforço do regime perante a opinião pública e, nessa medida, contribuído também, com a sua parte, para a longevidade do regime? A história porventura ter-se-á encarregue de dar uma resposta a esta questão... Caetano esteve apenas seis anos no poder. Mas muitas outras respostas e outras tantas hipóteses ficarão ainda no ar. Digamos que estamos perante uma certa ambivalência face aos elementos e fatores conhecidos: se, por um lado, a RTP e a informação televisiva foram, ao longo do consulado Salazar-Caetanista, um claro aparelho ideológico de Estado, um indiscutível instrumento do regime trabalhando, da forma que foi capaz, as lógicas dissuasoras e a criação/imposição de “consensos” sociais no país, a verdade é que nos momentos mais críticos mostrou ser incapaz de gerir a favor do regime matérias que o vieram claramente penalizar face à opinião pública. O caso da Guerra Colonial, ou os diferentes períodos eleitorais censurados pelo regime com a “desativação” dos média para as

campanhas com forças democráticas no terreno, são apenas dois dos principais exemplos. Neste sentido, a procura dos mega-efeitos com as efemérides salazaristas do regime, ou as telecerimónias de Marcello, ou todas as outras iniciativas para a auto-celebração do sistema e da ditadura não terão sido suficientes para evitar o declínio da ditadura. Marcello Caetano sempre esteve convicto que a televisão “era o instrumento ideal para um governo se tornar popular” (Caetano, 1977: 472), mas a verdade é que, apesar dos seus esforços e do reacerto do modelo de propaganda e de informação televisiva no seu consulado, as estruturas do regime estavam a cair de podres e não tinham já salvação possível, por muito propagandística que fosse a economia do desvio da atenção social e política, por muito subexposta, censurada e perseguida que fosse a opinião pública portuguesa e a cidadania, práticas que afinal sempre estiveram na base do modelo comunicacional do regime Salazar-Caetanista.

Conclusão

O estudo das relações de Salazar e de Marcello Caetano com a televisão, em particular, têm sido focados, na maior parte das análises, na agenda política destes protagonistas, nas suas práticas e no próprio sistema de enunciação e discurso dos media sobre essa mesma agenda. De um modo geral tem sido esse tipo de relações e discursos que têm sido analisados sobre estas matérias, designadamente em boa parte das referências bibliográficas específicas trabalhadas neste texto. Acresce que nos últimos anos novas conceptualizações têm emergido do ponto de vista dos estudos de recepção, da chamada “economia da atenção”, ou, melhor, da economia do “desvio” da atenção e da censura das vozes dissidentes e, especificamente em relação à ditadura portuguesa, de disseminação do consenso em torno da sua doutrina de forma a manter e a eternizar um domínio político.

Surgiam também novas teses, como a proposta do conceito de “mediarquia”, que releva de um dispositivo performativo e de uma condicionante agencial dos média sobre a própria experiência política, constitutivo do processo de construção da realidade. Digamos que às teses clássicas da representação política e jurídica, vieram somar-se, ao longo do século passado, as teses das estratégias de informação e propaganda, da “fabricação” dos consensos sociais e políticos, e a dos modelos de persuasão criados no contexto da emergência da indústria dos excedentes e da indústria da publicidade, ainda antes da crise de 1929. A nova era do marketing político do pós-Guerra consolidou-se com este *background* e a partir deste dispositivo.

Veja-se que propaganda, publicidade e política acabam por encontrar os seus elos comuns, o seu núcleo de convergência. E, tal como na aquisição dos bens supérfluos, na sociedade consumista, as técnicas de persuasão tornam verdadeiras as falsas necessidades, sobretudo com a criação de novos desejos, novos imaginários consumistas, novas “civilidades” – na esfera política sucede um pouco o mesmo, isto é, perante os demasiados problemas verdadeiros do mundo, como deixar então aos homens políticos essa decepção do *commons*, o cuidado de inventar os falsos problemas necessários à sua perpetuação? Em síntese, das iconoclastias às omnipresenças dos protagonistas políticos no campo dos média e agora também nas suas extensões pós-mediáticas, há que ter em linha de conta que novos dispositivos, no-

vas práticas e técnicas nos permitem identificar novos problemas a equacionar, em particular na aproximação entre as estratégias militares de propaganda, a economia da atenção e os fenómenos de representação política na história contemporânea.

Referências bibliográficas

- Appadurai, A. et al (2017). *L'Âge de la Régression. Pourquoi nous vivons un tournant historique*. Paris: Premier Parallèle.
- Benkler, Y., Faris, R., & Roberts, H. (Eds.) (2018). *Network Propaganda: Manipulation, Disinformation, and Radicalization in American Politics*. New York: Oxford University Press.
- Cádima, F. R. (2017). Salazar, o regime e a televisão: para uma arqueologia da 'invisibilidade' televisiva do ditador. In J. L. Garcia, T. Alves & Y. Léonard, (Eds.), *Salazar, o Estado Novo e os Media* (pp. 327-345). Lisboa: Edições 70.
- Cádima, F. R. (1996). *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*. Lisboa: Presença.
- Caetano, M. (1977). *Minhas Memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo.
- Citton, Y. (2017). *Médiarchie*, Paris: Éd. Le Seuil.
- Crary, J. (2014). *Le capitalisme à l'assaut du sommeil*. Paris: La Découverte.
- Didi-Huberman, G. (2011). Coisa pública, Coisa dos povos, Coisa plural. In R. Silva (Coord.), *A República por vir - Arte, política e pensamento para o século XXI* (pp. 41-70). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ewen, S. (1983). *Des Consciences sous Influence: Publicité et genèse de la société de consommation*. Paris: Aubier-Montaigne.
- Ferreira, D. (1973). *História Política da Primeira República*. (Vol. I, I e II Parte). Lisboa: Livros Horizonte.
- Fox, W., & Lears, J. (1983). *The Culture of Consumption - Critical Essays in American History, 1880-1980*. New York: Pantheon Books.
- Franch, G. (1993). Ökonomie der Aufmerksamkeit. *Merkur*, 534/535, 748-761.
- Gil, J. (1995). *Salazar: a retórica da invisibilidade*. Lisboa: Relógio de Água.
- Gramsci, A. (1968). *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Herman, E., & Chomsky, N. (1988). *Manufacturing Consent. The Political Economy of the Mass Media*. New York: Pantheon Books.
- Innerarity, D. (2018). *A política em tempos de indignação*. Lisboa: D. Quixote/Biblioteca Expresso.
- Kantorowicz, E. (1998). *Os Dois Corpos do Rei*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kukutani, M. (2018). *A Morte da Verdade. A Falsidade na Era de Trump*. Lisboa: Presença.
- Matos, H. (2010). *Salazar – a Construção do Mito*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- Mónica, M. F. (1982). *A Formação da Classe Operária Portuguesa. Antologia da Imprensa Operária (1850-1934)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mónica, M. F., & Matos, L. S. (1981). Inventário da imprensa operária portuguesa (1834-1934). *Análise Social, XVII* (67-68-69), 1013-1078.
- Oliveira, C. (1984). *Antologia da imprensa operária portuguesa, 1837-1936*. Lisboa: União Geral de Trabalhadores.
- Ribeiro, V. (2018). A empresa de relações públicas norte-americana contratada por Salazar (1951-1962) – A estreia da ditadura no modelo assimétrico bidirecional no período pós-António Ferro. *Media & Jornalismo, 18*(33), 155-170. Disponível em <http://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/5184>

- Sérgio, A. (1972). O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal. In *Ensaio* (Tomo II). Lisboa: Sá da Costa.
- Silva, R. (Coord.) (2011). *A República por vir - Arte, política e pensamento para o século XXI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Stiegler, B. (2011). Literal Natives, Analog Natives, Digital Natives. Entre Hermes e Héstia. In Silva, R. (Coord.), *A República por vir - Arte, política e pensamento para o século XXI* (pp. 129-148). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Valéry, P. (1931). *Regards sur le monde actuel*. Paris: Librairie Stock, Delamain et Boutelleau.
- Veblen, T. (2018). *A teoria da classe do lazer*. Lisboa: Atual Editora.
- Wu, T. (2017). *The Attention Merchants. The Epic Struggle to Get Inside our Heads*. London: Atlantic Books.

Nota Biográfica

Francisco Rui Cádima é Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da NOVA FCSH. Investigador Responsável do ICNOVA - Instituto de Comunicação da NOVA, integra a direção da revista *Media & Jornalismo*.

ORCID iD:0000-0002-5449-8831

Email: frcadima@fcsch.unl.pt

Morada: Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Comunicação da NOVA, Av. de Berna, 26-C - Lisboa 069-061, Portugal

*Submetido: 2018.12.27

*Aceite: 2019.08.05

(Página deixada propositadamente em branco)

O Telejornal da RTP mostrou o Maio de 68 e escondeu a Crise Académica de 69. Porquê?

The public television, RTP showed “May 68” in France and hid the “academic crisis of 1969”. Why?

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_14

Jacinto Godinho

Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Instituto de Comunicação da NOVA – ICNOVA

Resumo

Este artigo procura aprofundar a reflexão sobre o impacto político do jornalismo televisivo durante o período final do Estado Novo. A RTP tem sido pensada como um dos bastiões do regime de Salazar e Caetano, usada prioritariamente como meio de divulgação propagandística. A clara predominância de homens próximos destes dois Presidentes do Conselho no comando da informação televisiva, a governamentalização dos telejornais com a exclusão de notícias relacionadas com a oposição ou de qualquer outro assunto que desagradasse ao Governo, leva à conclusão de que uma RTP manipulada só pode ter funcionado como um instrumento que ajudou a prolongar a ditadura.

Analisando dois casos semelhantes de agitação estudantil, “Maio de 68” em França e a “Crise Académica” em Coimbra, ocorridos no curto espaço de um ano entre 1968 e 1969, anos decisivos em que a direcção do Governo mudou de Salazar para Caetano, verificamos que a estratégia da RTP foi completamente oposta. Analisando os Telejornais verificamos que a RTP cobriu com abundância de peças os acontecimentos em França que levaram à paralisação da Universidade da Sorbonne em Maio de 68, mas um ano depois, em Abril de 1969, decidiu não cobrir noticiosamente os protestos que levaram ao encerramento da Universidade, à intervenção da GNR e à prisão de dezenas de estudantes. A RTP mostrava, lá de fora no estrangeiro, o que não podia ou não queria mostrar cá de dentro, em Portugal. Que razões podem explicar esta estranha estratégia informativa? Sugerimos neste artigo uma nova interpretação da política de imagens do Estado Novo e levantamos a hipótese de a televisão em Portugal ter sido um mediador evanescente do regime ditatorial.

Palavras-chave

RTP; crise académica de 1969; Maio de 68; espectáculo do sigilo; mediador evanescente

Abstract

This article seeks to deepen the reflection about the political impact of television journalism during the final period of the Portuguese dictatorship. The public televi-

sion, RTP, has been thought of as one of the last bastions of the regime of Salazar and Caetano, used primarily as a mean of propaganda. The predominance of men close to the regime in the command of the television information and the governmentalization of news programs with the exclusion of topics related to the opposition or any other matter that displeased the government lead to the conclusion that RTP can only be seen as an instrument that helped to prolong the dictatorship. But analyzing two similar cases of student protests, "May 68" in France, and the "academic crisis of 1969", in Coimbra, we found that RTP strategy was completely opposite. Analyzing the television news, we find that RTP covered largely the events in France that led to the closure of the Sorbonne University in May 1968, but a year later, in April 1969, RTP decided not to cover any of the students protests that also led to the closure of the University, the police intervention and the arrest of dozens of students. RTP showed international events and concealed internal ones. What reasons can explain this strange information strategy? We suggest a new interpretation of the New State image policy and we raise the hypothesis that television in Portugal has been an evanescent mediator of the dictatorial regime.

Keywords

RTP; academic crisis of 1969; May 68; evanescent mediator; secrecy show

1. Como os telejornais da RTP "esconderam" uma crise que o ministro destapou

No dia 17 de Abril de 1969, o Presidente da República Américo Tomás (Figura 1) desloca-se a Coimbra para inaugurar o edifício da secção de Matemática da Universidade.



Figura 1 - Foto da Secção Fotográfica da Associação Académica de Coimbra

A notícia desse dia foi a interrupção da cerimónia solene por parte do Presidente da Associação Académica de Coimbra. Alberto Martins (Figura 2) pede a palavra à mesa para, em nome dos estudantes, expor alguns problemas da Universidade. Não lhe foi dada a palavra mas recebeu uma enorme salva de palmas e a sessão foi interrompida de forma precipitada. Nessa noite seria preso e interrogado pela PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado).



Figura 2 - Foto da Secção Fotográfica da Associação Académica de Coimbra

À noite o Telejornal da RTP passa um resumo dos acontecimentos mas não fala dos incidentes. Uma equipa de reportagem da televisão estava presente. Filmou a cerimónia. Nas imagens em bruto das filmagens vê-se, num plano geral da sala, Alberto Martins sentado em fundo mas a sua intervenção não foi sequer filmada.

Também não há imagens dos cartazes reivindicativos que são ostentados pelos estudantes. Era difícil escondê-los como se vê na reportagem (Figura 3) da secção fotográfica da Associação Académica.



Figura 3 - Foto da Secção Fotográfica da Associação Académica de Coimbra

No entanto a reportagem televisiva conseguiu enquadrar o Presidente da República sem nunca se verem os cartazes.

No dia 22 de Abril de 1969, por causa dos incidentes, oito estudantes são suspensos e proibidos de assistir às aulas mas a televisão ignora o sucedido. Só no dia 30 a televisão fala pela primeira vez na agitação estudantil, mas através de uma nota do Ministério da Educação, José Hermano Saraiva, que é lida na íntegra, logo a abrir o Telejornal. A nota sustenta que:

Foram distribuídos, em Lisboa, panfletos marcando manifestações subversivas para a área da Universidade de Lisboa. Sabe-se que os estudan-

tes são completamente alheios a tais projectos mas poderão ver-se envolvidos neles em virtude da necessidade de comparecerem às aulas.¹

Anuncia-se depois, a decisão de encerrar os edifícios das Faculdades de Letras, de Direito, de Medicina e de Farmácia da Universidade no dia seguinte, 1 de maio. Nessa noite, após o Telejornal, o Ministro da Educação, José Hermano Saraiva, faz uma comunicação ao país: "Dada a evolução dos factos de indisciplina que nos últimos dias se têm verificado na Universidade de Coimbra considerarei vantajoso pôr o país ao corrente da situação"².

Depreende-se que, para os portugueses que viram a emissão televisiva, a comunicação tivesse sido uma completa surpresa porque o ministro conta o que realmente aconteceu durante a cerimónia do dia 22.

Os factos foram os seguintes: Quando decorria a inauguração do novo edifício da Secção de Matemáticas da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e depois de terem usado da palavra os dois primeiros oradores que mal se conseguiram fazer ouvir no meio da vozeria dos estudantes que enchem o recinto e a escadaria anexa, um aluno da Universidade dirigiu-se ao Chefe do Estado e pediu para falar na qualidade de representante dos estudantes de Coimbra. Essa intervenção foi imediatamente sublinhada por uma ruidosa e demorada manifestação dos estudantes presentes. O senhor Presidente da República de pé e fitando de frente o aluno que se lhe dirigira afirmou que se seguia no uso da palavra o senhor Ministro das Obras Públicas. Nova e demorada manifestação desrespeitosa que se seguiu a esta decisão tomada aliás com a maior firmeza.³

O Ministro apresenta uma versão relativamente concreta dos factos, embora numa linha de argumentação favorável ao regime. O que é relevante é que esta comunicação ao País, de um governante, demonstra que a reportagem televisiva, emitida no dia 22, tinha sido uma farsa. O Ministro narra uma sequência de acontecimentos que a reportagem televisiva não mostrou.

Quando encerrada a sessão em conformidade com o programa previamente elaborado, o senhor Presidente e as autoridades verificaram-se mais uma vez manifestações de grave desrespeito, sendo necessário abrir caminho perante uma massa de cerca de três centenas de estudantes que se tinha aglomerado e que em coro bradavam protestos e expressões incompatíveis com o respeito devido à presença naquele lugar do supremo magistrado da nação. Foi isto que se passou.⁴

¹ Telejornal de 30 de Abril de 1969. Arquivo da RTP.

² Comunicação de José Hermano Saraiva, Ministro da Educação Nacional, no dia 30 de Abril no Canal 1 da RTP. In <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/comunicacao-de-jose-hermano-saraiva-ministro-da-educacao-nacional/> [consultado em 15/1/1019]

³ Ibidem Arquivo RTP.

⁴ Ibidem Arquivo RTP.

O Ministro narra depois a sequência dos acontecimentos anunciando a suspensão dos oito alunos, denunciando a perturbação das aulas e os panfletos que circulam. Conta ao país tudo o que a televisão não mostrou, nem iria mostrar, sobre a agitação estudantil. No dia 6 de Maio o Ministro da Educação decreta o encerramento da Universidade de Coimbra embora se mantenham as datas para a realização dos exames.

No dia 2 de Junho, no início dos exames, os estudantes fazem greve às provas e mantêm acções de protesto em Coimbra. Promovem reuniões que contam com multidões de estudantes a assistir. Distribuem balões, colocam pregos e cardos nas ruas para combater as forças da ordem. A cidade está toda vigiada pela GNR (Figura 4). A televisão não envia nenhuma equipa de reportagem, nem noticia os acontecimentos.



Figura 4 - Foto da Secção Fotográfica da Associação Académica de Coimbra

No dia 22 de Junho a RTP não transmite em directo o jogo da final da Taça de Portugal entre a Académica e o Benfica ao contrário do que era habitual. À noite, o resumo da final da Taça de Portugal é, decisão invulgar, a última peça a ser exibida no Telejornal e é emitida sem nenhuma referência aos protestos dos estudantes que encheram as bancadas do Estádio Nacional com cartazes e tarjas de protesto contra a prisão de 36 estudantes (Figura 5).



Figura 5. Foto da Secção Fotográfica da Associação Académica de Coimbra

Durante todo o período em que durou a chamada “Crise Académica de Coimbra”, não houve praticamente nenhum tratamento jornalístico na televisão portuguesa. O mais importante órgão de informação do país não produziu uma única peça jornalística sobre um dos acontecimentos mais marcantes da vida pública portuguesa do século XX.

2. O telejornal não “escondeu” os violentos acontecimentos de Maio de 68 em França

Um ano antes, em 1968, quando começaram os protestos dos estudantes em Paris, a RTP também começou por não noticiar nada no dia 3 de Maio. Mas o *Telejornal* noticiou depois os violentos confrontos que aconteceram no dia 6 de maio. Foi aliás esta primeira noite das barricadas que tornou os acontecimentos de Paris, na Sorbonne e no Bairro Latino, notícia em todo o mundo. O pivô da RTP afirma que a polícia bloqueou as ruas de acesso à Sorbonne, mas os estudantes realizaram uma manifestação de violência empunhando bandeiras vermelhas e cantando a “Internacional Comunista”. A RTP nunca mais deixaria de noticiar a crise de Maio de 68 e mostrou sempre as violentas imagens dos confrontos entre estudantes e polícias, em Paris. Descreveu tudo com bastante pormenor e em reportagens desenvolvidas. O texto noticioso chegava a detalhar pormenores deste género, afirmando que “o ar era irrespirável e o fumo das granadas é tão denso que mal se vê”. Concluiu-se que os responsáveis pelo *Telejornal* da RTP decidem mostrar a violência ocorrida em França e ocultar, um ano depois, acontecimentos semelhantes ocorridos em Portugal.

Igual decisão editorial foi tomada para a guerra colonial em África. Enquanto a guerra do Vietname era noticiada, todos os dias, com amplas descrições dos combates, a guerra colonial portuguesa era resumida através de um boletim seco e curto que falava sobretudo das zonas libertadas, dos bandoleiros e terroristas mortos ou presos. Informação que era lida pelo pivô e apresentada sem imagens. A interpretação desta aparente contradição, de mostrar lá fora o que se negava em Portugal, já foi analisada nalguns estudos importantes como os de Rui Cádima (1996). Os assuntos mais polémicos só eram referidos pelos próprios responsáveis políticos, em directo na televisão, ou através de notas oficiosas lidas nos telejornais ou ainda pelos comentadores autorizados pelo regime. Como conclusão sustenta-se, normalmente, que o mais importante órgão de comunicação da altura, a RTP, foi controlado de forma sufocante e isso ajudou a prolongar o regime de Salazar e Caetano. A explicação para o facto da RTP recusar transmitir, em Portugal, imagens de acontecimentos semelhantes a outros ocorridos no estrangeiro, como o Maio de 68, a Primavera de Praga ou a Guerra do Vietname, parece estar na visão do director do *Telejornal*⁵, que entendia que mostrar o caos nos países comunistas e mesmo nos países democráticos ajudava a transmitir a sensação de segurança em Portugal, um país em que, para o Povo, não se passava nada de grave.

⁵ Manuel Maria Múrias foi chefe Divisão de Programas de Informação e Actualidades da RTP, de 23 de Dezembro a Abril de 1969.

Num comentário feito no programa semanal da RTP TV 7, João Coito, um dos jornalistas comentadores da RTP, afirma: “Bastou-nos observar a paisagem do mundo circundante para ver até que ponto temos de estar gratos à incontestável honestidade e à irrefragável coragem moral e física do grande patriota”⁶.

O grande patriota é, nas palavras de João Coito, Salazar. No entanto a lógica dos media é por vezes contraditória nas causas e nos efeitos e este estranho caso exige um aprofundamento dessa complexidade. Gostaríamos de problematizar esta curiosa política de informação censória que o regime do Estado Novo, nesta altura já presidido por Marcelo Caetano, pôs em prática na televisão. Em primeiro lugar não parece oferecer dúvidas que a censura de informação traz vantagens ao regime que a define e põe em prática. Mas quais as razões para não mostrar absolutamente nada em vez de mostrar algo, falamos especificamente de imagens de reportagem, ainda que seja numa visão manipulada dos acontecimentos? Na altura era difícil que o povo, por inteiro, fosse o alvo desta censura televisiva. Havia em Portugal 300 mil televisores registados em 1969. Eram as elites, as que viviam nas cidades, especialmente em Lisboa, Coimbra e Porto, que possuíam a maioria dos televisores. A greve académica não era uma coisa fácil de esconder para estas elites. As greves aconteciam nas ruas, as cargas policiais também. Ao impedir a produção de imagens, dos acontecimentos contestatários, e a sua posterior difusão na televisão, o regime não procurava manter todos os portugueses na ignorância, fazendo de conta que os acontecimentos não existiam como parece ser a lógica censória normal. Aliás parece até ridícula esta estratégia de não mostrar os assuntos polémicos nas reportagens televisivas, mas, depois, os governantes virem à televisão falar desses assuntos discutindo-os em directo como fez o Ministro da Educação e como o fazia regularmente Marcelo Caetano nas *Conversas em Família*. A comunicação de José Hermano Saraiva relatando o que tinha acontecido, na sala do Senado, é uma clara confissão, perante os espectadores, de que a reportagem televisiva, emitida dias antes, tinha sido uma farsa. Qual a razão para fazer cair desta forma a máscara da censura? Verificámos, consultando os alinhamentos dos *Telejornais*⁷, que também na crise académica de 62, a cobertura televisiva da RTP foi idêntica. Os assuntos só apareceram no *Telejornal* sob a forma de uma nota oficiosa⁸ emanada do Ministério da Educação lida na íntegra pelo pivô do telejornal.

Nesta pesquisa deparámo-nos com um caso que pode ou ser visto ou como gralha involuntária do alinhamento do *Telejornal* ou como perversão dirigida aos espectadores. No dia 6 de Maio o Governo decide encerrar definitivamente a Universidade de Coimbra. Não há nenhuma referência ao assunto no *Telejornal*. No dia seguinte, 7 de Maio, o *Telejornal*⁹ noticia que na Holanda existe agitação estu-

⁶ Alinhamento de *TV 7*, 2ª ed., do dia 7-05-1969. Área Museológica e Documental do NEMASP da RTP.

⁷ Os alinhamentos dos *Telejornais* são consultáveis na Área Museológica e Documental do NEMASP (Núcleo Museológico e de Apoio ao Serviço Público) da RTP.

⁸ Alinhamento de *Últimas Notícias* do dia 24-3-1962. Área Museológica e Documental do NEMASP da RTP.

⁹ Alinhamento do *Telejornal*, 2ª ed., do dia 7-05-1969. Área Museológica e Documental do NEMASP da RTP.

dantil em várias universidades e que os estudantes ameaçam ocupar uma universidade e crismá-la “Universidade Karl Marx”. Como ler esta situação? Depois da comunicação do ministro já não se podia esconder a crise académica de Coimbra. O encerramento de uma Universidade não se esconde da população, nem se apagam os polícias da rua. Trata-se de um acto subversivo dos responsáveis do Telejornal sugerindo, sub-repticiamente que mostram na Holanda o que não podem mostrar em Portugal? Mas tendo em conta o controlo político exercido por Ramiro Valadão na RTP, não nos parece que fosse possível fazer, na televisão portuguesa, jogadas subtis para enganar a censura que apesar de tudo, eram típicas dos jornais impressos. Ou trata-se pelo contrário de uma atitude perversa do regime sugerindo aos espectadores que: “Sabemos que querem ver o que acontece em Portugal, mas só vos mostramos o que se passa na Holanda”. Por mais estranho que possa parecer, na televisão, a caixa das imagens que tudo prometia dar a ver, os assuntos mais polémicos só existiam comunicados pela palavra oral.

3. Os telejornais e o “espectáculo do sigilo”

Penso que a censura televisiva também tem que ser vista numa outra perspectiva, enquadrada no conceito que apelidamos de *Espectáculo do sigilo* (Godinho, 2017). O regime português explorava de uma forma quase perversa o tabu das imagens. Frustrava constantemente à noite o desejo de ver na televisão, especialmente através de imagens o que muitos cidadãos sabiam que tinha acontecido no país. As notas oficiais falavam dos acontecimentos mas eram lidas, pelos locutores, sem imagens. Os comentadores e os ministros falavam dos acontecimentos polémicos mas era o seu rosto e voz a base da comunicação. Operava-se assim uma certa tensão do ver, uma iconofobia, estudada por exemplo por Martin Jay (1993) no livro *Downcast Eyes: The Denigration of Vision in Twentieth-Century French Thought* e ligada ao tabu das imagens das religiões monoteístas. O regime com esta política de imagens demonstra que não se apaga como censor. Não procura ser um censor disfarçado ou invisível. Pelo contrário, usa a televisão como uma continua operação de demonstração de força, exibindo o poder de decidir sobre a visibilidade e sobre a invisibilidade da realidade.

Utilizava-se, para os acontecimentos na televisão, a mesma estratégia que se usava para os agentes da PIDE. Sabia-se que existiam mas não se sabia concretamente quem eram. Daí a sensação de que estavam por todo o lado e que eram mais numerosos do que realmente eram. É este o efeito a que chamamos o *espectáculo do sigilo*. O efeito de *espectáculo do sigilo* foi pensado para organizar as ideias sobre a representação pública da polícia política do Estado Novo (PIDE). Trata-se de um efeito signifiante, operado nas representações mediáticas e inspirado no caso mítico das janelas de Lublianka, a sede histórica do KGB, em Moscovo, no tempo da guerra fria. Ao ficarem acesas toda a noite faziam passar a ideia de que torturas contínuas aconteciam sem cessar naquele edifício apesar de ninguém saber ao concreto o que lá se passava. Na psicanálise lacaniana o tabu das imagens, a proibição de ver, está ligada ao excesso. Proibir gera um excesso de curiosidade mas também gera um excesso de medo. Mais que ignorância, o regime do Estado Novo conseguia produzir medo com esta cuidada e complexa gestão do visível. A televisão passou

a ser também, a partir de 1957, um instrumento fundamental da iconofobia posta em prática pelo regime.

Mas será que o regime tinha a sofisticação suficiente para pensar uma estratégia complexa, como esta, ao nível da política das imagens? A resposta é que esta estratégia não é complexa, nem sofisticada. Na realidade o regime pensava as coisas de forma bastante simples porque também tinha medo das imagens. Quando rebentou a guerra colonial, os repórteres da RTP filmaram à vontade os primeiros meses do conflito. Acontece que essas imagens escaparam ao controlo e começaram a aparecer no estrangeiro. Por isso a partir de 1962¹⁰ o regime passou a exercer um controlo muito apertado não apenas sobre a difusão de imagens mas sobretudo sobre a sua produção.

No caso da crise académica de 69 os estudantes pensaram a sua ação integrando com eficácia uma política imagética. Fizeram um desafio provocador ao regime num momento em que havia jornalistas e câmaras por todo o lado, pelo menos no dia 17. A rádio gravou a intervenção de Alberto Martins quando este interrompeu a sessão solene, mas, como já referimos, o operador de televisão destacado para reportar o acontecimento, não tinha um censor ali ao lado e, no entanto, não gravou a cena, como não gravou os cartazes de protesto dos estudantes. A autocensura iconofóbica estava verdadeiramente entranhada nos redactores e repórteres de imagem da RTP.

4. A RTP foi um mediador evanescente do regime político de Salazar e Caetano

A última questão que queríamos desenvolver é a seguinte: Será que esta estratégia de controlo da informação ajudou a prolongar o regime? Mostrar lá de fora, no estrangeiro, o que não se mostra cá de dentro, em Portugal, é uma estratégia duvidosa do ponto de vista do controlo político da informação especialmente quando se lida com imagens que são polissémicas e portanto a sua mensagem escapa facilmente ao controlo. O regime do Estado Novo preocupava-se sobretudo com os efeitos imediatos das imagens. A nota oficiosa do dia 30 do Ministério da Educação é sintoma de que os governantes temiam que as imagens fossem um factor de incentivo à perturbação no dia seguinte, a comemoração do 1 de Maio. Mais que o medo da informação, do relato passado dos acontecimentos, temiam-se os efeitos de contágio que as imagens podiam produzir em posteriores acções de contestação. Temia-se também a existência das próprias imagens. Mesmo que não fossem exibidas podiam ser passadas clandestinamente e exibidas fora de Portugal. A simples existência de imagens de contestação era já um problema político a gerir. A fotografia da ocupação da Casa de Portugal em Paris feita para integrar um relatório dos estragos deu origem a este título obtuso no jornal Diário Popular – *O Dedo da "Revolução"*. Apesar do subtítulo falar de vãn-

¹⁰ Nos inícios de 1962, logo depois do ataque falhado ao Quartel de Beja o SIPEA (Serviço de Informação Pública das Forças Armadas) enviou aos órgãos de informação uma circular classificada de confidencial que limitava ao máximo o serviço de reportagem. Eram: "Normas de segurança a observar na publicação, radiodifusão ou televisão de notícias, crónicas, reportagens, fotografias e filme relativos à acção das forças armadas (Exército, Armada e Força Aérea) no Ultramar." Circular do SIPEA de 10-1-1962.

dalos, a imagem com Che Guevara pode ser vista como um discurso subversivo de incentivo à revolução.



Figura 6 - Imagem fotográfica do jornal Diário Popular de 25-07-1968

Mas como interpretar, na longa duração, os efeitos desta estratégia de informação? A RTP podia evitar a existência de imagens perigosas para o regime mas tinha emitido muitas imagens e compensava mostrando sem grandes filtros de acontecimentos internacionais. Será que esta estratégia, no longo prazo, delineada por Manuel Múrias, chefe Divisão de Programas de Informação e Actualidades da RTP, solidificava a ideia de um país calmo onde nada acontece ajudando, com essa propaganda, a prolongar o regime pelo conformismo do povo? A hipótese que colocamos é diferente e explora a hipótese de a televisão ter sido um mediador evanescente do regime. O conceito de mediador evanescente procura perceber como é que doutrinas, ideologias, regimes que são dominantes numa determinada época dão, involuntariamente, origem ao seu oposto. Na leitura que Frederik Jameson (1973) fez de Max Weber, o protestantismo foi o mediador evanescente do capitalismo. O protestantismo criou condições para a emergência da liberdade individual e com isso para o capitalismo mas depois este acelerou a decadência da prática religiosa favorecendo a secularização. O conceito de mediador evanescente também tem servido para pensar como é que os países do Leste da Europa, após a queda do muro de Berlim, passaram do comunismo para o capitalismo muitas vezes com os mesmos líderes no poder, como é o caso de Vladimir Putin, na Rússia.

Conclusão

A televisão nunca foi do agrado de Salazar (Cádima, 1996). Marcelo Caetano, pelo contrário, foi um entusiasta desde a primeira hora (Cádima, 1996). Caetano estava convencido que seria um elemento de modernização do país, mas que ao mesmo tempo ajudaria o regime a comunicar a sua mensagem ao Povo. A difusão de ima-

gens televisivas, por mais controladas que fossem, acabou por ter efeitos opostos ao que se pretendiam. A televisão tornou-se um mediador evanescente do regime precisamente pela estratégia de mostrar lá fora acontecimentos semelhantes aos que se passavam aqui em Portugal e que não eram reportados. Os portugueses tinham diariamente notícias desenvolvidas sobre o Vietname e quase nada sobre a guerra portuguesa nas colónias. Acompanharam a par e passo a crise na Checoslováquia e não tinham nenhuma notícia sobre presos comunistas em Portugal. Alberto Martins, líder da Associação Académica, confirmou em entrevista¹¹ que os acontecimentos de Maio de 68 mostrados na televisão tiveram muita importância para a decisão de confrontar o regime em 17 de Abril de 1969. Tinham mostrado que os estudantes também podiam ser protagonistas da história e não era apenas a classe operária a vanguarda das revoluções. A estratégia de censurar ou esconder a informação aparentemente deixou de ter o mesmo efeito nos anos 60 que teve nos anos 30 quando o Secretariado da Propaganda Nacional poderia controlar as visões da realidade do povo manipulando a sua ignorância. Nos anos 60 a televisão emitia imagens em contínuo. Só se controlam os efeitos das imagens quando não há imagens. Existindo imagens, elas próprias constroem vias subterrâneas de laboração de sentido na experiência dos indivíduos. O controlo e a autocensura foram enormes na televisão portuguesa durante o período do Estado Novo, mas esse controlo foi paradoxalmente como um acelerador da mudança. Funcionou como um mediador evanescente. O 25 de Abril demonstra aliás que o Governo tinha perdido o apoio das gerações mais novas porque estes vieram para a rua apoiar os revoltosos. Nas Universidades a maioria dos estudantes militava em organizações de esquerda abertamente e muito poucos em organizações do regime. Há toda uma geração, nos anos 60, contemporânea da televisão, que se afastou do regime ditatorial, incluindo o grupo de jovens militares que fez o 25 de Abril, e que pertencia aos cursos da Academia Militar de 60, 61, e 62. Era a primeira geração televisiva.

Referências bibliográficas

- Cádima, F. R. (1996). *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*. (1 Vol. 1ªed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Godinho, J. (2017). O Espectáculo do Sigilo. In Garcia, J. L., Alves, T., Léonard, Y. (Coords.), *Salazar, o Estado Novo e os Média* (pp.149-173). Lisboa: Edições 70.
- Jameson, F. (1973). The Vanishing Mediator: Narrative Structure in Max Weber. *New German Critique* 1, 52–89.
- Jay, M. (1993). *Downcast Eyes: The Denigration of Vision in Twentieth-Century French Thought*. Berkeley- Los Angeles- Londres: University of California Press.

Nota biográfica

Jacinto Godinho é doutorado em Ciências da Comunicação pela NOVA FCSH, investigador do ICNOVA - Instituto de Comunicação da NOVA e Professor Auxiliar da NOVA FCSH. Jornalista da RTP.

¹¹ Entrevista de Alberto Martins para a série documental da RTP, 50 Anos – 50 Notícias. Arquivo RTP 2007.

ORCID ID: 0000-0001-7127-6037

Email: jacintog@hotmail.com

Morada: Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Comunicação da NOVA, Av. de Berna,
26-C - Lisboa 069-061, Portugal

Financiamento

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/COM-JOR/28144/2017 – Para uma história do jornalismo em Portugal.

*Submetido Received: 2019.01.15

*Aceite /Accepted: 2019.08.24

A estratégia de informação de Marcello Caetano o último governante do Estado Novo

The information strategy of Marcello Caetano, the last ruler of Estado Novo

La estrategia de información de Marcello Caetano el último gobernante del Estado Nuevo

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_15

Ana Cabrera

Instituto de História Contemporânea

Resumo

Este artigo analisa a estratégia de informação levada a cabo por Marcello Caetano quando, em setembro de 1968, substituiu Salazar na presidência do Conselho de Ministros. Esta estratégia consistiu na realização de acontecimentos que lhe assegurassem uma boa visibilidade na imprensa, afirmação de uma relação mais próxima com os jornalistas, e realização das *conversas em família* teledifundidas.

A investigação assenta no estudo do perfil político de Marcello Caetano suportada por fontes (cartas, textos, livros e entrevistas) e na análise de jornais da época (*A Capital*, *Diário de Lisboa*, *Diário Popular*, *Diário de Notícias*) no período compreendido entre setembro de 1968 e setembro de 1969. Como conclusão assinala-se que a construção da imagem deste político na imprensa favoreceu o início da sua governação através da construção de uma personalidade política, social e familiar bem distinta da de Salazar.

Palavras-chave

Marcello Caetano; estratégia de informação; imprensa; Estado Novo; censura

Abstract

This paper examines the information strategy followed by Marcello Caetano since September 1968, when he succeeded Salazar in the president of Council of Ministers. This strategy implied setting up events capable of ensuring him a good visibility on the media, establishing a closer relationship with journalists, and broadcasting his own TV programme “conversations in family”.

This research assesses the political profile of Marcello Caetano and is supported by documents (letters, texts, books and interviews) and by the analysis of newspapers (*A Capital*, *Diário de Lisboa*, *Diário Popular* and *Diário de Notícias*) from September 1968 to September 1969. The image of Marcello Caetano, as portrayed by the press, has favoured his early stages as leader of the government by building a new political, social, and familiar personality, which was much different from Salazar's.

Keywords

Marcello Caetano; information strategy; press; Estado Novo; censorship

Resumen

Este artículo analiza la estrategia de información llevada a cabo por Marcello Caetano cuando, en septiembre de 1968, sustituyó a Salazar en la presidencia del Consejo de Ministros. Esta estrategia consistió en la realización de acontecimientos que le asegure una buena visibilidad en la prensa, afirmación de una relación más cerca de los periodistas, y realización de las “coversaciones en familia” teledifundidas.

La investigación se basa en el estudio del perfil político de Marcello Caetano apoyado en fuentes (cartas, textos, libros y entrevistas) y en el análisis de los periódicos de la época (*A Capital, Diário de Lisboa, Diário Popular, Diário de Notícias*) durante el período comprendido entre septiembre de 1968 y de septiembre de 1969. Como conclusión se señala que la construcción de la imagen de este político en la prensa favoreció el inicio de su gobernanza a través de la construcción de una personalidad política, social y familiar bien distinta a la de Salazar.

Palabras clave

Marcello Caetano; estrategia de información; prensa; Estado Nuevo; censura

1. Marcello Caetano

A vida académica será a maior e a mais estável constante que acompanha transversalmente toda a sua vida profissional. Funciona como um porto seguro, onde regressa sempre que a política o desiludiu. Entrou para a Faculdade de Direito em Outubro de 1933 (com 27 anos), rege a cadeira de Direito Administrativo e o curso de Administração Colonial para além da atividade de jurisconsulto (Antunes, 1994, p.31). Entre 1942 e 1944 rege, em acumulação, a cadeira de Economia Política e Direito Industrial, no Instituto Superior Técnico.

O enorme prestígio universitário que rodeia Caetano estrutura-se em torno de uma carreira brilhante, de que são expressão as inúmeras obras publicadas¹, os saberes transversais que unem diversas áreas e a dedicação e admiração, quer dos seus alunos, quer dos seus pares. É em nome da Universidade que abraça algumas causas e toma algumas posições² que lhe valerão o ódio reforçado dos sectores mais ortodoxos do regime e a admiração de outros.

¹ Entre 1937 e 1939 publica cinco livros: *Manual de Direito Administrativo* (1937), *O Município no Estado Novo* (1937), *O Sistema Corporativo* (1937), *Estatuto dos Funcionários Cívicos* (1939), *Lições de Direito Penal* (1939).

² Em Maio de 1947 estalou na Academia de Lisboa uma greve. Os estudantes nacionalistas envolvem-se em agressões com os estudantes grevistas e a polícia intervém nas instalações universitárias. Marcello Caetano manifesta-se contra a entrada da polícia nas escolas. Em 1962, como reitor da Universidade Clássica de Lisboa, Marcello Caetano demite-se após uma ação semelhante e violenta por parte da polícia.

A política é uma outra paixão de Caetano. Desde jovem demonstra interesse na participação e no envolvimento em questões públicas. Tinha 20 anos quando se deu o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 e era, na altura, militante da causa do Integralismo Lusitano e admirador de António Sardinha.

Tinha 23 anos quando colaborou, pela primeira vez com Salazar que na altura era ministro das finanças. Primeiro para dar apoio jurídico à revisão do regime legal de seguros. De seguida foi contratado como auditor jurídico do Ministério das Finanças. Mais tarde vai secretariar as sessões de trabalho para a preparação da Constituição de 1933. Quando Salazar o convida para subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social opta pela carreira académica (Cabrera, 2006).

Marcello é um homem do Estado Novo e um profundo conhecedor dos diversos sectores da atividade nacional. Conhecía de perto os problemas económicos, esteve envolvido em especial no último Plano de Fomento Económico. Conhecía o problema das colónias através das diversas deslocações aos territórios em 1935, e mais tarde como ministro das Colónias (1944-47). Conhecía o país de norte a sul e também todas as instituições do Estado Novo de que foi responsável: Mocidade Portuguesa, Presidente da Câmara Corporativa e responsável máximo da União Nacional (Cabrera, 2006). Mas a colaboração com Salazar não foi pacífica nem fácil. O prestígio alcançado granjeava-lhe um estatuto que lhe permitia falar de igual para igual com o chefe do governo. Estas críticas recrudescem durante e depois da guerra. Numa carta que escreve a Salazar em 8 de outubro de 1942 (cf. C16. Antunes, 1994), lê-se:

O Estado Novo — que, à falta de instituições objectivamente duradouras, continua a ser uma “situação” sem chegar a ser um “regime”— tem esta deficiência de não permitir uma ampla informação de quem governa. Se se diz na Imprensa que qualquer coisa não vai bem, logo o ministro ou o director geral respectivo considera o seu prestígio em jogo. Se se conversa com um ministro, a preocupação deste, em geral, não é ouvir, mas demonstrar ao informador que não tem razão. Ora pode um estado de espírito público ter-se criado sem razão: mas isso não quer dizer que ele não exista e que não seja necessário tomá-lo em conta e providenciar contando com ele.

Antevia-se no espírito de Marcello inquietação de um homem conservador, mas implicado na criação de dinâmicas políticas desenvolvimentistas, aliadas a uma mente inconformista com o situacionismo que urgia alterar com a integração de políticos mais intervenientes, ousados e sem medo, nem do público, nem da imprensa. Marcello pretendia cativar a Imprensa, como virá a fazer em 1968 e permitir críticas que constituíssem, na verdade, mais denúncia ao que ia mal, do que a criação de alternativas, mas sempre no contexto da salvaguarda dos princípios do Estado Novo.

Quando, em agosto de 1958, Marcello renuncia à pasta de ministro da Presidência, tinha deixado, no seio do regime, o germe reformista que se alicerçava no inevitável arranque na industrialização, modernização da administração, abertura à Europa e na preparação de novos quadros técnicos aptos a intervir, com experiência, no sector público e privado (Rosas, 2004).

As responsabilidades como ministro da Presidência (1955-1958) possibilitaram-lhe a coordenação do Secretariado Nacional da Informação (SNI) e o contacto dire-

to com os problemas da informação, os jornais, a censura, a rádio e a televisão. Em sua opinião este tinha sido o mais interessante trabalho político a que tinha estado ligado, porque o SNI cumpria uma dupla função: a de *alimentador* e *acelerador* através do apoio e colaboração com a Imprensa e, a de *freio*, e *travão* através da Direção dos Serviços de Censura (Caetano, 1977, p.653).

Foi também nesta altura que acompanhou os primeiros passos da radiotelevisão e foi o primeiro governante a fazer uma alocação televisiva em junho de 1957. Na altura Marcello reconheceu as potencialidades comunicativas da televisão e refere mesmo nas suas memórias (Caetano, 1977, p.656): “anos depois, como Chefe do Governo, ela me seria de tanta utilidade para o estabelecimento de uma corrente de comunicação entre mim e o povo português. Mas sabia, desde o início, que era o instrumento ideal para um Governo se tornar popular...se o merecesse”.

Regressa à vida académica mas vai assegurar uma crónica semanal no *Diário Popular* entre novembro de 1958 a abril de 1959. Estas crónicas têm uma característica comum. Demonstram um elevado conhecimento dos assuntos económicos, associados a um projeto de desenvolvimento para o País e são, simultaneamente, muito didáticas, porque explicam em linguagem comum conceitos complexos e aspectos estruturais do Plano de Fomento, tais como os malefícios da desvalorização da moeda e da inflação. Mas torna-se claro que Marcello Caetano tem outros objetivos. Pressionar o poder político na aplicação, sem desvios, de todas as intenções e abrangências do Plano, de forma que, a sua aplicação, não resultasse mutilada. Demonstra, igualmente, uma profunda consciência de todos os entraves, nomeadamente aqueles que provinham da ignorância e dos espíritos mesquinhos e provincianos que abundavam na estrutura governativa, nas orlas do poder e que tinham capacidade para exercerem influências (Cabrera, 2006).

Na vida política Marcello demonstrou ser um homem de grande coerência na relação entre o pensamento e ação. Fiel aos princípios do regime, acredita num Estado forte e autoritário, assente na dominação e na liderança de um chefe. Encarava a atividade política com uma moral e uma ética de dever cívico quase religiosa, regulada pelo Direito que segundo ele “nasce das necessidades decorrentes da existência dos homens em sociedade... destinado a valorizar o que a humanidade tem de bom e a reprimir as suas manifestações de maldade” (SEIT, 1970, p.60). Marcello tem uma visão organicista da sociedade onde cada um desempenha um papel gerido a partir da hierarquia e do poder do Estado. Partia da noção de ordem para assegurar a manutenção das estruturas políticas autoritárias num edifício político onde o poder político se assume com uma função controladora e por isso legitima toda a função da censura e da repressão.

Para Adriano Moreira (2007) o principal traço da governação de Marcello Caetano foi a ambiguidade e a hesitação numa política onde as reformas semânticas lideraram as suas primeiras medidas depois de 1968, aliadas a uma concentração de poderes nas suas mãos.

Hipólito de la Torre Gomez (2007) descreve Marcello Caetano como um político que sustenta a ideia de revestir a governação de uma certa legitimidade popular, que não se esgotava no sufrágio, mas que se podia conseguir por via dos meios de comunicação que facilitavam a aproximação ao público e que permitiam uma auscultação permanente das necessidades do povo. Eu diria também que para Marce-

llo Caetano o importante era dar ao povo a ideia de que participava e comungava das decisões que na política se tomavam. Por isso para Marcello Caetano a ação e a emoção eram fundamentais no exercício político.

A ideia de que a aproximação do político ao povo se podia fazer através dos meios como a televisão, a imprensa e também pelos contactos diretos em viagens e visitas, constituíram os alicerces da estratégia de comunicação marcelista. Optava assim por uma via de comunicação sem intermediários entre governantes e governados.

A ideia da política marcelista assentava em três ideias estruturantes: a importância do direito e da lei; a procura da legitimidade popular nos contactos diretos com o povo; e a orientação pela razão e justiça (o governante devia ser a voz da razão apoiada na reflexão no estudo em que se baseavam decisões com autoridade, com segurança e firmeza) (Caetano, 1970).

Marcello tinha também uma perspectiva catastrofista tanto da cena nacional, como da internacional, o que o impedia de acreditar no futuro e até possibilitar uma mudança. Por isso Marcello mantém todos os mecanismos de controle do Estado Novo, mantém a própria estrutura do Estado Novo porque é fiel às suas crenças e aos fundamentos originais do seu pensamento político, baseado na autoridade de um Estado forte guiado por um escol de políticos, uma elite do conhecimento.

Marcello não temia só a subversão internacional que tinha já contagiado muitos portugueses, temia também a democracia que só podia precipitar a dissolução dos costumes. Mas, por outro lado, um político não escreve sobre uma página em branco, percorre um caminho que foi desenhado pelos que o antecederam. Por isso, como sublinha Jiménez (2007), Marcello Caetano, tal como os seus contemporâneos tecnocratas e desenvolvimentistas do franquismo, partilhava uma visão organicista da sociedade, em que o exercício da liberdade individual equivalia à dissolução social e a democracia política representava o triunfo da anarquia.

2. Marcello Caetano: o conhecimento e o gosto pelo jornalismo

A imprensa e o gosto pelo jornalismo estão profundamente ligados aos interesses e atividades de Marcello Caetano. Conhecia os jornais do lado de dentro, considerava até a experiência jornalística enriquecedora: “tão necessária foi sempre à minha vida intelectual a respiração pela Imprensa” (Caetano, 1968, p. 14). A este gosto aliava também saberes sobre processos produtivos das notícias, a importância dos comentários, as técnicas de montagem, as estratégias de titulação. Era neste campo um homem que juntava o saber teórico ao saber prático. Por isso, o conhecimento destas matérias conferia à sua ação política uma maior intencionalidade (Cabrera, 2006).

Desde cedo colaborou com diversos jornais e revistas e, quando entrou para a Universidade, essa participação foi fundamental para suportar as despesas dos seus estudos. Em 1927 fez parte da redação da *Ideia Nacional*. Colabora na *Época* e passa depois para a redação de *A Voz*.

Mantém, então, uma cooperação estreita com várias revistas. Foi secretário da *Nação Portuguesa* e um dos fundadores da *Ordem Nova*, revista integralista que terá tido impacto não só em Lisboa, mas também no Porto e em Coimbra. Em 1931 assegura uma coluna no *Jornal do Comércio e das Colónias* e colabora no rejuvenescimento

do jornal. Neste jornal a maioria das crónicas escritas foram sobre política financeira. Entre 5 de novembro de 1958 e 15 de abril de 1959 assegura semanalmente uma crónica no *Diário Popular* justamente com a função de salvaguardar o trabalho realizado enquanto ministro da Presidência e como responsável do Plano de Fomento Nacional, um trabalho que segundo ele não podia ser desvirtuado, esquecido ou secundarizado.

Caetano refletiu também muito sobre o papel da informação na formação da opinião pública que reuniu numa publicação, *Ensaios pouco políticos*.

Defende que,

em teoria, o processo ideal de formação da opinião pública consistiria em proporcionar a todos os indivíduos a mais ampla e circunstanciada documentação acerca dos factos e das ideias do seu tempo. (Caetano, s/d, p.93)

Mas considera de seguida que há vários factores que prejudicam aquela possibilidade: o excesso de informação, a incapacidade por falta de tempo de se ler tudo o que é publicado, a impossibilidade de apreensão, e a incapacidade de formar juízos pessoais sobre a informação recolhida.

Ao debruçar-se sobre o trabalho jornalístico põe em causa a objectividade. Por um lado, devido à existência de vários interesses em jogo — as nações, os capitais e os próprios jornalistas; mas, por outro lado alerta para intencionalidade e falta de isenção na seleção das notícias, no destaque dado ao noticiário e na escolha da titulação:

Mas as notícias, que já na escolha, na extensão e na redacção, traduzem um implícito juízo do seu produtor, vão ser agora aproveitadas na composição do jornal. Nem todas caberão no espaço disponível; seleccionar as aproveitáveis implica uma nova decisão segundo certo critério. Vem depois o relevo maior ou menor, do tipo em que são compostas e sobretudo do título a que são subordinadas.

O jornal influi poderosamente na opinião ao escolher umas notícias a publicar em vez de outras, ao dar maior relevo a umas do que a outras e sobretudo ao intitulá-las, sabido que a massa de leitores só lê, ou na melhor das hipóteses, só retém os títulos. Graças ao relevo dado a certo noticiário, a Imprensa de informação pode provocar ondas de emoção ou despertar reacções de interesse que agitem momentaneamente, mas por vezes violentamente, a opinião. (Caetano, s/d, pp.94-95)

Marcello está claramente consciente do importante papel da imprensa mas teme os seus efeitos. Entende que as massas respondem com elevados índices de emoção e considerava também que nem os portugueses nem os jornalistas, nem os políticos estavam preparados para viver sem censura. A censura é uma necessidade inevitável para criar obstáculos ou até eliminar os diversos factores e interesses que procuram intervir no processo informativo. A ideia era que para o público, só passem ideias e opiniões filtradas e consonantes com os interesses do Estado. O povo não tem interesses, porque, na incapacidade de compreender as ideias no seu estado puro, é maleável à instrumentalização que a informação pode exercer na opinião pública (Caetano, s/d).

Marcello avaliou a situação e, por isso, sublinha no discurso de tomada de posse a necessidade do apoio do país:

Não me falta ânimo para enfrentar os ciclónicos trabalhos que antevejo. Mas seria estulta a pretensão de os levar a cabo sem o apoio do País. (...) Este apoio terá muitas vezes de ser concedido sob a forma de crédito aberto ao Governo, dando-lhe tempo para estudar problemas, examinar situações, escolher soluções. Outras vezes será solicitado através da informação tão completa e frequente quanto possível, procurando estabelecer comunicação desejável entre o Governo e a nação. (Caetano, 1969, p.17)

No entanto considera que ação governativa retira grandes vantagens da exposição mediática já que os governantes têm o dever de informar e têm ao seu dispor vários meios:

Exposições ou entrevistas na televisão, discursos radiodifundidos, visitas aos mais remotos lugares do País dando pretexto a discursos públicos e conversas particulares, difusão em larga escala de documentos impressos e até essa forma da facilitação da entrevista individual que é o telefone, processo de multiplicar as audiências sem forçar os interlocutores a uma deslocação, permitiram aos que governam estarem sempre presentes perante os governados e ao alcance destes como nunca. (Caetano, s/d, p.113)

Esta informação deve partir da iniciativa do governo e nota-se que Marcello encara os media como meros executores, repositores, e transmissores acríticos dessa informação disponibilizada. Nesta perspectiva imprime aos media um carácter utilitarista onde predomina a circularidade da informação que assegura o *status quo*, nutre a confiança do povo e enaltece as decisões políticas. Responde assim a uma coerente liderança autoritária e, por via dos meios de comunicação, dá ao povo a ilusão de participar nos assuntos de Estado. Os meios são, assim, instrumentos decisivos na política que Marcello vai exercitar a partir de setembro de 1968. Finalmente vai poder pôr em prática a *acção* e a *emoção* que tantas vezes tinha recomendado a Salazar nas cartas que lhe escreveu (Antunes: 1985; 1994).

3. O papel da Imprensa na construção da imagem de Marcello Caetano

Na estratégia de informação marcelista revela-se em três níveis onde a imprensa e a televisão estão envolvidas: apresenta-se à imprensa como um homem de família (filhos e netos, múltiplas relações sociais), contrapondo-se à imagem do celibato, isolado e solitário de Salazar; inicia uma nova relação com os jornalistas logo em setembro (permite que o acompanhem num dia de trabalho, visitam o seu gabinete, permite até que os jornalistas lhe façam perguntas e elogia a importância do seu trabalho); impõe aos seus ministros uma política de maior colaboração com a imprensa (conferencias de imprensa para explicar o trabalho dos diversos ministérios); garante acontecimentos para a imprensa a partir das viagens pelo país, estrangeiro

e colónias; inicia as *Conversas em Família* em 8 de janeiro de 1969, com uma periodicidade mensal que se vão prolongar até março de 1974 (Cabrera, 2006).

Igualmente importante foi a escolha de Moreira Baptista para a Secretaria de Estado da Informação e Turismo. Político experiente, Moreira Baptista encarrega-se de preparar o caminho numa reunião com os diretores dos jornais diários.

A imagem de Marcello Caetano na Imprensa corresponde a um homem ativo, coloquiante, sedutor e simpático. Mas acabou por ter sido fácil fazer passar esta imagem a uma imprensa dependente dos boletins de saúde de Salazar e saturada das intermináveis esperas por informação na Casa de Saúde da Cruz Vermelha, onde Salazar estava internado³. No dia 29 de setembro somos surpreendidos por títulos inesperados que se repetem em diversos jornais. Do *Diário de Notícias* destacam-se os seguintes títulos: *Ontem de manhã, em S. Bento o Presidente do Conselho começou a trabalhar. Simpatia pela Imprensa e amizade pelo Brasil nos primeiros actos do Prof. Marcello Caetano*⁴; *O Presidente do Conselho saiu de casa às dez horas acompanhado pela secretária*⁵.

O *Diário Popular* apresenta uma fotografia de Marcello Caetano sentado na sua secretária, no Palácio de S. Bento, com a seguinte legenda: *Amável e sorridente o novo chefe do Governo franqueou aos jornalistas o seu gabinete de trabalho*⁶.

Numa fotografia publicada na primeira página do *Diário de Lisboa*, o jornalista José Carlos Vasconcelos faz perguntas a Marcello Caetano. Na legenda lê-se: *Prof. Marcello Caetano quando hoje falava ao "Diário de Lisboa"*; e ainda o título: *Primeiro dia de trabalho do novo governo. O Prof. Marcello Caetano ocupou o gabinete do seu antecessor*⁸.

N'A *Capital*, fotografias permitem observar o ambiente de trabalho do gabinete de Caetano e a legenda sublinha a situação: *O novo chefe do Governo já esteve hoje a trabalhar no seu gabinete em S. Bento*⁹.

A titulação, as fotografias e as respectivas legendas representam uma atitude inovadora nas relações com a Imprensa e uma personalidade aberta e coloquiante. Marcello procura dar a conhecer que tem pela Imprensa elevada consideração, como se nota nas declarações que fez a uma equipa de televisão francesa, transcritas no *Notícias da Beira*: "Para mim estão sempre em primeiro os jornais e os jornalistas portugueses."¹⁰

³ Borges Coelho, jornalista de *A Capital* entre 1968 e 1969, conta, em entrevista (7 de Novembro de 2001), que os jornais destacavam diariamente profissionais para fazerem permanência na Clínica da Cruz Vermelha. Jornalistas de todos os jornais passavam o dia e a noite naquela instituição e sabiam quem entrava e quem saía, quem assinava o livro e as personalidades que visitavam Salazar, para além, naturalmente da informação recolhida através dos boletins de saúde que diariamente eram emitidos.

⁴ *Diário de Notícias*, 29 de Setembro de 1968, 1ª Página

⁵ *Diário de Notícias*, 29 de Setembro de 1968, p.7.

⁶ *Diário Popular*, 28 de Setembro de 1968, 1ª Página.

⁷ *Diário de Lisboa*, 27 de Setembro de 1968, 1ª Página.

⁸ *Diário de Lisboa*, 28 de Setembro de 1968, 1ª Página.

⁹ *A Capital*, 28 de Setembro de 1968, 1ª Página.

¹⁰ ANTT. Arquivo de Marcello Caetano. Presidência do Conselho de Ministros. Cx872; doc.16. *Notícias da Beira*, 29 de Setembro de 1968

As viagens no país e ao estrangeiro resultaram da necessidade de apresentar publicamente o novo Presidente do Conselho de Ministros. Mas servem também um objetivo, muito a gosto de Marcello, do convívio com as multidões, com os jornalistas aliado à facilidade que tem nos contactos diretos, seja com gente do povo, seja com qualquer governante de outro país.

Foi a propósito das homenagens fúnebres ao general Eisenhower que se deslocou aos EUA numa viagem relâmpago, acompanhado de diversos jornalistas. A imprensa portuguesa cobriu, com grande destaque, esta viagem entre 1 e 5 de abril de 1969. Marcello reuniu com o presidente norte americano Richard Nixon, deu entrevistas a diversos jornais e demonstrou uma destreza e espontaneidade no uso de idiomas e nos contactos com a imprensa que espantaram os jornalistas portugueses. No título do *Diário Popular* lia-se: *Os espantos positivos. Não estamos habituados.*

E no texto da reportagem lê-se:

A grande maioria das pessoas reagiu favoravelmente à deslocação aos Estados Unidos do Presidente do Conselho. “Foi uma surpresa agradável” – dizia no Aeroporto, à chegada, um alto funcionário. – “Não estamos habituados a ver imagens como as do encontro Marcello Nixon”. Isso mesmo não estamos habituados. O chefe do governo português decidiu, no sábado, que devia comparecer no funeral de Eisenhower; nomeou, no mesmo dia, a sua comitiva; tomou no domingo, um jacto para Nova Iorque; participou, na segunda, nas cerimónias fúnebres; conversou, na terça, com o Presidente dos Estados Unidos e com outros estadistas; e, na quarta de manhã, estava de volta. É claro que dezenas de outros políticos do mundo inteiro adoptaram procedimento semelhante, mas para nós, Portugueses do século XX, não deixa de causar um certo espanto vaidoso descobrir, na primeira página dos jornais o sorridente aperto de mãos de Richard Nixon e de Marcello Caetano no idílico cenário da Casa Branca.¹¹

Mas maior foi o espanto quando a 19 de maio de 1969 o *New York Times* publicou uma entrevista de Marcello Caetano. Como era habitual na altura a entrevista foi traduzida e publicada na íntegra nos diversos jornais em Portugal. Mas o mais interessante é a forma como os jornalistas reagiram. No *Diário Popular*¹² o jornalista Álvaro Esteves salienta a grande quantidade de informação a entrevista disponibiliza e lamenta que tal informação tenha chegado a partir de um jornal estrangeiro. Mas é o *Diário de Lisboa* que, na *Nota do Dia*, sublinha o aspeto que mais incomodou os jornalistas portugueses:

Quantos jornalistas portugueses teriam ousado propor ao prof. Marcello Caetano aquele questionário que lhe submeteu o *New York Times*? A maior parte teria começado naturalmente por duvidar que tais perguntas

¹¹ ANTT. Arquivo de Marcello Caetano. Presidência do Conselho de Ministros. Cx873; doc.418. *Diário Popular*, 5 de Abril de 1969.

¹² ANTT. Arquivo de Marcello Caetano. Presidência do Conselho de Ministros. Cx873; doc.392. *Diário Popular*, 24 de Maio de 1969.

fossem admitidas e que, tendo-o sido, elas houvessem resposta, para mais quando estava ali de certo modo implícita a ideia de que as palavras não são coisas de mastigar. E, para seguir no mesmo tom, quase nos apetece dizer que também nós, ainda nessa altura, não andamos longe de pensar que teriam fundamento as reservas assim postas.¹³

Quer isto dizer que a nossa reacção oscila em certa medida entre uma certa decepção e um certo azedume. A decepção resulta de não se ter tomado de cá a iniciativa, o azedume de nos ter sido servido o apetitoso prato em cima da longa toalha neo-iorquina. Não fica mal confessar tais sentimentos, que não é petulância supor quanto eles possam não ser apenas pessoalmente nossos, mas de muitos mais como nós: mas então não há jornais portugueses, era preciso recorrer à expansão de um jornal estrangeiro?¹⁴

É evidente o descontentamento dos jornalistas portugueses por terem sido ultrapassados e consideraram também que as suas capacidades profissionais, bem como as competências interpretativas dos portugueses, estavam a ser subestimadas. Mas não há dúvida de que o jornalismo do *New York Times* foi posto em comparação com o jornalismo que se fazia em Portugal. Tornou-se evidente que a nenhum jornalista português seria permitido tal desenvoltura na realização de perguntas numa entrevista, não porque não fossem capazes, mas sim porque estava fora de questão alguém dirigir-se ao Presidente do Conselho de Ministros com perguntas diretas sobre assuntos que bem sabiam deverem ser silenciados como a guerra colonial, a censura ou a nova lei de imprensa. Mas as respostas de Marcello Caetano na entrevista, em relação à nova lei de imprensa, deixaram um enorme desagrado na classe, uma vez que elas constituíam verdadeiros atestados de menoridade e de irresponsabilidade aos jornalistas.

Entre abril e julho Marcello percorre o país de norte a sul, visita as colónias, visita o Brasil e vai a Madrid.

A viagem às colónias foi rápida: a 14 de abril está em Bissau, a 16 em Luanda e a 17 em Lourenço Marques e a 21 regressa a Lisboa. Todas as deslocações foram acompanhadas pela multidão que o rodeavam e ilustradas com fotografias, discursos, conferências de Imprensa e encontros informais com os jornalistas. No Porto entre 21 e 22 de maio, é também recebido com banhos de multidão. E o mesmo se repete na visita particular à Feira do Ribatejo, em Santarém; foi de tal forma calorosa a recepção que resolveu regressar oficialmente no dia seguinte.

A viagem ao Brasil que realizou entre 7 e 14 de Julho, voltou a encher as páginas dos jornais. Esta foi a última e a mais importante deslocação antes das eleições. Fez-se acompanhar por cinquenta e sete jornalistas e cada jornal enviou os mais reputados profissionais. Marcello não deixou de mencionar o apoio que deles recebeu:

Creio, pois, que valeu a pena esta visita. Ficou mais viva no Brasil a presença de Portugal. Apertaram-se mais os laços de amizade entre os dois países.

¹³ ANTT. Arquivo de Marcello Caetano. Presidência do Conselho de Ministros. Cx873; doc.399. *Diário de Lisboa*, 21 de Maio de 1969.

¹⁴ *Diário de Lisboa*, 21 de Maio de 1969, p. 1.

Uma palavra para sublinhar o comportamento unânime dos órgãos de Informação brasileiros que deram à visita realce e apoio. E para agradecer a boa camaradagem e o excelente espírito dos representantes da Informação portuguesa que me acompanharam nesta viagem. (Caetano, 1969, p.314)

Marcello Caetano foi, sem dúvida a principal figura do ano nos jornais portugueses. O impacto destas viagens foi grande, na Imprensa. A cultura organizacional das redações constrangia a um tratamento reverencial das figuras de Estado, à realização de peças que demonstravam concordância com as atitudes e opiniões dos representantes do país, à transcrição na totalidade de discursos. Mas, neste período, são também evidentes a discordância e a crítica localizada especialmente nos jornais como *A Capital*, o *Diário de Lisboa*, e, por vezes, no *Diário Popular* (Baptista, 2012).

Não sendo objeto do estudo que agora apresentamos, as *conversas em família* fecham, sem dúvida, a estratégia de informação de Marcello Caetano e constituem uma abordagem forte e inovadora. Cádima nota que:

1969 será essencialmente um ano em que a informação televisiva se centrará portanto na figura de Marcello Caetano, de uma forma, aliás, insistente, não deixando de ter um claro significado o facto de logo a 8 de Janeiro começarem as suas “conversas em família” anunciadas por Henrique Mendes logo a abrir o TJ desse mesmo dia, e após — como era então norma — a leitura do boletim clínico de Salazar: “o Sr. Presidente do Conselho fará esta noite, às 22 horas, na RTP, a primeira de uma série de comunicações nas quais tratará alguns dos problemas do Governo.” (Cádima, 1996, p.212)

As *conversas em família* iniciam-se em 8 de Janeiro de 1969 e mantêm-se com uma periodicidade quase mensal até Março de 1974. Foi, sem dúvida, uma parte substancial da estratégia marcelista muito bem sustentada no trabalho de Cádima (1996). Estas conversas não se confinam só à transmissão pela televisão. No dia anterior são anunciadas nos jornais e no dia seguinte são transcritas na íntegra, situação que revela a enorme importância que era atribuída a estas alocações televisivas¹⁵.

Conclusão

Marcello demonstrou, na vida política, ser um homem de grande coerência na relação entre o pensamento e ação. Acreditava que a governação devia ser regida por um Estado forte e autoritário, sob uma liderança carismática. Governava seguindo uma moral e uma ética de dever cívico quase religiosa, regulada pelo Direito. Mas considerava fundamental usar os meios de comunicação como estratégia de aproximação ao povo, de forma a criar-lhe a ilusão de proximidade com o poder político.

¹⁵ No ano de 1969 foram emitidas sete conversas em família: 8 de Janeiro; 10 de Fevereiro; 8 Abril; 17 de Junho; 11 de Setembro; 27 de Outubro; 17 de Dezembro.

Quando, em setembro de 1968 Marcello assume a Presidência do Conselho de Ministros não hesita no envolvimento do povo através da ação e emoção que faz passar por via de um inteligente e moderno uso dos media.

A imagem de Marcello na Imprensa corresponde a um homem ativo, coloquante, sedutor, simpático, ativo e cheio de energia. As conversas em família constituíram de facto um dos aspectos mais significativos da estratégia de comunicação de Marcello Caetano que não só foi pioneira em Portugal como é moderna. É, na atualidade posta em prática por todos os governos autoritários, todos os populismos emergentes e todas as ditaduras contemporâneas. Esta estratégia foi algumas vezes confundida com uma abertura no regime. Mas, pelo contrário, todo o aparelho repressor do Estado Novo prosseguiu até ao fim do regime em abril de 1974.

Referências

- A *Capital*. (2001, 7 de novembro). Depoimento de Borges Coelho. A *Capital*. Antunes, J. F. (Ed.). (1985). *Cartas particulares a Marcello Caetano*. (Vol. I e II). Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Antunes, J. F. (Ed.). (1994). *Salazar, Caetano—Cartas secretas (1932-1968)*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Baptista, C. (2012). *Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses: do século XIX ao marcelismo*. Lisboa: Escritório.
- Cabrera, A. (2006). *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cádima, F.R. (1996). *Salazar Caetano e a Televisão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.
- Caetano, M. (1968). *“O Direito” e a Imprensa portuguesa*. Lisboa: Coimbra Editora.
- Caetano, M. (1969) *Pelo futuro de Portugal*. Lisboa: Verbo.
- Caetano, M. (1970). *Mandato indeclinável*. Lisboa: Verbo.
- Caetano, M. (1977). *As minhas memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo.
- Caetano, M. (s/d). *Ensaio pouco políticos*. Lisboa: Verbo.
- Jiménez Redondo, J.C. (2007). Marcelo Caetano y los desarrollistas españoles: la liberalización de los no liberales. In Torre Gómez, H.de la (Ed.), *Marcelo Caetano y el fracaso de la reforma del Estado, Espacio, Tiempo y Forma* (pp. 185-208). DOI: <https://doi.org/10.5944/etfv.19.2007>
- Moreira, A. (2007). Sobre o último presidente do Conselho da Constituição de 1933. In Torre Gómez, H.de la (Ed.), *Marcelo Caetano y el fracaso de la reforma del Estado Espacio, Tiempo y Forma* (pp. 37-47). DOI: <https://doi.org/10.5944/etfv.19.2007>
- Rosas, F. (2004). Marcelismo: ser ou não ser. In Rosas, F. e Oliveira, P.A. (Eds.), *Transição falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)* (pp. 9-26). Lisboa: Editorial Notícias.
- Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT) (1970). *A visita de Marcello Caetano a Espanha*. Lisboa: SEIT.
- Torre do Tombo. Arquivo Marcello Caetano. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.
- Torre Gómez, H.de la (2007). Marcelo Caetano: últimas razones del Estado Novo. In Torre Gómez, H.de la (Ed.), *Marcelo Caetano y el fracaso de la reforma del Estado, Espacio, Tiempo y Forma* (pp. 75-101). DOI: <https://doi.org/10.5944/etfv.19.2007>

Fonte:

A *Capital*, *Diário de Lisboa*, *Diário Popular*, *Diário de Notícias* entre setembro de 1968 a setembro de 1969.

Nota biográfica

Ana Cabrera é doutorada em História Contemporânea pela NOVA FCSH e investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea IHC. Investigadora Responsável de vários Projetos da FCT no Centro de Investigação Media e Jornalismo. Integra a equipa do projeto “Para uma História do Jornalismo em Portugal”.

ORCID Id: 0000-0002-2372-5165

Email: cabrera.anacabrera@gmail.com

Morada: Universidade Nova de Lisboa, Instituto de História Contemporânea, Av. de Berna, 26-C, 1069-061 Lisboa, Portugal

Financiamento

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/COM-JOR/28144/2017 – Para uma história do jornalismo em Portugal.

*Submetido Received: 2019.01.18

*Aceite /Accepted: 2019.09.02

(Página deixada propositadamente em branco)

A invenção da televisão revolucionária – a RTP durante o PREC (1974-1975)

The invention of the revolutionary television – the RTP during the PREC (1974-1975)

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_16

Carla Baptista

Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Instituto de Comunicação da NOVA – ICNOVA

Resumo

Este artigo analisa o impacto do 25 de Abril de 1974 na programação da RTP, em particular os programas informativos não diários produzidos pelo Departamento de Programas Político-Sociais (DPPS). Estes refletem as visões da época sobre a natureza e a vocação de uma televisão popular e permitem caracterizar o processo de “invenção da televisão revolucionária”, criada para responder ao ambiente revolucionário do PREC (1974-1975). Este processo, marcado pelas relações de força que ditaram as orientações das sucessivas administrações e direções de informação e de programação da RTP, não se esgota no campo político. Foi acompanhado de uma discussão alargada sobre o papel do jornalismo televisivo na construção da democracia portuguesa e na articulação com a sociedade. É essa discussão, refletida na natureza e tipo de programas criados para responder às necessidades de informação e formação do povo identificadas na época, que constitui o foco deste artigo.

Palavras-chave

RTP; 25 abril; PREC; televisão revolucionária; povo

Abstract

This article analyzes how the April 25 revolution, in 1974, impacted on RTP programming, in particular, the non-daily information programs produced by the Department of Political-Social Programs. These reflect the visions of the time about the nature and the mission of popular television and allow to characterize the process of the “invention of the revolutionary television”, created to respond to the information needs of the people identified during the PREC revolutionary context (1974-1975). This process, marked by the relations of force that dictated the guidelines of successive administrations and directories of information and programming of RTP, does not confine to the political field. It was accompanied by a broad discussion about the role of television journalism in the construction of Portuguese democracy and society.

Keywords

RTP; 25 april; PREC; revolutionary television; people

1. A RTP no 25 de abril – de refém dos militares revoltosos a parceira dos revolucionários

A RTP foi, desde “as primeiras horas” a seguir ao golpe militar de 25 de Abril de 1974, para usar uma expressão jornalística da época, um laboratório de experimentação da democracia nascente. Ainda antes de haver um plano para a televisão desenhado pela futura administração militar, que se manteve até 1977, foi a montra privilegiada das mudanças políticas, sociais e culturais provocadas pela revolução. No dia 25 abril, era um dos objetivos estratégicos definidos pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), que incluíam o comando da Legião Portuguesa «LP», a Emissora Nacional, o Rádio Clube Português, a RTP, a Rádio Marconi, o Banco de Portugal, o Quartel-General da Região Militar de Lisboa, o Quartel-General da Região Militar do Porto, o Ministério do Exército, o Aeroporto da Portela, o Aeródromo Base nº 1, a Manutenção Militar, o Posto de Televisão de Troia e a Penitenciária do Forte de Peniche.

Este plano de operações deixa claro a importância que os meios de comunicação tinham para os capitães de abril, mas nada diz sobre as estratégias concretas de uso e potenciação desses meios. Aparentemente, o MFA apenas tinha determinado que a RTP, bem como as rádios, eram instrumentos cruciais para informar o país da evolução dos acontecimentos. Num primeiro momento, a televisão foi uma instituição refém dos militares revoltosos, que a capturaram e usaram como veículo de transmissão de comunicados, subjugando todo o discurso jornalístico ao formato típico da propaganda.

A ocupação da RTP pela coluna da Escola Prática de Administração Militar (EPAM), comandada pelo capitão Teófilo Bento, exemplifica a estreita forma de pensar o potencial da televisão. Após a neutralização dos 3 polícias que faziam a segurança das instalações, a preocupação de Teófilo Bento foi selar o local para impedir fugas de informação sobre o contingente militar que comandava (uma coluna com 130 militares) no âmbito da operação “Fim do Regime”. Foi imposto um rígido controlo de presenças, permitindo apenas a entrada de uma pessoa adstrita a uma especialidade. O núcleo de trabalhadores que conseguiu entrar e permanecer nos estúdios do Lumiar reduziu-se a 25 pessoas, reforçadas com mais 10 a meio da tarde, com instruções para não filmarem absolutamente nada dos acontecimentos que mudariam para sempre a história do país. Teófilo Bento admitiu, em entrevista à revista *Sábado*¹, ter cometido um erro de avaliação: “Antes de tudo, eu queria era garantir a segurança da Televisão – e não podia permitir que as pessoas entrassem e saíssem. Portanto, quando me pediram para enviar operadores para ir filmar, porque havia tropas na rua, a minha reação inicial foi: ‘Não, senhor!’”

O desconhecimento genérico dos militares sobre a atividade televisiva era tão grande que a tomada de Mônaco, nome de código da RTP, só não se transformou num fracasso devido a um desfecho rocambolesco. Desde logo, não incluíram o Centro Emissor de Monsanto no plano de operações. Foi Soares Louro, então chefe de serviço e futuro presidente da RTP entre 1978-80, quem os alertou para esse de-

¹ Revista *Sábado*, 25 Abril: as imagens da RTP que desobedeceram aos capitães de abril, 25-04.2018. Acessível em <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/25-de-abril-as-imagens-da-rtp-que-desobedeceram-aos-capitães-de-abril>

talhe crucial quando chegou ao local de trabalho e se confrontou com a ocupação: as antenas de Lisboa e do Porto não estavam controladas pelas forças revoltosas. E, sem isso, não havia emissão.

Do outro lado da barricada, Ramiro Valadão, o todo poderoso presidente da RTP nomeado por Marcelo Caetano em 1969, uma figura com um papel central na reestruturação da televisão durante o marcelismo, foi a primeira coisa em que pensou: cortar a antena aos militares, isto é, retirar-lhes a possibilidade de usar a televisão como arma. Deu essa instrução aos elementos que faziam a segurança em Monsanto, que sabotaram o equipamento, retirando e escondendo uma válvula do emissor de imagem. A situação só ficou resolvida a meio da tarde e explica o facto da RTP apenas ter entrado no ar às 18 40 do dia 25 de Abril, com uma emissão especial e compacta do Telejornal, já totalmente controlada pelos militares.

Essa emissão histórica foi apresentada pela dupla Fialho Gouveia e Fernando Balsinha, rostos habituais do Telejornal desde 1970, com o estatuto de “locutores” e não de jornalistas², o que significava uma circulação ampla entre a apresentação do telejornal e alguns programas de entretenimento³. A emissão compila os comunicados transmitidos durante o dia pelo Rádio Clube Português e apresenta as imagens recolhidas por uma equipa da RTP, constituída pelo operador de câmara João Rocha e pelo seu assistente, José Saraiva. Contrariando as ordens do capitão Teófilo Bento, escaparam dos estúdios do Lumiar por volta das 16h e foram para o Largo do Carmo registar, em filme e sem som, as preciosas imagens da revolução em curso que hoje constituem o escasso espólio visual da RTP. Sobre os acontecimentos nas instalações da RTP, existem também algumas imagens registadas pelo operador de câmara José Manuel Tudela, que dão conta da ocupação e da chegada ao edifício de cada vez mais pessoas, designadamente jornalistas de outros órgãos de informação que acorriam à primeira conferência de imprensa marcada pelos capitães.

É a este reduzido conjunto de imagens fragmentadas e sem som que Fialho Gouveia dá sentido na edição especial do Telejornal do dia 25 de abril⁴, num notável exercício de improviso, ao identificar os presentes ao mesmo tempo que vai incorporando os acontecimentos do dia e enfatizando a “total sintonia” entre jornalistas e militares, o “fino trato e a cordialidade” destes e a adesão imediata que os seus propósitos libertadores suscitaram junto dos trabalhadores. Em poucas horas, a forma de fazer televisão mudara drasticamente em Portugal. Era um prenúncio da tempestuosa mudança que nas semanas seguintes iria transformar a RTP num laboratório vivo de experiências comunicativas híbridas entre o jornalismo e a propaganda.

² Até 1969, os redatores da televisão e das rádios não eram considerados jornalistas. Apenas tinham título profissional os jornalistas que trabalhavam para jornais diários nacionais e das agências de notícias. Ver, para mais detalhe, Arons Carvalho; Figueiredo; Monteiro Cardoso (2012). *Direito da Comunicação Social*. Lisboa: Texto Editores.

³ Fialho Gouveia era um dos elementos que, juntamente com Carlos Cruz e Raul Solnado, apresentava o *Zip-Zip*, um programa de entretenimento e entrevistas filmadas no Teatro Vila-ret, que modernizou a imagem da televisão em 1969, introduzindo novos formatos, linguagens e rostos que se tornaram estrelas televisivas.

⁴ Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/edicao-especial-do-telejornal-no-dia-25-de-abril/>

Os sinais dessa mudança estão presentes desde a primeira hora da transmissão televisiva do 25 de Abril de 1974 e traduzem o desejo de dar visibilidade aos jornalistas como parceiros da revolução, nas imagens que mostram os bastidores do estúdio onde decorria a emissão do telejornal, na postura descontraída de Fialho Gouveia que fuma e ri em plena emissão, desafiando o protocolo visual que até aí impunha seriedade aos rostos e rigidez aos corpos dos apresentadores, e no tom festivo e explicativo com que comenta os acontecimentos do dia, prometendo continuar a dar “agradáveis notícias com certeza”.

Embora celebratória da liberdade conquistada e beneficiando do fim da censura e do afastamento dos quadros apoiantes do regime deposto que até aí controlavam a RTP, a nova televisão precisava de uma teoria que sustentasse a sua prática. Essa orientação ficou plasmada numa frase do tenente Bargão dos Santos, diretor de informação da RTP, proferida em Abril de 1975⁵, nas vésperas das primeiras eleições livres realizadas após o golpe militar: “Uma televisão ao serviço do MFA, o que quer dizer uma televisão ao serviço do povo.” É uma formulação tardia para uma política que estava em curso desde Junho de 1974, data da criação da 5ª Divisão, órgão emanado da Comissão Coordenadora do Programa do MFA.

A génese da 5ª Divisão, herdeira do SIPFA – Serviço de Informação Pública das Forças Armadas durante o tempo colonial - bem como o seu organigrama,⁶ distribuído por quatro comissões: 1) a *Comissão Dinamizadora Central (CODICE)*, responsável pela realização de campanhas de dinamização cultural; 2) o *Centro de Esclarecimento e Informação Pública (CEIP)*, que publicava o *Boletim do MFA*, emitia um programa de rádio e outro de televisão; 3) o *Centro de Sociologia Militar*, que organizava cursos, colóquios e preparava atos celebrativos; e 4) o *Centro de Relações Públicas*, sugerem uma linha de continuidade entre o novo órgão e as funções de informação e persuasão do público desenvolvidas durante a guerra colonial.⁷ A história da 5ª Divisão cruza-se com a história da RTP durante o PREC, já que a estação pública emitia o Programa do MFA e a programação deste período estava contagiada pelo objetivo de explicar a revolução ao povo. Mas seria redutor pensar a ação da 5ª divisão como uma mera agência de propaganda ao serviço do MFA. Esta visão tática e instrumental tende a inflacionar os conflitos partidários e a obliterar a discussão paralela sobre o projeto de sociedade e o papel dos media associados.

Independentemente das inegáveis “estratégias dirigistas” (Mesquita, 1988) postas em marcha para controlar a informação produzida e veiculada em muitas redações, a diversidade de meios existentes, a exuberante proliferação de forças políticas em jogo e as próprias divisões internas do MFA rapidamente frustraram qualquer veleidade de impor quadros ideológicos monolíticos. É o reconhecimento dessa inade-

⁵ Peça inserida no portal Memórias de uma Revolução. Disponível em <http://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/a-televisao-ao-servico-do-povo/>

⁶ Inventário do Fundo do EMGFA. 5a Divisão – Informação e Relações Públicas, 1972 – 1978 Fundo 06. Disponível em <https://www.defesa.pt/institucional/oministerio/Documents/ArquivoDefesaNacional/f6%20inventario%20emgfa%205div.pdf>

⁷ O SIPFA escrevia os comunicados da situação militar nos teatros de operações, divulgava os nomes dos feridos e dos falecidos e produziu alguns programas de rádio e filmes de propaganda.

quação que leva à extinção da 5ª Divisão, cumpridos 14 meses de existência. Vasco Ribeiro (2014, p. 91) conclui que a 5ª Divisão desenvolveu “um sofisticado trabalho de comunicação política governamental, através da tentativa de controlo de informação interna e das campanhas de instrumentalização da opinião pública”, sublinhando que “nunca foi uma estrutura una e indivisível”.

Ivo Veiga (2014) assinalou que os amplos recursos humanos e materiais colocados ao dispor da 5ª Divisão “traduziam a reconfiguração da própria esfera militar que, num regime de transição, reclamava um papel de natureza interventiva mesmo nas esferas política e civil”. As mudanças introduzidas na grelha de programas durante o PREC, e a inflação de programas de debate e mesa redonda convocando os “tipos sociais” até aí interditos na televisão (intelectuais de esquerda, trabalhadores rurais, operários, feministas) são um reflexo da tomada de consciência abrupta do papel central dos media numa disputa que, para além dos aspetos materiais, era também simbólica. Tratava-se de disseminar e estabilizar o sentido coletivo para conceitos chave como democracia, pluralismo e povo.

A redefinição do campo jornalístico fez-se de forma desordenada, mas movida pelo imperativo de responder à evolução política, às mudanças sociais do país e às novas oportunidades geradas pelo quadro revolucionário. Desde logo, mesmo se existiram tentativas formais de institucionalizar novas censuras, os administradores militares não eram os censores da ditadura. Tal como não existiu um modelo hegemónico para os projetos de comunicação governamental ou de propaganda, também não existiu um modelo único para o jornalismo, que não foi nunca inteiramente subjugado ou apropriado pelas várias e sobrepostas tentativas de controlo dos poderes partidários e suprapartidários, como é o caso do poder militar.

O padrão do jornalismo “militante e não explicativo” que, segundo Mário Mesquita (1988), marcou o período entre 1974-76, coexistiu com formas de afirmação do campo jornalístico. Procuramos neste texto valorizar e autonomizar esses movimentos em relação ao campo político. No caso da televisão, trata-se de trilhar o caminho de invenção de uma profissão – a de repórter televisivo pleno, não amputado pela censura, que tem pela primeira vez a oportunidade de descobrir o país real e dar-lhe visibilidade e expressão. Os programas que integram a grelha informativa não diária durante o PREC são um exemplo de inovação ao nível de conteúdos, mas também formal, recorrendo a formatos e dispositivos narrativos inspirados nas linguagens do cinema documental, do teatro de revista, da reportagem televisiva, forjados num ambiente criativo e colaborativo que amiúde integrava cineastas, jornalistas, atores, escritores, locutores e intelectuais. Eram contributos e equipas até aí improváveis.

2. A televisão popular: uma utopia revolucionária

As preocupações com a reestruturação da RTP começam logo em 25 de Maio de 1974, com a ordem de serviço 11/74, na qual a Comissão Administrativa Militar anuncia ser seu propósito lançar a semente da “objetividade, independência e honestidade da informação” e transformar a RTP num órgão “informativo formativo e isento”. Anuncia como valores orientadores a liberdade, a isenção e a honestidade. Inácia Rezola (2014), a propósito dos saneamentos na RTP, aponta a “intervenção decisiva” entre

Abril e Agosto de 1974, traduzida na suspensão imediata do Conselho de Programa e do Gabinete de Exame e Classificação de Programas e de todos os seus membros, assim como de 16 quadros superiores da empresa (diretores gerais e adjuntos, chefes de serviço e de divisão). O saldo desta “operação de limpeza” traduziu-se, segundo Rezola (2007), no afastamento de 50 funcionários, afetando 4% do quadro de pessoal. Entre os saneados estão dois dos rostos mais conhecidos da televisão, os locutores Henrique Mendes e Alves Caetano. O ritmo de contratações, expresso em numerosas ordens de serviço, acompanha o ritmo de saneamentos e demonstra o carácter frenético do movimento de recomposição e renovação do pessoal da RTP.

Em 3 de Julho, a ordem de serviço 26/74, refere que, no âmbito da reestruturação da RTP, terá grande prioridade a reorganização dos serviços da atual direção geral de programas e nomeia José Carlos Megre e Sidónio Pais, dois não jornalistas, para coordenar essa tarefa. Em Julho, a ordem de serviço 28/74, autoriza a Divisão de Programas de Informação a contratar novos redatores, repórteres e estagiários. Em Setembro de 1974 são concretizadas as novas admissões, incluindo nomes como Joaquim Letria, José Gabriel Viegas, Amadeu José de Freitas, Anabela Sargaço, Manuela Viegas, Cesário Borga, entre outros. A ordem de serviço 42/74, emitida no mesmo dia 2 setembro, anuncia também a contratação de Carlos Cruz para orientar a reestruturação dos serviços informativos do 1º canal; e de Joaquim Letria para coordenar a reestruturação de um serviço de informação autónomo para o 2º canal.

É ainda relevante para o nosso estudo a ordem de serviço 44/74, de 9 setembro, que contrata como colaborador Vasco Pulido Valente com o objetivo de “iniciar o estudo da programação e da produção de programas relativos ao Departamento de Programas Políticos e Socioeconómicos”. Pulido Valente, à semelhança de outros quadros, não ocupou o lugar por muito tempo, sendo substituído em Novembro por Carlos Megre. A componente Económicos acabou por cair do intitulado do novo departamento, que ficou conhecido apenas pela sigla DPPS (Departamento de Programas Político-Sociais).

É no DPPS que surgem os programas informativos não diários, de divulgação e de atualidades mais interessantes da televisão do PREC, que colocam os repórteres da RTP à descoberta do país real e do povo imaginado. Esta entidade abstrata foi construída como lugar de martírio, sofrido, explorado, mantido inculto e embrutecido pelo fascismo, mas que, com o estímulo e as aprendizagens certas, iria rapidamente politizar-se e apoiar os ideais revolucionários. É esse trabalho emancipador do povo que a RTP se propõe fazer, ensinando as pessoas a viver em democracia e contribuindo para o esclarecimento cívico necessário à nova condição de cidadão eleitor. O primeiro teste seria daí a um ano, em Abril de 1975, data limite de realização das eleições para a Assembleia Constituinte. O projeto utópico da televisão popular não tinha tempo a perder.

3. O DPPS e o programa A Política é de Todos

DPPS é uma sigla que condensa a dinâmica da grelha informativa pós 25 abril e traduz o ambiente sincrético entre a sociedade e a política, indistinguíveis na lógica revolucionária. Não só todo o trabalho social era um trabalho político como a política

não se concebia mais desligada da atuação viva no espaço da sociedade. No início, a representação televisiva da política e dos políticos ainda herda os códigos visuais do passado, de que são exemplo a recorrência aos lugares protocolares do poder e ao formalismo dos gabinetes, mesmo se agora ocupados pelas novas figuras cujos rostos a RTP vai apresentando ao país, ajudando a definir as lideranças políticas emergentes. Mas, rapidamente, o que os telespectadores vêem na RTP são políticos que arregaçam as mangas e estão na rua a conversar com as pessoas ou em reuniões de trabalho com informalidade e dinamismo. A representação do poder político através da ação compaginava-se com a ideia do coletivo, das lideranças horizontais, da multiplicidade de interlocutores e é importante assinalar este espírito programático que inaugura a nova era da televisão.

Ao adotar este espírito, o DPPS mergulhava a RTP no centro das convulsões sociais e assumia a natureza política da informação. Trata-se de uma viragem que implicou vários gestos de rutura. Os novos formatos colocam a reportagem no centro do dispositivo informativo, com tudo o que essa viragem implica: a descoberta da rua e do país rural, dando voz ao povo que não falava nunca na televisão, anteriormente confinado a um papel de mera figuração. Prolongam-se alguns géneros que já existiam na televisão da ditadura, como as entrevistas, as mesas redondas e os debates, mas com uma reviravolta dos personagens convidados: quem estava interdito passou a ser presença assídua, sobretudo no campo cultural, com a entrada dos escritores, intelectuais e artistas que militaram na oposição ao regime. Altera-se o repertório de temas noticiosos: o que era tabu e não se discutia passou a estar no centro da programação, designadamente as chagas sociais como a pobreza, a desigualdade económica, o analfabetismo; ou os desafios prioritários, como a educação do povo e a participação popular no processo político.

Passamos de uma televisão de boas notícias (que noticiava inaugurações e anunciava medidas positivas) para uma televisão centrada na sinalização de problemas e engajada com os objetivos da revolução. Embora com métodos, figuras e estratégias discursivas diferentes, estas duas televisões – a RTP da ditadura e a RTP revolucionária – partilham a característica de serem doutrinárias. É este paradoxo que vemos desenrolar-se quando analisamos a programação e a documentação desta altura. O MFA tenta inventar uma nova televisão e subtrai-la aos partidos – nas administrações militares existe a orientação clara de que a televisão deve transcender os partidos e ser conduzida numa lógica pluralista e não partidária – mas acaba por ceder à tentação de tomá-la para si, à medida que o próprio MFA se institucionaliza no Conselho da Revolução e assume uma vocação de poder.

Esse caminho faz-se cheio de tensões e de lutas, de vários episódios de novas censuras que põem em evidência os limites da liberdade jornalística e originam intromissões censórias praticadas pelos administradores militares. Estes cortes, que não teremos tempo de desenvolver neste artigo, incluem uma panóplia variada de temas, muitos deles fora do campo estritamente político e levantando questões morais, religiosas ou até memórias recentes e sensíveis como as relacionadas com as práticas da PIDE. Alguns exemplos de reportagens censuradas incluem temas como o nudismo nas praias, peças de teatro que parodiavam a igreja católica ou acontecimentos da atualidade como ocupações de fábricas com momentos de expulsão dos antigos proprietários.

Ao invés de perspetivar estes conflitos como minorizadores do poder do jornalismo, devemos apreendê-los no contexto de um processo de autonomização do campo dos jornalistas profissionais de televisão que ganham neste período um protagonismo intrínseco. Os jornalistas tornam-se mediadores engajados e envolvidos ou, noutras palavras, atores políticos. Esse é um estatuto inteiramente novo. A distância entre o jornalismo e a política, anteriormente tão esmagadora, reduz-se imenso e os jornalistas passam a conviver fraternalmente com os representantes dos novos poderes. Este rumo implicou perdas de objetividade, com pouca distância crítica, com olhares parciais sobre uma realidade mais complexa e fragmentada do que a televisão revolucionária dava a ver, acompanhando a explosão das parcialidades políticas e das correntes de opinião. Mas os ganhos que permitiu em termos de diversificação dos conteúdos e profundidade das abordagens fazem deste período um momento fundacional para o jornalismo televisivo português, comparável ao movimento de profissionalização e renovação que vinha ocorrendo para os jornalistas da imprensa desde há uma década e que finalmente chega ao bastião informativo do poder: a RTP.

Não podemos compreender o facto destas mudanças terem coincidido com a revolução, enquanto nos outros meios de comunicação social foram acontecendo ainda durante o Estado Novo⁸, sem reforçar o papel instrumental que a RTP desempenhou na estratégia de poder e na política informativa de Salazar e de Marcelo Caetano. Até ao 25 de abril, foi um bastião inexpugnável ao serviço da política de informação do regime. Depois do 25 de Abril, e sendo feita já em liberdade, a mudança é exuberante e explosiva. Em síntese, é uma televisão de génese revolucionária, tal como essa é também a origem da democracia portuguesa.

Logo em Maio de 1974, a Comissão Administrativa Militar nomeou 4 diretores para garantirem o funcionamento da Direcção-Geral de Programas. O comunicado de 3 de Maio de 1974 que anuncia os nomes de Álvaro Guerra, Artur Ramos, Manuel Ferreira e Manuel Jorge Veloso como os novos responsáveis pela programação da RTP, preconiza que esta deve “assegurar as condições necessárias para que este meio de comunicação social se realize, integral e imparcialmente, em completa liberdade de expressão e informação”.⁹ A nova orientação da RTP foi apresentada ao público pelos quatro diretores, no programa Diálogo, emitido a 9 de Maio, numa clara sinalização aos telespectadores de que a nova televisão se desejava agora transparente e participada.

Álvaro Guerra (escritor e jornalista no *República*) ficou encarregue da Informação e das Atualidades. Teves (2007) aponta que uma das suas primeiras preocupações foi apelar, através de um comunicado, ao sentido de responsabilidade dos jornalistas da redacção do Telejornal para resistirem às constantes manipulações de informação: “A partir desta data (3.7.1974), a confirmação da autenticidade das notícias a transmitir pelo Telejornal deve obedecer às mais estritas regras de segurança e rigor. Qualquer que seja a fonte de informação invocada deve ser feita, sempre, a contraprova.”

Os títulos dos programas do DPPS surgidos no PREC são quase autoexplicativos, traduzindo a vontade de descobrir o povo, uma categoria forjada pela imaginação

⁸ O movimento de rejuvenescimento e diversificação dos perfis profissionais começa na imprensa portuguesa a partir da década de 60 do século XX. Ver, para mais detalhe, Batista, Correia (2007). *Jornalistas, do Ofício à Profissão*. Caminho: Lisboa.

⁹ Ordem de serviço nº 5/74.

revolucionária, e dar-lhe voz e expressão. Procuram fornecer alguma educação histórica básica, responsabilizando a ditadura pelos males estruturais do país, e estimular uma aprendizagem política rápida sobre os mecanismos burocráticos da democracia, incluindo nas suas formas populares (assembleias, comissões de moradores, cooperativas, etc.). Existe também uma preocupação com a divulgação cultural, fruto do acesso que uma elite intelectual ganha à televisão, e da crença enraizada de que a cultura é um instrumento de capacitação para uma discussão política produtiva. Alguns dos programas mais representativos da nova grelha são “Vamos Decidir em Conjunto”, “No Mundo do Trabalho”, “Responder ao País”, “Escrever é Lutar”, “Nome Mulher”, “A Gente que Nós Somos”, “Diálogo”, “Os Movimentos Políticos e a Economia”, “Sonhos e Armas”, “A Lei e o Povo”, “Canto Livre” e “A Política é de Todos”.¹⁰

Merece menção especial o programa “A Política é de Todos”, por condensar o espírito e o corpo da televisão revolucionária que temos vindo a caracterizar, e por ter alcançado uma elevada qualidade formal e estilística. Em 1974, recebeu o prémio “Melhor Programa do Ano” atribuído pela Casa da Imprensa. Começou a ser emitido em maio de 1974, sendo classificado dentro da categoria Programas Especiais. Ao todo, foram emitidos 7 programas, 3 em 1974 e 4 em 1975. Os 2 primeiros têm uma natureza didática, revelando aspetos formais do processo democrático (alguns exemplos são como se organizam eleições para as juntas de freguesia, como se faz uma assembleia geral de trabalhadores, como se contam os votos). As restantes rubricas oferecem um fresco do país e dos seus enormes atrasos em matérias cruciais, como a saúde ou a educação. Uma das reportagens acontece numa escola primária e o foco é saber se a escola faz os alunos felizes, se os faz pensar, se lhe ensina artes, se está articulada com idas à biblioteca ou a visitas de estudo que possam complementar a educação formal. É visível o incómodo da professora que procura ganhar espaço na entrevista, enquanto a jornalista se interessa sobretudo pelos depoimentos das crianças.

Os temas abordados no programas de 1975 abordam os efeitos do fascismo no esmagamento das pessoas e da sua capacidade de pensar, na proibição de ler, no medo de falar em público e expressar a sua opinião livremente, na descrença ou suspeição em relação à liberdade. Existem programas dedicados à literatura proibida em Portugal, e um centrado sobre as desigualdades transversais no mundo do trabalho operário e rural: entre assalariados e patrões, entre homens e mulheres.

Estes programas denotam o fascínio dos intelectuais pela descoberta do povo que encontram nas fábricas e nas aldeias inacessíveis por ausência de estradas, ainda paralisado pelo mutismo e pelo conformismo. É notório o empenho do jornalista (Fernando Balsinha) para obter respostas, para conseguir que falem, que digam de sua justiça, que percam o medo. A partir de intervenções e comentários de vários intelectuais, um deles João Bénard da Costa, é repetido um *mantra* quase terapêutico: O Voto é a Arma do Povo. Reis (2009, p. 333) resume o espírito do programa: “A mensagem parece ser esta: o malefício que o regime deposto trouxe foi a ignorância política, o medo, e, no geral, a resignação à miséria. A revolução – através da

¹⁰ Ver, para mais detalhe, o livro de Vasco Hogan Teves, RTP, 50 anos de História. Disponível em <https://museu.rtp.pt/livro/50Anos/Livro/DecadaDe70/ODifícilCaminhoParaANacionalizacao/Pag7/default.htm>.

presença da televisão – nestes contextos de miséria, vem trazer a política, vem ensinar a utilizar a ferramenta da reivindicação”.

As opções de realização valorizam os sujeitos filmados que ganham coragem para falar ou contar a sua história e apresentam um caderno reivindicativo (as mais comuns são exigências salariais, sonhos progressistas, esperanças partilhadas). Em alguns momentos fascinantes, assistimos a uma politização em direto que ocorre no curto espaço de uma conversa gravada em televisão.

Conclusão

Procuramos neste texto apresentar as principais linhas de força que marcam a programação da televisão durante o PREC. Trata-se de uma televisão orientada por objetivos revolucionários, apostando no tratamento jornalístico da atualidade e na documentação dos problemas sociais do país para fins de formação política do povo. Move-se num registo duplo: entre a premência da lógica informativa do acontecimento, e os contextos históricos e políticos enquadrados pela lógica revolucionária. Embora muito devedora da estratégia do MFA para a RTP, a linha de programação seguida neste período não está inteiramente subordinada ao jogo político resultante das lutas entre os poderes emergentes. É também fruto, e neste aspeto nos focámos, de um projeto jornalístico abrangente construído num ambiente de grande conflitualidade interna nas redações, mas também de grande valorização do jornalismo enquanto campo social e disciplina profissional.

Referências bibliográficas

- Cádima, F. R. (2001). Os Media na Revolução. In Brandão, José Manuel (Coord.) *Revolução e Democracia – O País em Revolução* (pp. 321-351). Lisboa: Editorial Notícias.
- Castrim, M. (1996). *Televisão e Censura*. Porto: Campo das Letras.
- Cerezales, D. (2003). *O Poder caiu na Rua. Crise de Estado e Ações Coletivas na Revolução Portuguesa 1974-1975*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Philippe, V. (2017). El Discurso de la “Radiotelevisión Portuguesa” sobre la conflictividad laboral durante el PREC. *Historia, Trabajo y Sociedad*, nº8, 87-112.
- Figueira, J. (2007). *Os Jornais Como Atores Políticos. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Mesquita, M. (1988). Estratégias liberais e dirigistas na Comunicação Social de 1974- 1975. Da Comissão Ad Hoc à Lei de Imprensa. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 8, 85-113.
- Mesquita, M. (1994). Os Meios de Comunicação Social. In: Reis, António (coord.), *Portugal, 20 anos de Democracia* (pp. 360-405). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ribeiro, Nelson (2002). *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: Universidade Católica.
- Reis, A. (1992). A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização. In Reis, António (dir.) *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Alfa.
- Reis, M. S. (2009). A Hipótese de uma Televisão Revolucionária. *Estudos do Século XX*, 9, 325-346.
- Rezola, M. I. (2007). *Mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros.

- Rezola, M. I. (2014). A RTP no PREC (1974-1975: Sem recuos nem Tibiezas em ordem à Limpeza Radical. In Rezola, Maria Inácia; Gomes, Pedro Marques (Coord.). *A Revolução nos Média* (pp. 17-51). Lisboa: Tinta-da-China.
- Ribeiro, V. (2014). Os Primeiros Passos da Comunicação Política Democrática em Portugal: a 5ª Divisão do MFA como motor da propaganda revolucionária no PREC. *História*, VI Série, Volume 4, 79-91.
- Teves, V. H. (2007). RTP, 50 Anos de História. Disponível em <https://museu.rtp.pt/livro/50Anos/Livro/DecadaDe70/ODificilCaminhoParaANacionalizacao/Pag7/default.htm>
- Veiga, I. (2014). A 5ª Divisão do Estado-maior-General das Forças Armadas no processo revolucionário português. Modelos, apoios e antagonismos. *Ler História*, 67, 155-168. Disponível em <https://journals.openedition.org/lerhistoria/917>

Nota biográfica

Carla Baptista é doutorada em Ciências da Comunicação pela NOVA FCSH. Professora Auxiliar da NOVA FCSH, Investigadora do ICNOVA - Instituto de Comunicação da NOVA e membro da direção da revista *Média & Jornalismo*.

Ciência Vitae: FF1B-13F5-CE58

Email: carlamariabaptista@gmail.com

Morada: Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Comunicação da NOVA, Av. de Berna, 26-C - Lisboa 069-061, Portugal

Financiamento

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/COM-JOR/28144/2017 – Para uma história do jornalismo em Portugal.

*Submetido: 2018.12.26

*Aceite: 2019.08.07

(Página deixada propositadamente em branco)

Romper com o passado: a Revolução nos Média (Portugal, 1974-1975)

Breaking with the past: the Revolution in the Media (Portugal, 1974-1975)

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_17

Maria Inácia Rezola

Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social

Instituto de História Contemporânea da NOVA FCSH

Resumo

Tempo de ruturas, o 25 de Abril de 1974 é, incontestavelmente, um acontecimento central na história de Portugal. Com este artigo, propomo-nos analisar algumas das mutações então operadas no campo dos média, procurando lançar pistas para uma reflexão mais ampla sobre a relação dos media com o(s) novo(s) poder(es) político(s) e sobre o seu lugar na luta política do Portugal Revolucionário. Partindo de investigações por nós anteriormente desenvolvidas sobre a Revolução de 1974-1975 e, ainda, sobre os saneamentos levados a cabo nas empresas de comunicação social (nomeadamente na RTP e na Emissora Nacional), analisaremos algumas mudanças centrais nas relações laborais e na estrutura empresarial, e, tendo como pano de fundo a enorme conflituosidade que percorreu o sector, a complexa relação dos media com os novos centros de poder.

Palavras-chave

história dos média; revolução portuguesa de 1974-1975; transição para a democracia; média e política

Abstract

Times of revolution and ruptures, the 25th of April 1974 is undoubtedly a central event in Portuguese history. With this article, it is our aim to analyse some of the mutations that took place in the media in 1974-1975, seeking to shed light on a broader reflection on the media- political power(s) relationship and on their place in the political struggle during the revolutionary period. Based upon our previous researches on the 1974-1975 Revolution and on the purges carried out in the media companies (namely in the RTP and the National Radio Broadcasting), we will look at some central changes in labour relations and corporate structure as well as to the complex media-political/military powers' relation under the background of the enormous political fights.

Keywords

media history; portuguese revolution of 1974-1975; transitions to democracy; media in politics

Os média no 25 de Abril

O derrube da ditadura a 25 de Abril de 1974 é, incontestavelmente, um acontecimento central na história de Portugal. Tempo de rutura, gerador de “profundas alterações nos valores e na vida social nacional”, ele assinala, segundo José Medeiros Ferreira, uma “Era”, marcando um “antes” e um “depois” e tornando comuns expressões como: “ ‘Antes do 25 de Abril...’, ‘só com o 25 de Abril’, ‘depois do 25 de Abril’ ” (Ferreira, 1994, p. 11). A imagem utilizada por Lélia e Sebastião Salgado de um país “profundamente triste” que, subitamente, entra em efervescência, materializando um sonho de liberdade e “felicidade nacional”, é por muitos partilhada, revelando um “Outro País” (Tréfaut, 1999) em que as mudanças transcendem a mera alteração de sistema político.

Medeiros Ferreira foi um dos primeiros académicos que, rompendo com o mito da falta de distanciamento, se aventurou na história do Portugal de 74-75. Outros se lhe seguiram, dentro e fora das fronteiras nacionais, com obras de cariz, âmbito e importância diversificadas (cf. Rezola, 2007, pp. 18-21).

No domínio dos média, dispomos já de um conjunto notável de estudos que nos dão conta do impacto da Revolução. A sua tónica dominante incide na ideia da “saturação ideológica dos órgãos de informação” e da “impossível neutralidade jornalística”. De acordo com Mário Mesquita, a transição portuguesa foi palco de uma intensa luta entre os “herdeiros do antigo regime, que procuravam retardar o pleno desmantelamento dos mecanismos censórios”, os “defensores de teses revolucionárias e vanguardistas” que, paradoxalmente, eram favoráveis “à adoção de formas de censura a posteriori”, e os “partidários de concepções pluralistas do sistema de comunicação social”, preconizando o fim da repressão administrativa e censória (Mesquita, 1994, p. 361).

No mesmo sentido, num estudo centrado em três órgãos de imprensa (*Diário de Notícias*, *Expresso* e *Jornal Novo*), João Figueira revela como eles se empenharam “e lutaram, cada qual à sua maneira, por um projeto político para Portugal” (Figueira, 2007, p. 216). Se esta imagem do jornalista militante e dos média como “atores políticos” é sucessivamente evocada, também o são casos que atingiram um mediatismo inusitado, como o do jornal *República* (Rebelo, 1994), da Rádio Renascença (Ribeiro, 2002; Reis, 2018) ou do *Diário de Notícias* (Gomes, 2014).

Para o observador mais precipitado, a imagem a reter é a de uma comunicação social que, depois de 48 anos de ditadura, se quer livre e redefine. No entanto, sob esta capa, escondem-se outras realidades. Tal como acontece em todos os domínios da sociedade portuguesa, a comunicação social foi percorrida por fortes tensões e a já referida “saturação ideológica” e o forte controlo político exercido sobre os media têm, segundo Cádima, “um efeito bumerangue, criando fortes resistências, tanto no plano militar como na opinião pública” (2001, p. 329). O estudo de Pedro M. Gomes (2018) sobre os títulos criados em 1975, como uma alternativa à imprensa estatizada e dominada por forças de esquerda, confirma esta tese.

Com este artigo, propomo-nos analisar algumas das mutações operadas no campo dos média, procurando lançar pistas para uma reflexão mais ampla sobre as relações dos media com o(s) novo(s) poder(es) político(s) e sobre o seu lugar na luta política do Portugal Revolucionário. Partindo de investigações por nós anteriormente desenvolvidas sobre a Revolução de 1974-1975 e, ainda, sobre os saneamentos

levados a cabo nas empresas de comunicação social (nomeadamente na RTP e na Emissora Nacional¹), analisaremos algumas mudanças centrais nas relações laborais e na estrutura empresarial, e, tendo como pano de fundo a enorme conflituosidade que percorreu o sector, a complexa relação dos media com os novos centros de poder. Adotando o conceito de transição proposto por Roudakova (2012, pp. 250-251) – perspetivando que pode “significar uma mutação de um conjunto de regularidades para outro”, mas também, “mais sutilmente, uma mudança da regularidade para a indeterminação” – focaremos a nossa atenção em questões paradigmáticas, para ilustrar o quadro mais amplo que pretendemos reconstituir. Isto porque, ainda que nos reportemos a um período breve, a vertigem de acontecimentos que então têm lugar obrigam-nos a assumir uma perspetiva forçosamente generalista e seletiva.

A passagem de um sistema de rígida censura e controlo da informação para um de liberdade e pluralismo é o aspeto mais imediato a assinalar, no panorama das transformações do sistema dos media. Da mesma forma, é impossível ignorar a imprensa escrita, dado o peso que continua a ocupar, reforçado pela explosão do número de títulos e das tiragens a que se assiste. Finalmente, cumpre assinalar a situação vivida nas rádios e na Rádio Televisão Portuguesa (o único canal de televisão então existente), num momento em que emergem novas visões sobre o seu papel e funções no contexto de um país em revolução.

Liberdade de expressão e informação: uma gestão difícil

A par da mobilização popular ocorrida no dia 25 de abril, a abolição da censura constitui um dos sinais mais evidentes da rutura revolucionária. Apesar do seu carácter genérico, entre as medidas a implementar depois de derrubada a ditadura, o Programa do MFA previa a abolição da censura e do exame prévio, a promulgação da “liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma” e a publicação de uma nova Lei de Imprensa (cf. Rezola, 2007). Depois de meio século de regime censório e de forte controlo, os capitães davam voz a uma reivindicação há muito apresentada, abrindo as portas a uma profunda mutação nos média e, sobretudo, nas práticas jornalísticas.

Cabe no entanto assinalar que, a pretexto da necessidade de “salvaguardar os segredos dos aspetos militares e evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas dos meios mais reacionários”, o Programa previa também a constituição de uma Comissão «Ad Hoc» para a Imprensa, Rádio e Televisão. Apresentada como transitória, a medida deixa patente uma consciência sobre as dificuldades da transição e a necessidade de garantir alguma vigilância depois de abolida a censura.

Antecedida pela constituição de comissões para cada um dos órgãos, a Comissão «Ad Hoc» para a Imprensa, Rádio e Televisão é criada a 25 de junho de 1974. O decreto que lhe dá vida estipula que se mantenha em funções até à publicação da nova Lei de Imprensa, definindo os temas passíveis de sanções (ofensas a novos dirigentes políticos, referências a operações militares, incitamento a greves e manifestações não autorizadas, ataques ao Programa MFA, etc.) assim como as multas (até 500 000\$00) e penas a aplicar (até 60 dias de suspensão) (Mesquita, 1988).

¹ Cf. Bibliografia final.

Dependendo diretamente da Junta de Salvação Nacional (JSN), a Comissão é constituída apenas por militares. A sua ação gera, desde o início, protestos de órgãos de comunicação social, do Sindicato dos Jornalistas e de organizações políticas. Será, no entanto, a sua discordância com a suspensão exigida por António de Spínola, a propósito da publicação de notícias sobre uma manifestação de extrema-esquerda, no *República*, *A Capital* e *Diário de Lisboa*, que conduz à demissão dos seus membros. Reconfigurada a 9 de setembro de 1974, a intervenção da comissão incidirá sobretudo sobre a imprensa regional nesta fase. Só formalmente extinta em finais de 1975, cessa funções com a aprovação da Lei da Imprensa (Decreto-lei n.º 85-C/75, de 26 de fevereiro).

Considerada como das mais avançadas da época, a nova Lei de Imprensa consagra os princípios consignados no Programa do MFA e a ideia de que “Não se pode conceber o processo democrático em curso sem a liberdade de expressão de pensamento”. Contudo, a sua promulgação não impede que, no verão de 1975, surjam novos projetos de repressão administrativa. O primeiro, conhecido como «Projeto Jesuíno», pretendia criar uma comissão de análise dos média com capacidade para aplicar multas e penas de suspensão, sem possibilidade de recurso. Pouco depois, é publicada a «Lei da Censura Militar» (Lei nº 11/75, de 9 de setembro), que proíbe a divulgação de relatos, notícias, comunicados, moções ou documentos sobre acontecimentos ou tomadas de posição em unidades ou estabelecimentos militares, salvo se provenientes de fontes militares oficiais. Ainda que nunca postas em prática, estas propostas causam enorme controvérsia, sendo contestadas não só por trabalhadores do sector, como também pelas diferentes forças político-partidárias que lutam pela instauração de uma ordem democrática (cf. Rezola, 2006, pp. 406 e ss.).

Imprensa: o despertar do vulcão

O slogan “O *República* é do povo, não é de Moscovo”, entoado pelos manifestantes que, a 19 de maio de 1975, se concentram junto às instalações do jornal, onde o diretor (Raul Rego) e vários jornalistas se encontravam ‘sequestrados’, é um dos mais conhecidos do processo revolucionário português.

Assumindo um rápido e inusitado mediatismo nacional e internacional, o caso *República* eclode no momento em que, legitimados pelas eleições para a Assembleia Constituinte, vários partidos políticos saem à rua contestando o poder militar. Um conflito laboral? Uma luta por uma comunicação social livre? Uma luta ideológica? Um problema laboral que adquire contornos políticos? Apesar das dúvidas que possam subsistir, uma ideia é consensual: esta é uma questão que depressa transcende o seu âmbito restrito e se transforma num profundo e multifacetado confronto.

Os acontecimentos que desencadeiam a crise são conhecidos: depois de uma longa contenda quanto à orientação e linha editorial, a Comissão Coordenadora de Trabalho do *República* afasta o diretor, acusando-o de ter transformado o jornal no órgão oficial do Partido Socialista (PS). Depois de décadas de precária sobrevivência sob a pressão censória, Rego desabafa: “Nem no tempo de Salazar...” (*Diário de Notícias*, 26/5/75).

A decisão começa por dividir o *República* uma vez que a maioria dos jornalistas apoia a direção e contesta a decisão da comissão de trabalhadores. Mas se, aparentemente, tudo indicava tratar-se de um conflito laboral, a situação altera-se quando,

no próprio dia 19, o PS emite um comunicado clarificando que o que está em jogo é a liberdade de expressão e mobiliza uma manifestação em favor da redação do jornal. Os socialistas saem à rua em defesa do *República*, da liberdade de informação e, sobretudo, em posição de ataque ao Partido Comunista Português (PCP) que acusam de ter promovido os incidentes.

O *Caso República* é um dos mais mediáticos da revolução portuguesa, com consequências em diversas frentes², dividindo profundamente a opinião pública, os partidos políticos e o próprio CR a quem cabe o duro e nem sempre bem-sucedido papel de mediador (cf. Rezola, 2008, p. 216 e ss). Mas não é o único. O slogan entoado a 19 de maio é, aliás, adotado pelos manifestantes que, a 5 de novembro, se concentram junto às instalações de *O Século*: “*O Século* é do povo não é de Moscovo” (*Diário de Lisboa*, 6/11/75).

Dias antes, o Sindicato dos Jornalistas emitira um comunicado em que, sob o título “Por um jornalismo ao serviço do povo”, denunciava os problemas vividos na Sociedade Nacional de Tipografia – SNT, empresa proprietária de *O Século* (ASJ. Pasta 299, Comunicado n.º 16). Enquanto isso, os trabalhadores reivindicam o controlo do jornal argumentando que, desta forma, ele ficaria “aberto a todas as correntes antifascistas e patrióticas que não caluniem o Povo” (*Jornal Novo*, 31/10/75). Esta exigência não constitui novidade dado que há muito reclamavam o “saneamento democrático e imediato” da empresa (*O Primeiro de Janeiro*, 14/5/74).

Iniciado poucos dias depois do fim da ditadura, o confronto culmina com o afastamento do diretor (Manuel Figueira), decidido em plenário (fevereiro de 1975), e na ocupação (outubro de 1975). No entanto, a greve de *O Século* (10 a 14 de maio de 1974) é substancialmente mais breve que a desencadeada pelos trabalhadores do *Jornal do Comércio* a 22 de agosto de 1974, como medida de pressão para o afastamento do diretor (Carlos Machado). A greve arrasta-se durante vários meses³, provocando reações de solidariedade de vários órgãos de imprensa. As redações agitam-se.

Cumprе assinalar que a exigência de saneamentos não é exclusiva do *Jornal do Comércio* e *O Século*. A 2 de maio de 1974, o diretor do vespertino *A Capital* (Henrique Martins de Carvalho) é substituído pelo então chefe de redação Rodolfo Iriarte (*O Primeiro de Janeiro*, 3/5/1974). No dia seguinte, o *Diário de Lisboa* anuncia uma ampla reestruturação que passa pela entrega da gestão jornalística à sua redação, agora independente da administração da empresa (*Diário de Notícias*, 3/5/1974). No *Diário de Notícias*, o de maior circulação à época, os trabalhadores mobilizam-se e afastam o diretor, administradores e outros quadros acusados de conivência e colaboracionismo com a ditadura (cf. Gomes, 2007). Estes são apenas alguns exemplos de como os média não escapam às purgas políticas que percorreram todos os setores de atividade durante a revolução, neles atingindo níveis inéditos dada a ampla capacidade de mobilização de jornalistas e tipógrafos. De facto, depois do inevitável

² É incontornável referir, a este respeito, a demissão dos ministros socialistas do IV Governo Provisório (10-07-1975) mas também a internacionalização da revolução portuguesa – cf. Gomes, 2015; Luís, 2015.

³ Sobre a greve no *Jornal do Comércio* ver, por exemplo, Comunicado do Sindicato dos Jornalistas de 4/09/74 (ASJ. Pasta 299); “Prossegue a justa greve dos trabalhadores do ‘Jornal do Comércio’” in *Luta Popular*, 12/9/74; “Manifestantes tentaram invadir ‘O Século’” in *Diário Popular*, 6/11/75.

encerramento de títulos conotados com o regime deposto (como o *Época*⁴ ou o *Novidades*) e das agências Lusitânia e ANI (Agência Noticiosa de Informação) (Fonseca, 1995; Fonseca & Carvalho, 2016; Fonseca & Gomes, 2017), assiste-se a uma vaga de contestação que conduz ao afastamento de administradores, diretores, chefes de redação, e outros quadros dirigentes de títulos como *A Capital*, *Diário Popular*, *Diário de Lisboa*, *Comércio do Porto*, *Vida Mundial*, *Diário de Notícias*.

A capacidade de mobilização e o poder das comissões de trabalhadores tornam-se evidentes depois do 28 de Setembro e do afastamento de Spínola da Presidência da República, assistindo-se ao progressivo controlo pelos trabalhadores da Informação na maior parte dos jornais, sobretudo dos diários.

Esta realidade tem inevitáveis reflexos nos conteúdos jornalísticos e, segundo o Conselho de Imprensa (1979, p. 101), “os jornais passam a ser carregados de ideologia, verificando-se uma explosão de tendências abrangendo os leques de opções políticas possíveis nas várias fases da Revolução”. Disputados pelas diferentes forças políticas e militares, os jornais tornam-se atores políticos (Figueira, 2007; Mesquita, 1993), assemelhando-se “a um puzzle de mensagens contraditórias, misturadas ao sabor da força das células partidárias e dos grupos de pressão”. Como observa Mário Mesquita, “a capacidade de análise e seleção era diminuta”, confundindo-se “o essencial com o acessório”. A informação “era servida em bruto, mal digerida, tal como saía dos palácios governamentais, das sedes partidárias ou dos quartéis mais influenciados pelas doutrinas partidárias” (Mesquita, 1993, p. 363).

A estatização dos jornais que pertenciam aos grupos económicos abrangidos pelas nacionalizações de março de 1975 reforça esta tendência. O número de publicações que se conserva no sector privado é reduzido – *República*, *Primeiro de Janeiro*, *Expresso*, ... – ainda que revigorado com o aparecimento de títulos como o *Jornal Novo* (abril), *O Tempo* (maio), *O Jornal* (maio), *A Luta* (agosto) (Gomes, 2018). No verão-outono de 1975, estes jornais irão protagonizar uma luta para quebrar a formação estatizada e monolítica, num contexto de recrudescimento da confrontação político-ideológica. Segundo o Conselho de Imprensa (1979, pp. 41-42), foi neste período que “se acentuou a influência e a manipulação partidária na imprensa, designadamente por elementos afetos ao PCP e a organizações de extrema-esquerda”, sobretudo através das organizações de trabalhadores.

Dar voz à revolução

Fundamental no desencadeamento das movimentações militares do 25 de Abril, também a rádio participa intensa e diretamente na luta política da Revolução. Dois casos, fortemente polarizadores da opinião pública, ilustram esta realidade: a Emissora Nacional (EN) e a Rádio Renascença.

A 28 de abril de 1974, a JSN nomeia uma Comissão Administrativa militar (Adalberto Machado e Moura, José M^a de Azevedo e Delfim de Campos Moura) para dirigir

⁴ Sobre o assunto ver, por exemplo, “O jornal ‘A Época’ (com outro nome) deve transformar-se num jornal ao serviço dos trabalhadores” in *O Primeiro de Janeiro*, 4/5/74; ou “A situação dos trabalhadores do jornal ‘Época’” in *O Primeiro de Janeiro*, 3/1/75.

a EN. Ainda que breve, é no seu mandato que se desencadeiam algumas das mais decisivas mudanças na emissora e se inaugura uma tendência de militarização dos cargos diretivos que se manterá durante todo o período revolucionário.

Atuando sob o signo do MFA, a prioridade da Comissão recai na orientação e grelha de programas. Vários programas conotados com a ditadura (como “A Voz do Ocidente”, “Rádio Rural” ou “Ginástica Matinal”) são imediatamente suspensos, mantendo-se outros que, durante décadas, tinham contribuído para o prestígio da emissora (sobre tudo no domínio da música clássica)⁵. Paralelamente, inicia-se a reestruturação da empresa, em termos técnicos e humanos, de maneira a responder aos “naturais anseios” dos seus profissionais de “construção de obra nova” (AH RTP/RDP, OS 13, 15/5/74).

A par da constituição de uma comissão técnica de apoio à reestruturação (AH RTP/RDP, Informação da ABM, 22/5/74), é neste contexto que se cria uma Comissão Coordenadora de Programas que, dirigida por Álvaro Belo Marques, integra elementos com experiência na imprensa escrita (como Eugénio Alves ou José Jorge Letria) e na rádio (como Nuno Martins ou Carlos Albino) (AH RTP/RDP, OS 3, 1/5/74). A antiga estrutura vertical e fortemente hierarquizada (presidente, direção, subdireções), dá lugar a uma estrutura horizontal de cinco serviços (Programas e Planificação; criativos; informativos; realização; de apoio) encimada apenas pela Direção de Programa. Um projeto complexo que será continuado pela Direção de José Guilherme Calvão Borges que, em finais de maio, substitui a Comissão Administrativa.

A reorganização da EN passa ainda pelo afastamento de pessoas comprometidas com o anterior regime. Com um quadro de pessoal de cerca de 800 funcionários, as suspensões efetuadas no primeiro mês são significativas, afetando cerca de 9% do pessoal (quadros dirigentes e de chefia; corpo de correspondentes no estrangeiro; outros órgãos e gabinetes) (Rezola, 2017; Santos, 2017).

Os saneamentos são especialmente amplos na EN dado que à fase inicial de afastamento de elementos tidos como afetos à Ditadura⁶, se segue uma mais vasta, reflexo da luta entre diferentes propostas políticas que progressivamente domina o país (cf. Rezola, 2017, p.9 e ss).

Se, desde o início, o mandato de Calvão Borges (maio de 1974-julho de 1975) foi difícil⁷, a radicalização da revolução (na sequência do 11 de Março e das eleições para a Assembleia Constituinte de abril de 1975) cria uma situação insustentável. A contestação inicia-se no interior da emissora com exigências de transformações mais profundas⁸. Lidera o processo a organização de esquerda radical Liga de Unidade e

⁵ Sobre o assunto ver, por exemplo, “Emissora Nacional - suprimido o programa ‘A Voz do Ocidente’” in *O Primeiro de Janeiro*, 5-5-1974.

⁶ A Comissão Administrativa procede a mais de 70 suspensões incidindo não apenas sobre quadros de chefia (chefes de divisão e de repartição, directores de serviços, intendentos de emissores regionais), mas igualmente sobre órgãos e gabinetes (Conselho de Programas, Conselho Pedagógico, Conselho de Planeamento de Programas, Gabinete de Estudo de Programas, Gabinete de Apoio à Informação, Gabinete de Análise de Programas) e vários correspondentes no estrangeiro. Sobre o assunto ver AH RTP. Pasta EN – Recursos Humanos. Ordens de Serviço, Série A (1974), Ordens de Serviço n.º 1 (30/4/74), n.º 4 (2/5/74), n.º 6 (7/5/74), n.º 7 (9/5/75) e Determinação (2/5/74).

⁷ Cf. “A Emissora Nacional tem nova direcção constituída por militares” in *Diário de Notícias*, 19/6/74 ou “Confirmada a saída da direcção da Emissora Nacional” in *Expresso*, 10/5/75.

⁸ Sobre o assunto ver, por exemplo, “Saneamento ‘Não legalista e Revolucionária’” in *Jornal do Comércio*, 21/3/75; “Finanças da Emissora Nacional vítimas de ‘saneamento legalista’” in *Expresso*, 22/3/75.

Ação Revolucionária (LUAR)⁹. No campo oposto, os trabalhadores socialistas denunciavam uma escalada de “grupelhos de pseudo-revolucionários” em curso na empresa (*Portugal Socialista*, 14/5/75). Em finais de maio, a hipótese de a EN ser controlada pelos trabalhadores é ventilada (*Jornal Novo*, 22/5/75).

Este ambiente explosivo, que culmina na demissão de Calvão Borges, não é exclusivo da EN. A partir da primavera de 1975, os média agitam-se, com os casos República e Renascença e o crescente conflito em empresas como a RTP, RCP e Século. A dissolução da coligação que sustentava o IV Governo Provisório dá conta da crise política que afeta o país e o próprio poder militar (Rezola, 2007).

Dispondo de uma estreita ligação à *entourage* de Vasco Gonçalves, a direção de Manuel Bouza Serrano (julho- setembro de 1975) será breve e atribulada, não resistindo à queda do primeiro-ministro e à constituição do VI Governo Provisório (cf. *República*, 30/9/75; *Jornal Novo*, 30/9/75). As denúncias de que a EN estaria dominada pelo PCP e pela 5.^a Divisão, fazendo parte de uma estratégia de controlo dos média, sucedem-se (cf. *A Luta*, 29/8/75; *O Primeiro de Janeiro*, 29/8/75; *Luta Popular*, 4/9/75). O pretexto para o seu afastamento, por intervenção direta do ministro Almeida Santos, é a decisão dos trabalhadores de não acatar a ordem de ocupação das estações de rádio e televisão determinada por Pinheiro de Azevedo, na sequência do assalto à embaixada de Espanha.

A entrada em funções de João Figueiredo (30 de setembro de 1975) parece, no entanto, não pacificar a situação. Os problemas sucedem-se com a ocupação do Emissor Regional da Madeira¹⁰ e os constantes confrontos com o pessoal de Lisboa. A divisão dos trabalhadores agrava-se. De um lado, a célula do PCP, denunciando estar em curso um saneamento à esquerda¹¹. Rebatendo esta posição, a comissão de trabalhadores revela publicamente o seu apoio ao VI Governo Provisório¹².

É neste ambiente que chegamos ao 25 de Novembro, dia em que a EN é ocupada por forças da Polícia Militar e do COPCON. Os seus apelos à revolução, em nome do poder popular, são rapidamente neutralizados com a passagem da emissão para o Porto. A revolução chegara ao fim. A 3 de dezembro, o governo anuncia a sua decisão de nacionalizar todas as estações de rádio. 42 funcionários da EN são imediatamente suspensos por alegada implicação no 25 de Novembro (Rezola, 2017, p. 17). Outros serão suspensos dias depois. A emissora “do povo”, e “para o povo”, volta a ser uma voz ordeira num país que dá os últimos passos para a normalização democrática.

Também a Rádio Renascença (RR), propriedade do Patriarcado de Lisboa e da Conferência Episcopal Portuguesa, foi palco de episódios de grande dramatismo que culminam, a 7 de novembro de 1975, na destruição à bomba dos seus emissores da Buraca (ocupada por funcionários e apoiantes do “poder popular”) (cf. Ribeiro, 2002).

⁹ Cf. “A LUAR denuncia acções reaccionárias na EN” in *Diário Popular*, 19/3/75; “Política Revolucionária de saneamento na EN proposta pelos núcleos da LUAR e do MES” in *República*, 3/4/75; “Manobras reaccionárias na EN denunciadas pela LUAR e PCP” in *Diário de Lisboa*, 10/5/75.

¹⁰ “Inquérito aos acontecimentos do Emissor Regional da EN na Madeira” in *O Primeiro de Janeiro*, 13/10/75; “A direcção da Emissora Nacional não admite saneamentos no emissor da Madeira” in *República*, 13/10/75.

¹¹ Comunicado nº 1 da Comissão de Trabalhadores da Emissora Nacional de Radiodifusão - AH RTP/RDP – Documentos da Comissão de Trabalhadores (1974/Março 1976).

¹² “A comissão de trabalhadores da Emissora Nacional apoia o VI Governo” in *Jornal Novo*, 19/11/75.

Passavam poucos dias do 25 de Abril quando, pela primeira vez, os noticiaristas da RR entram em greve, depois de proibidos de transmitir as reportagens da chegada a Lisboa de Mário Soares e Álvaro Cunhal. Em maio, um novo confronto: perante a exigência de autogestão dos trabalhadores, o Conselho de Gerência pede a intervenção da JSN. A ocupação militar das instalações da RR acalma temporariamente os ânimos até que se alcance um acordo (julho) (cf. Rezola, 2006, p. 290).

O conflito reacende-se em setembro, de forma mais virulenta (*O Primeiro de Janeiro*, 10/9/74). Em causa estão diferentes perspetivas quanto aos critérios de orientação da programação e de admissão/despedimento de pessoal. O fosso entre o Conselho de Gerência (apoiado pela Conferência Episcopal) e a Comissão de Trabalhadores alarga-se, traduzindo-se em ocupações e greves sucessivas. A mais longa durou de 19 de fevereiro a 11 de março de 1975, data em que os trabalhadores põem a estação a funcionar a pedido das autoridades militares (*Vida Mundial*, 5/6/75). A ameaça de rutura leva o governo a intervir sem que seja possível encontrar uma plataforma de entendimento (Rezola, 2005, p. 291). Em fins de maio, poucos dias após o início do “caso do República”, e na sequência de uma nova ocupação dos estúdios de Lisboa e do centro da Buraca, a rutura consuma-se: apoiados em organizações partidárias e sindicais, um grupo de trabalhadores passam a dirigir a estação que agora se diz “ao serviço dos trabalhadores” (*Vida Mundial*, 5/6/75).

Apresentado pelos trabalhadores como um problema laboral e pela Gerência como um conflito político-ideológico, o caso polariza a opinião pública nacional e internacional.

A 7 de junho, numa conferência de Imprensa no Patriarcado de Lisboa, o Conselho de Gerência denuncia a passividade das autoridades, apresentando o problema da RR como um atentado a uma Igreja livre. Sob o espetro de uma nova “questão religiosa”, a Igreja abandona a prudência que caracterizara até então a sua atuação, denunciando a fraqueza do poder político-militar e o perigo de um “totalitarismo indesejável” (Ferreira, 1994, p. 263). Depois da hesitante intervenção do COPCON nos incidentes ocorridos no Patriarcado (18 de junho), a situação extrema-se quando o Conselho da Revolução anula a decisão governamental de devolver a RR à Igreja (1 de julho) (Cf. *Expresso*, 12/7/75). A forte crise que se acomoda, patente na mobilização dos católicos e no seu envolvimento na frente anti-gonçalvista liderada pelo PS, no “verão quente” (cf. Rezola, 2007, p. 199-201), apenas se superará quando, a 28 de dezembro de 1975, a emissora é restituída à sua proprietária (*Jornal Novo*, 29/12/75).

Por uma televisão do povo

Considerada por Mesquita como o “nó górdio” do sistema de comunicação social português, a RTP é mais um caso paradigmático de como os média viveram a Revolução. Não se limitando a ser um espelho das convulsões que atravessam o país, a televisão está presente e participa nos acontecimentos desde que, na noite de 25 de Abril, revela o rosto dos homens que integram a JSN (Rezola, 2014, pp. 21-22).

Poderoso aparelho de propaganda da ditadura (Cádima, 1996), a televisão sofre profundas mudanças. Desde logo, no que diz respeito aos conteúdos e orientação. A Revolução impõe um “novo tempo televisivo” que privilegia “os debates, as mesas redondas (...) com a participação de intelectuais, militares e líderes políticos;

as reportagens de rua; os programas culturais e as entrevistas (...); e as rubricas pedagógicas onde se ensinava os telespectadores, por exemplo, a reunirem em assembleia” (Reis, 2008, p. 343). Com a busca de um mapa-tipo que se coadunasse com as novas realidades do país¹³, a estética e o discurso televisivo alteram-se dando lugar a uma programação televisiva revolucionária, a uma televisão “do povo” e “para o povo”.

De facto, a definição da nova televisão acompanha os desenvolvimentos do processo revolucionário. Se num primeiro momento se denota uma aposta numa televisão moderna e criativa, veículo de uma informação livre e plural e espaço de entretenimento (Reis, 2008), progressivamente, com a radicalização da luta política, esse projeto é questionado e emergem tentativas de o condicionar. Marcadamente ideológico e propagandístico, o *Programa do MFA* é um sinal desta realidade, integrando uma campanha mais ampla da 5.ª Divisão de promoção da “aliança Povo-MFA”.

Estes anos são também férteis em mutações em termos de estrutura, funcionamento, direção e pessoal. À demissão das principais chefias, segue-se uma depuração dos quadros conotados com o antigo regime (Rezola, 2014, pp.27-28). O processo provoca sucessivos confrontos entre trabalhadores mas também entre estes e a administração. As constantes mudanças no Conselho de Administração da RTP (oito, no espaço de dois anos) são um reflexo das perturbações desse período. Num primeiro momento, a gestão é entregue ao Capitão Fernando Barbeitos que, na qualidade de delgado da JSN, assegura controlo de todas as atividades relacionadas com a informação pública (AH RTP/RDP, OS s/n/, 27/4/74). A situação regulariza-se quando, a 2 de maio, a JSN nomeia uma comissão administrativa militar para gerir a RTP (Conceição da Silva, Costa Brás e Duarte Ferreira) (AH RTP, OS 5/74, de 2/5/74). A experiência é curta uma vez que, por determinação do governo, a 25 de maio de 1974, esta comissão dá lugar a um Conselho de Administração civil: Manuel Belo (presidente) e António de Sousa Gomes (AH RTP, OS 13/74, s.d). A substituição de Manuel Belo pelo coronel Casimiro Gomes, a 7 de agosto (AH RTP, Pasta 158 RTP/TV Rec. Humanos, OS 35/74, de 21/8/74), assinala o regresso dos militares à direção da RTP, tendência que se manterá para além do período revolucionário.

Tido como homem de confiança de Spínola, Casimiro Gomes é afastado pouco depois da sua demissão da Presidência da República (AH RTP, *O Saneamento na radiotelevisão Portuguesa. Maio -74/ Março - 76*, p. 14). Curiosamente, o oficial que lhe sucede na Presidência, Ramalho Eanes, até então diretor de Programas, prestara serviço na Guiné durante os mandatos de Spínola como governador.

A Presidência de Eanes (28/10/74-11/3/75) é abruptamente interrompida na sequência dos acontecimentos do 11 de Março. A complexidade do momento político, mas também a agitação que percorre os quadros da empresa naqueles momentos, torna espinhosa a missão de o substituir. Lobo de Oliveira apenas permanece no cargo 6 horas, sendo sucedido por João Figueiredo que, empossado a 13 de março, renuncia seis dias depois. O seu sucessor, José Emílio da Silva, permanece à frente

¹³ Sobre este assunto ver, a título de exemplo, “Movimento na RTP” in *Expresso*, 27/4/74; “Normas orientadores para a RTP” - AH - RTP/RDP -Ordem de Serviço nº 52/74, 20/9/74; “Delegados sindicais reclamam saneamento urgente na RTP” in *Diário de Lisboa*, 29/1/75; Entrevista de Maria João Avillez com Bargão dos Santos, chefe do departamento de Informação da RTP in *Expresso*, 7/6/75

da RTP poucos dias. A nomeação do tenente-coronel Valentino Tavares Galhardo, a 31 de março de 1975, abre um breve interregno nesta vertiginosa sequência de presidentes. No entanto, a 9 de setembro de 1975, num momento em que o clima político subia de tom, sob o espectro de um golpe de estado, Galhardo pede a demissão. Ao major Pedroso Marques (14/10/75-1/9/76) caberá a administração da RTP num período particularmente conturbado, a gestão da crise político-militar do 25 de Novembro e, finalmente, a preparação da empresa para as novas realidades da normalização democrática (cf. Rezola, 2017).

Apesar da vertigem dos acontecimentos, é possível detetar tendências no que diz respeito às purgas políticas e lutas que percorrem a empresa em 1974-1975¹⁴. O primeiro momento (abril - agosto de 1974) caracteriza-se por um rápido saneamento que atinge essencialmente a administração e funcionários conotados com a ditadura. Estruturas como o Conselho de Programas e o Gabinete de Exame e Classificação de Programas são automaticamente suspensas. Esta intervenção, que resulta no afastamento de 50 funcionários, é a mais ampla de todo o período revolucionário. Afetando cerca 4% dos quadros de pessoal da RTP, esta purga motiva as primeiras mobilizações dos trabalhadores. Nos inícios do verão de 1974, assiste-se a uma guerra de comunicados e abaixo-assinados que deixa patente divisões relativamente ao caminho a seguir.

Com Casimiro Gomes, o ritmo dos saneamentos abranda, tendência que se mantém no mandato de Ramalho Eanes. O ambiente é, no entanto, tumultuoso. A comissão de saneamento designada pela direção é alvo de forte contestação dos trabalhadores que exigem uma intervenção mais decisiva e participada. O braço de ferro com a Administração endurece-se.

O pedido de demissão de Eanes, na sequência das acusações que lhe foram tecidas na Assembleia do MFA na noite do 11 de Março (*O Primeiro de Janeiro*, 15/3/75), abre uma grave crise na RTP. Como referimos, num espaço de três semanas são nomeados três Presidentes. O mandato de Tavares Galhardo (março – outubro de 1975) traduz-se na fase mais agitada. Inaugura-se sob os auspícios de uma mudança de estatuto da empresa (*Jornal Novo*, 23/4/75), processo que culminará, em finais do ano, na nacionalização. No entanto, o ambiente encontra-se visivelmente radicalizado. A divulgação a 16 de maio, nas páginas do *República*, de uma lista de funcionários a sanear é um sintoma da situação e o motor de novas e insanáveis divisões. Além da sua extensão (cerca de 60 nomes), em causa estavam os argumentos apresentados para fundamentar os afastamentos. Acusações duríssimas, frequentemente relativas à vida privada dos visados. Conhecido como o "caso Veloso", este episódio foi um dos mais polémicos e mediáticos do processo de saneamento na RTP (Rezola, 2014, p. 43).

Manuel Jorge Veloso era membro da célula do PCP na RTP, organização particularmente ativa e influente. Divulgado em maio (*Expresso*, 31/5/75 e 7/6/75), o documento data de 24 de março, uma curiosa coincidência temporal com um manifesto da referida célula ("Por uma Televisão ao Serviço do Povo") sobre a urgência de um saneamento revolucionário. No rescaldo do 11 de Março, a revolução acelerava o seu passo também na RTP.

¹⁴ Para mais detalhes sobre este processo ver cf. Rezola, 2017, pp. 27 e ss.

A célula do PCP na RTP apressa-se a repudiar a autoria do documento e Veloso é suspenso, depois de um agitado plenário de trabalhadores (*Expresso*, 31/6/75). O episódio transcende as portas da empresa, transformando-se em mais uma peça da luta entre o PS, PCP e organizações de extrema-esquerda que entrava então, decisivamente, no campo da comunicação social.

Deparando-se com crescentes dificuldades de gestão¹⁵, Galhardo pede a demissão a 8 de setembro. Apesar das mudanças mais amplas em curso, na sequência do afastamento de Vasco Gonçalves e da Assembleia de Tancos, na sua nota de demissão Galhardo exorta os trabalhadores a continuarem o saneamento e a luta pelo “avanço do processo revolucionário”. O clima era favorável a todas as radicalizações tornando a missão do novo presidente, Pedroso Marques, complexa (*Diário de Lisboa*, 17/10/75). A ocupação da RTP, por 48 horas, em finais de setembro é insuficiente para controlar a situação. A imagem de Duran Clemente no pequeno ecrã é um dos símbolos do 25 de Novembro, data em que, uma vez mais, a RTP está no centro dos acontecimentos.

O 25 de Abril nos média

Como assinalámos no início deste artigo, o 25 de Abril assinala um tempo de ruptura, pleno de significados e consequências, proporcionando mudanças que transcendem a mera alteração do sistema político. O percurso através de diferentes episódios e realidades que fazem a história dos média do Portugal de 74-75 permite-nos concluir que, também neste domínio, esses foram anos de profunda transformação. O conceito de transição proposto por Roudakova – uma mudança da regularidade para a indeterminação – revela-se particularmente útil para explicar a Revolução nos média, dado que esta não significou apenas a abolição da censura ou mesmo a promulgação de uma nova lei de imprensa.

Em 1974-1975, o campo jornalístico caracterizou-se pela incerteza e pelas dificuldades em definir novas normas e rotinas profissionais num clima de diálogo. Os saneamentos – sejam os conduzidos por estruturas formais, sejam os “espontaneamente” liderados por trabalhadores – são apenas uma faceta da mudança encetada, quase sempre sob o signo da confrontação.

Paralelamente, cumpre destacar a multifacetada estratégia de controlo dos média que, protagonizada por diferentes forças civis e militares, é indissociável da luta política pela definição de um novo regime. Se, no decurso da revolução, os quartéis, os campos, as fábricas e as ruas foram palcos centrais da confrontação entre diferentes projectos políticos, as redacções não ficaram alheias ao processo. Em causa, distintas propostas quanto ao futuro do país mas também relativamente ao papel, lugar e relações dos média com o poder político. A crise do estado, os novos centros de poder militar, a crescente força dos movimentos e partidos políticos, assim como a indefinição quanto ao rumo a seguir e a consciência do poder dos média, são alguns dos fatores que contribuem para que estes se transformem num alvo ape-

¹⁵ Ver, por exemplo, “Resposta de 48 trabalhadores da RTP a ‘17 jornalistas do Telejornal’” in *O Primeiro de Janeiro*, 15/8/75.

tecível e disputado. Campo de experimentação particularmente influente, os meios de comunicação não foram meros canais de transmissão das mensagens da nova classe dirigente. Lugar privilegiado na luta política do Portugal Revolucionário, foram ativos participantes na criação de mensagens políticas, na dinamização de iniciativas revolucionárias e na mobilização da opinião pública, num processo que começou no interior das próprias redações. Os média e os seus profissionais assumem-se como parte ativa da revolução deixando patente que a relação entre política e média é uma relação de poder que encerra várias dimensões.

Referências bibliográficas

- Cádima, F. R. (2001). Os Media na Revolução (1974-1976). In Brito, J. M. B. (Coord), *O País em Revolução*. (321-358). Lisboa: Editorial Notícias.
- Fonseca, W. (1995). *À sombra do poder – a história da Lusitânia 1944 – 1974*. Lisboa: Ed. Memórias do Tempo.
- Fonseca, W. & Carvalho, M. (2016). *Heróis anónimos – Jornalismo de agência, história da ANOP e da NP 1975 – 1986*. Lisboa: Perfil Criativo.
- Fonseca, W. e Gomes, A. S. (2017). *Heróis anónimos 2 – Jornalismo de agência, história da Lusitânia e da ANI 1944–1975*. Lisboa: Perfil Criativo.
- Conselho de Imprensa (1979). *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*. Lisboa: Conselho de Imprensa.
- Ferreira, J. M. (2001). Portugal em Transe. In Mattoso, J. (Dir.), *História de Portugal* (Vol. VIII). Lisboa: Ed. Estampa.
- Figueira, J. (2007). *Os jornais como actores políticos. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Gomes, M. (2015). *Para onde vai Portugal? / Dove va il Portogallo? A Revolução de Abril na Imprensa Italiana (1974-1976)*. (Tese de doutoramento em Letras, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal).
- Gomes, P. M. (2018). *Jornais, Jornalistas e Poder: A Imprensa que nasce na Revolução e as lutas políticas de 1975*. (Tese de Doutoramento em História, FCSH-UNL, Lisboa, Portugal).
- Gomes, P.M. (2014). *Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975*. Lisboa: Alêtheia Ed.
- Luis, R. (2015). *Spain and the Portuguese revolution of 1974-1975: the limits of a surveilled press*. (Tese de Doutoramento, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, Espanha).
- Mesquita, M. (1994). O Caso República. Um incidente crítico. *Revista de História das Ideias*, 16, 507-554.
- Mesquita, M. (1994). Os Meios de Comunicação Social. In Reis, A. (Dir), *Portugal 20 Anos de Democracia* (pp.361-405). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Reis, A. et al. (2018). *Dicionário de História de Portugal – o 25 de Abril*. (8 Vols.). Porto: Figueirinhas.
- Reis, M.S. (2008). *A Programação Televisiva Revolucionária – RTP 1974-1975*. (Tese de Mestrado em História de Portugal do Século XX, FCSH-UNL, Lisboa, Portugal).
- Rezola, M.I. (2006). *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- Rezola, M.I. (2007). *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros.

- Rezola, M.I. (2014). A RTP no PREC (1974-1975). In Rezola, M.I. & Gomes, P.M. (Coords.), *Os Media na Revolução* (pp. 17-51). Lisboa: Tinta da China.
- Rezola, M.I. (2017). Emissora Nacional (1974-1975): uma estação do povo, ao serviço do povo. *Revista Portuguesa de História da Comunicação*, 0, 121-138.
- Ribeiro, N. (2002). *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: UCP.
- Roudakova, N. (2012). Comparing Processes: Media, 'Transitions', and Historical Change. In Hallin, D. C. et al (Ed.), *Comparing Media Systems Beyond the Western World* (pp.246-277). Cambridge: Cambridge U. Press.
- Santos, R. (2017). *A Emissora Nacional e as mudanças políticas (1968-1975)*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Tréfaut, S. (1999). *Outro País* [documentário]. Lisboa: SP Filmes.

Nota biográfica

Maria Inácia Rezola é doutorada em História Institucional e Política Contemporânea pela NOVA FCSH, investigadora do Instituto de História Contemporânea da NOVA FCSH e Professora Adjunta na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa.

Ciência ID: 1A16-2CD1-C083

Email: irezola@escs.ipl.pt

Morada: Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social, Campus de Benfica do IPL, 1549-014 Lisboa, Portugal; Universidade Nova de Lisboa, Instituto de História Contemporânea, Av. de Berna 26, 1050-099 Lisboa, Portugal.

*Submetido Received: 2019.01.15

*Aceite /Accepted: 2019.08.23

Recensões | Reviews

(Página deixada propositadamente em branco)

Media e Globalização

Anthony Giddens (2017). *O Mundo na Era da Globalização* (9ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.

Anthony Giddens (2013). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_18

Francisco Rui Cádima

“Globalization has given way to a new era of sluggishness” *The Economist* (Jan 24th 2019)

Procurando refletir sobre os novos desafios globais deste início de século XXI – da fadiga democrática e da regressão política e social (Appadurai, Bauman) à *slowbalization* (The Economist) –, optámos por revisitar Anthony Giddens e os seus textos referenciados em epígrafe, sendo que relativamente ao segundo incidimos essencialmente na recensão do capítulo sobre os meios de comunicação social, de forma a procurarmos discutir estas questões no contexto da aproximação entre dois conceitos centrais no nosso domínio científico – media e globalização – a partir, justamente, dos pontos de vista de Giddens.

Uma das questões essenciais que hoje se coloca prende-se com o crescimento do desencanto face à globalização e também com o recuo da geopolítica e da economia aos “velhos” grandes blocos regionais, numa espécie de novo ciclo da “globalização”. Ultrapassada, aparentemente, essa “época de ouro” da globalização dos anos 1990-2010, agora, a economia global reconfigura-se num processo de arrefecimento a que se pode chamar de *slowbalization*, o qual terá resultado não somente de um recentramento geoespacial das *supply chains*, mas também da entrada, com a era digital, de novos atores e influenciadores dos mercados, dos *prosumers*, dos sistemas de *crowdfunding*, modelos de desintermediação *blockchain*, que se interpõem por entre debilidades dos mercados e Estados, reconfigurando-se assim ritmos e modelos na atual globalização lenta ou, talvez melhor, recentrada em grandes blocos no plano regional.

Embora esta *slowbalization* não estivesse descrita enquanto tal no livro *O Mundo na Era da Globalização* (*Runaway World: How Globalization Is Reshaping Our Lives*, no original), Giddens já deixava sinais de que tal poderia acontecer, pelo menos na dimensão política, quando se refere ao “paradoxo da democracia”. Isto é, ao mesmo tempo que a democracia aparentemente se expande por toda a parte, (...) “nas democracias maduras, que o resto do mundo está supostamente a copiar, existe uma enorme desilusão quanto aos processos democráticos” (2017, p. 70), surgem os défices democráticos, as reduções de soberania, as flutuações das economias, etc.

Convirá, no entanto, reter que o princípio estruturante do modelo de globalização de final de século foi a forte aceleração tecnológica então registada, designadamen-

te no plano dos sistemas de comunicação. Se a “democratização” da televisão teria dado porventura o seu contributo para a queda do muro de Berlim, o fim do *apartheid* na África do Sul e a conquista do direito de voto por parte da população negra norte-americana, a internet e a massificação das tecnologias da informação criaram expectativas não confirmadas de fenómenos de reforço da experiência democrática pela participação e pela emergência de um modelo cívico/deliberativo, ou fenómenos de colonização inversa, ou de desintermediação, ou mesmo de pluralidade de mercado e de não concentração, todos eles, afinal, mais em regressão do que em expansão.

Aliás, nestas trocas entre o local e o global a primeira fratura surge exatamente na reemergência de nacionalismos locais face às tendências globalizantes. Uma segunda fratura surge na dimensão crescente dos novos riscos, dos financeiros aos ambientais, e na cada vez maior separação entre cosmopolitismo e fundamentalismo. Recorde-se Giddens: “O fundamentalismo é filho da globalização. (...) Podemos pensar que o fundamentalismo sempre existiu. Não é assim; desenvolveu-se em resposta às influências da globalização. (...) A própria palavra data de início do século XX, quando foi usada para descrever as crenças de algumas seitas protestantes dos EUA (...)” (2017, pp. 52-53).

No contexto dos valores da democracia política, na tensão e conflito entre respeito e confiança vs autoritarismo e intolerância, Giddens defende que a democracia estará de facto “minada por dentro” quando deixa emergir essas formas anómalas, essa corruptela da “democracia das emoções”. Impor-se-ia assim um aprofundamento da democracia e da cultura cívica, “democratizar a democracia” tal como ele coloca. E, finalmente, a questão dos *media*: “os *media*, especialmente a televisão, têm uma relação equívoca com a democracia (...). A televisão e os outros *media*, graças à vulgarização constante e à personalização das questões políticas, tendem a destruir o próprio espaço público de debate que abrem” (2017, p. 76).

Justamente sobre os *media*, Giddens desenvolve todo um capítulo no seu livro *Sociologia*, e é sobre o seu pensamento neste tema que focaremos agora esta revisão. Digamos que o autor nesta obra, embora desenvolva o tema do sistema de *media*, e também o da emergência da digitalização, ao longo de dezenas de páginas (pp. 810-881), não é tão assertivo como o foi na obra referida anteriormente. A dimensão crítica dos *media* é agora substituída por abordagens de divulgação de escolas, correntes e autores, que se posicionam ora de forma mais “gratificante” para com os *media*, ora de forma mais crítica. Digamos que neste caso estamos sobretudo perante um breve manual de sociologia dos meios de comunicação social.

Por exemplo, em relação à televisão, Giddens tanto recorre a Roger Silverstone para a enquadrar na dimensão dos usos e gratificações, a televisão-reconforto, como, por outro lado, cita Robert Putman que alude à televisão como máquina que deteriora significativamente o capital social, no plano das obrigações mútuas e da confiança; ou ainda, citando detalhadamente os estudos do Glasgow Media Group em torno do tema *Bad News* e da objetividade vs enviesamento da informação televisiva na sociedade britânica em particular.

Uma parte importante do capítulo trata das teorias dos meios de comunicação social. Aqui, Giddens opta por apresentar sobretudo as correntes funcionalistas, as teorias do conflito, o interacionismo simbólico e a teoria pós-moderna. Mas alerta desde logo para o facto de estarmos perante “profundas divergências quanto ao papel e

às funções dos meios de comunicação social nas sociedades” (2013, p. 816). Assim é, de facto. Mais de cem anos após a era de massificação da imprensa comercial, e décadas após o aparecimento da Internet, parece que ainda não houve efeitos negativos suficientes sobre a experiência democrática, a história e a cidadania ao longo do século XX e princípio do século XXI, que alertem académicos e cidadãos para os perigosos enviesamentos que os sistemas de *media* – analógicos e digitais – estão a causar à sustentabilidade democrática da contemporaneidade.

A gravidade do atual modelo comunicacional, constante ao longo dos séculos XIX e XX, é para nós evidente, e disso temos dado nota em vários textos publicados. Nesta leitura de Giddens ficamos, no entanto, divididos entre aquilo que consideramos o essencial, por exemplo aduzido quando, em referência à crise da esfera pública em Habermas se diz que os media “são hoje parte do problema que a democracia enfrenta” (p. 846), e o positivismo de correntes como a do interacionismo simbólico que defende que os media foram de certo modo a base de sustentação do desenvolvimento das instituições modernas, como se vivêssemos hoje numa espécie de Nirvana democrático... Ora, este tempo, parece-nos, é exatamente o contrário. É, justamente, o tempo da crise da instituição democrática. E para isso, certamente, muito terá contribuído o sistema de *media* desde meados do século XIX até à atualidade.

Nota Biográfica

Francisco Rui Cádima é Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da NOVA FCSH. Investigador Responsável do ICNOVA - Instituto de Comunicação da NOVA, é membro da direção da revista Media & Jornalismo.

ORCID iD:0000-0002-5449-8831

Email: frcadima@fcsch.unl.pt

Morada: Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Comunicação da NOVA, Av. de Berna, 26-C - Lisboa 069-061, Portugal

(Página deixada propositadamente em branco)

REVISTA MEDIA & JORNALISMO

Media & Jornalismo, publicação do Centro de Investigação Media e Jornalismo, integrado no Pólo FCSH/NOVA do CIC.Digital, é uma revista científica que tem como objetivo constituir um espaço de debate e divulgação da pesquisa realizada sobre os media e o jornalismo. Afirma-se como um fórum promotor de discussão qualificada não só na comunidade académica mas também entre todos os que se interessam pelos media e pelo jornalismo na sociedade contemporânea. Pretende, assim, contribuir para a compreensão destes complexos fenómenos sociais, investigando de forma crítica tanto o seu presente como o seu passado.

A revista *Media & Jornalismo* abre-se a um leque de abordagens diversificadas, num diálogo que respeita a pluralidade de pontos de vista. As metodologias de análise são diversas, sempre pautadas pela exigência de rigor científico. Pretende-se que a reflexão produzida contribua para um conhecimento aprofundado e crítico dos temas centrais na área, como, por exemplo: jornalismo e democracia; media e identidades sociais; história dos meios de comunicação social; ética da comunicação e deontologia do jornalismo; economia e política dos meios de comunicação social; estratégias da comunicação; televisão e sociedade; tecnologias de informação e jornalismo; novas formas mediáticas e jornalísticas; jornalistas como comunidade interpretativa.

DIREÇÃO | EXECUTIVE EDITORS | DIRECCIÓN

Carla Baptista (Universidade Nova de Lisboa/ Instituto de Comunicação da NOVA)
carlamariabaptista@gmail.com

Francisco Rui Cádima (Universidade Nova de Lisboa/ Instituto de Comunicação da NOVA)
frcadima@fcsh.unl.pt

Marisa Torres da Silva (Universidade Nova de Lisboa/ Instituto de Comunicação da NOVA)
marisatorresilva@hotmail.com

CONSELHO EDITORIAL | ASSOCIATED EDITORS | CONSEJO EDITORIAL

Alberto Pena Rodriguez (Universidade de Vigo) alberto@uvigo.es

Barbie Zelizer (Annenberg School of Communication) bzelize@asc.upenn.edu

Daniel Dayan (Centre National de la Recherche Scientifique) daniel.dayan@ehess.fr

Daniel Hallin (University of California) dhallin@ucsd.edu

Eduardo Meditsch (Universidade Federal de Santa Catarina) emeditsch@uol.com.br

Elihu Katz (University of Pennsylvania) ekatz@asc.upenn.edu

Jenny Kitzinger (Brunel University) Kitzinger.J@cardiff.ac.uk

Michael Schudson (University of California) ms3035@columbia.edu

Peter Golding (Loughborough University) arts-ccpr@glasgow.ac.uk

Serge Tisseron (Université de Paris VII) serge.tisseron@gmail.com

Teun van Dijk (University van Amsterdam) vandijk@discourses.org

Thomas Patterson (University of Harvard) thomas_patterson@Harvard.Edu

COMISSÃO DE REDAÇÃO | EDITORIAL COMMISSION | COMITÉ DE REDACCIÓN

Ana Cabrera (IHC/FCSH/NOVA) cabrera.anacabrera@gmail.com

Ana Jorge (Universidade Católica Portuguesa) anajorge@fch.lisboa.ucp.pt

Anabela Sousa Lopes (Escola Superior de Comunicação Social) lopes.anabela@netc.pt

António Granado (Universidade Nova de Lisboa. CIC.Digital - Pólo FCSH/NOVA) agranado@fcsh.unl.pt

Carla Baptista (Universidade Nova de Lisboa. CIC.Digital - Pólo FCSH/NOVA) carlamariabaptista@gmail.com

Carla Martins (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias) carla.martins@erc.pt

Carlos Camponez (Universidade de Coimbra) carlos.camponez@fl.uc.pt

Isabel Ferin (Universidade de Coimbra) barone.ferin@gmail.com

Fernando Correia (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias) fernando.antonio.correia@gmail.com

João Carlos Correia (Universidade da Beira Interior) jcorreia@ubi.pt

João Pissarra Esteves (Universidade Nova de Lisboa) jj.esteves@fcsh.unl.pt

Jorge Pedro Sousa (Universidade Fernando Pessoa) jorgepedrosousa@gmail.com

Lídia Marôpo (Instituto Politécnico de Setúbal) lidiamaropo@gmail.com

Maria João Silveirinha (Universidade de Coimbra) mjsilveirinha@gmail.com

Hélder Bastos (Universidade do Porto) bastos.helder@gmail.com

Maria José Brites (Universidade Lusófona do Porto) britesmariajose@gmail.com

Nelson Traquina (Universidade Nova de Lisboa) ntraquina@yahoo.com

Rita Figueiras (Universidade Católica Portuguesa) ritafigueiras@fch.lisboa.ucp.pt

Rogério Santos (Universidade Católica Portuguesa) rogerio.santos@netcabo.pt

COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO ONLINE | COORDINATION OF THE ONLINE EDITION | COORDINACIÓN Y EDICIÓN ONLINE

Patrícia Contreiras (BGCT Instituto de Comunicação da Nova) patriciacontreiras@fcsh.unl.pt

**ARBITRAGEM CIENTÍFICA DESTE NÚMERO | SCIENTIFIC REVIEW OF THIS NUMBER
| ARBITRAJE CIENTÍFICO DE ESTE NÚMERO**

ADOLFO CUETO RODRÍGUEZ (INSTITUTO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA) ADCUETR@GMAIL.COM
ALBERTO A. CARVALHO (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, ICNOVA) AARONS@NETCABO.PT
ALBERTO PENA RODRÍGUEZ (UNIVERSIDADE DE VIGO) ALBERTO@UVIGO.ES
ANA CABRERA (INSTITUTO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA) CABRERA.ANACABRERA@GMAIL.COM
ANA ISABEL REIS (UNIVERSIDADE DO PORTO) AISABELREIS@GMAIL.COM
ANA SOFIA FERREIRA (INSTITUTO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA) SOFIAFERREIRA01@GMAIL.COM
ANA TERESA PEIXINHO (UNIVERSIDADE DE COIMBRA) APEIXINHO71@GMAIL.COM
ANABELA DE SOUSA LOPES (ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-IPL | ICNOVA) ALOPES@ESCS.IPL.PT
CARLA BAPTISTA (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, ICNOVA) CARLAMARIABAPTISTA@GMAIL.COM
CARLA CARDOSO (UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS)
CARLA.CARDOSO@ULUSOFONA.PT
CARLA MARTINS (UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS) CARLA.MARTINS@ERC.PT
CARLOS CAMPONEZ (UNIVERSIDADE DE COIMBRA) CARLOS.CAMPONEZ@FL.UC.PT
DORA SANTOS SILVA (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, ICNOVA) DORASANTOSSILVA@FCSH.UNL.PT
ESTRELA SERRANO (ICNOVA) ESTRELA.SERRANO@SAPO.PT
FILIPA SUBTIL (ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-IPL) FSUBTIL@ESCS.IPL.PT
FRANCISCO RUI CÁDIMA (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, ICNOVA) FRCADIMA@FCSH.UNL.PT
HELENA LIMA (UNIVERSIDADE DO PORTO) HLDLIMA@GMAIL.COM
ISABEL FERIN (UNIVERSIDADE DE COIMBRA) BARONE.FERIN@GMAIL.COM
JACINTO GODINHO (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, ICNOVA) JACINTOG@HOTMAIL.COM
JOÃO CARLOS CORREIA (UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR) JCORREIA@UBI.PT
JOÃO FIGUEIRA (UNIVERSIDADE DE COIMBRA) JOTA.JOTAFIGUEIRA@GMAIL.COM
JOAQUIM FIDALGO (UNIVERSIDADE DO MINHO) JFIDALGO@ICS.UMINHO.PT
JORGE PEDRO SOUSA (UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA | ICNOVA) JPSOUSA@UFP.EDU.PT
JÚLIA LEITÃO DE BARROS (ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-IPL) JBARROS@ESCS.IPL.PT
MARCOS LISI (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA) MARCOLISI@FCSH.UNL.PT
MARIA INÁCIA REZOLA (ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-IPL) REZOLA@YAHOO.COM
MARIA INÊS QUEIROZ (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA) QINES@FCSH.UNL.PT
MARIA JOÃO CENTENO (ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-IPL | ICNOVA) MCENTENO@ESCS.IPL.PT
MARIA JOSÉ MATA (ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-IPL | ICNOVA) MMATA@ESCS.IPL.PT
MARISA TORRES DA SILVA (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, ICNOVA) MARISATORRESILVA@HOTMAIL.COM
NELSON RIBEIRO (UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA) NELSON.RIBEIRO@FCH.LISBOA.UCP.PT
PAULA CORDEIRO (UNIVERSIDADE DE LISBOA) PCORDEIRO@ISCSP.LISBOA.PT
PEDRO COELHO (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, ICNOVA) PEDROCOELHO@SIC.PT
PEDRO MARQUES GOMES (ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - IPL) PGOMES@ESCS.IPL.PT
RITA FIGUEIRAS (UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA) RITAFIGUEIRAS@FCH.LISBOA.UCP.PT
ROGÉRIO SANTOS (UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA) ROGERIO.SANTOS@NETCABO.PT
SANDRA PEREIRA (ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-IPL) SPEREIRA@ESCS.IPL.PT
SÍLVIA TORRES (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, ICNOVA) SILVIAMMTORRES@GMAIL.COM
SOCORRO VELOSO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE) SOCORROVELOSO@UOL.COM.BR
TÂNIA ALVES (INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS) TANIAA_A@HOTMAIL.COM
TERESA MENDES FLORES (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, ICNOVA) TERESAFLORES@FCSH.UNL.PT
VASCO RIBEIRO (FACULDADE DE LETRAS, UNIVERSIDADE DO PORTO) VRIBEIRO@LETRAS.UP.PT

Instruções Para Autores

A revista *Media & Jornalismo* aceita artigos inéditos em português, inglês e espanhol, que se integrem nas áreas cobertas pela revista nas suas áreas específicas das ciências da comunicação.

Para além de ensaios com arbitragem científica, com dupla revisão cega por pares, a *Media & Jornalismo* publica ainda resenhas críticas de livros, estudos e outros

textos críticos, comunicações em congressos, apresentações de teses de Mestrado ou Doutorado recém-defendidas e estados de arte sobre os media e o jornalismo.

Requisitos de Submissão:

- Os trabalhos propostos à Revista *Media & Jornalismo* devem ser submetidos online através da plataforma OJS após realização de registo. Ver [<https://impactum-journals.uc.pt/mj/user/register>]
- Na plataforma OJS da Revista *Media e Jornalismo*, o(s) autor(es) deve(m) colocar a nota biográfica, incluindo o nome da instituição (Ex: Universidade, Faculdade e Departamento/Centro); devem ainda ser referidas moradas completas (incluindo rua, código postal, cidade e país), endereço electrónico institucional, e ORCID e CIÊNCIA Vitae (se aplicável).
- Inclua o título do manuscrito e um resumo no máximo com 1000 caracteres (em português, inglês e espanhol).
- Liste 4 a 5 palavras-chave (em português, inglês e espanhol).
- É importante que os nomes dos autores, e-mails e afiliações não constem no artigo, remetendo-se essa informação exclusivamente para o preenchimento da plataforma de submissão, de modo a não comprometer o processo de revisão cega por pares.
- Recomenda-se que os originais sejam editados com um espaçamento duplo, alinhamento justificado, em páginas normalizadas (tipo A4), letra Times New Roman, 12 pt.
- As submissões devem ser enviadas em Word (.doc), OpenOffice ou RTF e não devem ultrapassar 2MB; PDFs não são aceites.
- Os manuscritos não deverão exceder os 35.000 caracteres, e as resenhas de livros os 5.000 caracteres (incluindo espaços e notas finais).
- Os artigos devem seguir o novo Acordo Ortográfico.
- Quaisquer referências ao nome / trabalho do autor / autores devem ser substituídas por "Autor". Os agradecimentos e financiamentos não devem ser incluídos no momento da submissão (mas podem ser posteriores à aceitação do manuscrito).
- Elementos gráficos (Figuras, Tabelas, Gráficos) devem ter obrigatoriamente uma legenda e fonte, sem ponto final no fim. Inserir no corpo do texto, as menções aos elementos gráficos por extenso (ex. na Figura 1).
- Usar notas de rodapé e não notas de fim de documento (espaçamento simples, 10pt).
- URL: todos os endereços de URL no texto e bibliografia / referências devem estar ativos (prontos para clicar e redireccionar para a respectiva página).

Normas de Referência Bibliográfica

Os textos submetidos devem seguir os padrões de estilo e requisitos bibliográficos específicos das normas da Publication manual of the American Psychological Association APA, (6ª edição). Ver[<https://www.apastyle.org/>]

Citações e referências bibliográficas no corpo do texto

- Todas as citações fazem-se dentro de aspas curvas duplas (“ ”), em texto normal e não em itálico.
- As citações com 40 ou mais palavras figuram destacadas do corpo do texto, em tabulação recuada, letra um ponto inferior, sem aspas e sem itálico.
- As referências bibliográficas relativas às citações incorporadas seguem o seguinte formato: (Cádima, 2019 p. 37). Em citações no corpo do texto, a pontuação (ponto final ou vírgula) é colocada a seguir à referência.
- Citações em segunda referência: (citado em Cádima, 2014, p. 34) (quoted in Cádima, 2015, p. 34).
- Evitar expressões como *idem*, *ibidem*, *apud*, *op. Cit...*

Lista de referências bibliográficas do final do texto

- Artigo numa revista científica
Author, A. A. (Ano). Título do artigo. *Título da revista*, Vol(Nº), x–x.
<https://doi.org/XXXXXXXXXXXXXX>
- Capítulo de livro
Author, A. A., & Author, B. B. (Ano). *Título do capítulo*. In C. C. Editor & D. D. Editor (Eds.), *Título do livro* (xx ed., Vol. Xx, pp. Xxx–xxx). Localização: Editora.
- Livro
Author, A. A. (Ano). *Título do livro* (xx ed., Vol. Xx). Localização: Editora.
- Livro (Editor)
Editor, E. E. (Ed.). (Ano). *Título do livro* (xx ed., Vol. Xx). Localização: Editora.

Condições para Submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- Os artigos devem ser submetidos online através da plataforma Open Journal System (OJS).
- Os autores dos artigos devem assegurar o seu anonimato garantindo que o ficheiro submetido não permita a sua identificação nas informações ou propriedades de documento.
- A submissão deve observar os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em “Instruções para Autores”, na secção “Sobre a Revista”.
- Os ficheiros para submissão encontram-se em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF e não devem ultrapassar 2MB.

- No caso de serem sugeridas modificações ao manuscrito, o autor tem um mês para proceder às alterações pedidas pelos revisores e entregar a nova versão do artigo através do sistema online da revista.
- O registo no sistema e posterior acesso ou autenticação são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial.

Material previamente protegido por direitos autorais

- Compete aos autores a responsabilidade de obtenção da permissão para reproduzir materiais protegidos por copyright, tanto em formato impresso como eletrónico.

Compromisso do(s) autor(es) em publicar(em) na Revista Media e Jornalismo

- Os autores que enviarem manuscritos para a Revista Media & Jornalismo não devem submetê-los simultaneamente a outra revista.
- Os autores não devem submeter manuscritos que tenham sido publicados em outro lugar de forma substancialmente similar ou com conteúdo substancialmente similar.
- Os autores aceitam ainda ceder à Media & Jornalismo os direitos de publicação, reprodução e difusão do texto submetido.

Conduta Ética

Os autores devem assegurar que a referenciação das fontes usadas na produção do trabalho científico é rigorosa.

Os autores devem identificar, as entidades financiadoras do seu trabalho.

Autores têm permissão a publicar e distribuir o seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal).

Declaração de Direito Autoral

Os autores conservam os direitos de autor e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite a partilha do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

JOURNAL MEDIA & JORNALISMO

Media & Journalism is the scientific journal of Media & Journalism Research Centre (CIMJ), integrated in the polo FCSH /NOVA of CIC.Digital, aiming to constitute itself as a space of debate and dissemination of the scientific research and activities around media and journalism in Portugal and other countries. With the purpose of being a discussion forum either for the academic community either for lay publics interested in the role of media and journalism in modern societies, the journal intends to contribute to the understanding of complex social phenomena, critically assessing its present and past.

Media & Journalism is thus open to a wide and plural range of approaches and perspectives. The methodologies used can be very diverse but in all cases scientific accuracy and rigor is required. The articles shall contribute to a profound and critical knowledge of issues related to media, journalism and democracy; media and social identities; media history; journalism and ethics; political economy of media; media strategies; television and society; new media and new forms of journalism; journalism as an interpretative community.

Author Guidelines

Media & Journalism accepts previously unpublished papers in Portuguese, English and Spanish, provided they fit the scientific areas covered by the journal, within the field of Communication Sciences.

Besides publishing papers that undergo the usual process of double-blind peer review, *Media & Journalism* also publishes critical reviews of books, studies and other scholarly texts, as well as conference presentations, presentations of recently concluded Master's and PhD thesis, and State of the Art essays on media and journalism.

Submission Requirements:

- Manuscripts should be submitted via *Open Journal System* (OJS) platform, after registration in the system [<https://impactum-journals.uc.pt/mj/user/register>]
- Authors should include in OJS platform, a biographical note with some curricular data and with complete information on the affiliation of all authors, including the name of the institution (ex: University, Faculty and Department / Center). The complete addresses (including street, postal code, city and country), electronic address and ORCID or CiÊNCIA Vitae (must also be mentioned if applicable).
- Include the manuscript title and an abstract of no more than 1.000 characters (in portuguese and english).
- List 4 to 5 keywords (in portuguese and english).
- It is important that authors' names, emails, and affiliations do not appear anywhere in the manuscript. This information being exclusively inserted when filling the submission platform, in order to assure the purposes of the double-blind review process.
- Manuscripts should be typed with double-space on standard pages (A4), using font Times New Roman 12 pt.
- Submissions must be sent as an electronic Word (.doc), OpenOffice or RTF and must not overcome 2MB; PDFs are not accepted.

- Manuscripts should not exceed 35.000 characters (including spaces and endnotes). Book reviews should not exceed 5.000 characters (including spaces and endnotes).
- Papers submitted in Portuguese should follow the 1990 Orthographic Agreement.
- Any references to the author's/authors' name/work must be replaced with "Author." Acknowledgements should not be included at the time of submission (but can be after manuscript acceptance).
- Graphic elements (figures, tables, graphs) must have a legend and source, without endpoint. In the text, graphic elements are mentioned extensively (ex. in Figure 1).
- Footnotes: use footnotes, not endnotes (simple space, 10pt).
- URL: all URL addresses in the text and bibliography / references must be active and ready to click, redirecting to the referenced website.

Citing References

Submitted manuscripts should follow the APA styleguide for bibliographic referencing [<https://www.apastyle.org>]

Citing and references in the text

- Quotations of less than 40 words should be incorporated in the text and enclosed with double quotation marks (" "), in normal text, not italic.
- Quotations of 40 or more words should be highlighted in a free-standing block quotation on a new line, indented, smaller font and without quotation marks.
- For indirect quotations: (quoted in Cádima, 2014, p. 34).
- Avoid using expressions such as *idem*, *ibidem*, *apud*, *op. cit.*...

References (examples)

- Article in Journal

Author, A. A. (Year). Title of article. *Title of Journal*, Vol(Number), x–x.
<https://doi.org/XXXXXXXXXXXXX>

- Chapter in an Edited Book

Author, A. A., & Author, B. B. (Year). *Title of chapter*. In C. C. Editor & D. D. Editor (Eds.), *Title of book* (xx ed., Vol. xx, pp. xxx–xxx). Location: Publisher.

- Authored Book

Author, A. A. (Year). *Title of book* (xx ed., Vol. xx). Location: Publisher.

- Edited Book

Editor, E. E. (Ed.). (Year). *Title of book* (xx ed., Vol. xx). Location: Publisher.

Submission Preparation Checklist

As part of the submission process, authors are required to check off their submission's compliance with all of the following items, and submissions may be returned to authors that do not adhere to these guidelines.

- As part of the submission process, authors must check if their files respect all the condition stated below. Submissions who fail to meet these conditions will be returned to the authors.
- Papers should be submitted via the Open Journal System (OJS) platform.
- Submitted files should be in Word format (.doc, .docx), OpenOffice/LibreOffice (.odf) or RichText Format (.rtf), and cannot be over 2 MB.
- Registering on the platform, as well as logging in to submit the paper and to follow up with the review process, is mandatory.
- Submitters should ensure that there is no identifiable information on the file or on its metadata (the file properties).
- The submission must follow the style standards and bibliographic requirements described in "Instructions for Authors", found in the section "About the Journal".

Previously copyrighted material

- Authors are responsible for gaining permission to reproduce any copyrighted material in their submissions, from other sources in both print and electronic form.

Submission of a manuscript implies commitment to publish in the journal

- Authors submitting manuscripts to the journal should not simultaneously submit them to another journal.
- Authors should not submit manuscripts that have been published elsewhere in substantially similar form or with substantially similar content.
- The authors will also accept to cede the publishing, reproduction and diffusion rights to Media & Journalism.

Ethical Conduct

Authors should ensure that the sources of referencing used in the production of scientific work are accurate.

Authors should identify the funding organisations of their work.

Copyright Notice

Authors retain copyright and grant the journal right of first publication with the work simultaneously licensed under a Creative Commons Attribution License that allows sharing the work with recognition of authorship and initial publication in *Antropologia Portuguesa* journal.

(Página deixada propositadamente em branco)

Números de Revistas Media & Jornalismo publicadas

Revista Media & Jornalismo

V. 1, N. 1 – Outono 2002

Revista Media & Jornalismo

N.2, Ano 2 – Primavera/Verão 2003

Jornalismo em tempo de Guerra

N.3, Ano 2 – Outono/Inverno 2003

Media e Desporto

N.4, Ano 3 – Primavera/Verão 2004

As mulheres e os media

N.5, Ano 3 – Outono/Inverno 2004

Investigação e Globalização

N.6, Ano 4 – Primavera/Verão 2005

Comunicação e Política

N.7, Ano 4 – Outono/Inverno 2005

Imagens da Diferença

N.8, Ano 5 – Primavera/Verão 2006

O jornalismo e a História

N.9, Ano 5 – Outono/Inverno 2006

Jornalismo e Actos da Democracia

N.10, Ano 6 – Primavera/Verão 2007

Crianças e Media: Pesquisas e Práticas

N.11, Ano 6 – Outono/Inverno 2007

Estudos de Teatro e Censura - Portugal-Brasil

N.12, Ano 7 – Primavera/Verão 2008

Um Século de Ensino do Jornalismo

N.13, Ano 8 – Outono/Inverno 2008

A Europa e os Media

N.14, Vol.8 N.1 – Primavera/Verão 2009

Género, Media, Espaço Público

N.15, Vol.8, N.2 – Outono/Inverno 2009

Organização: Maria João Silveirinha / Colaboração editorial: Marisa Torres da Silva

Domesticações na Era dos Self Media

N.16, Vol.9, N.1 – Primavera/Verão 2010

Organização: Anabela Sousa Lopes / Colaboração editorial: Maria José Mata

Media, Jornalismo e Democracia

N.17, Vol.9, N.2 – Outono/Inverno 2010

Organização editorial: Nelson Traquina
Digital divides / Fracturas digitais
N.18, Vol.10, N.1 – Primavera/Verão 2011
Organização editorial: João Pissarra Esteves

Inclusão e Participação Digital. Olhares sobre a sociedade portuguesa
N.19, Vol.10, N.2 – Outono/Inverno 2011
Organização editorial: Cristina Ponte e José Azevedo

Imagens e Jornalismo
N.20, Vol.11, N.1 – Primavera/Verão 2012
Organização editorial: Maria José Mata / Colaboração editorial: Anabela Sousa Lopes

Política no Feminino
N.21, Vol.11, N.2 – Junho 2012
Organização editorial: Ana Cabrera / Colaboração editorial: Carla Baptista

Crise, memória e esquecimento
N.22, Vol.12, N.1 – Primavera/Verão 2013
Organização editorial: Francisco Rui Cádima, Nelson Traquina e Marisa Torres da Silva

Repressão vs Expressão: Censura às artes e aos periódicos
N.23, Vol.12, N.1 – Outono/Inverno 2013
Organização: Ana Cabrera / Apoio editorial: Patrícia Contreiras e Cláudia Henriques

Rádio: Contextos e linguagens
N.24, Vol.13, N.1 – Primavera /Verão 2014
Organização editorial: Luís Bonixe

Da Cidade do México à Aldeia Transnacional -
Novas e velhas desigualdades comunicacionais de género
N.25, Vol.14, N.2 – Outono/Inverno 2014
Organização editorial: Maria João Silveirinha

Corrupção Política, Media e Democracia
N.26, Vol.14, N.1 – 2015
Organização editorial: Isabel Ferin Cunha e Estrela Serrano

Educação para os Media na Era Digital
N.27, Vol.15, N.2 –2015
Organização editorial: Ana Jorge, Maria José Brites e Sílvio Correia Santos

Cidadania e Democracia na Era Digital
Número Especial Dezembro 2015
Organização editorial: Teresa Mendes Flores e Marisa Torres da Silva

A dimensão laboratorial do ensino do jornalismo
N.28, Vol.16, N.1 – 2016
Organização editorial: Pedro Coelho e António Granado

Média e Colonialismo(s)
N.29, Vol.16, N.2 –2016
Organização editorial: Teresa Mendes Flores e Ana Cabrera

Mulheres e Media: Implicações Multidimensionais
N.30, Vol.17, N.1 – 2017

Organização editorial: Maria João Silveirinha
Media e Diversidade

N.º 31, Vol. 17, N.º 2 – 2017

Organização editorial: Francisco Rui Cádima e Marisa Torres da Silva

Ética Jornalística para o Século XXI: Novos Desafios, Velhos Problemas

N.º 32 Vol. 18, N.º 1 – 2018

Organização editorial: Carla Baptista e Alberto Arons de Carvalho

Comunicação Estratégica Institucional e Organizacional

N.º 33 Vol. 18, N.º 2 – 2018

Organização editorial: Estrela Serrano e Ana Margarida Barreto

Publicidade: teorias, métodos e práticas

N.º 34 Vol. 19, N.º 1 – 2019

Organização editorial: Ivone Ferreira

Os Média no Portugal Contemporâneo

N.º 35 Vol. 19, N.º 1 – 2019

Organização editorial: Cláudia Henriques, Pedro Marques Gomes, Sílvia Marques Torres

Edição online em:

http://cicdigitalpolo.fcsh.unl.pt/pt/rmj_arquivo/ e
<http://impactum-journals.uc.pt/index.php/mj/index>

ARTIGOS

IN MEMORIAM - PROFESSOR NELSON TRAUQUINA (1948- 2019)

APRESENTAÇÃO

O corte revolucionário nos *media* e o “efeito de atraso” nas teorias da comunicação | MARIO MESQUITA

A AÇÃO POLÍTICA DA DELEGAÇÃO DO PORTO DO SECRETARIADO NACIONAL DE INFORMAÇÃO | CARLA RIBEIRO

GRAVAÇÃO DE TELEFONEMAS DE CENSORES | JOAQUIM CARDOSO GOMES

LOBISTAS, ASSESSORES DE IMPRENSA E RELAÇÕES PÚBLICAS NORTE-AMERICANOS QUE SERVIRAM O ESTADO NOVO (1942-1974) | VÁSCO RIBEIRO

DO CHEFE INCONTESTADO AO CHEFE PANÓPTICO | EDUARDO CINTRA TORRES E FILOMENA SERRA

IMPRENSA PORTUGUESA NO FIM DO ESTADO NOVO | SUZANA CAVACO

A COBERTURA DO 25 DE ABRIL DE 1974 NO *CORRIERE DELLA SERA*, *LA STAMPA* E *IL MESSAGGERO* | MARCO GOMES

“RECOMEÇAR A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO” | PEDRO MARQUES GOMES

O CONSELHO DA REVOLUÇÃO E A IMPRENSA (1976-1982) | DAVID CASTAÑO

A EVOLUÇÃO DA IMPRENSA SOBRE CINEMA EM PORTUGAL | JAIME LOURENÇO E MARIA JOÃO CENTENO

AS INUNDAÇÕES DE LISBOA DE 1967 COMO ACONTECIMENTO MEDIÁTICO | CLÁUDIA HENRIQUES

AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE RADIODIFUSÃO LOCAL EM PORTUGAL (1977-1984) | LUÍS BONIXE

DA INVISIBILIDADE DE SALAZAR À PRESENCIALIDADE DE CAETANO | FRANCISCO RUI CÂDIMA

O TELEJORNAL DA RTP MOSTROU O MAIO DE 68
E ESCONDEU A CRISE ACADÉMICA DE 69. PORQUÊ? | JACINTO GODINHO

A ESTRATÉGIA DE INFORMAÇÃO DE MARCELLO CAETANO, O ÚLTIMO GOVERNANTE DO ESTADO NOVO | ANA CABRERA

A INVENÇÃO DA TELEVISÃO REVOLUCIONÁRIA | CARLA BAPTISTA

ROMPER COM O PASSADO | MARIA INÁCIA REZOLA

Revista do Centro de Investigação
Media e Jornalismo

Media&Jornalismo



1 2  9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA